

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego



Tese de Doutoramento (3º ciclo) em Ciências da Cultura

Autor: Aida Maria Oliveira Carvalho

Orientador: Professor Doutor Fernando Alberto Torres Moreira

Vila Real | 2013

Tese apresentada ao Departamento de Letras, Artes e Comunicação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, por Aida Maria Oliveira Carvalho, sob a orientação do Professor Doutor Fernando Alberto Torres Moreira, para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Ciências da Cultura, de acordo com o disposto no nº 1, do artigo 28º, do Decreto-Lei nº 74/2006, de março, da Lei Portuguesa.

Investigação financiada pelo Programa de Apoio à Formação Avançada de Docentes do Ensino Superior Politécnico (PROTEC), no âmbito do acordo assinado entre a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) e o Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos (CCISP).

O júri

Presidente - Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Vogais: Doutor Ferando Alberto Torres Moreira, professor catedrático da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;

Doutor Albertino José Ribeiro Gonçalves, professor associado co agregação da Universidade do Minho;

Doutor Donizete Aparecido Rodrigues, professor associado com agregação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior;

Doutora Orquídea Maria Moreira Ribeiro, professor auxiliar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;

Doutor Pedro Gabrieç Gonçalves Pedro Moreira da Silva, professor auxiliar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;

Doutor Alfredo Manuel Matos Alves Rodrigues Teixeira, professor auxiliar na Universidade Católica Portuguesa

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus três atlantes: Marta, António e Carlota que, apesar da inocência da idade não permitir perceber as ausências da mãe, foram um apoio incondicional durante todo este percurso.

Ao José, pelo carinho e encorajamento, juntos conseguimos dar a base afetiva e emocional para que os filhos crescessem saudáveis e seguros emocionalmente.

Agradecimentos

Desde o início do doutoramento contei com a confiança e apoio de inúmeras pessoas e instituições sem as quais esta investigação não teria sido possível.

Queria em primeiro lugar agradecer as palavras de estímulo, encorajamento e simpatia do Professor Doutor Fernando Moreira, do Departamento de Letras, Artes e Comunicação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, que acreditou em mim aceitando-me como sua orientanda. Na primeira reunião de trabalho teve ocasião de referir que uma investigação científica é um longo percurso solitário a que qualquer investigador está destinado, reunindo contributos de várias pessoas. Reitero tal afirmação, com a certeza de que nunca foi tão verdadeira quanto agora. A sua presença, disponibilidade e espírito crítico foram constantes, contribuindo significativamente para a qualidade deste trabalho, ajudando na metodologia, na orientação e leitura minuciosa de textos de apoio.

Aos colegas Fernando Lima e Edwige Ribeiro a quem, para além do apoio e incentivo, devo a revisão do texto, a Nuno Silva o trabalho fotográfico e participação no trabalho de campo, ao Paulo Castro a construção dos mapas e ao Carlos Cunha e José Sebadelhe a ajuda na formatação do texto.

O meu apreço vai ainda para o Padre Adriano, Juiz da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, que me facultou o acesso ao arquivo privado da Instituição.

Ao Instituto Politécnico de Bragança, na pessoa do seu presidente Professor Doutor Sobrinho Teixeira, e ao diretor da Escola Superior de Comunicação, Administração em Turismo que me permitiram prosseguir as qualificações relevantes para o reforço do exercício das minhas funções.

A todos os professores e colegas da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro por me acompanharem nesta jornada.

Aos meus pais Moisés e Valentina, ao meu irmão Xavier e irmã Paula pelo apoio incondicional e compreensão nos momentos de maior indisponibilidade minha, estando sempre presentes.

Uma palavra especial aos que foram e ainda são meus companheiros de reflexão e de jornada, que, por tantas e variadas razões, me estimularam a este trabalho - José, Ana, Catarina, Carlos, Rui, Paulo e a Ivone.

Por vezes, temos a sorte de encontrar pessoas de várias áreas do saber, unidas pelo mesmo gosto. Esta tese não teria tomado os rumos que tomou, se não fosse a eclética e, por

isso, estimulante, troca (neste caso receção) de conhecimentos, durante a frequência da pós – graduação em Turismo e Património Religioso, da Universidade Católica de Lisboa. Nas suas áreas do saber (religião e sociologia) encontrei novas vias de pensamento, que me conduziram a novos caminhos na realização deste trabalho. Agradeço-lhes a disponibilidade e amizade.

Por último, esta investigação não teria sido possível sem a colaboração e boa vontade de muitos anónimos que se dispuseram a responder ao inquérito, pelo que agradeço a todos os que aceitaram conversar comigo, disponibilizando parte do seu tempo e atenção.

Resumo

O culto mariano é uma constante na cultura portuguesa e peninsular, existindo desde o princípio da nacionalidade, com as célebres cantigas de Santa Maria, de Afonso X.

Conhecer a história do culto de Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego, e o espaço de feição constituem uma das prioridades desta investigação. Esta investigação centra-se entre os séculos XVII/XX como período de análise, no pressuposto de que essa delimitação permite analisar importantes e dissemelhantes contextos político-culturais e religiosos. Se é certo que, a primeira baliza temporal se justifica pela necessidade de examinar a raiz antropológica e devocional do início da formação do culto e os primórdios da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, enquanto gestionária do culto, a segunda limita o período da observação.

Os aportes documentais foram as atas da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios (AINSRL) e alguns apontamentos da História da Igreja da Diocese de Lamego cujos níveis de leitura variam conforme a contextualização sociocultural, histórica, antropológica e ideológica da época. Daí que não se pretenda proceder a uma interpretação do perfil teológico-pastoral da devoção, mas sim, face ao reconhecido interesse destes documentos bem como à pluralidade das matérias aqui versadas, compreender as sociabilidades e representações políticas cuja representação religiosa não é senão uma parte.

O culto foi introduzido na sequência do movimento da reforma religiosa e das resoluções do Concílio de Trento (1545-1563), pois a atmosfera era propícia a estados transitórios de dulia para a hiperdulia, acabando por contribuir de forma capital para a mutabilidade da devoção de Santo Estevão para a Nossa Senhora dos Remédios. Esta mobilidade foi ampliada pela Igreja, inserindo a devoção à Virgem dos Remédios numa estratégia de legitimação da defesa dos seus interesses, apresentando-a como miraculosa, manifestada através de lendas de milagres que culminou na atenção e fervor religiosos do povo. No intuito de criar um centro de peregrinações foi fundado o santuário de Nossa Senhora dos Remédios, no Monte de Santo Estevão, em Lamego, cuja primeira pedra foi lançada no ano de 1750. A sua construção foi fundamental para enquadrar e dirigir o fenómeno devocional que exponencialmente ia crescendo, arrastando públicos/romeiros diferentes, afluindo crentes e não crentes. Para estabelecer os perfis dos romeiros recolheu-se uma amostra através de um inquérito estruturado realizados no dia oito, do mês de setembro,

nos anos de 2007 e 2009, com o objetivo de compreender de que forma estes indivíduos se relacionam e/ou foram harmonizados no sistema religioso, os gostos, as preferências e o modo como o culto tem vindo a ser influenciado por outros cultos, em particular pelo culto de Nossa Senhora de Fátima.

Palavras-chave: Culto Mariano, Concílio de Trento, Devoção, Cultura Portuguesa, Nossa Senhora dos Remédios.

Abstract

The Marian cult is a persistent element of the Portuguese and Iberian cultures that goes back to the birth of the country, with the famous Songs to Saint Mary, by Alfonso X. To know the history of the cult of Our Lady of Remédios and its surrounding space, in Lamego are the main purposes of this work. We will restrict our analysis to the XVII/XX centuries, presuming that such restrictions will allow us to identify important and differing political, cultural and religious backgrounds. If the XVII century is explained by the need to examine the anthropological and devotional roots of the early worship, and the appearance of the Brotherhood of Our Lady of Remédios as the managing body of the worship; the XX century restricts the time under survey. Our documentary inflows for analysis were the minutes of the Brotherhood of Our Lady of Remédios and some documents of the History of the Church of the Diocese of Lamego which can be understood according to the different social, cultural, historical, anthropological and ideological backgrounds of each age. Therefore, our aim is not to interpret the theological and pastoral profile of the cult but, recognizing the interest of these documents and also the plurality of the subjects exposed, to understand the sociabilities and political representations, of which the religious representation is just another component. The cult was introduced as a consequence of the religious reform movement and the decisions of the Council of Trent (1545-1563), since at the time there was a favorable environment to transient states from worship to devotion, which strongly contributed to moving the worship of Saint Stephen towards Our Lady of Remédios. This change was endorsed by the Church, which promoted the worship of the Virgin of Remédios with the aim of defending its own interests, upholding her miraculous nature which was confirmed by the stories of miracles that raised the attention and religious zeal of the people. Aiming to create a pilgrimage destination, the church of Our Lady of Remédios was founded on the Mount of Santo Estevão, in Lamego, and its first stone was laid in 1750. The construction of the church was vital to frame and direct the religious phenomenon that was growing, attracting different visitors/pilgrims, believers and skeptics. To ascertain the profile of the pilgrims we defined a sample through a structured survey which took place on the 8th September of both the years 2007 and 2009, with the aim of understanding how these individuals relate and/or were harmonized in the

religious system, the tastes, the preferences and the way the cult has been influenced by others, namely the cult of Our Lady of Fátima.

Keywords: Marian Cult, Council of Trent, Worship, Portuguese Culture, Our Lady of Remédios.

Nota Prévia: esta tese segue o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. No entanto, manteve-se a grafia original das citações.

SUMÁRIO

| | |
|---|--------------|
| Agradecimentos | v |
| Resumo | vii |
| Abstract | ix |
| Índice de mapas | xv |
| Índice de tabelas..... | xvi |
| Índice de gráficos | xviii |
| Índice de esquemas | xix |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| 1. Um percurso analítico a partir da metodologia e fontes de estudo | 3 |
| 1.1 Delimitação do campo de estudo | 3 |
| 1.2 Definição da área de estudo | 5 |
| 1.2.1 Santuário..... | 7 |
| 1.3 Opções metodológicas fundamentais | 12 |
| 1.4 Fontes de estudo utilizadas..... | 12 |
| 1.4.1 A produção e crítica documental..... | 12 |
| 1.4.2 A conservação e preservação dos documentos | 16 |
| PARTE I - A GESTÃO DO CULTO | 17 |
| Capítulo 1. A origem e estabelecimento da Irmandade | 18 |
| 1. Breve nota histórica..... | 18 |
| 1.1 <i>Breves Apostólicos e Regalias Papais</i> | 23 |
| 1.2 O universo confraternal em Lamego | 27 |
| 1.3 A Irmandade Nossa Senhora dos Remédios <i>versus</i> Santa Casa da Misericórdia | 29 |
| 1.4 A Irmandade e outras Instituições | 34 |
| Capítulo 2. Os Irmãos e a Administração da Irmandade | 36 |
| 2.1 Os Estatutos..... | 36 |
| 2.2 O Corpo da Irmandade: Os Irmãos | 43 |
| 2.2.1 As admissões | 47 |
| 2.2.2 Origem dos Irmãos | 50 |
| 2.2.3 Categoria de Irmãos: Remidos e não Remidos | 51 |

| | |
|--|------------|
| 2.2.4 Privilégios e Obrigações..... | 52 |
| 2.2.4.1 Os Privilégios | 52 |
| 2.2.4.2 As Obrigações | 56 |
| 2.2.5 A composição socioprofissional..... | 59 |
| 2.2.5.1 As Irmãs | 61 |
| Capítulo 3. Caraterísticas orgânicas da Irmandade..... | 63 |
| 3.1 O processo eleitoral..... | 63 |
| 3.2 A Mesa Eleitoral..... | 65 |
| 3.2.1 A distribuição de poderes..... | 65 |
| 3.3 A Mesa Administrativa | 66 |
| 3.3.1 O juiz..... | 75 |
| 3.3.2 O tesoureiro | 78 |
| 3.3.3 O secretário | 80 |
| 3.3.4 Os empregados assalariados..... | 82 |
| 3.3.5 O capelão, organista, servente ou sacristão e o cantoneiro | 83 |
| 3.4 Os ordenados..... | 85 |
| 3.5 O Definitório | 85 |
| Capítulo 4. Os fundos económicos da Irmandade e sua proveniência..... | 87 |
| 4.1 O orçamento: receitas e despesas | 88 |
| 4.2 As fontes de receita | 96 |
| 4.2.1 As ofertas dos devotos..... | 97 |
| 4.2.1.1 As Esmolas..... | 101 |
| 4.3 O Comércio da Fé - venda de bens e serviços religiosos..... | 115 |
| 4.4 Empréstimos, capitais e os juros | 118 |
| 4.5 As despesas da Instituição | 123 |
| 4.6 As diferenças entre receitas e despesas..... | 125 |
| Capítulo 5. O enquadramento histórico-religioso do culto..... | 127 |
| 5.1 A génese do culto de Nossa Senhora dos Remédios em Portugal | 130 |
| 5.1.1 Criação do culto de Nossa Senhora dos Remédios: oportunidade ou conformismo? | 133 |
| 5.2 Iconografia | 140 |
| 5.3 Lendas e milagres: sua influência na consolidação do culto..... | 144 |
| 5.4 A festa de Nossa Senhora dos Remédios: Devoção ou Diversão?..... | 147 |
| 5.4.1 A fé em números | 150 |
| PARTE II - A SOCIEDADE EM PEREGRINAÇÃO | 156 |
| Capítulo 1. Os Inquéritos: uma ferramenta de investigação..... | 157 |
| 1.1 Enquadramento da Amostra | 159 |

| | |
|--|------------|
| 1.2 Calendário dos inquéritos..... | 159 |
| 1.3 Conceção do inquérito..... | 159 |
| 1.4 Codificação, processamento e análise dos dados..... | 161 |
| Capítulo 2. O perfil do romeiro: caracterização sociorreligiosa | 162 |
| 2.1 Sexo..... | 162 |
| 2.2 Estado civil..... | 163 |
| 2.3 Faixa etária..... | 163 |
| 2.3.1 Média de idades..... | 164 |
| 2.4 Habilitações Académicas e Profissão..... | 165 |
| 2.5 Naturalidade e Residência..... | 166 |
| 2.6 Devoção..... | 171 |
| 2.7 Perfil comportamental: motivacional e preferencial..... | 175 |
| 2.8 Eventos religiosos..... | 187 |
| Capítulo 3. Agentes envolvidos..... | 190 |
| 3.1 Responsáveis e participantes institucionais da festa religiosa..... | 190 |
| 3.1.1 Gestão do percurso..... | 193 |
| 3.1.2 Deslocação à romaria..... | 194 |
| Capítulo 4. A Romaria e o Arraial..... | 200 |
| 4.1 A chegada ao santuário..... | 203 |
| 4.2 A Procissão..... | 208 |
| 4.2.1 A Procissão do Triunfo..... | 211 |
| 4.3 Imagem e promoção da festa..... | 222 |
| Epítome – várias conclusões em aberto..... | 226 |
| Fontes e referências bibliográficas..... | 233 |
| Apêndice 1. O corpo de Irmãos..... | 245 |
| Apêndice 2. Inquérito..... | 260 |
| Anexo 1. Os Estatutos da Real Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios da Cidade de Lamego..... | 267 |
| Anexo 2. Reforma dos Estatutos da Real Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios de Lamego..... | 280 |

Índice de Ilustrações

| | |
|--|-----|
| Ilustração 1. <i>Breve Apostólico de 1780</i> | 24 |
| Ilustração 2. <i>Retratos dos benfeitores (a, b, c e d)</i> | 56 |
| Ilustração 3. <i>Oferta do devoto Domingos, no ano de 1857</i> | 101 |
| Ilustração 4. <i>Oferta do devoto alferes Joaquim Pinto de Sousa Macário</i> | 101 |
| Ilustração 5. <i>Agradecimento</i> | 115 |
| Ilustração 6. <i>Imagem Nossa Senhora dos Remédios, Lamego</i> | 142 |
| Ilustração 7. <i>Imagem de Nossa Senhora dos Remédios, Lamego (pormenor)</i> | 143 |
| Ilustração 8. <i>Reza do Terço</i> | 203 |
| Ilustração 9. <i>Queimador localizado na parte exterior do santuário</i> | 204 |
| Ilustração 10. <i>Pormenor da queima das velas</i> | 205 |
| Ilustração 11. <i>Oferta de ex-voto</i> | 205 |
| Ilustração 12. <i>Fontes localizadas no Santuário (a,b e c)</i> | 207 |
| Ilustração 13. <i>Andor de Nossa Senhora da Assunção</i> | 213 |
| Ilustração 14. <i>Andor de Nossa Senhora dos Remédios</i> | 213 |
| Ilustração 15. <i>Figurantes (a, b, c, d, e e f)</i> | 216 |
| Ilustração 16. <i>Bandeira de Nossa Senhora dos Remédios</i> | 218 |
| Ilustração 17. <i>Cruz Processional</i> | 219 |
| Ilustração 18. <i>Andor em forma de barca, 2010</i> | 219 |
| Ilustração 19. <i>Chegada do andor à Igreja de Santa Cruz</i> | 221 |

Índice de mapas

| | |
|--|------------|
| <i>Mapa 1. Localização geográfica</i> | <i>5</i> |
| <i>Mapa 2. Vias Portuguesas de Peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média.....</i> | <i>6</i> |
| <i>Mapa 3. Locais de culto de Nossa Senhora dos Remédios, século XVIII.....</i> | <i>131</i> |
| <i>Mapa 4. Naturalidade/residência dos inquiridos no Santuário de Nossa Senhora dos Remédios</i> | <i>167</i> |
| <i>Mapa 5. Naturalidade/residência dos inquiridos no Santuário de Nossa Senhora de Fátima</i> | <i>168</i> |
| <i>Mapa 6. Percorso da Marcha luminosa</i> | <i>202</i> |
| <i>Mapa 7. Percorso da Procissão do Triunfo.....</i> | <i>214</i> |

Índice de tabelas

| | |
|---|-----|
| Tabela 1. <i>Fases de construção</i> | 9 |
| Tabela 2. <i>Encomendadores e Artistas</i> | 11 |
| Tabela 3. <i>Irmandades Religiosas (séc. XIX)</i> | 28 |
| Tabela 4. <i>Santas Casas de Misericórdia do Distrito de Viseu (séc. XIX)</i> | 29 |
| Tabela 5. <i>Faltas à desobriga</i> | 45 |
| Tabela 6. <i>Faltas à desobriga no século XIX por diocese e sexo</i> | 45 |
| Tabela 7. <i>Joia de admissão</i> | 49 |
| Tabela 8. <i>Composição das Mesas Administrativas</i> | 73 |
| Tabela 9. <i>Orçamento, ano de 1867</i> | 92 |
| Tabela 10. <i>Orçamento, ano de 1868</i> | 93 |
| Tabela 11. <i>Orçamento, ano de 1872</i> | 95 |
| Tabela 12. <i>Produto das esmolas</i> | 104 |
| Tabela 13. <i>Resultado do peditório realizado no reino do Brasil</i> | 108 |
| Tabela 14. <i>Valor da letra, ano de 1871</i> | 109 |
| Tabela 15. <i>Subscrição do peditório feito no Reino (ano de 1868)</i> | 114 |
| Tabela 16. <i>Resumo das despesas de receitas da Irmandade, anos de 1872 e 1882</i> | 125 |
| Tabela 17. <i>Devoções religiosas no Alto Douro</i> | 139 |
| Tabela 18. <i>Principais devoções/invocações portuguesas</i> | 152 |
| Tabela 19. <i>Recenseamento da Prática Dominical (2001)</i> | 154 |
| Tabela 20. <i>Religião que professa</i> | 155 |
| Tabela 21. <i>Total de indivíduos, segundo os grandes grupos etários</i> | 164 |
| Tabela 22. <i>Média das idades</i> | 164 |
| Tabela 23. <i>Instrução e Profissão</i> | 165 |
| Tabela 24. <i>Motivos da vinda à festa</i> | 170 |
| Tabela 25. <i>Crença em Nossa Senhora dos Remédios</i> | 172 |
| Tabela 26. <i>Devoção na Nossa Senhora dos Remédios</i> | 174 |
| Tabela 27. <i>Devoção na Nossa Senhora de Fátima</i> | 174 |
| Tabela 28. <i>Motivos de participação na festa</i> | 176 |
| Tabela 29. <i>Motivos de repetição da visita</i> | 177 |
| Tabela 30. <i>Variável Sexo</i> | 178 |
| Tabela 31. <i>Variável Idade</i> | 179 |
| Tabela 32. <i>Variável Habilitações Académicas</i> | 181 |
| Error! Hyperlink reference not valid. | |
| Tabela 34. <i>Importância atribuída a cada fator ao escolher este destino</i> | 183 |

| | |
|---|-----|
| Tabela 35. <i>Motivações versus género masculino/feminino</i> | 184 |
| Tabela 36. <i>Fatores de atração versus habilitações académicas</i> | 186 |
| Tabela 37. <i>Eventos religiosos</i> | 187 |
| Tabela 38. <i>Importância dos eventos – variável sexo</i> | 188 |
| Tabela 39. <i>Características da deslocação à romaria</i> | 195 |
| Tabela 40. <i>Despesas de deslocação</i> | 196 |
| Tabela 41. <i>Tempo de permanência na romaria</i> | 197 |
| Tabela 42. <i>Assiduidade e participação na festa</i> | 198 |
| Tabela 43. <i>Média de idade média/ tempo de participação na romaria</i> | 199 |
| Tabela 44. <i>Média de idade média de acordo com primeira vez na região</i> | 199 |
| Tabela 45. <i>Capacidade de atração da festa</i> | 222 |
| Tabela 46. <i>Participação dos jovens na organização da Romaria</i> | 224 |
| Tabela 47. <i>Idade média dos jovens</i> | 224 |
| Tabela 48. <i>Participação na organização da romaria versus habilitações académicas</i> | 225 |
| Tabela 49. <i>Importância dada aos meios de divulgação da romaria</i> | 225 |

Índice de gráficos

| | |
|---|-----|
| <i>Gráfico 1. Número de admissões</i> | 44 |
| <i>Gráfico 2. Residência dos Irmãos séculos XVIII-XX</i> | 50 |
| <i>Gráfico 3. Admissões ano de 1874</i> | 51 |
| <i>Gráfico 4. Categoria profissional dos Irmãos</i> | 60 |
| <i>Gráfico 5. Categorias Profissionais séculos XVIII-XIX</i> | 62 |
| <i>Gráfico 6. Estrutura da Mesa Administrativa</i> | 68 |
| <i>Gráfico 7. Juizes da Irmandade: ano de 1749 a 1905</i> | 76 |
| <i>Gráfico 8. Juizes e anos de permanência no cargo (1749 a 1905)</i> | 77 |
| <i>Gráfico 9. Tesoureiros e anos de permanência no cargo (1749 a 1905)</i> | 79 |
| <i>Gráfico 10. Secretários e anos de permanência no cargo (1749 a 1905)</i> | 81 |
| <i>Gráfico 11. Ordenados</i> | 85 |
| <i>Gráfico 12. Número de Missas</i> | 117 |
| <i>Gráfico 13. Gastos com as festividades</i> | 124 |
| <i>Gráfico 14. Recenseamento católico</i> | 153 |
| <i>Gráfico 15. Níveis de participação</i> | 162 |
| <i>Gráfico 16. Estado civil</i> | 163 |
| <i>Gráfico 17. Naturalidade e Residência</i> | 166 |

Índice de esquemas

| | |
|---|------------|
| <i>Esquema 1. Sinóptico simplificado da investigação a realizar</i> | <i>3</i> |
| <i>Esquema 2. Indicadores de difusão da devoção</i> | <i>21</i> |
| <i>Esquema 3. Indicadores de Forças</i> | <i>22</i> |
| <i>Esquema 4. Breves Apostólicos e Regalias Papais</i> | <i>25</i> |
| <i>Esquema 5. Reforma dos estatutos</i> | <i>37</i> |
| <i>Esquema 6. Sinopse da Procissão do Triunfo</i> | <i>218</i> |

“Desenvolver um problema não quer dizer resolvê-lo: pode significar apenas esclarecer-lhe os termos de modo a tornar possível uma discussão mais aprofundada.”

(Eco 1989: 3)

INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XVI desenrolaram-se, por toda a Europa, uma série de acontecimentos únicos que desembocaram, cada qual a seu tempo, nos horizontes nossos contemporâneos na relação da Igreja com a sociedade, designadamente no que às devoções diz respeito. Entre os vários acontecimentos destaca-se o Concílio de Trento (1545-1563) como defensor intemerato e persistente do espírito mariano, generalizando-se o culto à Virgem Maria, vulgarmente designado como culto mariano. Este ideário, indecifrável na sua dimensão, trouxe ideias e sentimentos novos que foram minando as bases culturais, sociais e políticas em Portugal; se se examinar os códigos legislativos a partir do século XVI, as instituições e/ou os costumes da vida portuguesa, verifica-se que quase tudo teve as suas origens e/ou ficou esboçado sob o domínio do Concílio, incluindo os aspetos da política religiosa. O novo paradigma não se limitou a trazer um programa para resolver este ou aquele problema, mas procurou estabelecer um novo sentido para os cultos marianos e concomitantemente para as populações. Novas devoções ganharam terreno, compreendendo um espaço da liberdade interior, espontâneo e prenhe de interrogações. A Virgem Maria passou a acudir aos instantes desejos e pedidos dos fiéis, enquanto depositária mnemónica do povo.

Volvidos cinco séculos, a Virgem Maria é uma referência simbólica na sociedade portuguesa não obstante da volatilidade das devoções graças à uniformização cultural e às transformações sociais. A consciencialização da preservação da memória e da identidade cultural e religiosa levou ao estudo da devoção de Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego, enleando-se as dimensões - sociais, culturais, políticas e económicas -, com as formas de expressão, as entidades invocadas, os locais de celebração, os símbolos utilizados e as suas funções semiológicas.

Quando se optou por este tema havia a consciência de que, embora pertinente, se revestia de várias dificuldades uma vez que, inventar na lente mais distante que subjaz ao trato da fé e dos enigmas existenciais, obriga forçosamente a abrir a câmara em diferentes volumetrias para não se cair no vácuo de formulações inconsequentes. Entre as complexidades o destaque vai para a escassez de documentação sobre o que esteve na origem do culto de Nossa Senhora dos Remédios – quando e como o povo o interiorizou. A inexistência de padrões já testados, que pudessem orientar a título de exemplo, criou, à partida, entraves à comparação de dados. Os estudos existentes até à primeira centúria do

século XX, apesar de esparsos, provêm de autores inseridos na carreira eclesiástica ou com fortes ligações à Igreja. A partir da Conferência de Medellín, em 1968, houve a necessidade de «pesquisar as razões sociais, antropológicas e históricas que explicavam a diferente valorização das práticas religiosas no interior da Igreja, nomeadamente as peregrinações» (Penteado 1992: 171). Neste seguimento, novos investigadores procuraram responder a este desafio e a partir da década de 70 «o catolicismo popular começou a ser reflectido no interior da Igreja e a ser objecto de estudos sócio-religiosos, incluindo a problemática dos santuários» (*Idem*); não obstante, a maioria das análises observadas dissecavam somente o papel dos peregrinos que visitavam os santuários internacionais - os santuários de Fátima, de Santiago de Compostela, de Lourdes, de Roma, etc. -, preterindo-se os santuários regionais.

O tema conduziu a outras experiências de investigação, num misto de direito canónico e de teologia moral/pastoral. Realizaram-se, ainda, monografias e pequenos ensaios específicos sobre os cultos, dando sobretudo enfoque à vertente sociológica. Esta temática despertou também o interesse em países como o Brasil, França, Espanha e Itália, apresentando especificidades nos diferentes níveis de leitura conforme os atores e o contexto social.

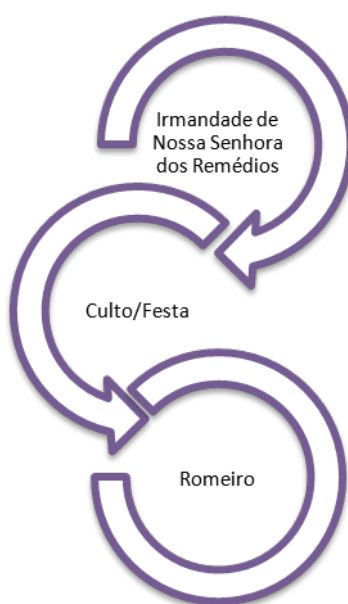
Neste trabalho analisar-se-ão alguns dos conjurados do aparecimento do culto de Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego, enquanto produto composto; privilegiar-se-á as vertentes gestonária e empírica da história espiritual, ao incluir a Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, enquanto superintendente da devoção, bem como os públicos/romeiros da festa/devoção. Trata-se, por isso, de uma abordagem pioneira que contém vários sedimentos de leitura e, como tal, a sua compreensão torna-se complexa, ganhando e perdendo significado de *per se*, mas que, se conseguir suscitar o interesse, o debate e o estímulo ao aprofundamento da investigação, terá cumprido a sua função.

1. Um percurso analítico a partir da metodologia e fontes de estudo

1.1 Delimitação do campo de estudo

O trabalho não é redutível a uma simples acumulação de dados, antes reverterá em salto qualitativo do conhecimento do culto de Nossa Senhora dos Remédios à medida que as diferentes áreas de atuação forem contextualizadas. Assim, a análise será alargada a uma porção de outros temas de incontornável interesse, formando a moldura concetual desta tese.

No itinerário de investigação distinguir-se-ão três níveis de análise, conforme esquema 1:



Esquema 1. Sinóptico simplificado da investigação a realizar

Fonte: elaboração própria

Num primeiro nível de análise, parte I (capítulo I, II, III e IV), serão abordados aspetos de carácter acentuadamente teórico acerca da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios¹, enquanto Instituição âncora da região, responsável pelo culto e promotora da festa religiosa; cresceu na sombra do poder régio e sob a égide dos valores matriciais do cristianismo. O sistema de apego pelos irmãos abonava prestígio à Irmandade, formando perímetros fechados que teciam como que uma malha doméstica fornecendo, também, uma impressão de solidez dissuasora, útil em tempos de insegurança. Não obstante do fim

¹ As fontes manuscritas descrevem indiscriminadamente o termo Confraria ou Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios. Nesse sentido, referir-se-á ambos os termos como sinónimos, indicando uma tipologia de associações que se classificava segundo critérios de funcionalidade, distinguindo Irmandades caritativas, penitenciais, ofícios e devocionais. Esta última é que agrega a devoção a Nossa Senhora dos Remédios.

espiritual existem outras ocupações dentro da Instituição que se descreverão mais afincadamente nos pontos seguintes: em primeiro lugar, a existência de um parentesco espiritual entre os homens irmanados, servindo-a; em segundo lugar, a solidariedade entre os Irmãos, mormente os que ocupavam cargos de função e, em terceiro lugar, a existência de património material e económico-financeiro que se presumia suficiente para a fazer sustentar, bem como de um património imaterial/intangível indissociável do imaginário popular das gentes do Douro, tanto das gerações passadas como presentes. Observar-se-á, ainda, a dinâmica interna e externa, enquanto responsável pela construção de um monopólio devocional à Virgem dos Remédios² e as suas ligações com a comunidade – bispos, nobres, militares e Irmãos em geral. Será feita uma abordagem, também, aos aspetos do funcionamento orgânico da entidade, entre eles, os Estatutos. Todas estas perspetivas serão amplamente justificadas na primeira parte do trabalho.

No capítulo V, aferir-se-ão as origens do culto e as causas que o alimentaram, ou seja, dissecar-se-á se o culto resulta de uma construção puramente legal ou de uma manifestação do sagrado, dando origem a lendas, ganhando corpo ao longo das gerações. Será analisada a forma como o povo salvaguardou a sua fé das investidas do secularismo e da modernidade.

Na parte II o estudo ocupa-se dos romeiros, da prática religiosa e da festa, nas suas amplas manifestações. Não se fará uma caracterização pormenorizada da religiosidade popular, mas antes se dará a conhecer o público da festa, as motivações e as riquezas inauditas da visita e/ou participação. A festa marca a vida comunitária e constitui um importante momento de paragem dos trabalhos quotidianos. É um misto de expressão de fé e cultura popular, cuja importância se encontra profundamente enraizada na memória dos seus participantes, aglutinando pessoas vindas de localidades mais ou menos distantes. A sua estrutura divide-se em três partes rituais fundamentais: a primeira consiste na oração coletiva celebrada nas vésperas do dia da festividade (com a novena preparatória); a segunda compreende os rituais ligados à procissão³; a terceira inclui o arraial.

Por fim, o estudo acarretará ainda temas ligados ao turismo, um dos mais poderosos motores de intercâmbio entre culturas, afigurando-se pertinente com a crescente elevação do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial da Humanidade, desde dezembro de 2001; a partir de então, a região granjeou indiscutível interesse; além disso, o Plano Estratégico

² Como é designada na localidade.

³ Ao longo do texto segue-se de perto a obra de Martimort (1965) para definir a noção de “Procissão” bem como a sua tipologia e respetivas regras litúrgicas a respeitar, que serão explanadas com mais pormenor ao longo do trabalho.

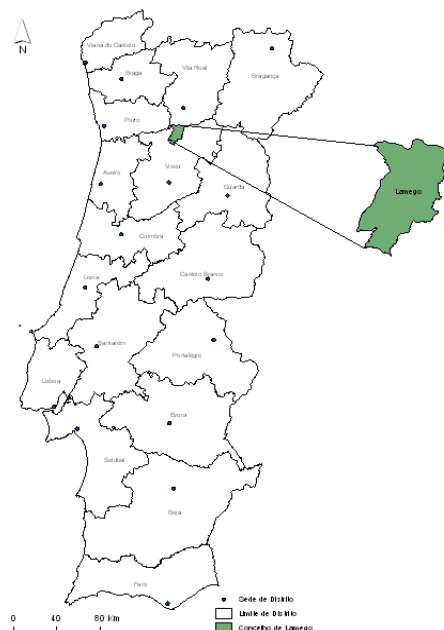
Nacional de Turismo (2006) determina a criação de «itinerários experienciais que sejam uma montra do património histórico, cultural e religioso» das regiões.

1.2 Definição da área de estudo

O culto de Nossa Senhora dos Remédios soleniza-se no santuário do mesmo nome, pertencente ao bispado de Lamego. A diocese está documentalmente formalizada, a partir do ano de 572, após o Concílio de Braga, que por influência de S. Martinho de Dume a submeteu à metrópole bracarense, tendo como primeiro bispo D. Sardinário.

Atualmente integram-na 14 arciprestados (Armamar, Castro Daire, Cinfães, Lamego, Mêda, Moimenta da Beira, Penedono, Resende, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Vila Nova de Foz Côa e Vila Nova de Paiva), num total de 223 paróquias. A extensão territorial denota a importância económica da diocese, bastando pensar, entre outros aspetos, nas dízimas recebidas e/ou outras situações jurisdicionais relativas a esta zona.

O santuário situa-se no Monte de Santo Estevão, no concelho de Lamego, distrito de Viseu. O concelho está dividido em 24 freguesias, duas urbanas (Almacave e Sé) e as restantes rurais, ocupando uma área geográfica de 164 Km². Ao longo dos tempos, a região de Lamego tem sido reputada, na gíria popular, como o “coração do Douro Sul”.



Mapa 1. Localização geográfica

Fonte: Elaboração própria, com base no *Geographic Information System (GIS)*.

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

O seu povoamento remonta à época anterior à ocupação romana, sendo, nos séculos XIV e XV, uma cidade florescente pelas suas fábricas de tecidos. Tinha uma feira anual frequentada pelos mouros de Granada que mercantilizavam especiarias e fazendas do Oriente. Porém, com a «conquista do reino de Granada pelos Reis Catholicos, Fernando e Isabel, expulsando completamente os mouros na península (...) a descoberta da carreira da Índia, pelo cabo da Boa Esperança, em 1497 (...) e a introdução das fazendas francesas e inglesas, (...) desde a 2ª metade do século XVI, o que acabou ou arruinar as suas fábricas» (Leal 1878:35), Lamego foi perdendo importância estratégica.

Mais tarde, nos séculos XVI-XVII, a região transformou-se num importante celeiro, servindo o rio Douro de porto líquido, estabelecendo relações comerciais com outros povos e regiões. Era, também, uma das passagens obrigatórias para os que se dirigiam em peregrinação a Santiago de Compostela, conforme mapa:



Mapa 2. Vias Portuguesas de Peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média

Fonte: Baquero Moreno 1986: 89.

Após esta fase de ascensão, Lamego não mais voltou a ser um centro de negócios e tudo indica que, desde o século XVII, a paisagem rural que circunda a região não apresente grandes transformações, especialmente no tocante aos géneros produzidos, continuando o predomínio do vinho e algum cereal.

A região insere-se na classe de aglomerados rurais de tipo concentrado, característicos das zonas de montanha, com uma população que ronda os 26.691 habitantes (INE 2011). Este tipo de organização espacial tem origem na necessidade de interajuda patente nas práticas comunitárias e nas variadas atividades agrícolas de tipo coletivo, refletindo-se também nas práticas de religiosidade popular⁴.

O setor económico mais representativo é o setor primário (vitivinicultura e agropecuária), padecendo das patologias associadas à desertificação demográfica e ao envelhecimento da população residente, em conformidade com os lugares rurais do interior do país. Esta crescente debilidade fica-se a dever à conjugação de diversos fatores que pela sua ação arruinaram a atratividade do território, gerando naturalmente o êxodo das populações locais. Na forma hodierna, tem-se assistido a uma ténue tentativa de dinamização do tecido económico, diversificando as fontes de rendimento, através da recuperação de edifícios tradicionais para uma posterior reconversão à atividade turística. Esta experiência tem projetado o Douro como destino, tendo-se conseguido edificar alguns equipamentos hoteleiros, mormente unidades de Turismo em Espaço Rural (TER), dando mais visibilidade a toda a região e, quiçá, aumentando o número de visitantes ao santuário e à festa de Nossa Senhora dos Remédios que se celebra na época das vindimas.

1.2.1 Santuário

A arquitectura é entre todas as artes aquela que mais ousadamente procura reproduzir no seu ritmo a ordem do universo.

Umberto Eco - *O Nome da Rosa*

Segundo as *Memórias Paroquiais*, no século XIV D. Durando terá mandado construir uma capela a Santo Estêvão:

⁴ Ao longo da tese sempre que se usa o termo religiosidade segue-se a explanação de Geraldo Dias que defende que: «a religiosidade é o húmus de toda e qualquer religião, popular ou oficial, o substrato indispensável para a consequente estrutura das crenças e sistematização de rituais com que o ser humano manifesta a sua dependência em relação a realidades superiores e transcendentis. A religiosidade sem qualificativos, é, por isso, um sentimento do foro interno, pessoal ou colectivo, anterior, do ponto de vista lógico a qualquer sistema religioso. É por ela que o homem exterioriza o sentimento» (Geraldo, 1996/1997: 245).

Neste monte que é chamado de Santo Estevão bem mayor que o titulo dos Remédios foi erecta sua capella do ditto Santo pelo Bispo Dom Durando (...) todas estas memorias não deyxão escurecer a lembrança de que naquele sitio esteve algum dia a capella do ditto santo (*Dicionário Geográfico*, 1758:294).

No século XVI surgiram novas concepções religiosas em virtude da necessidade de reafirmar as perspectivas católicas e de se fazer cumprir as principais decisões de Concílio de Trento⁵. Com este propósito surgiram novos espaços religiosos com intuito de grassar a devoção mariana. Todavia, mesmo não sendo a principal preocupação a caracterização estilística do santuário de Nossa Senhora dos Remédios, é incontornável fazer-se uma breve caracterização do espaço sacro, tendo em conta as realidades políticas, culturais e artísticas que foram, de forma significativa, enformadoras do culto. O edifício foi erigido no cimo do monte, simbolismo de ascensão, uma vez que a montanha era vista como o ponto mais próximo do céu. Aduz, portanto, a uma conotação com o segredo e o mistério, um lugar em comunicação entre o mundo terrestre e celeste. É um espaço único com grande capacidade de atração.

A deslocação ao santuário está assente em prédicas religiosas, sendo um momento importante na vida do crente; a esta deslocação chama-se peregrinação⁶, envolvendo três grandes dimensões na sua matriz definitória:

- i) Uma viagem;
- ii) Uma motivação - subordinada ao sistema de crenças dentro do sistema cultural;
- iii) Um destino – o local que se considera como sagrado ou onde o peregrino julga que o seu acesso poderá ser mais alcançável.

Turner (1988) foi dos primeiros antropólogos que estudou o fenómeno das peregrinações, ajudando a fortalecer o *corpus* teórico deste saber. Segundo o autor a motivação religiosa e/ou pagamento de promessa dão à caminhada uma dimensão diferente daquela que é realizada a propósito de uma viagem de lazer; para Patenteado o que motiva a peregrinação é «a capacidade da Senhora ouvir e atender os seus fiéis, nos momentos mais difíceis da sua vida» (Penteado,1998:10). Com estes pressupostos, os espaços sagrados

⁵ O Concílio de Trento, um dos mais longos da história da Igreja e considerado um dos três mais importantes, foi o 19º Concílio Ecuménico e realizou-se entre 1545 e 1563, no dia 13 de dezembro de 1545. Convocado pelo papa Paulo III através da bula *Laetare Jerusalem*, datada de 19 de novembro de 1544, realizou-se na cidade de Trento, Itália, visando combater a expansão da Reforma Protestante. O Concílio tinha como objetivo estreitar a união da Igreja e reprimir os abusos. O único português que tomou parte ativa do Concílio foi o frade dominicano Bartolomeu dos Mártires, arcebispo de Braga. Apesar de ter sido interrompido por duas vezes continuou o seu programa até ao ano de 1563. Pio IV confirmou-o por meio da bula *Benedictus Deus*, datada de 26 de janeiro de 1564.

⁶ Seguimos aqui a definição de peregrinação dada por Robert H. Stoddard que a define como uma viagem que se faz a um lugar sagrado, “a journey to a sacred place as an act of religions devotion” (Stoddard 1994: 18)

ganham novo fulgor e dinâmica daí que Santos (2006) categorize os santuários como: «santuários principais» e «santuários secundários ou menores»; os santuários principais abrangem os santuários internacionais e/ou nacionais, sendo «atraídos anualmente pelo menos por 100.000 visitantes» (Santos 2006: 439), como são exemplos os santuários de Nossa Senhora de Fátima, Santiago de Compostela ou de Nossa Senhora de Lurdes; os santuários secundários incluem os santuários regionais e/ou inter-regionais, que atraem anualmente menos de 100.000 visitantes (*Idem*) como o santuário da Virgem dos Remédios.

A construção do santuário de Nossa Senhora dos Remédios foi fundamental para enquadrar e dirigir o fenómeno devocional que exponencialmente ia crescendo, encontrando neste local um pulmão de homeostasia cultural: «Os santuários podem oferecer e oferecem esta marca central para a organização primária da vida, o que esclarece a sua procura e o desenvolvimento da vida ritual devocional no seu perímetro» (Lima 2003: 36-37). Na verdade, a região não foi um território de grandes construções arquitetónicas que movimentaram grandes estaleiros das comunidades monásticas e/ou grandes encomendas. Prolifera antes uma construção de cariz popular e rudimentar a insinuar uma economia sem recurso a grandes fortunas, sendo, por isso, admirável a audácia do cônego José Pinto Teixeira, juiz da Irmandade, em mandar construir este monumento, iniciado no ano de 1750, e desenvolvido ao longo de quatro fases, conforme tabelas:

| 1ª Fase - (1750-1778) | 2ª Fase - (1778-1868) | 3ª Fase - (1868-1905) | 4ª Fase - (1917-1969) |
|--|---|---|---|
| <ul style="list-style-type: none">• A construção da Igreja;• Organização do espaço interior - (retábulo-mor; retabulos laterais; púlpitos). | <ul style="list-style-type: none">• Construção do escadório (as fontes; o Pátio dos Reis; a Capela de Jesus, Maria e de José; a Cruz monolítica). | <ul style="list-style-type: none">• Reconstrução e ampliação da igreja;• Ampliação do espaço exterior (as torres que ladeiam o frontispício e alteração do frontão);• Outras obras no Santuário;• A construção do Parque Arbóreo | <ul style="list-style-type: none">• Conclusão do escadório. |

Tabela 1. Fases de construção

Fonte: elaboração própria, a partir de Pinto (1997).

Não se fará uma leitura pormenorizada acerca do cariz historiográfico de cada uma destas fases, uma vez que, já existem estudos académicos subordinados a esta temática, no âmbito da

história da arte.⁷ A primeira pedra foi benzida pelo cónego José Pinto Teixeira, a mando do bispo da diocese, D. Frei Feliciano de Nossa Senhora:

Se procedeo a huma sumptuosa capella nova contígua á antiga á qual se deu a principio no anno de 1750 lançando-se a primeira pedra em 14 de Fevereiro do dito anno e em cuja obra se tem continuado até ao presente ainda que lentamente por não ter a Irmandade rendimentos, só se faz com as esmolos dos devotos da mesma Senhora por cujo motivo ainda se não finalizou a capella mor suposto se tem gasto nella perto de 10.000 cruzados, porque foi feyta de pedra muy bem lavrada e com toda a magnificência.(...) O corpo da Igreja se intenta fazer á mesma imitação continuando os devotos com o mesmo fervor que até ao prezente tem mostrado⁸(*Dicionário Geográfico*, Vol.XLX, 1758:296-297).

O santuário, muito apreciado pela sua beleza arquitetónica, gozava de enorme prestígio tendo sido dotado de grandes privilégios, transformando-se num espaço vivo à volta do qual gravitava grande parte da vida dos lamecenses. As obras iam crescendo a um ritmo lento, pois estavam dependentes da disponibilidade financeira da irmandade. Segundo Pinto (1997) a instituição investia na decoração da capela e no aspeto do edifício, procurando soluções atualizadas em relação ao que de melhor se fazia na capital e nas igrejas paroquiais, com as quais, muitas vezes, rivalizava na angariação de devotos e/ou na angariação de esmolos. Onze anos após o lançamento da primeira pedra terminaram as obras, inaugurando-se:

Na quarta feyra vinte e dois dias do mes de julho do prezente anno de mil setecentos secenta e hum dia de Sancta Maria Magdalena, das sinco para as seis horas da manha com authondade e pleno consentimento do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Dom Feleciano de Nossa Senhora Bispo deste Bispado de Lamego (...) Cruz levantada e suas tochas, com caldeyna e agoa benta e inxopo, e em paramento, se procedeo na benção da nova cappela asim por fora como por todo seu âmbito e sácrestia em volta em procissão na forma do Ritual Romano, cantando os salmos Ladainha preces e oraçoens (AINSRL, 1761: 12).

D. Feliciano ordenou que a imagem da Virgem fosse transladada para a sua nova capela. A inauguração foi precedida de um aparatoso cerimonial, sagrando o altar principal ao gosto católico, na forma do *Ritual Romano*, de Paulo V⁹. O novo espaço obedecia aos novos padrões estéticos de Trento, pois pretendia-se que os indivíduos que frequentassem o templo

⁷ A título de exemplo: Pinto, Lucinda de Jesus Barros (1997): *O Santuário de Nossa Senhora dos Remédios em Lamego, Contributo para o estudo do sua construção 1750 -1905/69*. Tese de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

⁸ Grifo do autor.

⁹ O *Ritual Romano* é o livro litúrgico da Igreja de Roma que descreve os ritos dos sacramentos e dos sacramentais não reservados aos bispos, promulgado por Paulo V, no ano de 1614, mantendo-se quase inalterado nas várias edições até ao Concílio do Vaticano II, realizado entre os anos de 1962 e 1965. Neste manual foram redigidos os rituais do batismo, da iniciação cristã dos adultos, da confirmação, da penitência, da unção e pastoral dos doentes, do matrimónio, das bênçãos, das exéquias, entre outros.

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

tivessem uma visão esplêndida do lugar. A sua decoração deveria ter como pressuposto a propaganda e manipulação dos fiéis, seduzindo-os à oração, promovendo a atratividade do lugar com frestas, púlpitos e nichos. A arte catequizava e deslumbrava, mas também legitimava e podia convencer o povo a participar ativamente nas atividades da irmandade, e/ou a novas adesões. Nesta missiva, a instituição tornou-se cliente de artistas, entalhadores, ensambladores, pintores, douradores e escultores, conforme a tabela:

| ENCOMENDADOR | ARTISTA | OBRA | DATA | U.M. Reis |
|---|----------------------|---|---------------|------------|
| Pedro da Silva de Oliveira | Luís Manuel da Silva | Retábulo, tribuna, sacrário, crus, castiçais e tocheiros da Capela-mor | 23-out.-1764 | 490\$000 |
| José Pinto Teixeira | | Imagem de São José | 30-dez.-1766 | |
| Pedro da Silva de Oliveira | | Douramento da tribuna do retábulo-mor | 18-abr.-1773 | |
| | | Retábulos colaterais e respectivas banquetas de castiçais; duas banquetas para a Capela-mor | | |
| José Pinto Teixeira | | Imagem de S. João Baptista e de São Torcato | | |
| Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios | António de Sousa | Pintura, douramento e estofos das imagens | 9 - out.-1813 | Várias |
| Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios | | Três banquetas para os três altares da igreja | 26-jun.-1856 | 115\$200 |
| Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios | | Concerto do altar-mor | s/d-s/m-1872 | 103\$000 |
| Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios | João Tomás Ferreira | Concerto e douramento do altar-mor e altares colaterais | 1-dez.-1899 | 1.248\$000 |
| Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios | Manuel Sampaio | Modificação do trono e camarim do altar-mor | 4-mar.-1900 | 110\$000 |
| Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios | Manuel Sampaio | Modificação ornamental da alha dos altares colaterais | 16-Dez.-1900 | 80\$000 |
| Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios | João Tomás Ferreira | Douramento dos púlpitos | 5-Mai.-1901 | 90\$000 |

Tabela 2. Encomendadores e Artistas

Fonte: Queirós 2001:79-78

As obras eram postas a concurso e escolhido o mestre responsável. De seguida, lavrava-se uma escritura entre as partes contraentes: Irmandade e o mestre da obra (e/ou seu encomendador, caso esta resultasse de uma oferta), bem como com os seus fiadores, geralmente em número de dois (diretamente relacionados com ele ou do mesmo ofício), na presença de um tabelião. No contrato ficavam estipuladas as condições da execução da obra, prazos a cumprir, pagamentos e as punições caso não estivesse concluída na data acordada, conforme documento exemplo:

Termo que se ajustou com Manoel Faustino Loureiro mestre pedreiro. Aos vinte e nove dias do mes de Junho de 1777 se determinou na Meza que se fez na capella se Santo António nos claustros da Sé e ajustou com o zelador mestre pedreiro, Manoel Faustino Loureiro concorrer com todas as obras de pedra que se fizerem na dita Irmandade, de fazer riscos, plantas, meter officiaes e botar los fora os que não forem capazes e cazo que elle

falte na sua auzencia meter outro o que se lhe prometeu servido com toda a satisfação e zello de lhe dar cada anno vinte e quatro mil reis como se obrigou de fazer e cumprir a dita obrigação e obrigava declarando que estes officiaes que o dito meter fará feria délies para se lhe pagar do rendimento da cappella e terá obrigação de ter conta na pedra que vem para se pagarem os carreiros.

Lamego 29 de Junho de 1777.

Manoel Faustino Loureiro (*AINSRL -Livro de Eleicoes de Nossa Senhora dos Remédios*, fl. 50 v).

1.3 Opções metodológicas fundamentais

Os suportes teóricos são frágeis, por isso levantam-se algumas dificuldades relativas à definição da estratégia metodológica a seguir. Investigar é perguntar, o que leva a respostas e a novas perguntas, por isso far-se-á uma triangulação metodológica, utilizando-se o método de estudo de caso etnográfico, proposto por Madureira Pinto e Almeida (1980); identificaram-se, selecionaram-se e interpretaram-se os vários documentos e conteúdos informativos de cariz científico depositados no cartório da Irmandade, enleando-se uma componente mais prática expressa pelo contacto com os romeiros através da aplicação de um inquérito estruturado e, ainda, auxiliada pela objetiva de uma máquina fotográfica, capaz de representar a realidade observada e testemunhá-la com a fidelidade que as palavras não permitem.

Para proceder à análise da literatura recorreu-se a uma ampla pesquisa bibliográfica e documental, privilegiando, sempre que possível, a análise longitudinal dos manuscritos da Irmandade onde cada acontecimento se estuda em função do anterior. Iniciar este trabalho pela perspetiva da Irmandade pareceu ser o caminho mais indicado ao corresponder às normas e imposições que regulamentavam a comunidade de devotos. Ademais, a Instituição estatuiu-se pelas normas gerais relativas à atividade pastoral da Igreja, isto é, em maior ou menor escala, será sempre através das lentes da Igreja que se resgatarão os comportamentos da comunidade de crentes.

1.4 Fontes de estudo utilizadas

1.4.1 A produção e crítica documental

Estabelece-se um amplo e promissor diálogo entre os documentos da Irmandade e as relações sociais, num quadro de coordenadas espaciotemporais, que se irão retratar ao longo do trabalho. A informação sistematizada não é um objetivo por si mesmo, mas funcionou como base de leitura e de interpretação, fazendo-se uma abordagem mais detalhada a alguns dos documentos porque contêm maior número de informação sobre os seus servidores e

protegidos, os cargos e funções, bem como referência a alguns aspetos conexos com o clero e/ou com a prática litúrgica.

As descrições minuciosas expostas no livro de atas convidam o investigador a conviver com os acontecimentos de ordem social e evangélica, sendo uma fonte preciosa e auxiliar para o estudo da comunidade religiosa; oferecem, antes de qualquer outra consideração, uma visão globalizante, mas, como em qualquer investigação, haverá sempre falência de perspetivas, porque nenhum projeto se poderá considerar fechado com tudo o que aqui se depreende de completo e definitivo, até porque cada documento é um universo único e cada ponto de vista, cada ângulo de observação, são sempre parciais e redutores.

Parte da documentação utilizada foi da autoria dos secretários da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios. Estes redatores foram os principais responsáveis pela boa qualidade dos registos, não só pela maneira como trataram os livros, mas também na forma como acataram as determinações dos estatutos; foram uma espécie de mediador informativo entre a Irmandade e a comunidade não obstante de os estatutos fornecerem informações pormenorizadas sobre o modo de proceder (as suas funções são discriminadas na parte I, capítulo 3, ponto 3.3.3).

A não existência de um local próprio para o cartório obrigava a Mesa Administrativa a reunir nas residências particulares, em especial na casa do juiz; talvez, por isso, se justifique alguma desordem na ordenação dos assuntos, e/ou na ordem dos registos, tal como aconteceu com a falta de registo da eleição da Mesa Administrativa do ano 1884-85, e do ano seguinte, ano 1885-86. Estes hiatos temporais serão descritos mais pormenorizadamente na parte I, capítulo 3, ponto 3.1. É provável que parte destes casos acabassem por ser detetados e posteriormente efetuado o seu registo. Os casos mais flagrantes são os livros das lembranças e os Tombos de Irmãos onde, para além da desordem referida, se repetem os assentos, sem respeitar a ordem cronológica. Crê-se que a reiteração dos assuntos em vários livros talvez se devesse ao facto de a documentação ter de ser apresentada em diversos locais e instituições. Além disso, a heterogeneidade das equipas redatoriais e a alternância de secretários com características, estilos e hábitos diversos poderão ter causado inconformidades nos registos.

O acervo documental esteve, ainda, sujeito a delapidações por causas naturais, como o incêndio que deflagrou no dia dezassete de dezembro de 1868 e, um outro, no ano de 1879, em casa do juiz da Irmandade, Visconde Guedes Teixeira. Num ápice de tempo, incrivelmente impetuoso, perderam-se muitas das preciosidades da Irmandade. Aconteceram, ainda, outros atos de razia e vandalismo tal como foi anunciado pelo juiz na sessão da Mesa Administrativa, no dia doze de dezembro de 1914, aos senhores mesários, comunicando que:

«durante o dia 10 do corrente mês haviam sido roubados da sacristia interior os três cálices de uso, (...) vaso grande do sacrário, a cadeirinha da água benta, tudo de prata e um relicário de metal prateado» (AINSRL 1903-1917: 77vs).

Estas inadvertências diminuía o espólio documental, causando limites a uma abordagem mais analítica dos dados, os quais se tentará ultrapassar através de uma posição de permanente crítica e de multiplicidade de critérios. Se, no primeiro caso, o incêndio aconteceu de forma acidental, no segundo nada tem de espontâneo. É o resultado de um verdadeiro fenómeno de intrusão, pois os recursos, símbolos e valores que usurparam pertenciam à Irmandade.

Os manuscritos que subsistiram (e consultados) datam de fases diferentes, entre os séculos XVIII/XX. Os primeiros são exemplares únicos ou cópias manuscritas que, pela idade e características, são objetos de frágil cunho. Analisar o seu conteúdo, por tudo aquilo que representa, foi deveras aliciante e essencial para a história da Instituição, uma espécie de trilhar caminho e ousar contribuir para o conhecimento mais rigoroso do seu percurso, destapando as influências internas e externas bem como o *modus vivendi* com os irmãos, o suporte económico e as obras do santuário.

Os estatutos determinavam que a Irmandade deveria possuir três núcleos documentais:

- i) Um Livro de Registo de Irmãos/Tombo dos Irmãos - onde se registaram os Irmãos admitidos (Remidos e não Remidos) e as advertências que lhe eram feitas;
- ii) Livros de Gestão e Administração da Irmandade – registavam-se as atas das sessões da Mesa Administrativa. Ilustram os vários aspetos políticos e institucionais da Instituição.

No cartório existe uma série muito completa que reúne as atas das reuniões da Mesa Administrativa de 1848 a 1956. Existe também o livro das eleições de 1851 a 1873 e um livro da eleição das mordomas de 1820 a 1862;

- iii) Livro de Registo de Bens e do Património da Instituição.

Nestes livros encontram-se os averbamentos das esmolas, rendimentos, despesas das obras e gastos da Irmandade de 1777-1834. Receitas e despesas da confraria de Nossa Senhora dos Remédios de 1870-1884. Livros de Contas correntes por capitais, foros e rendas de 1880-1920. Existe ainda um Livro de Legados Pios e de doações (até ao ano de

1920 apenas eram registadas as doações mais importantes). Um Livro de Inventário e de Lembranças (paramentaria religiosa ou outra de natureza diversa) de 1740 a 1769 e de 1866 a 1872, bem como o registo da evolução das obras do santuário. Um deles é datado de 1919, da autoria de João Amaral.

Apesar de os estatutos referirem apenas a existência destes livros obrigatórios, a Irmandade alargou os seus registos a outras postilas, visando a boa qualidade da gestão organizacional e um zeloso cumprimento legal e estatutário.

Existem, também, conservados no cartório, uma cópia da *Pastoral* de 32 de agosto de 1776, e diversos *Breves Pontifícios*; entre estes destaque para o *Breve Pontifício* de catorze de maio de 1777, o *Breve Pontifício* de Pio IV, de 1780, o *Breve Pontifício*, de seis de agosto de 1802 bem como a petição de licença para a bênção da capela. A consulta desta documentação, selecionada entre a massa documental, produziu novas perspetivas de leitura, desvendando motivações e atuações da Irmandade que, de outra forma, permaneceriam ocultas.

A análise destes documentos foi complementada com outras fontes secundárias como cartas, cópias de escrituras, alvarás, doações, padrões de juros, posses e escrituras de compra e venda de terrenos e adjudicação de obras do atual santuário dispersas pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Distrital de Viseu e Arquivo Distrital de Braga e pelas Bibliotecas Públicas de Lisboa, Porto, Lamego, Braga e Viseu. Não se tratou aqui de estudar o fundo documental, ainda que extenso, mas sim de considerar um conjunto vasto e disperso de obras e de tentar encontrar documentação – por sinal, como se vê, vária – que pudesse contribuir para esclarecer as circunstâncias que rodearam a criação do culto de Nossa Senhora dos Remédios. Esta documentação não está recenseada, por isso os percursos de investigação encetados foram, em grande parte, encontrados por tentativas, ou melhor, por tentativa e erro, um processo sempre moroso.

O interesse por estes livros é enorme e perante a certeza absoluta de novas descobertas, este estudo jamais se pode pretender como definitivo. Mas, perante as restrições de tempo, destes exercícios académicos, muitas hipóteses de investigação e de buscas documentais, no sentido de esclarecer esta ou aquela questão de pormenor, foram previstas mas suspensas ou abordadas de forma incipiente.

Pese embora as falhas supracitadas e as insuficiências da análise daí derivadas, espera-se que esta investigação constitua um bom contributo para a abordagem do culto de Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego.

1.4.2 A conservação e preservação dos documentos

Na sua generalidade os livros da Irmandade encontram-se em bom estado de conservação. A preocupação de um local apropriado para a conservação do fundo documental era uma das apreensões que vem desde o século XVIII, conforme o assentamento:

Não cuide o pio leitor de que o escrever algumas coisas neste livro, para ficarem para lembrança para o futuro, é porque entre na mais leve presunção que fique cronista e desejar palavras ou aplausos, quando sei poder ser mais motivo para censura, porém como não sejam em coisas contra a fê, mas sim nascidas da minha obrigação, forme cada um o conceito que quiser, porque a mesma Senhora sabe a intenção. Continua escrevendo que não devemos aos antigos mais que uma certa lembrança da sua negligência, pois nos não deixaram gravado, ou escrito em parte algumas, de onde contem os princípios da erecção desta Capela de Nossa Senhora dos Remédios (INSRL – Livro de eleições de 1741: 8).

O juiz lamentava a falta de espaço para a guarda dos documentos, apelando para a necessidade urgente de criar um local próprio. Tal pretensão manteve-se no século seguinte como atesta a resposta da Mesa, aquando da receção do ofício, nº. 292, no ano de 1870, proveniente do administrador do concelho, a solicitar a verificação das contas; após receber a notificação, a Irmandade respondeu que «não tinha cartório especial nem empregado permanente para o dirigir» (AINSRL 1870:174vs).

À medida que a Instituição ia crescendo, aumentava as responsabilidades, envolvendo-se em processos judiciais, frequentemente provenientes da receção de heranças, precisando, por isso, de preservar a documentação fundamental para a sua defesa em tribunal, ou então para dar cumprimento a legados instituídos. Estas e outras razões levaram a Instituição, no final do século XIX, a criar um cartório para depósito, manutenção e conservação de documentos, na parte superior da capela, restringindo o acesso ao pessoal especializado e responsabilizando os que tinham a seu cargo a sua conservação.

Parte I - A GESTÃO DO CULTO

Capítulo 1. A origem e estabelecimento da Irmandade

1. Breve nota histórica

Neste capítulo tentar-se-á compreender algumas das primeiras linhas orientadoras da Irmandade enquanto Instituição gestonária do culto, depois do ano de 1600, e o seu envolvimento com outras instituições congéneres. Porém, sem se pretender ser exaustivo - tal não se justificaria aqui – dar-se-á destaque a vários aspetos particularmente significativos das novas preocupações no domínio confraternal depois do Concílio de Trento, uma vez que as instituições religiosas alcançaram novo vigor. Segundo Venard, as confrarias devocionais admitiam «todos os laicos, eclesiásticos, homens e mulheres sem distinção profissional» (*Apud* Abreu 1991: 4); estas «incentivam os seus membros a participarem em actos de piedade individual como a prática sacramental da confissão» (*Idem*) e eram uma espécie de micro-sociedades por excelência de carácter religioso, com alcance «identitário», (Araújo 1997: 479). Embora a definição não seja isenta de equívocos e ambiguidades, a Concordata define-as como:

Pessoa jurídica canónica a que o Estado Português reconhece personalidade jurídica civil, que se rege pelo Direito Canónico e pelo Direito Português, aplicados pelas respectivas autoridades, e tem a mesma capacidade civil que o Direito Português atribui às pessoas colectivas de direito público, por ser de idêntica natureza (Concordata de 2004, artigo 11º, nº 1).

Esta dualidade – civil e canónica – tem procurado identificar e designar as diversas modalidades consoante a natureza dos seus contributos. São «associação pública» (*Normas Gerais das Associações de Fiéis* 2008: artº nº 3º e 4º) de fiéis que promovem laços cooperativos e de solidariedade entre os seus membros.

Por influência das resoluções do Concílio de Trento, as autoridades episcopais realizaram Sínodos Diocesanos nos bispados e/ou arcebispados, reunindo os bispos das dioceses, recomendando-lhes a elaboração de "constituições", incentivando a capacidade confraternal. O medo do mundo desconhecido, bem como a «necessidade de segurança face a um mundo instável» (Lopes 2010: 54) levou à adesão de muitos indivíduos nas confrarias, mormente do Rosário, do Santíssimo Sacramento e das Almas do Purgatório na procura de indultos. As confrarias homogeneizaram-se e os movimentos confraternais ganharam terreno, deixando marcas duráveis, determinando a interajuda entre os confrades, em conformidade com os fundamentos católicos:

Em princípio, a confraria reunia católicos de todas as origens sociais debaixo da devoção a um mesmo santo ou participação num mesmo acto de fervor religioso. A confraria dirigia-se a um fim quase sempre bem determinado. Utilizava, na maior parte das vezes, factores de solidariedade económica ou profissional que estariam na base das futuras corporações. (...) Cada ofício, ou grupo de ofícios afins, possuía a sua confraria, invocava o seu santo e ostentava o seu pendão especial. Cada confraria era mais ou menos abastada consoante o grau de opulência dos seus componentes. Disponha de casas, vinhas e de searas. Auferia rendas. Sustentava hospitais e prestava assistência aos confrades inválidos ou idosos (Marques 1987: 169).

Na época moderna, as confrarias proliferavam em quase todas as localidades, pelo menos por força das necessidades do culto religioso; tinham uma orientação religiosa, ainda que, à época, o sagrado estivesse para lá do que era visível, desvendando-se em contínuas manifestações de solidariedade.

No século XVI, D. Manuel I, para maximizar e/ou melhorar os modelos de gestão, tornando-os mais eficazes, deliberou novos procedimentos, estruturando o movimento confraternal mormente os arquivos, tornando mais funcionais as organizações. Entre as novas regras, o monarca determinou uma norma comum para todos os arquivos. Assim:

- i) Principiavam pelas disposições manuelinas que lhes haviam dado origem;
- ii) Prosseguiam com os compromissos pelos quais se regulava cada uma das instituições;
- iii) Continuavam com uma descrição exhaustiva de todos os seus bens e respectivos rendimentos;
- iv) Por fim concluíam com vários aditamentos e alterações introduzidas por D. Manuel na ação dessas instituições (Trindade 2001: 17).

Divididos em quatro partes, tornaram-se um instrumento de gestão fundamental para as instituições. Crê-se que terá sido um pouco mais tarde que, em Lamego, um grupo de cristãos mais generosos meteu-se a permeio e constituiu um grupo de interventores, merecendo da parte da Igreja o melhor apoio. Na documentação consultada, a primeira referência a este movimento confraternal surge num traslado seiscentista (1628) referente à doação de «um souto e de sete canados de azeite bem como da existência de algumas propriedades pertencentes à Capela» (AINSRL 1740: 9). Este arrolamento de bens, que representa o único registo de que se dispõe até ao momento, aponta para três aspetos fundamentais:

- i) Referência à existência da capela e à alusão da devoção na localidade o que comprova que a Instituição já existia, pelo menos, na primeira metade do século XVII;

- ii) O papel das doações na constituição do património da Irmandade;
- iii) O assumir da realidade plurifacetada da Irmandade e a possível associação das doações a funções de assistência espiritual ou outras, mormente na hora morte.

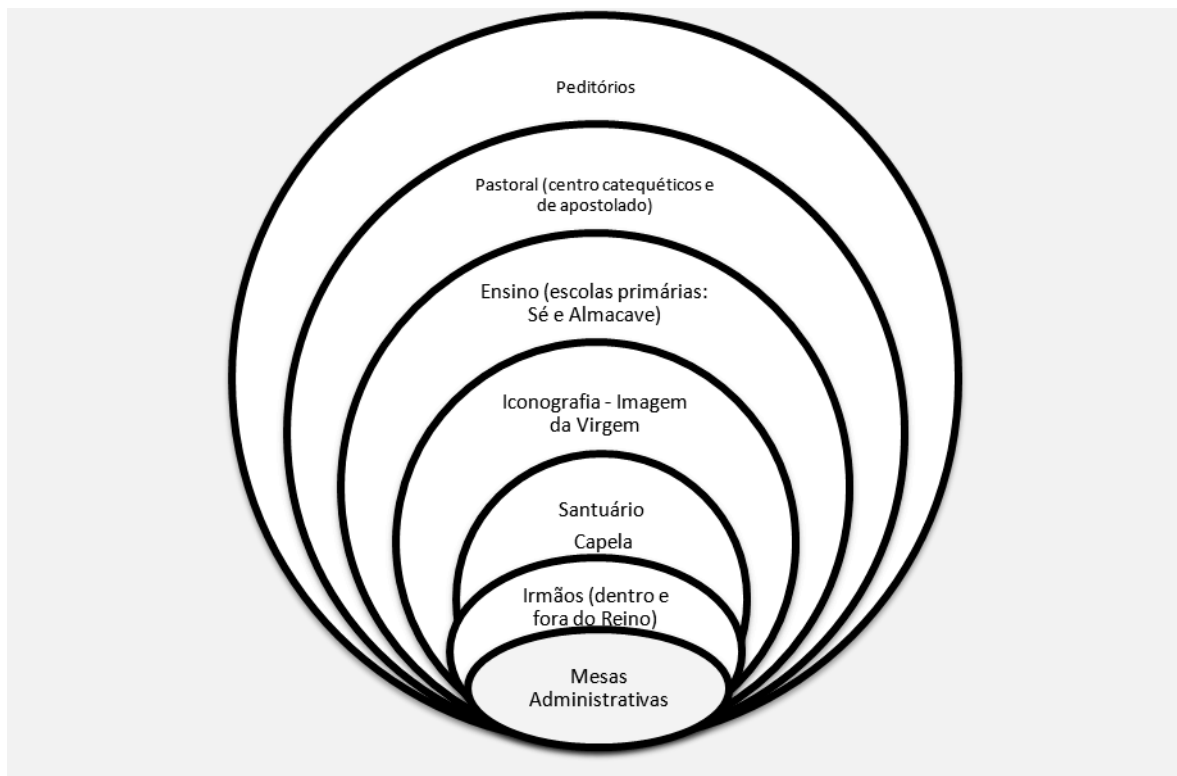
Este registo dá-nos uma visão parcelar do quadro económico da Irmandade, na medida em que a natureza descritiva da apostila é uma fonte fundamental para a compreensão dos factos, dada a escassez de outros rastros, cuja não existência de dados antecedentes nos deixa sem resposta para períodos anteriores. Não deixa de ser um testemunho importante, instituindo-se como o marco dos primórdios da fundação da Instituição. Ora, na verdade, se do passado não convém uma aproximação na obsessão de o julgar, mas para tanto quanto possível o compreender, nem por isso pode o investigador completamente abdicar do seu juízo. Todavia, esta fonte necessita de ser complementada com outras de carácter mais vasto como as orientações pastorais e religiosas, de acordo com a realidade cultural do período em análise.

A partir dos meados do século XVII, a edição e reedição dos estatutos e a proliferação de legislação, acerca do arrolamento de bens e documentação de natureza diversa, enunciam o desenvolvimento e importância da Instituição. Nestes livros encontra-se todo o tipo de assentamentos qualitativos e quantitativos, bem como a distinção dos bens e rendas que foram doados por benfeitores e os rendimentos ganhos ou os encargos que os administradores da Irmandade tinham para proverem a casa de culto.

Pelo que ela significava de antiguidade (anterior a 1628), pode-se considerar que a Instituição foi, na realidade, um modelo piloto na região duriense, resultado das diretrizes do Concílio de Trento, conseguindo impor-se até à atualidade, sendo uma força vigorosa na hierarquia da Igreja em prol da salvação das almas e remissão dos pecados dos seus associados.

A missão com que foi traçada começou a dar resultados pelo que teve o beneplácito canónico, adquirindo notoriedade e crédito civil. À medida que aumentava o seu prestígio cresciam também os seus recursos e alargava a sua esfera de ação. Enquanto âncora espiritual, foi a responsável pelo processo de difusão da devoção da Virgem dos Remédios e potenciadora de dilatação da área de influência da devoção. Aliás «quanto maior é o centro emissor, mais elevada é a sua força de impulsão no processo de difusão» (Saint-Julien 1995:566), por isso a Irmandade, desde os seus primórdios, incitou a divulgação dos aspetos promocionais da doutrina mariana, junto das camadas populares, intervindo de diferentes

formas na comunidade, fazendo-se notar e sendo notada. Neste período muitos domínios que hoje pertencem ao foro civil eram orientados e tratados em sessão da Irmandade, engastando numa rede *sui generis* promocional nas paróquias, gerando múltiplos núcleos de devoção sem que isso significasse a existência de dependências hierárquicas ou sequer relações formalmente organizadas. A área de influência ultrapassou largamente o domínio regional e nacional, espalhando-se também para o reino do Brasil.



Esquema 2. Indicadores de difusão da devoção

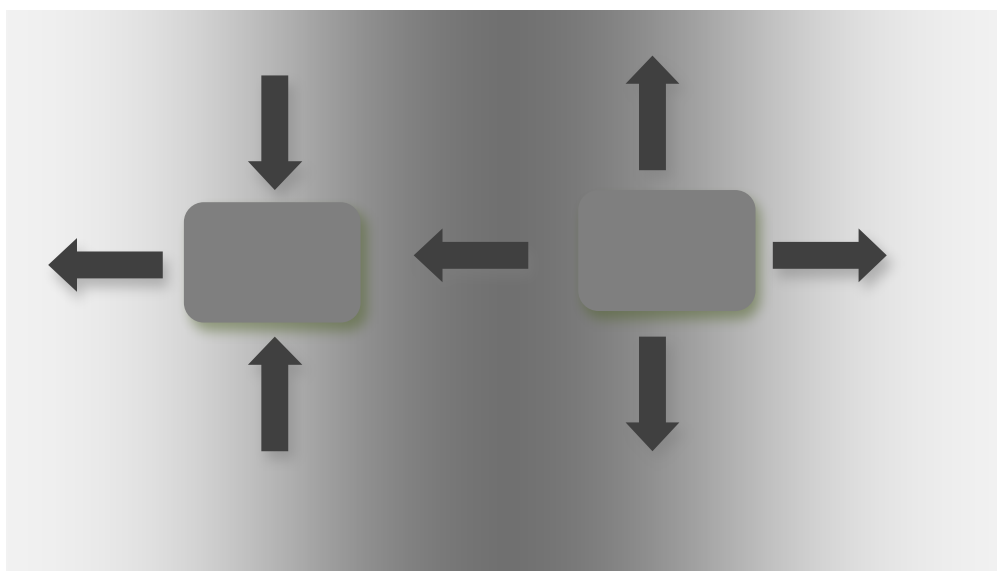
Fonte: Elaboração própria, a partir das AINSRL.

O esquema acima permite verificar o crescimento e a gradação da Instituição. Ao nascer, por via da regra, não seria notada; porém, soube revestir-se de vários instrumentos e mecanismos (endógenos e/ou exógenos), grassando o culto, recorrendo à oratória, à retórica e à iconografia da Virgem como forma de promover os seus feitos junto do povo, servindo-se dos elementos decorativos ou de aparato, dando início a uma autêntica eclosão das artes, com a construção do santuário de Nossa Senhora dos Remédios, constituído por uma capela, dependências e anexos, adro, escadório e várias fontes. As missas e os sermões realizados na capela do santuário tiveram também um papel determinante na difusão da devoção junto das massas. O envolvimento da Irmandade no quotidiano dos Irmãos, e vice-versa, proporcionou,

com certeza, momentos de solidariedade e resolução dos problemas quotidianos, espirituais ou assistenciais.

Quatro séculos volvidos, estes e outros mecanismos de propaganda religiosa desempenharam um papel axial na difusão do culto, assentando num jogo de forças solidárias e antagónicas em que o poder se fez sentir, conforme esquema:

Inputs versus Outputs



Esquema 3. Indicadores de Forças

Fonte: Elaboração própria, a partir das AINSRL.

Este jogo de forças (inputs/outputs) cruza uma explicação de ordem mais espiritual com uma análise sociológica, mais restrita. A Instituição, mais do que resultante de uma espécie de contaminação viral da época, é o produto do contexto de emulação contínua das devoções marianas e das concepções reformadoras, resultantes das decisões do Concílio de Trento, prontamente divulgadas em Portugal. É uma organização sociorreligiosa hierarquicamente estratificada, participando grupos sociais e religiosos em poder e em influência, organizando a sua relação com o meio que, na verdade, lhe foi dado e, ao mesmo tempo, a dominava. Pode-se entender estes postulados como o começo de uma conexão sociológica, inicialmente de aspeto bairrista, mas que rapidamente se difundiu. Na verdade, a capacidade de atração da Instituição resulta da premência da agregação de um conjunto de devotos oriundos das elites sociais, da hierarquia eclesiástica, entre outros, partilhando as mesmas intenções devocionais e/ou outras, participando ativamente ou dando esmolas numa ambiência de espiritualidade. Não são exclusivamente estes fatores que explicam o sucesso da sua implementação, porém admite-se que o seu crescimento se deveu ao facto de ser capaz de

influenciar a opinião pública, suscitando a participação dos cidadãos e instituições mais influentes. Nesse seguimento, a Santa Sé e a Coroa concederam cartas de privilégios e *Breves Apostólicos*. Estes documentos eram instrumentos político-constitucionais com uma dupla função: por um lado, divulgavam a Irmandade e a sua devoção e, por outro, serviam de estratégias de controlo espiritual; mais do que o seu valor enquanto atos normativos, promoviam a união dos fiéis e produziam economias de escala da fé necessárias para assegurar e reforçar o papel dos devotos. A crescente envolvência dos poderes políticos e religiosos visava atrair um número cada vez maior de romeiros ao santuário. Os romeiros pretendiam a diminuição ou remissão dos pecados, procurando lenitivos e indulgências.

Ao longo de tempo, a Irmandade avocou um conjunto de funções que ultrapassavam a simples finalidade religiosa, atribuindo novos usos ao santuário conforme ata, do dia onze de setembro de 1915:

De seguida a Mesa resolveu que se oficiasse à Direcção Geral de Agricultura, pedindo a comparência de pessoa idónea para apreciar e classificar os produtos expostos na parada agrícola a que se ia proceder os dias 7 e 8 do próximo futuro mês de Setembro, no parque do Santuário e que se oficiasse também ao senhor Director dos serviços agrícolas deste Paíz requisitando a comparência na mesma parada e para o mesmo fim do digno enotécnico da Viseu Ex.mo Senhor Caetano de Sousa, do regente e agente agrícola Américo Mação e Luís Abreu, ambos da 10ª acção agrícola do norte com sede em Lamego. E, ainda sobre o assunto da parada agrícola ficou encarregado o senhor Juiz de se entender com as Senhoras da sociedade lamecense para a organização de jures para apreciação dos labores expostos (AINSRL 1903-1917:85vs).

Reconhecendo a crescente importância das visitas ao santuário, a Irmandade foi alargando as alternativas para a fruição do espaço, preenchendo os tempos livres dos crentes. Cabia-lhe inculcar a disciplina e cuidar do espaço sagrado, bem como zelar pela decência do culto ao mesmo tempo que o expunha ao perigo de concentração de grandes aglomerados de fiéis. Não obstante, esteve atenta aos riscos da superfluidade e da presença de certas atividades no santuário, antagónicas da espiritualidade do lugar, para não comprometer demasiado o projeto religioso.

1.1 *Breves Apostólicos e Regalias Papais*

Ao longo dos tempos, a história das relações entre a monarquia e a igreja é a da mútua dependência destas duas realidades, que uma à outra se desafiam, esbarram ou aproximam conforme os ideários. Os *Breves Apostólicos* são disso exemplo; eram privilégios

atribuídos pelo papa e confirmados pelos monarcas através de *Alvarás Régios*, conferindo a determinados locais, mormente santuário, maior relevo. Na teoria, e segundo a conduta da época, o homem era por natureza pecador e só poderia alcançar a felicidade suprema com a interceção de Deus e/ou da Virgem, recorrendo aos sufrágios, penitências e/ou indulgências para a remissão dos pecados concedidos através dos *Breves*. Boa parte do êxito da iniciativa advinha-lhe da simplicidade de processo: orações básicas, alguma exortação evangélica e uma pequena contribuição pecuniária eram o suficiente para a aquisição de graças espirituais e remissão dos pecados. A esta simplicidade de fins e meios correspondia o alargamento da pertença, tão de acordo com as aspirações do tempo. Os documentos eram publicitados oficialmente nos locais agraciados, visando a unidade politicorreligiosa, um ambiente eclesial pacificado e reconciliado com o regime vigente. Consequentemente trouxeram maior militância religiosa, deslocando para os santuários um maior número de fiéis. A publicação reatava a tradição do lugar, reafirmando os intuitos estabelecidos pela Igreja.

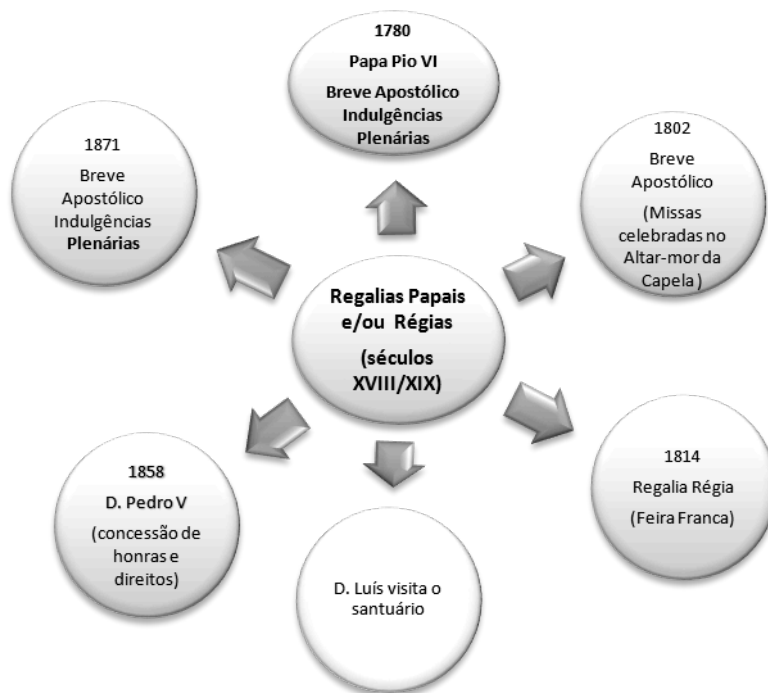
O santuário de Nossa Senhora dos Remédios foi distinguido com vários *Breves*, incrementando a piedade do lugar e visitas regulares. Em jeito de regozijo, logo que eram recebidos a Irmandade publicitava-os, para que todos os indivíduos tivessem conhecimento do seu conteúdo:



Ilustração 1. Breve Apostólico de 1780

Fonte: Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, 2012

Terão sido grandes os impactos dos *Breves Apostólicos* e *Regalias Papais* na estabilidade e continuidade políticorreligiosa do Santuário. No conspecto quantitativo foram atribuídos quatro *Breves Apostólicos* e uma *Regalia Régia*, dando autorização para a realização de uma feira franca:



Esquema 4. Breves Apostólicos e Regalias Papais

Fonte: Elaboração própria, a partir das AINSRL.

No ano de 1780, o papa Pio VI concedeu indulgências plenárias a todos os fiéis que visitassem a Capela dos Remédios, em qualquer dia do ano, e nela se confessassem e comungassem. O cumprimento dos sacramentos confissão e comunhão - apontava o caminho para alcançar o mundo celeste¹⁰.

No ano de 1802, o arcebispo da Lávissa, após o regresso de Roma, comunicou à Mesa da Irmandade que Sua Santidade Leão XIII concedeu «indulto perpétuo da abstinência de carne nas 6^a- feiras e sábados que coincidam com os dias 6 a 9 de cada anno tanto farão os

¹⁰ O sacramento da confissão corresponde a um dos sete sacramentos enunciados pela Igreja Católica, tendo sido estabelecido pelo IV Concílio de Latrão, no ano de 1215, e confirmado pelo Concílio de Trento. A este respeito, a Constituição Diocesana do Porto, de 1496, sustenta que «este sacramento de boa razão e equidade é obrigatório todas as vezes que mortalmente pecamos. Mas por dispensação e ordenança da Igreja não são os leigos obrigados a ele mais do que uma vez no ano» (Almeida 1970:563). Conjuntamente com esta obrigação, a Constituição Sinodal de 1697 refere que «todos os fiéis estavam obrigados a confessarem-se pelo menos uma vez por ano, no período da Quaresma, ou seja entre a quarta-feira de cinzas e o Domingo de Páscoa» (Alves 1697: 33).

romeiros que visitarem o Real Santuário, como farão todos os habitantes desta cidade» (AINSRL 1880-1895: 97vs). As indulgências eram extensíveis a todos os indivíduos que visitassem o santuário, em qualquer dia do ano, após verdadeira confissão e arrependimento, tendo também outorgado a presença do Santíssimo Sacramento. Considera-se este *Breve Apostólico* o mais generalista e alargado de todos, concedendo privilégios em qualquer dia do ano, sendo a confissão e o arrependimento o requisito para a concessão de indulgências.

Mais distante das perturbações dos anos 20 e 30, que não deixaram com certeza, incólume a Irmandade, em 1871 foi agraciada com mais um *Breve Apostólico*. Este previa que as missas celebradas no altar da capela do santuário remissem os pecados, potencializando, desta forma, o sentido da peregrinação ao santuário; foi aprovado por D. Luís I, incumbindo-se a Irmandade de verificar e regular as suas condições reais e utilidade devotiva. Foi, talvez, este *Breve Apostólico* que mais terá contribuído para a divulgação do santuário a uma escala regional e nacional, não obstante os intuítos pastorais serem naturalmente evidentes.

A Irmandade tinha a responsabilidade da implantação destas prerrogativas papais e/ou régias bem como a verificação dos dispositivos religiosos para a sua execução de modo a que todos os âmbitos de sua jurisdição fossem observados.

Na verdade, estes *Breves Apostólicos* têm uma importância nuclear, por duas ordens de razão: primeiro, eram uma espécie de regra ou de síntese da elaboração doutrinária que o papado havia proferido a outros santuários congêneres, não inovando em nada; em segundo, pretendiam difundir ao povo, pouco instruído, uma espiritualidade e uma moralidade que os religiosos vinham dirigindo expressamente, tornando-o vassalo da Virgem dos Remédios; ao mesmo tempo que redimiam os pecados davam visibilidade ao santuário, para que os irmãos mais endinheirados fizessem aqui os seus testamentos. Veja-se a título de exemplo, D. Angelina Amélia Ferraz Gouveia, cujo juiz da Irmandade informou a Mesa, no dia dois de maio de 1914, que a dita Irmã contemplou no seu testamento a Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios mandando «celebrar uma missa na Igreja e altar de Nossa Padroeira sufragando a alma d'esta benfeitora» (AINSRL 1903-1917: 98vs).

Apesar do início do século XIX ter sido um período marcado por uma grande mutação cultural, em que tudo tendia a tocar nos domínios do dogmático ou moral, os *Breves Pontifícios* foram o esteio da Instituição aumentando-lhe a base social e, concomitantemente a receita. Apesar dos vários ecos contrários, a *Constituição de 1822* defendia mesmo que «a Religião da Nação Portuguesa é a Católica Apostólica Romana» (art. 25º); e, quatro anos depois, a *Carta Constitucional*, reafirmava que «a Religião Católica Apostólica Romana

continuará a ser a Religião do Reino» (art.6º) com exceção dos estrangeiros residentes no reino. Estes documentos foram um instrumento fundamental na promoção e divulgação do culto de Nossa Senhora dos Remédios, que não teria o sucesso conhecido sem a sua ação. Eram intransmissíveis e inamovíveis, diferenciando o lugar, encerrando-lhe características únicas, porque foram dadas à pessoa jurídica da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, pelo que só têm valor na capela da Virgem. As mais insignes regalias constituíam veículos de promoção do Santuário. A primeira regalia foi concedida por D. Pedro V, ano de 1814, datado de 24 de maio: «Hei por bem e me Praz fazer a Graça à Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios erecta no Templo da mesma invocação, que se acha situada no Monte de Sancto Estevam, subúrbios da cidade de Lamego, concedendo-lhe as honras e distribuições que directamente pertenceram aos Institutos de igual natureza»¹¹(*Alvará Régio* 1814:14), deu também autorização para se realizar «naquele sítio huma feira franca» (*Idem*). No ano de 1878, foi dada permissão à Irmandade, através de carta régia, para comprar terrenos. Estas regalias e as visitas dos monarcas (D. Luís I, por exemplo) vaticinavam a complacência eclesiástica e real ao Santuário, incitando não apenas o aumento do volume de transações comerciais, mas também a promoção do espaço religioso.

Como já se dissera, estes documentos não inovaram em nada, antes herdaram o pensamento e a atuação das resoluções de Trento do(s) século(s) anterior(es), depondo nas mãos do Santuário e da Irmandade toda a autoridade de facto em matéria religiosa, o conteúdo de um sacerdócio ativo, organizando a devoção, dando cumprimento cível-canónico aos regimentos para melhor acolher as práticas dos fiéis.

1.2 O universo confraternal em Lamego

Segundo Abreu (1999), o medo antropológico da morte era o primeiro motivo de adesão às irmandades e confrarias, por isso a Irmandade não atuava sozinha no “mercado da fé”. Existiam na localidade outras instituições confraternais de natureza espiritual que, pela sua vocação e orientação, preenchiam as funções de verdadeiros centros de formação de fé, trunfo maior da implementação das diretivas tridentinas e de grande expressão e inserção popular, conforme lista a seguir apresentada. Na tabela designam-se as freguesias de Almacave e Sé como Lamego por ser difícil de definir o traçado de alguns dos lugares pertencentes a estas freguesias.

¹¹ Grifo do autor

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| Irmandades Religiosas | Localidade |
|--|-----------------------------|
| Irmandade de Nossa Senhora da Aflição | Cambres |
| Irmandade de Nossa Senhora dos Rosários | Penude |
| Irmandade do Bom Jesus | Vila Nova do Souto D'El Rei |
| Irmandade do Santíssimo Sacramento | Figueira |
| Irmandade do Santo Nome de Jesus | Valdigem |
| Irmandade das Almas | Samodães |
| Irmandade de Jesus e Maria | Valdigem |
| Irmandade de Nosso Senhor Jesus dos Passos | Lamego |
| Irmandade de Nossa Senhora dos Meninos | Lamego |
| Irmandade de S. João Batista | Lamego |
| Irmandade de S. Pedro | Lamego |
| Irmandade do Divino Espírito Santo | Lamego |
| Irmandade de Nossa Senhora da Conceição | Lamego |
| Irmandade S. Pedro de Balsemão | Lamego |
| Irmandade do Santíssimo Salvador | Penajóia |
| Irmandade do Nosso Senhor do Calvário | Britiande |
| Irmandade do Santíssimo Sacramento | Lamego |
| Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios | Lamego |

Tabela 3. Irmandades Religiosas (séc. XIX)

Fonte: Elaboração própria a partir da ANTT (vários Tombos).

Na tabela 3 verifica-se a existência de várias instituições religiosas congéneres, apontando para um contexto social ancorado às decisões do Concílio de Trento. Explicar-se-á também este facto pela circunstância de, na época, ser permitido ao indivíduo pertencer simultaneamente a várias confrarias. Esta tendência levou a uma participação alargada, sobretudo para os mais abastados que, para além de alargarem o universo de sociabilidades locais e regionais, acumulavam benefícios a favor da salvação da alma. Logo, quanto mais adesões tivessem mais intercessores terrestres e celeste teria no leito da morte.

A Irmandade cooperava com as instituições congéneres, conforme descrito pelo tesoureiro:

Deve o tesoureiro de se entender com o Juiz da Irmandade do santíssimo sacramento, da Sé, d'esta cidade d'um lustre de cristal que há tempos foi emprestado da Igreja de Nossa Senhora do Remédios para as festas do Santíssimo da dita Sé e o qual ainda não foi entregue (AINSRL 1903-1917: 65vs-66).¹²

A asserção faz referência às boas relações existentes entre as duas Instituições ao emprestarem alfaias religiosas.

¹² Grifo do autor

1.3 A Irmandade Nossa Senhora dos Remédios *versus* Santa Casa da Misericórdia

As confrarias da Santa Casa da Misericórdia acompanharam o homem na diacronia da história, conforme explica Correia da Silva (Silva 1999: 22). Tiveram o seu apogeu nos séculos XVI e XVII com um *modus operandi* essencialmente assistencial. Foram um dos veículos difusores de maior impacto e popularidade com capacidade de intervir no domínio eclesiástico e até político. Iam ao encontro das elites locais resultando num alargamento dos contactos sociais entre a comunidade; constituíram um fenómeno preponderante na vida socioreligiosa da época, tipificada pela prática das obras de misericórdia catorze (sete corporais e sete espirituais), promovendo, por vezes, o culto religioso não obstante «este não ser o seu fim principal para que foram criadas (...) [tinham] um objectivo exclusivamente socio-caritativo» (Fonseca 1996: 259). A parte cultural «nunca é mencionada como finalidade específica nos compromissos apesar de terem de acatar conforme a Hierarquia os seus ensinamentos em questões de fé e de costumes, em assuntos de doutrina e de moral» (Bigotte 1999: 7). O culto é promovido e prestado tão-somente no exercício de obras de misericórdia espirituais em benefício espiritual dos assistidos e dos benfeitores. Estava patente o princípio associativo, sendo o encontro entre os irmãos uma ocasião de convívio e momentos de alegria celebrando, muitas vezes, determinadas passagens significativas na vida das instituições. Na tabela seguinte apresenta-se uma breve sinopse das confrarias da Santa Casa da Misericórdia da região.

| Localidade | Ano de Fundação | Receita (reis) | Capital (reis) | |
|--|------------------|-------------------|----------------|--------------|
| | | | Nominal | Mutuado |
| Carregal | 1737 | 314\$000 | 3.600\$000 | 3.400\$000 |
| Castro Daire | 1659 | 2.670\$000 | 1.500\$000 | 25.500\$000 |
| Lamego | 1519 | 7.300\$000 | 42.050\$000 | 96.000\$000 |
| Castendo | - | 2.094\$000 | 2.250\$000 | 26.690\$000 |
| Mangualde | 1613 | 1.019\$000 | - | - |
| Pesqueira | 1569 | 600\$000 | 3.000\$000 | 3.500\$000 |
| S. Pedro do Sul | 1876 | 430\$000 | 3.850\$000 | 602\$000 |
| Santa Comba | 1568 | 1.370\$000 | 900\$000 | 12.760\$000 |
| Viseu | 1516 | 29.329\$000 | 108.000\$000 | 257.382\$000 |
| Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios | (+-)1628 | 2.400\$269 | | |

Tabela 4. Santas Casas de Misericórdia do Distrito de Viseu (séc. XIX)

Fonte: Elaboração própria com base em Fonseca 1996; Correia 1955 e Bigotte, 1999.

Pareceu importante realizar uma lista que contém as datas de fundação das Casas da Misericórdia e da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, bem como o montante dos

capitais e as respectivas receitas; ainda que estas cifras não equivalham, evidentemente, à totalidade dos seus capitais, dão uma ideia do movimento dos meios monetários quer no que respeita às receitas, quer quanto ao seu apetrechamento interno, capital nominal e mutuado.

Existem diferenças, mais ou menos longas, entre as datas da fundação das Misericórdias. A primeira a ser instituída na região foi a Santa Casa da Misericórdia de Viseu e, logo depois, a Santa Casa da Misericórdia de Lamego, cerca de 100 anos antes da criação da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios.

Em relação aos capitais verifica-se uma discrepância positiva dos dinheiros da Santa Casa de Misericórdia de Viseu e de Lamego face às suas congéneres, bem como aos da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, o que poderá evidenciar a sua supremacia na região.

Na documentação compulsada encontram-se, ainda, em relação à constituição do *corpus* das instituições, diferenças significativas entre a Santa Casa da Misericórdia de Lamego e a Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, ainda que na prática tendessem a atenuar-se. O primeiro compromisso da Santa Casa foi publicado no ano de 1859, antecedendo a este um parecer vinculativo datado de 1519, prevendo um *numerus clausus* de admissões que, segundo as fontes da época, seriam cerca de 300 membros. Os primeiros a aderirem ao projeto foram os confrades que assinaram o auto da fundação e pagaram uma joia de 100 reis, em dinheiro, e quatro varas de estopa ou, em contrapartida, o seu respetivo valor. Ora, aqui está uma grande diferença entre as instituições. Na verdade, os estatutos da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios não tinham este requisito, sendo o seu número ilimitado não obstante as adesões não foram muito além de 300 Irmãos.

Ambas as instituições tiveram um papel muito importante na organização social da comunidade de Lamego e um zelo na escolha dos irmãos sendo o seu ingresso dependente não só dos estipêndios do postulante bem como da sua probidade moral. Cada estatuto tinha exarado o perfil do proponente, exigindo-se um rigoroso exame da vida do candidato onde se indagava a reputação moral dos indivíduos. Depois de admitidos passariam a chamar-se de “Irmãos” ou “Confrades” e tinham direito a serem eleitos para os órgãos que regiam a instituição, conforme as disposições legais de cada uma, bem como obediência a um conjunto de obrigações e deveres.

As duas instituições concorriam no campo social, ainda que o fim consuetudinário fosse diferente - a irmandade religiosa promovia os ensinamentos morais, reiterando a realidade tipicamente peninsular, mais concretamente portuguesa, no que respeita à afeição

mariana, intervindo primeiramente no domínio pastoral e na catequização dos Irmãos ainda que de modo indireto e informada, ajudava os mais carenciados; a Santa Casa da Misericórdia tinha como *praxis* o cumprimento das catorze obras de Misericórdia – sete espirituais e sete corporais. Aliás, de acordo com Silva (1999) as confrarias:

Davam esmolas alimentares e de vestuário; visitavam os pobres em suas casas para averiguarem as necessidades; criavam hospitais para recolherem os doentes, albergues para os viandantes, asilos para os velhos e incuráveis, cuidavam dos enterros deles, libertavam cativos e davam dotes a raparigas pobres (Silva 1999:187).

A Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios destinava uma pequena parte do seu orçamento, nunca inferior a um décimo da sua receita ordinária, ao comércio da boa vontade, conforme exarado nos estatutos. Para ter acesso à esmola era necessário efetuar uma petição dirigida ao juiz da Irmandade fundamentando a sua necessidade e aplicação. A petição era um documento muito completo que fornecia informações relevantes sobre o contexto familiar do requerente, apresentando os motivos e os vários argumentos julgados mais convincentes para alcançar o donativo. *Grosso modo*, os peticionários almejavam auxílio para as adversidades da vida, alegando quase sempre a pobreza, doença e/ou a impossibilidade de trabalhar, conforme exemplo dos/as Irmãos/ãs Rita Júlia, Maria da Conceição da rua da Cruz, Silvestre da Costa e António Nogueira (AINSRL 1780:187 vs). Cabia à Mesa deliberar sob os argumentos invocados e comunicar a decisão final aos indivíduos carenciados. Nestes casos foi deliberado atribuir um donativo no montante de «mil quinhentos reis a cada um dos seguintes suplicantes: pobres, cegos e entravados» (*Idem*). Quase sempre a doença levava o indivíduo à pobreza, impossibilitando o indivíduo de trabalhar e de prover a sua assistência. Em conjunturas aziagas o tempo não seria favorável a grandes dádivas, mas a Irmandade, perante o estendal de tanto depauperamento social e de acordo com os pedidos que ia recebendo, doseava a esmola em qualidade e quantidade satisfatória, amparando os mais necessitados.

A provisão de dádivas teve um duplo sentido: por um lado, satisfazia carências sociais, por outro manteve os pobres ligados por uma relação de sujeição e gratidão para com a instituição que os amparava.

Os pedidos tinham origem particular ou institucional, conforme o exemplo adscrito, de dois de maio de 1866:

O presidente apresentou à Mesa um ofício do administrador do concelho, que consta de teor seguinte: Ex.mos Senh. A portaria de 28 de Agosto de 1850 ordena quais são as fontes de

receita com que se deva fazer face às despesas com as epidemias. Aponta em primeiro lugar as sobras das Irmandades e Confrarias. Como vossas exc^a sabem perfeitamente tem a povoação de S. Martinho do Souto, deste concelho, e outras de Tarouca sendo invadidas das Febres Tifóides, que tem feito já grande número de vítimas e continuam a sua marca de destruição. Para combater esta epidemia trata-se de organizar um Hospital Provisório onde possam ser convenientemente tratados os doentes: mas para isto necessita de meios importantes que tem de ser fornecidos pelas Irmandades e Confrarias em primeiro lugar; e pelo cofre do município e da misericórdia em segundo e pela caridade pública. Sabendo eu que a Irmandade da Senhora dos Remédios tinha saldo das últimas contas em poder do tesoureiro a quantia de quatrocentos e quarenta e cinco mil reis, pede o Senhor Governador Civil do distrito a competente autorização para se levantar essa quantia assim como as sobras que existissem nas demais Irmandades e Confrarias deste concelho (AINSRL 1848-1868: 33).

A Mesa Administrativa examinava todos os pedidos que aumentariam, com certeza, nos períodos de maior volatilidade e/ou em conjunturas sociais mais difíceis. No caso em concreto, a Mesa Administrativa determinou auxiliar a povoação de S. Martinho do Campo, fazendo uma doação no montante de 445 mil reis; no entanto, o juiz alertou a Mesa de que a ajuda era esporádica, vigorando apenas durante o período da calamidade. A resposta a este ofício significa claramente que, por um lado, a Instituição estava preocupada com os sucessivos pedidos e, por outro, não se confinava somente ao campo da chamada segurança religiosa, abrangendo outros meios de fazer o bem através da distribuição das esmolas, designadamente nos setores da área social e da educação (como se verá mais adiante com o patrocínio da escola primária de Almacave).

Esta crescente interferência da Instituição na sociedade fez dela um local de aconchego, consolação e esperança aos que não possuíam capacidade económica razoável que lhes permitisse viver condignamente e/ou fazer face a tanta calamidade.

Como se disse anteriormente, a Irmandade tinha exarado nos seus estatutos a atribuição de uma verba para as instituições de carácter assistencial. Por isso, o provedor da Santa Casa da Misericórdia, no dia sete de fevereiro de 1914, lembrou a Instituição do «importante subsídio que a Nossa Irmandade concede aquella casa hospitalar» (AINSRL 1903-1917:64), bem como do «pagamento do subsídio de cem escudos que esta Irmandade tem de dar aquella casa de beneficência» (AINSRL 1903-1917:68), segundo o ofício.

Os efeitos destas oferendas estão ainda por descortinar, mas não será exagerado julgar que eram estratégias de promoção e legitimação da Instituição, e suas congéneres, visando aumentar a sua visibilidade junto da população, coligando-se sempre que/ou quando o orçamento assim o permitia. Uma vez que não tinha receitas próprias, a Irmandade necessitava do contributo dos Irmãos para a realização destes programas, como veremos no capítulo dedicado às esmolas.

Foi presente à meza um officio do Exmo Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia d'esta cidade pedindo que fossem enviadas à mesma Santa Casa quarenta e cinco kilos de cano de chumbo ilícito que em Setembro foram emprestados à Nossa Irmandade para ser aplicado ao andôr em que na noite do dia 06 de Setembro é conduzida a Imagem de Nossa Padroeira do seu Santuário para a cidade. A meza resolveu que se pedisse ao Ex.mo Senhor Provedor a importância dos 45 kilos do dito cano para mandar pagar. A meza determinou que se mandasse buscar à Santa Casa da Misericórdia dois lampiões que em tempo estiveram colocados na frente Igreja de Nossa Senhora dos Remédios em substituição dos que lá estão mas em condições de não poderem continuar a servir pelo seu mau estado (AINSRL 1903-1917:68vs-69).

Esta ata, datada do dia sete de abril de 1914, indica claramente a boa relação que existia entre as duas instituições, fazendo pensar que a Irmandade dava suporte à Santa Casa da Misericórdia e vice-versa, com caráter simétrico, conforme a ordem das matérias. Apesar das políticas de desenvolvimento serem diferentes, a Irmandade coadjuvou as instituições locais nas práticas de caridade, ombreando sobretudo com a Santa Casa da Misericórdia em prestígio e notoriedade, ainda que cada instituição tentasse sempre *pro domo sua* reforçar a sua capacidade de intercessão na comunidade, através de atuações de caráter político, eclesiástico e social a pretexto do enobrecimento e do acrescentamento das suas casas.

Nesta missiva alguns dos Irmãos foram intervenientes diretos no seio das duas instituições, quer no que respeita à organização, quer no que toca à administração das mesmas. A título de exemplo, a saber:

I. António Albino de Andrade, tesoureiro da Mesa da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, entre os anos de 1870 e 1879, foi, pouco tempo depois, no ano de 1889, provedor na Santa Casa da Misericórdia de Lamego; possivelmente o seu caráter, influência e conhecimentos da doutrina e/ou legislação foram características fundamentais que lhe permitiram adquirir práticas de administração comuns e necessárias a ambas as instituições. Foi o principal mentor da construção do novo hospital da Santa Casa da Misericórdia, denominado hospital de D. Luís I;

II. José Augusto Guedes Teixeira, agraciado com o título de visconde de Guedes Teixeira, por decreto de 23 de janeiro de 1874, patrocinou várias obras em ambas as instituições, tendo sido juiz da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, entre os anos de 1878 a 1880, com 35 anos de idade, e um dos maiores beneméritos da Santa Casa de Misericórdia de Lamego, tendo sido dado o seu nome à primeira enfermaria do novo hospital, designada de *Enfermaria*

Guedes Teixeira. Este Irmão, bacharel em Direito, assumiu diversos cargos políticos no reino, entre eles, os de governador civil da cidade do Porto e deputado da nação; casou em 1868 com D. Leopoldina de Queiroz Guedes, tendo sido, também ela, Irmã desta Irmandade.

Estes e outros exemplos, que a seu tempo serão postos a descoberto, reiteram as conclusões apresentadas por Sá (1996) que defende a necessidade/vontade do indivíduo pertencer a várias instituições congéneres, ocupando cargos em simultâneo ou em alternância, conforme os interesses pessoais ou estratégicos, exercendo, muitas vezes, cumulativamente cargos políticos. Segundo a autora, foi frequente a «circularidade da aristocracia local pelas instituições que conferiam honra, *status* e prestígio, entre elas as misericórdias, as irmandades e o poder local» (Sá 1996: 137-139).

De facto, ambas as instituições pretendiam satisfazer carências sociais e/ou praticar atos de culto de acordo com a doutrina e moral cristãs, pretendendo, concomitantemente, aliciar os Irmãos de alta estirpe e os grupos sociais dominantes e/ou em influência a incorporar as suas listas de confrades/irmãos. Pese embora a ambição pessoal de cada um, a ocupação dos cargos em simultâneo era árdua de manter e, na maioria dos casos, os Irmãos ocuparam a função apenas um ano e meio a dois anos devido ao desgaste físico, resultante do acréscimo de trabalho.

1.4 A Irmandade e outras Instituições

A área de ação da Irmandade não se reduziu, de modo simplista, à promoção do culto ou a outras formas de devoção, como se acabou de descrever, mas cooperou na valorização pessoal através de atuações de carácter educativo, subsidiando as escolas primárias localizadas na proximidade do santuário não tendo como objetivo prioritário expresso preparar rapazes para a carreira sacerdotal. A instrução visava tão-somente muni-los de capacidades que lhes proporcionassem novas competências no universo alfabetizado. Por isso, os pedidos para o «pagamento dos subsídios que a nossa confraria generosamente ofereceu para a criação de duas escolas primárias de ensino primário de ambas as freguesias de d' Almacave» (AINSRL1780: 80vs) eram constantes. A Instituição tentava desenvolver estratégias para instruir as crianças, combatendo a ignorância em que viviam as populações, patrocinando o ensino dos simples, pois o desconhecimento era o maior responsável pelos vícios e desvios

morais. Os investimentos na formação eram claramente «uma das mais formidáveis aplicações que a meza pode dar a parte das esmolos, cuja administração lhe está incumbida» (*Idem*). Esta forma de atuação social fez com que a Instituição fosse, ao longo dos tempos, muito acarinhada pelos locais, pois as famílias reconheciam a importância da instrução dos filhos e enalteciam os feitos da Irmandade «por desta forma pagar em instrução para os filhos o que recebe da devoção e piedade dos pais» (*Idem, Ibidem*).

A Instituição apenas subsidiava a estrutura física (pagamento da renda) do edifício, não intervindo nas matérias e/ou conteúdos lecionados, ficando estes a cargo da tutela. A razão determinante para explicar este procedimento poderá estar relacionada com o facto de os estatutos preverem que para a ocupação do cargo de juiz e outros cargos dentro da instituição, fosse exigido o domínio da escrita e da leitura, colmatando assim uma lacuna.

O patrocínio da escola dava visibilidade à Instituição, certificando a sua supremacia local e regional, colocando, quiçá, os pais e os filhos, ainda que de forma indireta, na sua dependência, esperando destes, na fase mais adulta, o seu contributo como forma de gratidão, para com o organismo que os instruiu. Esta forma de atuação traduz a destreza como a Instituição intervinha na comunidade. As relações entre os Irmãos pautavam-se assim por outros critérios que iam além da devoção, não obstante assentes em práticas de dedicação ao próximo.

A este propósito, no ano de 1870, foi enviado um ofício do presidente da Junta da paróquia de Almacave, solicitando à Mesa «quarenta e cinco mil e quinhentos reis, quantia que se diz indispensável para completar o pagamento da renda das casas das escolas primárias d'aquela freguesia» (AINSRL 1870: 170), expondo a necessidade colaborar no pagamento da renda. Na verdade, o apoio, em forma de subsídios, teve um carácter de regularidade ou mesmo de permanência, o que revela que a Instituição não se pôs totalmente à margem dos problemas sociais; não obstante, e face às dificuldades financeiras, (ano de 1871) o juiz alertava o seguinte:

Depois de considerar-se maduramente que esta Irmandade não tem rendimentos próprios, ou tam insignificantes os tem que nem para conservação dos edifícios dos Santuários chegam, que a principal receita da Irmandade são as esmolos, que os devotos dão só para obras do Santuario e sustentação do culto da Santíssima Virgem, sendo manifestamente contrariada com qualquer aplicação, pelo que art. 15 dos Estatutos em vigor (1880) maior obrigação tem esta Irmandade de subsidiar as, até hoje completamente olvidadas, escolas primarias da freguesia da Sé, em cuja área se comprehende no Santuario e a Irmandade erecta (...) E finalmente que, quando mesmo queira invocar-se por aquella Junta a deliberação tomada para a Mesa desta Irmandade em sessão de dois de Agosto de 1871, tal deliberação não pode constituir-se encargo perpétuo para a Irmandade nem para as Mesas que se seguirem áquella na respectiva administração. Por comum acordo deliberou-se

responder ao Presidente da Junta da Paróquia d' Almacave que, por esta vez e sem o mínimo compromisso de futuro, à sua livre disposição tinha a quantia de vinte e sete mil reis, quantia que, em virtude do orçamento estava esta comissão autorizada a despende com tal aplicação (AINSRL. 1870: 170-170vs).

Do pequeno excerto, destaque para a preocupação dos Irmãos em manterem os subsídios com as escolas, apesar de defenderem a parcimónia da despesa pela difícil situação dos réditos da caixa. Aliás, conforme o texto dá a entender, este assunto nem sempre foi pacífico entre as Mesas Administrativas, tendo alcançado contornos mais delicados ou mesmo discórdia em algumas sessões, nomeadamente nas mudanças de direção. A nova gerência, ao receber os pedidos de patrocínio, entendia-os como abusivos, mormente alegando que os seus réditos eram necessários para dar pleno cumprimento às funções espirituais e religiosas que lhe estavam adstritas.

Os mesários, nesta contenda, faziam-se valer do *modus operandi* dos seus antecessores, lembrando aos atuais dirigentes a importância e consideração pelas indicações anteriormente traçadas e que as doações às escolas foram, ao longo do tempo, determinantes para o desenvolvimento geral da instrução da população, reforçando assim as relações clientelares pré-estabelecidas. Deste modo, entendeu-se que era conveniente manter o apoio às escolas, ainda que de forma mais modesta, referindo que nenhum compromisso vinculativo tinha sido legalmente «aprovado ou se encontra no arquivo da Irmandade pelo que esta se tenha constituído na obrigação de dar àquela Junta quantia certa e, muito menos tam avultada, como o pedido» (*Idem*), bem como o pagamento do subsídio às escolas primárias da freguesia da Sé «cuja área se compreende no Sanctuario» (*Ibidem: 170vs*). Estes novos encargos seriam incompatíveis com os precários proventos da caixa da Irmandade na época.

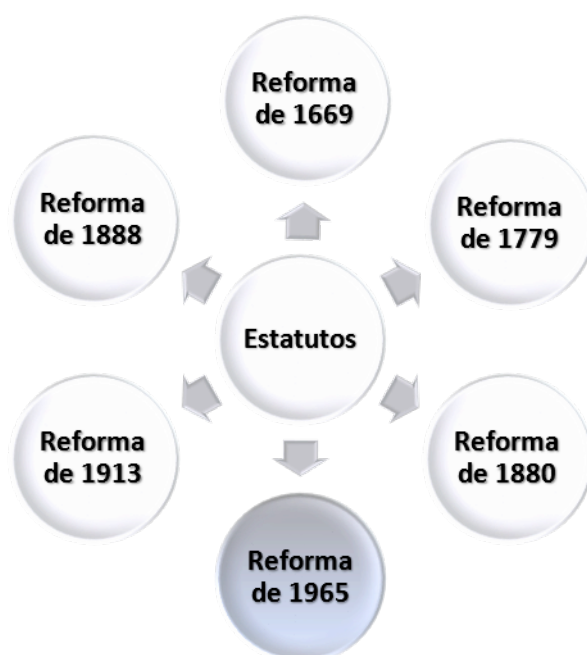
A Irmandade apoiava a comunidade fazendo, por vezes, esquecer o poder central, substituindo-o, por duas ordens de razão: uma de natureza estratégica e uma outra de cariz espiritual. No tocante à primeira, talvez estas ações fossem do agrado da Irmandade, procurando ampliar o seu já vasto campo de intervenção social; a segunda, que não contradita necessariamente a primeira, revela outros meios de fazer bem, dando instrução aos mais simples.

Capítulo 2. Os Irmãos e a Administração da Irmandade

2.1 Os Estatutos

Cada instituição tem o seu regulamento interno - *Estatutos* ou *Compromisso*. Os regimentos vinculavam o *corpus juris canonici* e civil da Irmandade, sendo respeitados e guardados como um precioso tesouro no relicário da tradição, encerrando, em si, um vasto microcosmo de relações e de vivências. Eram o esteio da Irmandade e de cumprimento obrigatório. Regulavam o sentido da disciplina e da obediência, o sentido da submissão e a insinuação da ideia de que, embora a vida em comunidade não fosse uma finalidade em si mesma, constituía uma excelente pedagogia para o aperfeiçoamento individual, mas também para o desenvolvimento do sentido de solidariedade fraterna; o cultivo da cortesia em comunidade; espírito de entreatajuda entre os Irmãos e a valorização de um certo escol moral bem como a solenização das festas religiosas.

O trabalho editorial só ficou concluído no ano de 1965, aquando da publicação dos últimos estatutos, conforme esquema 5:



Esquema 5. Reforma dos estatutos

Fonte: Elaboração própria, a partir das AINSRL.

Face à preocupação de regulamentar e clarificar todas as matérias, que pela sua ambiguidade ou carácter vasto constituíam ou permitiam atropelos fáceis à legislação moral, a Irmandade foi readaptando os seus estatutos ao contexto político e económico vigente, sendo precisamente nestas readaptações que se foram erguendo as linhas de continuidade e de mudança da Instituição. Quando os Irmãos os consideravam inadequados, apresentavam novas propostas à Mesa para que esta analisasse e aprovasse, por maioria, uma nova redação. Após a aprovação na primeira instância, necessitavam de consentimento do direito canónico e

civil para entrarem em vigor. Por isso, eram enviados de imediato para a diocese e o Governo Civil para obter a aquiescência necessária.

Os primeiros estatutos disponíveis no cartório da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios datam do ano de 1779, julgando-se terem sido uma adaptação dos estatutos de 1669: «os Estatutos terão sido feitos ou reformados e aprovados no ano de 1669» em Sede Vacante, pelo bispo D. José de Menezes, após outorga do papa Urbano VIII, depois de muitas diligências (AINSRL Livro de Inventário 1740, fl 91). Não se conhecem a(s) data(s) da(s) edição(ões) anteriores. Assim, considera-se o compromisso do ano de 1669 como documento de primordial importância, servindo, ao conhecimento histórico, os propósitos pios que dele se extraírem. As readaptações têm de ser interpretadas à luz dos tempos e/ou das conjunturas em que cada articulado se desenvolveu e o texto é claro quando afirma que o novo articulado seguia «em tudo a formalidade dos estatutos antigos, somente fazendo algumas declarações e, acrescentando em parte o que era mais conveniente para a mesma Irmandade» (Estatutos 1779, Vol. I, 3º dossier, fl1) sofreu novas alterações, 110 anos depois:

Para bom regime da mesma Irmandade e para que o culto e veneração da mesma Senhora fosse cada vez mais em aumento para honra, e glória do mesmo Deoz, por uniforme consentimento ordenamos, e estabelecemos os seguintes Estatutos para utilidade, e bom governo da dita Irmandade seguindo em tudo a formalidade dos Estatutos Antigos (AINSRL 1779, Vol. I, 3º dossier: fl1).

Os estatutos determinavam que a Irmandade era uma espécie de casa-mãe do culto, quer no que toca a aspetos pecuniários, quer no que respeita aos aspetos gerais de governo do mesmo. A nova redação dedicava os primeiros capítulos ao culto de Nossa Senhora dos Remédios e os capítulos seguintes aos aspetos de gestão, aos Irmãos e aos corpos dirigentes, às obrigações e aos deveres de cada ator e, ainda, às penas a aplicar, caso não cumprissem.

Passados 69 anos, no ano de 1848, os Irmãos sentiram a necessidade de, uma vez mais, «fazer huma reforma nos Estatutos desta Irmandade, que muito precisão ser reformados» (AINSRL, 1848-1869: fl 3vs) dado o carácter obsoleto e arcaico em que o regimento havia caído. A grande novidade prende-se com a introdução de algumas alterações referentes a aspetos particulares da Instituição que deveriam estar em conformidade com o Código Administrativo e nova ordenação das matérias. A redação foi publicada no livro de atas de 1877, tendo o regulamento sido aprovado pelo bispo D. Manuel de Vasconcelos Pereira. Esta edição reforçava os aspetos doutrinários do culto e/ou devoção. Estes estatutos tiveram pouco tempo de vigência e na sessão da Mesa de 30 de agosto de 1877, o secretário lembrou a necessidade de:

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

Reformar o actual Estatuto desta Real Irmandade com as circunstâncias actuaes, dando-se-lhe uma feição mais religiosa, unanimemente se resolveu proceder oportunamente a essa reforma, encarregando-se desse trabalho o Juiz, secretário, thesoureiro e nomeada uma comissão especial (AINSRL 1880-1895, fl 90vs).

A nova versão foi apresentada e discutida na reunião de 21 de dezembro, em 1877, entrando em vigor em 1880, obedecendo às determinações do Código Administrativo vigente que recomendava uma maior vigilância nos critérios de admissão dos Irmãos. O texto organizava-se em 12 capítulos e é dos escritos mais completos da Instituição.

Segundo as estipulações enunciadas, os Irmãos eram obrigados a exercer qualquer cargo se fossem eleitos e, se nomeados, a desempenhar qualquer serviço. *Grosso modo*, a redação visava dar novo sentido de responsabilidade aos irmãos, tenha causado celeumas pois segundo eles não havia necessidade de os obrigar ao cumprimento das disposições editoriais, estando na consciência de cada membro servir a Irmandade, e caberia a Deus fazer o julgamento final das suas ações. Estes estatutos estipulam também, conforme o capítulo 3º, artigo 8º, que «todos os Irmãos do género masculino, maiores de vinte e um anos ou emancipados, têm direito a votar e serem votados os cargos da Irmandade em conformidades com o disposto n'estes Estatutos» (Estatutos 1880).

Os Irmãos tinham poderes excelsos, entre eles eleger e destituir, por votação secreta, os membros da respectiva Mesa, apreciar e votar anualmente o orçamento. No fundo a Irmandade era uma instituição corporativa, ainda que os artigos seguintes esclareçam que:

Artigo 9º - Somente podem ser eleitos para os cargos da Irmandade os Irmãos que provarem pagar cinco mil reis de contribuição ao Estado, e que souberem ler, escrever e contar;

Artigo 10º - Podem votar mas não podem ser votados: 1º Os Irmãos que deverem qualquer quantia à Irmandade por escriptura publica ou por qualquer outro título de divida; 2º Os que contra ella moveram qualquer pleito, em quanto elle durar. Artigo 11º Os Irmãos que forem admitidos na Irmandade deverão pagar logo na thesouraria: 1º os Remidos dois mil reis de jóias; 2º os de anual dois, digo, mil quinhentos reis de jóia e vinte reis de annuaes; 3º Afins e outros acrescem o custo da carta patente e d'estes Estatutos; Ponto único: quem residir fora da cidade de Lamego só pode ser admitido na classe de Irmãos Remido;

Artigo 12º -1º Exercer qualquer cargo da Irmandade para que for eleito, desempenhando com zelo e dedicação; 2º Desempenhar qualquer serviço da Irmandade e a ella respeitante para que a meza o nomear; 3º Comparecer nas reuniões da assembleia-geral para a eleição da Mesa e apresentação das contas, e em qualquer outra determinada n'estes Estatutos, para que for convocado; 4º Conformar-se com os deveres e descripções que estes Estatutos lhe informarem (*Idem*).

O documento vinculava os Irmãos, após a sua integração, ao serviço da Irmandade e quem obstasse ou colocasse em perigo os seus interesses seria sancionado com expulsão; se arrependidos, o articulado permitia a sua posterior integração. Em suma, este articulado, mais

que um caráter particularista, possuía algumas características que visavam a homogeneização do comportamento dos indivíduos e uma tentativa de angariar novas fontes de receita, reforçando o poder económico e respetivo capital social da Instituição.

No ano de 1888, os Irmãos informaram a Mesa do estado deteriorado em que os estatutos se encontravam e solicitaram a renovação da tábua das matérias. Eram mais abrangentes que os estatutos anteriores, compostos por 14 capítulos e 92 artigos, subscreviam assuntos de ordem vária, desde matérias corpóreas às incorpóreas. Para facilitar a sua utilização os Irmãos foram anotando, marginalmente, algumas matérias, sintetizando-as ou remetendo o leitor para outros capítulos onde o mesmo assunto é tratado. O tema das admissões continua a ser o assunto com maior impacto no articulado. Todos os indivíduos que professassem a religião católica apostólica romana e tivessem bom comportamento moral e civil poderiam fazer parte desta Irmandade.

A sua estratégia de afirmação passou por estar em conformidade com as autoridades eclesiásticas e régias de modo a pôr termo às potenciais desavenças. Daí que, logo que redigido, a Instituição tentasse obter a anuência diocesana:

Esta Irmandade não tinha ainda a sanção canónica, expressamente determinado, pelo que diz respeito ao espiritual e culto divino, na constituição diocesana, L^o 4^o Tit. 14^o de harmonia com a sessão Cap. 8^o e 9 do Concílio de Trento; e não convinha que esta religiosa e piedosíssima Irmandade continuasse a dar a mais leve suspeita de não respeitar as leis da igreja, propunha que se requeresse ao Ex.mo Prelado da Diocese a respectiva aprovação dos seus Estatutos em quanto ao espiritual e culto religioso (AINSRL1870, fl 184 vs).

A tábua das matérias foi copiada manualmente para o livro de atas das sessões de Mesa, tendo sido apresentadas e discutidas no dia três de junho, de 1888, em sede de reunião. Após a sua aprovação, e para todos os efeitos legais, os anteriores estatutos passaram a ser substituídos pelos presentes.

Verifica-se que, em ambas as redações, o legislador foi sensível às questões da “limpeza de sangue” nomeadamente porque, outrora, foram criados juízos, mais ou menos falsos, como a propósito do surto de peste em Lamego (Mea 1997: 35) aquando da vinda dos judeus espanhóis para Portugal nos finais do século XV.

Os óbices avolumaram-se no início da Primeira República e a Irmandade sentiu a necessidade de reformular, uma vez mais, os seus estatutos. O ato normativo entrou em vigor no ano de 1913, mas não encontrou eco positivo no episcopado português que colocou muitas dúvidas quanto à eficácia e utilidade deste novo regulamento, pondo em causa a sua ereção canónica. O juiz ficou indignado e manteve a redação, alegando que muitos dos artigos eram

semelhantes aos precedentes tendo somente readaptado o texto ao novo contexto sociopolítico. Na verdade, estes estatutos introduziram alguma originalidade em relação aos anteriores, dando mais visibilidade à relação entre o lugar sagrado e o peregrino, envolvendo a Irmandade em apuros com a cúria pontifícia que não os aprovou, argumentando que a composição/redação do texto era muito próxima do movimento republicano que ambicionava reforçar os poderes do indivíduo, libertando-o de todo e qualquer poder transcendente, abrindo-se, assim, as portas à laicização. O juiz não concordou com a justificação dada pela diocese e após reunião da Mesa Administrativa determinou manter o articulado, defendendo que não estava a subverter o princípio da liberdade de associação de fiéis. Independentemente das razões que o determinaram, esta nova redação correspondia a uma nova abertura da Irmandade para com o exterior, tornando o santuário um polo de atração turística «convertendo-o não somente em destino de peregrinação religiosa como, e sobretudo, local de realização dos mais diversos eventos laicos (culturais, etnográficos, comerciais e de diversão)» (Pinto 2001:28). É de supor que esta conflitualidade se devesse, por um lado, a uma discórdia ou antagonismo pessoal entre o juiz e a diocese sustentada por ecos políticos; e, por outro, à determinação de critérios mais rigorosos na concessão de apoio oficial. Nesta sequência a Mesa, na sessão de 20 de janeiro de 1920, solicitou que «a palavra Turismo se deve acrescentar no Parque dos Remédios» (AINSRL 1917-1921: 41vs) antecipando o documento da Pastoral do Turismo, publicado pelo Papa Paulo VI, em 1969. Segundo o documento o tema «longe de ser considerado um perigo para a fé ou os costumes, é visto como uma oportunidade para a realização do homem, para a compreensão entre as culturas e as tradições» (Calimé 1997: 15). Pretendia-se converter o espaço num grande centro de peregrinação, realçando a importância da espiritualidade na obra arquitetónica, isto é, que não se limitasse exclusivamente a fins piedosos nem «arquitecturas mortas ou esqueletos estéticos, [mas sim] lugares de memória viva» (Aucourt 1994:153). Supõe-se que tenha sido uma reação ao facto de que, de supetão, fervilhavam notícias dando conta das prodigiosas maravilhas que ocorriam em Fátima.

A redação dos estatutos manteve a função de beneficência da Irmandade, no artigo 15º, com o objetivo de satisfazer carências sociais, tendo que entregar, até ao dia 30 do mês de junho de cada ano, na Santa Casa da Misericórdia de Lamego, uma verba para estes fins. Este articulado previa a figura do benemérito, ou seja, distinguia os indivíduos que mais contribuía para a Instituição. Quanto à organização interna - órgãos administrativos e cargos dirigentes - estes estatutos são idênticos aos anteriores.

No início da década de sessenta, sob os auspícios do Estado-Novo, a Irmandade iniciou uma nova etapa de reforma dos estatutos que entrou em vigor no ano de 1965, e permanece até à atualidade. Os mesários optaram por uma estratégia diferente da anterior, redigindo o articulado muito cingido com o direito canónico, em consonância com o espírito conciliar. Os novos estatutos foram aprovados pelo bispo D. João de Silva Campos Neves:

^o
1 - Aprovo os Estatutos que nos foram apresentados e que vão apensos a esta nossa provisão;

^o
2 - Recomendamos instantemente a todos os fiéis a entrada nesta Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, para santificação própria e incremento do culto católico (AINSRL Estatutos de 1965, Vol. 2, fi. 66vs).

O contexto em que surge este compromisso reforçou a ligação entre a política e a religião nos serviços que uma prestava à outra. Deste cruzamento de interesses reforçava-se localmente o poder da Irmandade enquanto casa promotora do culto, ao mesmo tempo que se apelava aos fiéis para a prática confraternal. O objetivo era a obtenção de adesões massivas. Esta ideia é particularmente significativa, pois pretendia renovar os interesses da Igreja, fazendo uma apologia dos princípios da Instituição, e reconduzir a Irmandade à sua identidade tradicional.

É claramente um tratadístico da época adequado ao período do Estado Novo, cumprindo um vasto programa ideológico que conferia à Instituição um papel de relevo, abordando matérias diversas desde o perfil dos Irmãos, as obrigações, os direitos e os deveres de cada um; contém, ainda, várias disposições relativas aos princípios de orçamentação e matérias de âmbito mais religioso. A ordem e a designação de cada uma destas matérias mantêm-se ainda hoje. O cumprimento revertia a favor do Irmão, por isso a sua prática era sinónimo de uma vida virtuosa e preparação para uma boa morte.

Quanto ao património e regime financeiro, os estatutos mantêm um padrão semelhante aos anteriores, dependendo de uma receita mínima para cobrir todas as despesas de natureza diversa e promoção do culto religioso.

Em suma, independentemente das condições de tempo e de lugar, os diversos estatutos ostentam dois aspetos apelantes: primeiro, houve uma tentativa por parte das Mesas de redigirem textos atualizados para o seu público, em conformidade com o contexto político e social vigente; segundo, os documentos deveriam ser de leitura fácil, servindo de modelo-padrão para os Irmãos, uma vez que a normalização das cláusulas internas reduzia a possibilidade de comportamentos menos ortodoxos. Provavelmente o seu excesso de

vigilância deixa entrever o cuidado quase obsessivo pelo comportamento-padrão, obstando ao livre desabrochar da personalidade de cada Irmão. Mas, a ideia do pecado original e do desequilíbrio por ele operado na natureza humana, sempre propensa ao mal e ao desvio moral, eram axiomas que conservavam forte incidência nas concepções pedagógicas e religiosas da época. Deste espírito, talvez resultassem alguns frutos nefastos, como a hipocrisia, a dissimulação, a delação, a primazia do parecer sobre o ser.

2.2 O Corpo da Irmandade: Os Irmãos

Admissão de Irmãos:

Admissível é nesta Irmandade toda a pessoa que, professando a religião Cathólica apostólica romana tiver bom comportamento moral e civil.

&Único

Os menores de 21 annos, não emancipados, devem apresentar expresse consentimento por escripto de seus pais ou representantes, e as mulheres casadas o consentimento por escripto de seus maridos (Estatuto de 1888, Capítulo 2º).

Os corpos normativos da Irmandade descrevem um desvelo com a seleção dos candidatos a Irmãos de forma a conservar a reputação da Instituição. Por isso, o ingresso impunha, como já se referiu, um conjunto de requisitos na admissão de natureza moral e social em conformidade com os princípios de doutrina e da moral cristã. Além disso, era também condição de acesso gozar de boa condição financeira para o pagamento da joia de admissão e da quota anual. Assim, por um lado, exigia-se um rigoroso exame da vida e dos costumes dos candidatos e, por outro, o domínio literário e/ou, na sua ausência, a existência de rendimentos económicos, bem como a paridade com a religião católica apostólica romana. Os que não gozassem de uma boa reputação moral e social ou não estivessem dispostos a aceitar os princípios cristãos e as normas da Instituição estavam arredados de pertencer à Irmandade. O indivíduo poderia ser admitido como “Irmão Remido” ou “Irmão não Remido”. Os candidatos residentes na localidade de Lamego eram admitidos na categoria de Irmão não Remido; os que residissem «fora da cidade de Lamego só podiam ser admitidos na classe de Irmão Remido» (Estatuto de 1880). Esta distinção não foi inócua. Estes Irmãos Remidos pagavam as quotas, mas não ocupavam os cargos de gestão, libertando-os para os Irmãos não Remidos (gente da terra). Ficavam, portanto, com o prestígio da pertença e participação na vida religiosa e associativa.

Os estatutos não tinham um *numerus clausus* de ingresso de Irmãos, logo todos os que desejassem aceder a esta assembleia de fiéis e cumprissem os requisitos de admissão eram aceites. Pelos dados analisados, até ao final do século XVIII a Irmandade era composta em média por cerca de três centenas de Irmãos, como referido atrás, porém as novas admissões a partir de então não mais pararam de crescer.

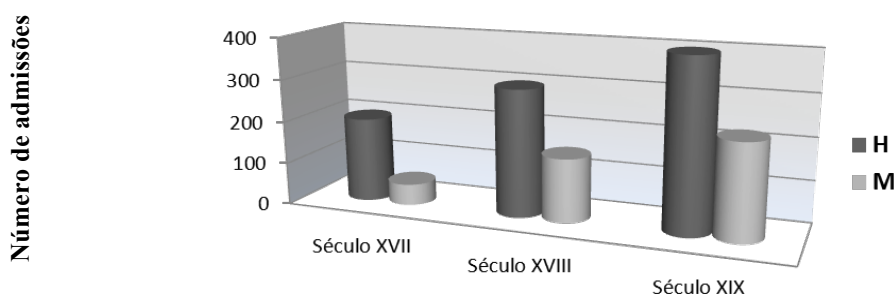


Gráfico 1. Número de admissões

Fonte: Elaboração com base no Tomo de Irmãos da AINSRL.

O gráfico diz respeito à evolução do número de admissões e à repartição entre os géneros masculino e feminino. Facilmente se conclui que desde os primórdios da Instituição o seu número aumentou, progressivamente. Este crescimento pode ser explicado pelo facto de o espírito da época condescender com a adesão em duas, três ou até mais instituições, procurando proteção religiosa para a salvação da alma. Esta tendência implicou uma verdadeira revolução mental, aumentando, quiçá, as adesões nos períodos de crise frumentária e/ou períodos de crise sistémica que assolaram a sociedade duriense de matriz agrária destrozada pelo ódio e pela praga da filoxera, como por exemplo no ano de 1870. Além disso, os surtos epidémicos e infeções bronco-pulmonares que, nos períodos frios e húmidos dos meses de outono/inverno, achacavam a região e aumentavam a mortalidade poderão ter-se repercutido também no aumento das admissões. Apesar de não existirem dados estatísticos que permitam comprovar tal hipótese, é de crer que, perante tanta tragédia, o povo suplicasse junto de Nossa Senhora dos Remédios mudanças das condições atmosféricas e/ou o fim da devastação da crise; por isso faziam-se procissões rogativas para que esta os auxiliasse a suprir a falta de sentido social, diminuindo as calamidades naturais.

No que diz respeito à repartição pelo sexo, os resultados demonstram um maior número de elementos masculinos a circular na esfera devocional, como acontece nas demais agremiações conforme defende Sá (1996), sejam de índole espiritual e/ou de outro tipo de natureza. Os Irmãos podiam atuar numa rede de solidariedades horizontais que cruzava o poder e o prestígio com a hierarquia vertical da Instituição.

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

As mulheres necessitavam de autorização dos maridos para aderirem à Instituição, talvez por isso entrassem em menor número, não obstante do seu apoio nos serviços de asseio (higiene/limpeza) do santuário e suas dependências; caso não cumprissem eram castigadas, pagando «mais a quarta parte da correlativa quantia» (Estatutos de 1888, artº. 7). A possibilidade da sua inclusão foi importante e/ou mesmo inovador, na medida em que, de acordo com as regulamentações de muitas instituições congéneres, a mulher estava excluída de participar em muitas organizações e manifestações públicas, como, por exemplo, na Confraria de Santo Isidoro e seus Clamores, no Alto Minho; segundo o seu regulamento interno os Irmãos eram obrigados a participarem nas procissões «excepto suas mulheres, & filhos, que a estes não obriga este Estatuto» (Oliveira 2007: 116). Nesta matéria a Irmandade guindou-se a um patamar de observação superior aos das suas congéneres, estando em conformidade com as práticas de religiosidade feminina - tabelas 5 e 6.

| Diocese | Habitantes | Total | % |
|---------------|-----------------|--------------|------------|
| Braga | 6.387.46 | 1.767.2 | 2,8 |
| Lisboa | 4.593.17 | 7.964 | 1,7 |
| Aveiro | 8.625.2 | 3.721 | 4,3 |
| Coimbra | 2.089.53 | 3.293 | 1,2 |
| Viseu | 15.653.7 | 2.830 | 1,8 |
| Bragança | 7.776.9 | 2.070 | 2,7 |
| Lamego | 13.945.2 | 2.281 | 1,6 |

Tabela 5. Faltas à desobriga

Fonte: Elaboração própria, a partir de Alves (2003: 36 *apud* censo1801).

O resultado da tabela 5 revela que o número de faltas à desobriga na diocese de Lamego não era superior às faltas das restantes dioceses, situando-se nos 1,6%.

De seguida, analisam-se as faltas à desobriga por género: masculino/feminino.

| Diocese | Homens | % | Mulheres | % | Total | % |
|---------------|--------------|-----------|------------|-----------|--------------|------------|
| Braga | 1.299.3 | 74 | 4.679 | 26 | 17.672 | 40,2 |
| Lisboa | 5.901 | 74 | 2.063 | 26 | 7.964 | 18,1 |
| Aveiro | 2.823 | 76 | 898 | 24 | 3.721 | 8,5 |
| Coimbra | 2.140 | 65 | 1.153 | 35 | 3.293 | 7,5 |
| Viseu | 1.649 | 58 | 1.181 | 42 | 2.830 | 6,5 |
| Bragança | 1.379 | 67 | 691 | 33 | 2.070 | 4,7 |
| Lamego | 1.479 | 65 | 802 | 35 | 2.281 | 5,2 |

Tabela 6. Faltas à desobriga no século XIX por diocese e sexo

Fonte: Elaboração própria, a partir de Alves (2003: 37 *apud* censo1801).

Não deixa de ser curioso verificar que na diocese de Lamego, os homens, cerca de 64,8%, faltaram mais à desobriga do que as mulheres, 35,1%. Estes dados entram em

contradição com os números de admissão na Irmandade e confirmam, uma vez mais, que as mulheres eram mais dadas à oração e aos exercícios espirituais, os bastiões da religiosidade.

Esta é uma questão fundamental, ou seja, se os dados demonstram que a mulher tinha um profundo sentimento religioso, sendo vigilante e cumpridora do controlo imposto pela Igreja, então por que motivo as mulheres não aderiam em massa à assembleia de fiéis? Estes dados parecem apontar, uma vez mais, a hipótese da submissão feminina ao mundo masculino, tendo sido a mulher, ao longo de todo o tempo, percentualmente mais praticante do que o homem, facto que se verifica ainda atualmente (ver ponto da participação da mulher na festa de Nossa Senhora dos Remédios). Talvez porque os «espaços de ação feminina restringem-se, para as camadas burguesas, à igreja e as obras de caridade» (Pereira 1995: 251) e o domínio masculino estava mais voltado para a «lucta exterior; a direcção dos negócios - enfim a vida activa» (Bastos 1884:196), capitalizando maior poder de riqueza, um maior pragmatismo e menor sentido de religiosidade.

Por isso, o percurso sociopolítico da Irmandade e a especificidade dos cargos administrativos, associados ao fator socioeconómico, esbatiam-se com o difícil processo de adesão massiva feminina, aliada a uma agitada circunstância cultural, pouco propícia ao regular funcionamento das instituições sob a alçada da mulher. Poderão residir aqui razões suficientes para explicar o desnível de participação entre estes dois grupos.

Efetivamente, a pertença à assembleia de fiéis era uma meta na vida do indivíduo, não apenas pelo facto de constituir um sinal absolutamente distintivo em relação aos demais, mas por lhe conferir uma categoria que o valorizava espiritual e socialmente. Por isso, compreende-se que muitas das admissões tenham surgido da pressão exercida pela Irmandade em angariar novos confrades sem que tal ingresso significasse um maior aprofundamento dos conhecimentos bíblicos. A nova categoria passava a ser a cédula de identidade dos indivíduos. Este aspeto é especialmente importante, na medida em que a maioria dos indivíduos provinha de meios rurais onde todos se conheciam sendo que a categoria de Irmãos reiterava as qualidades dos mesmos, servindo, antes de mais, como um instrumento de divulgação da sua reputação junto da comunidade.

2.2.1 As admissões

As admissões estão na base da formação do *corpus* da Instituição. O seu número é ilimitado e é constituído pelos atuais Irmãos e os que de futuro nela vierem a ser admitidos. A admissão era um assunto muito pertinente da Mesa Administrativa, por isso os estatutos determinavam um conjunto de requisitos e/ou critérios seletivos. O candidato deveria apresentar um perfil que se coadunasse com as exigências dos estatutos: probidade moral, honra e uma situação económica favorável para servir a Irmandade, pagando o que lhe era devido. Eram admitidos homens e mulheres, casados, viúvos e solteiros, indistintamente; podiam entrar, em simultâneo, os dois membros do casal pagando, cada um deles, a respetiva joia e quota anual. No entanto, na maioria das vezes, a mulher era admitida depois da admissão do marido. Os indivíduos solteiros só podiam ser admitidos se maiores de 21 anos ou então mediante a «autorização de seus pais» (AINSRL 1880-1895:fl 150). A composição mista da Irmandade constituía uma das realidades que ameaçava o estereótipo de muitas confrarias da época que restringiam o acesso do mundo feminino. A mulher era educada com base nos valores da obediência e submissão, por isso necessitava de autorização do marido para aderir à Instituição. O seu envolvimento era socialmente bem aceite e pejado de sentidos edificantes apesar de se tratar de uma participação de coadjuvação, mas estruturante no seio da Instituição. Este aspeto é revelador da cultura ocidental em que a mulher não administrava os bens patrimoniais, sendo-lhe vedada a sua apropriação e transmissão. Os Irmãos(ãs) ao entrarem na Irmandade efetivavam nos cargos, adquirindo, através deles, uma parcela de capital social que lhes era preciosa ao nível comunitário. Por isso, pertencer à Instituição conferia poder e, ao mesmo tempo, abria portas para aceder a espaços de sociabilidade que, de outra forma, lhes estavam proibidos, assentando no *cujus regis illius religius*, sob a crença de que a hegemonia (do poder da Irmandade) assentava sobre a homogenia (dos súbditos) que decorria, quase necessariamente, numa aliança entre o poder religioso e o poder económico. Estas premissas motivavam, por um lado, a adesão e, por outro, promoviam a admiração e estima dos seus membros na comunidade local, unindo a trajetória social ao percurso devocional.

O pedido de ingresso fazia-se através de duas formas: a pedido do próprio, dirigindo ao juiz um pedido/requerimento expressando a sua vontade de pertencer à Instituição, ou sob proposta apresentada por um mesário. As propostas deveriam ser bem fundamentadas, indicando as razões da adesão bem como o currículo do indivíduo: o nome, profissão, estado civil, idade e residência. Depois de recebidas, eram submetidas à apreciação da Mesa

Administrativa na primeira reunião ordinária. Só se consideravam admitidos os indivíduos que reunissem, em escrutínio secreto, a maioria dos votos dos membros da Mesa Administrativa, presentes na votação.

As novas propostas eram fundamentais, pois o crescimento da Irmandade baseava-se na aceitação de cada vez mais novas propostas, aumentando, assim, o número de efetivos. Daí, não ser de estranhar que, por vezes, a pressão para angariar novos confrades causou celeumas, provocando desavenças entre os confrades e/ou indivíduos ao invés de proporcionarem momentos de fraternidade. Atente-se no exemplo a seguir: um mesário apresentou à Mesa uma proposta, alegando que o dr. Manuel Cardoso Girão o tinha incumbido de tal tarefa: a Mesa, após analisar a proposta, deliberou aceitar o indivíduo e comunicou-lhe a decisão; aquele, surpreendido, ao saber da notícia comunicou à Mesa o seguinte: «que não tinha autorizado pessoa alguma a propô-lo para Irmão, recusando-se ao pagamento da quota e declarando que não tinha empenho em pertencer à Irmandade» (AINSRL 1880-1895: fl 69). Diante deste pleito, a Mesa mais não fez do que declarar que «ficasse sem efeito a admissão do Irmão nesta Real Irmandade, do Ex.mo Senh. Dr. Manuel Cardoso Girão, em virtude do mesmo Senhor declarar que não tinha interesse»¹³ (Idem).

Na senda do que tem vindo a ser dito, é possível depreender que as propostas mais apressadas criaram alguns constrangimentos no seio das Mesas. Muito provavelmente este incidente resulta da pressão a que muitos mesários estavam sujeitos, seduzindo os membros da alta estirpe local a aderirem à Instituição – repare-se o título de Dr. . Como é óbvio, estas situações não são inócuas. Os comportamentos apressados traduzem a luta de interesses entre os membros da confraria, quer pela manutenção do cargo e/ou tentativa de fazer entrar gente de “maior qualidade” na Irmandade. Caso o Irmão fosse aceite teria uma aparente dívida de gratidão para com quem o propôs não obstante a decisão final ser submetida à confirmação da Mesa Administrativa, por votação em escrutínio secreto, como já dito.

Depois da proposta e/ou do requerimento ser aceite pela Mesa lavrava-se o respetivo termo e o Irmão era registado no livro/ tomo de Irmãos que, depois de assinado pelo juiz e secretário, seria comunicado e publicitado ao requerente. A divulgação poderia ser por escrito ou a «rogo caso este, não sabendo ler nem escrever» (AINSRL Estatuto de 1888: Capítulo 2, nº 3); esta foi a forma de comunicação mais comum, colocando a descoberto os níveis de alfabetização dos Irmãos. Este formalismo não se aplicava apenas aos novos candidatos, mas também aos Irmãos readmitidos. Quando admitidos, os Irmãos faziam um juramento sobre os

¹³ Grifo do autor.

Santos Evangelhos e prestavam obediência à Mesa. Este cerimonial era transformado num dos assuntos de maior relevo na Instituição. Contudo, a integração só ficava completa após o pagamento de uma joia de admissão conforme exemplo da tabela seguinte:

| Idade | Montante (reis) |
|------------------------|-----------------|
| Até á idade de 30 anos | 2\$500 |
| Até á idade de 40 anos | 3\$000 |
| Até á idade de 50 anos | 3\$500 |
| Até á idade de 60 anos | 4\$000 |

Tabela 7. Joia de admissão

Fonte: Estatutos de 1888.

Os dados apresentados são conclusivos: os Irmãos mais novos pagavam menos do que os Irmãos de idade mais provecta. Este requisito excluía uma boa parte de indivíduos que, não tendo recursos económicos, não poderiam cumprir as exigências estatutárias. A Instituição necessitava de avultadas quantias de capital para fazer face aos poderes acrescidos e às competências jurisdicionais alargadas de que detinha; por isso, em períodos de austeridade financeira ou de depreciação da moeda corrente, atualizava o seu fundo económico, subindo a tabela de preços das missas e a quota anual, bem como o preço da joia de admissão: [quando] «por natural depreciação da moeda corrente subir a esmola das missas, a Mesa e o Definitório farão aumentar proporcionalmente a verba da jóia» (*Idem*). Esta premissa acabou por constituir uma barreira às pretensões dos indivíduos que não tinham disponibilidades económicas, instaurando-se assim uma seleção socioeconómica e elitista. Depois de admitidos, os Irmãos eram obrigados a possuir uma opa para representarem condignamente a Instituição, em ocasiões públicas.

O facto de um indivíduo aderir à Instituição, e/ou desempenhar uma função no universo confraternal, era «um indicador importante no sentido da identidade» (Fernandes 2001: 126), mas não significava que ele fosse mais religioso ou mais fiel à ortodoxia católica do que um indivíduo que não desempenhava função alguma.

Em suma, pode-se concluir que existiam dois princípios básicos que norteavam as admissões - devoção e prestígio-, existindo outros de carácter mais vasto designados de intermédios, nomeadamente a solidariedade, o diálogo e a comunicação. O primeiro revela a confissão religiosa do Irmão e a tentativa de alcançar a paz eterna por intermédio da Virgem, enquanto os outros elementos sugerem uma certa equidade, como é dado a perceber através do termo solidariedade e diálogo, criando o sentimento de pertença à Irmandade.

Seriam excluídos os Irmãos que solicitassem a sua exoneração, os que deixassem de pagar a respetiva joia mesmo depois de notificados, os que perdessem a boa reputação moral e voluntariamente causassem danos à Instituição ou tomassem atitudes hostis à religião católica, bem como os que, sem motivo justificado, se recusassem a servir os lugares dos corpos gerentes para os quais tivessem sido eleitos. A aplicação de pena de exclusão era da competência da Mesa Administrativa. Porém, se assim o entendessem, poderiam os excluídos solicitar a readmissão e voltar a beneficiar dos privilégios cumprindo com as obrigações tal como os seus pares.

2.2.2 Origem dos Irmãos

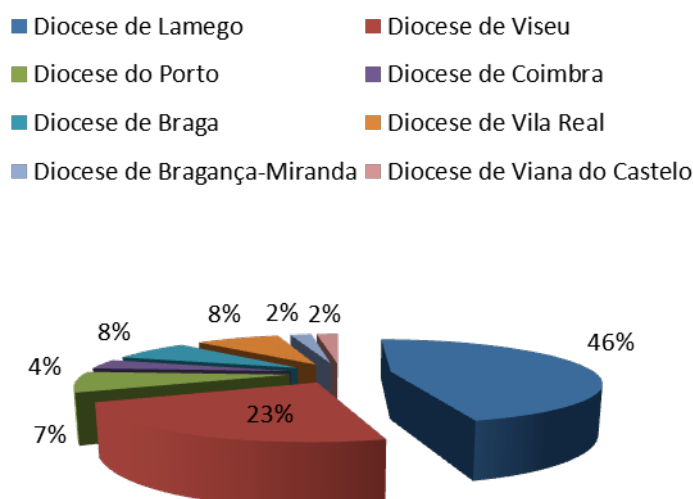


Gráfico 2. Residência dos Irmãos séculos XVIII-XX

Fonte: Elaboração própria com base no Tombo de Irmãos – AINSRL

Diante do gráfico que se apresenta, conclui-se que as fronteiras geográficas de recrutamento não se limitavam ao perímetro urbano lamecense (46%), antes se prolongavam pelas dioceses vizinhas mormente nas paróquias da diocese de Viseu (23%) entre as localidades da Régua, Penude, Várzea, Padronelo, Varosa, Covas do Douro, Aregos. Crê-se, conseqüentemente, que a Irmandade mantinha, desde antanho, com estas localidades uma ligação comercial e humana muito forte, pelo que estes números traduzem essa realidade.

No conspecto geral, as mudanças operadas na economia no século XIX, graças aos importantes investimentos do Estado com a construção do caminho-de-ferro, no ano de 1879, até à cidade da Régua e, no ano seguinte, até ao Pinhão e o melhoramento das estradas (Pereira 2004:2) facilitaram a mobilidade dos indivíduos; porém, não trouxeram novas

adesões das dioceses mais distantes, cingindo-se o recrutamento maioritariamente, ao longo do tempo, às áreas de influência da diocese de Lamego e territórios limítrofes.

Estes resultados podem aventar a inoperância da estratégia de promoção massiva das lendas e dos milagres da Virgem dos Remédios, na imprensa regional, não tendo por isso alcançado reputação para as expectativas escatológicas dos católicos residentes nas localidades mais distantes; estes buscariam junto das suas Virgens e dos seus Santos conforto espiritual e os indultos necessários para a remissão dos pecados não tendo necessidade de se deslocarem a Lamego para esse efeito.

2.2.3 Categoria de Irmãos: Remidos e não Remidos

Pertencer ao ambiente confraternal e por ele ser reconhecido constituía um poderoso mecanismo de mudança do quotidiano dos Irmãos. No entanto, apenas se pode formar uma ideia das consequências que representaria o ingresso em termos organizativos, uma vez que é impossível avaliar o efetivo impacto psicológico e emocional, aquando da comunicação ao indivíduo de que passaria a fazer parte da Instituição, na categoria de “Irmão Remido” ou “Irmão não Remido”.

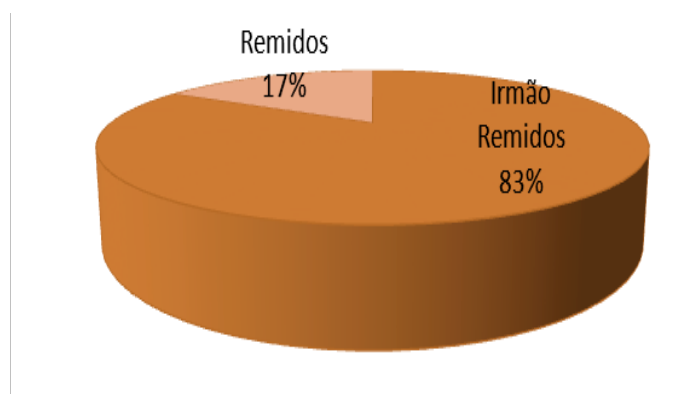


Gráfico 3. Admissões ano de 1874

Fonte: Elaboração própria, a partir das AINSRL.

Na análise do gráfico 3 verifica-se que no ano de 1874 estavam inscritos na Irmandade 329 indivíduos. Do número total, 17% foram registados na qualidade de Irmãos Remidos e 83% como Irmão não Remido. No cômputo geral, eram percentualmente mais os

que detinham o poder efetivo na medida em que a base social era constituída por 273 não Remidos e 56 indivíduos Remidos.¹⁴

2.2.4 Privilégios e Obrigações

Ao aderirem à Irmandade os Irmãos ficavam vinculados a um conjunto de privilégios e obrigações, previstas nos estatutos. Não obstante, (como se verificou anteriormente no capítulo 1, ponto 1.2 e 1.3) o medo antropológico do purgatório levou a que alguns Irmãos procurassem, simultaneamente, acumular privilégios, associando-se em instituições congéneres e usufruindo cumulativamente das regalias e dos deveres que cada instituição presenteava. Estas prerrogativas aproximavam os Irmãos e contribuía para aumentar o vínculo à Virgem e ao santuário, sendo também uma oportunidade para os Irmãos de condição menor ombrearem com os indivíduos de um estrato social mais elevado.

2.2.4.1 Os Privilégios

Os privilégios eram regalias para atraírem os Irmãos a aderirem e/ou a manterem-se na Instituição; iam ao encontro dos anseios e das aspirações dos indivíduos e tinham uma função axial no processo de recrutamento; por isso, a Irmandade deveria estar atualizada face às congéneres, pois os Irmãos com formação cultural incipiente, presos às vicissitudes de um cosmo quase exclusivamente local e comunitário, optavam pelo normativo que melhor lhes garantisse a salvação da alma.

Conforme anunciado nos estatutos de 1888, os privilégios a aplicar a todos os membros eram os seguintes:

- i) A dez missas especiaes por sua alma (artº 76);
- ii) A participação das missas e aniversário mencionados no artigo 73º;
- iii) Às indulgências indicadas no fim d'este Estatuto;
- iv) A ser recorrido em sua urgência, logo que isso haja recursos;
- v) A ser acompanhado seu corpo à sepultura (Estatutos de 1888, artº 10º).

¹⁴ No ano seguinte, ano de 1875, a Instituição admitiu dezanove novos confrades dos quais nove na categoria de Irmãos Remidos e dez na categoria de Irmãos não Remidos. Ao longo do ano faleceram 12 Irmãos não Remidos; no final do ano, o número de efetivos era de 336 membros. Este cenário manteve-se nos anos seguintes e, no ano 1878, existiam 328 Irmãos inscritos; 83 indivíduos, representando cerca de 25% na categoria de Irmãos Remidos e 245 efetivos (74,6%) na categoria de não Remido. No ano subsequente decorreram novas admissões. Foram inscritos dois novos Irmãos, um dos quais na qualidade de Irmão Remido e um outro como não Remido. Faleceram sete, dos quais um era Irmão Remido e seis não Remidos, registando-se um total de 323 Irmãos. Esta tendência manteve-se nos anos seguintes.

Os privilégios garantiam a equidade na coesão social do grupo. Entre as várias regalias, anteriormente citadas, destaca-se a organização do cortejo fúnebre, acompanhado por um numeroso grupo de Irmãos e membros eclesiásticos, como uma das distinções mais relevantes no seio da comunidade rural; as exéquias bem como a presença do guião eram um meio de expiação dos pecados através da purificação espiritual, representando também o poder económico e o prestígio social do indivíduo. Por isso, a partida para a última morada era concebida como um espetáculo para o qual a comunidade de Irmãos era convidada a participar, vestindo luto rigoroso. No altar da capela do santuário, local de grande impacto religioso, desenrolava-se a liturgia do Irmão falecido, envolto em círios ardentes. A missa pela alma do falecido era das regalias mais importantes.

A Irmandade competia com as suas congéneres na distribuição dos privilégios, daí ser imprescindível estar atualizada no mercado da fé bem como gozar de uma boa reputação moral e organizacional para que os Irmãos depositassem aqui os seus haveres.

Os regulamentos eram complacentes e previam o pedido do reforço de missas ou um aumento de sufrágios da alma a troco de, no ato da inscrição, o indivíduo declarar que pretendia usufruir de mais missas além das que estavam estabelecidas. Para tal, teria de pagar uma joia mais elevada e, naturalmente, a sua quota anual seria superior ao determinado. Caso um familiar falecesse e pretendesse o guião a acompanhar o corpo à sepultura pagaria 100 reis. Num momento de permanente volatilidade, estas exceções privilegiavam as classes mais abastadas.

O alargamento dos privilégios foi instituído nos estatutos de 1888 o que poderá revelar a necessidade financeira em arrecadar mais moeda. O regimento passou a aceitar os indivíduos que, não sendo católicos, se quisessem converter no momento da morte, após uma confissão arrependida e o pagamento de uma quota. Nestes casos, a Mesa da Irmandade reunia e decidia qual o valor a pagar. O montante a cobrar não deveria desfalcar o fundo financeiro da Irmandade tendo em atenção que, até ao momento, o indivíduo em nada tinha contribuído para a Instituição e, a partir desse momento, ficava vinculado a um conjunto de privilégios *post mortem*. Esta flexibilidade era um sinal de modernidade, ainda mais numa época em que as relações de vizinhança eram intensas e todos se conheciam e/ou se tornavam familiares, tinham filhos, apadrinhavam outros, serviam de testemunhas nos casamentos e em muitos outros atos da vida comunitária e por fim, quando morriam, pretendiam um funeral privilegiado e condigno que honrasse o defunto e a sua linhagem. Daí que a última homenagem fosse um momento de solidariedade.

Não foi possível fazer-se um juízo cabal de quantos se afastaram desta realidade, mas é provável que fossem poucos os que se encontravam afastados dos preceitos religiosos e negligentes dos seus deveres. Esta e outras medidas serviam de aliciamento numa fase em que a Instituição necessitava de copiosos meios financeiros para satisfazer em qualidade e quantidade as várias despesas de manutenção dos cargos eclesiásticos, despesas de manutenção do santuário, despesas de culto e de festividade, além de muitos outros compromissos.

Após a morte, e no prazo de 15 dias, eram rezadas cinco missas pela alma do Irmão, uma das quais celebrada no altar e rezada pelo capelão. De seguida, era emitida uma certidão e o nome registado no livro de missas, perpetuando a sua lembrança. Cada Irmão rezava um rosário para que a Virgem intercedesse pelo falecido. A assistência à alma foi, com toda a certeza, a maior missiva da Irmandade, daí se concluir que o impacto emocional e psicológico seria enorme aquando da integração e/ou expulsão de um membro da organização, engrossando-lhe ou encurtando-lhe o fundo económico. Os confrades viviam uma complexa cultura de relação entre os Irmãos vivos e falecidos, aproximando-os e (re) construindo elos sociais. O Irmão falecido tinha ainda direito a uma missa no dia do seu aniversário, mas com o decorrer do tempo esta formalidade acabou por cair em desuso, permanecendo apenas a celebração de uma missa no dia do aniversário da sua morte.

Os estatutos privilegiavam os devotos mais magnânimos através da divulgação dos seus retratos na «galeria de retratos dos benfeitores d'esta confraria» (AINSRL 1780, fl 70) como forma de agradecer o Irmão pelo «importante donativo» (*Idem*), conforme ata da reunião do dia de 24 de novembro de 1890:

O excellentissimo Juiz expôs que o fim d'esta sessão extraordinária era para tomar patente e de uma forma auttentic a meza, a generosidade e a grandiosa piedade d'uma excelentissima e reverendissima Senhora, que no dia 22 do corrente, veio ofertar à Virgem Nossa Senhora dos Remédios a exaltadíssima esmola de **um cento de reis**, que entregou e entrou na thesouraria. A mesa expressando-se de nobre orgulho pela demonstração tão litúrgica de confiança na sua administração, fará sinceras supplicas à Virgem Nossa Senhora dos Remédios em bem das felicidades e venturas de que é digna tão venerada e respeitável, piedosa e benfeitora Senhora.

Deliberou-se na conformidade do artigo 80 dos Estatutos, que a respeitável e piedosa **Senhora D. António Adelaide Ferreira das Nogueiras, de Fogueirós, da commarca da Régua, seja admitida como irmã remida, e inscripta no cathalogo, e o seu nome como benfeitora, que se solicite a mesma benfeitora digo da mesma virtuosa Senhora que se digne vir a assinar o termo de irmã remida, e que também se lhe peça a graça de deixar que sua modéstia, consista dar à meza um retracto seu a fim de ser reproduzido e ampliado a óleo, para que retracto tão querido seja collocado na galeria dos benfeitores.**¹⁵

Deliberou mais a meza, que se exarasse, n'esta acta, um cortejo do mais venerando acatamento e reconhecimento a Senhora tão benemérita e que se tirasse cópia autenticada

¹⁵ Grifo do autor.

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

desta acta para lhe ser enviada com officio com o indicado destino (AINSRL 1880-1895, fl 134-134 vs).

A sua ação foi arguta, instigando à participação ativa dos membros da elite e/ou dos mais endinheirados, procurando incentivá-los a alistarem-se nas suas fileiras e/ou a deixarem parte dos seus bens. Ainda hoje os seus retratos estão expostos, conforme exemplos das imagens a) b) c) e d)¹⁶:

Imagem a)



Imagem b)



¹⁶ As imagens não foram identificadas porque, depois de muito pesquisar, não se teve acesso à lista dos nomes nem a qualquer outro documento que servisse de prova para identificar os beneméritos.

Imagem c)



Imagem d)



Ilustração 2. Retratos dos benfeitores (a, b, c e d)

Foto: Aida Carvalho/Nuno Silva, 2012.

A sala de retratos era o local de projeção pública dos mais influentes, ilustrando a liberalidade de alguns Irmãos. Entre os magnânimos destaque para o apoio de algumas mulheres influentes na região, como a «respeitável e piedosa Senhora D. António Adelaide Ferreira das Nogueiras, de Fogueirós, da comarca da Régua» (AINSRL, 1890-95: p. 134) conhecida como a *Ferreirinha*, dos vinhos do Porto, - foto a), canto superior esquerdo.

2.2.4.2 As Obrigações

O regulamento estipulava um conjunto de obrigações que se sobrepunham a qualquer particularismo ou estatuto. As obrigações tinham carácter geral e versavam um conjunto de matérias relacionadas com a estrutura e a organização interna, devendo ser acatadas por todos

os membros, após admissão. Destaque para a obrigatoriedade do pagamento da joia de admissão e da quota anual que, mais do que o contributo económico, simbolizava a integração no microcosmo sociorreligioso. Os Irmãos eram também obrigados a «possuírem um exemplar dos Estatutos, depois de impresso, dando como esmola, 200 reis» (Estatutos de 1888, capítulo 3º, artigo 8º), bem como a desempenhar com zelo o cargo para o qual tinham sido eleitos, salvo se fosse deferido um pedido de escusa; visitar o santuário nos dias solenes, consagrados à Santa Mãe de Deus e orar pela orientação espiritual de todos os fiéis, rezando «um responso, ou um Padre-nosso e uma Ave-maria pela Alma de cada Irmão que falecer, apenas d'isso tenha conhecimento» (Estatutos de 1888, capítulo 3º, artigo 8º), bem como comparecer no santuário pelo menos cinco vezes por ano (no primeiro domingo do mês de junho para eleger a Mesa, no dia seis de julho para a eleição do Definitório, no dia da festa da padroeira, no funeral e na missa de aniversário do Irmão falecido); responder ao chamamento da campanha e comparecer «no real Santuário no 1º Domingo de junho às 10 horas da manhã para a eleição de nova Mesa, bem como todas as vezes que pelo juiz for convocada a Junta geral» (Estatutos de 1888, artº 9º). Estas ocasiões eram precedidas por atos religiosos aos quais os Irmãos eram obrigados a assistir.

Os estatutos previam outras obrigações de carácter mais específico consoante o género (masculino ou feminino): para as mulheres os regimentos reservam tarefas de asseio do santuário; para os homens funções de carácter mais organizacional, como os exemplos supracitados. Estas obrigações poderão ter criado alguma entropia no quotidiano de muitos Irmãos trabalhadores rurais, pois, em certas épocas do calendário agrícola, tinham de se deslocar para as quintas e propriedades localizadas fora do núcleo urbano para a realização dos labores agrícolas. Porém, os estatutos foram sensíveis a esta questão e, no capítulo 5º, da Junta Geral, diziam o seguinte:

Convoca e preside à Junta Geral o Juiz da Real Irmandade, servindo de 1º secretário da Mesa em exercício e de 2º o que n'essa ocasião for proposta pelo Juiz. No artigo 17º - a Junta Geral reunir-se-á no Real Santuário às 10 horas do 1º Domingo de Junho de cada anno, e extraordinariamente em qualquer outro dia para que seja convocada pelo Juiz por deliberação da Mesa. &Único: quando a maioria dos Irmãos do género masculino residentes nas freguesias da cidade requerer ao Juiz, com fundamento expresse, a reunião da Junta Geral, este será obrigada a convoca-la dentro de 8 dias.

Artigo 18º A convocação extraordinária da Junta Geral deve ser feita com antecipação de 5 dias, pelo menos, por anúncio afixado no Real Santuário, no Templo de Almacave e no da Sé, ou publicado em qualquer jornal da localidade.

& Único: Se no dia anunciado não comparecer a maioria dos Irmãos, residentes n'este concelho, fica adiada a reunião da Junta Geral para igual dia da semana immediata,

deliberando-se e resolvendo-se então legalmente com o número de Irmãos presentes (Estatutos de 1888).¹⁷

O ponto único deste artigo, mais do que estar em conformidade com o código administrativo de então, revela resiliência ao contexto socioeconómico e à comunidade de trabalhadores do meio rural.

A participação do Irmão nas reuniões era fundamental para o bom funcionamento da Instituição, por isso, caso faltasse sem apresentar uma justificação válida, o membro seria penalizado e/ou mesmo expulso, após reincidência. Esta supressão seria uma desonra, na medida em que ser-se Irmão era mais do que fazer parte de uma lista de nomes, era alcançar prestígio e estar próximo dos indivíduos mais influentes; sair da Instituição por falta de observância dos estatutos era sinal de desobediência aos princípios funcionais e, concomitantemente, privação de certos privilégios. Os membros do sexo masculino estavam mais sobrecarregados com obrigações funcionais, alguns deles estavam mesmo divididos (como adiante veremos) entre os órgãos mais importantes da Instituição - Mesa Administrativa e Definitório. O articulado esclarecia que os membros pertencentes ao Definitório deveriam reunir-se:

No dia 06 de Julho de cada anno às 05 horas da tarde no Real Santuário (art.º 24º,nº. 1), extraordinariamente, quando for convidado pelo Juiz de acordo com a Mesa. Segundo o artigo 23º - Se na primeira sessão para que fôr convocado o definitório não comparecer maioria, fica esta sessão adiada para o terceiro dia a contar d'aquelle em que faltou o número legal. & Único: N'esta nova sessão funciona legalmente o Definitório com o numero de membros presentes (Estatutos 1888, artº 22º).

A Irmandade pretendia condutas que dignificassem a Instituição, sendo que as reuniões serviam para atualizarem as conversas, conhecerem os novos membros e analisarem assuntos em comum.

A confissão e a comunhão eram também práticas obrigatórias para a limpeza espiritual da alma. Na confissão o indivíduo pedia remissão dos pecados, ouvia conselhos para vencer as tentações e fazia um exame de consciência; na comunhão o Irmão incorporava os princípios da Igreja Católica. Os Irmãos tinham ainda a obrigação de acompanhar a cruz da Irmandade na procissão do Corpo de Deus, ou em qualquer outro ato deliberado pela Mesa, bem como acompanhar o corpo do Irmão falecido, caso este fosse sepultado no cemitério de Lamego.

¹⁷ Grifo do autor.

As obrigações tinham grande significado para a vida da Instituição e pretendiam homogeneizar os comportamentos. Os níveis de cumprimento parece terem sido elevados, na medida em que as atas não relatam comportamentos desviantes, o que poderá ser explicado pelo facto de a adesão ser um ato “aparentemente” voluntário.

2.2.5 A composição socioprofissional

Abordar o fenómeno das categorias socioprofissionais integrantes da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios torna-se uma tarefa difícil e algo hermética, uma vez que não há uma base de dados que possibilite fazer a reconstituição socioprofissional de todos os seus membros, desde a sua criação. Este facto é elucidativo da situação dos registos da época, particularmente os do século XVII, período que, junto dos secretários, não colheu efetivamente a mesma atenção que os séculos seguintes. Assim, com recurso ao Tombo de Irmãos fez-se uma recolha sistemática de todos os registos (admissões e exclusões), (conforme apêndice n. 1) a partir do século XVIII. Este método permitiu identificar os indivíduos e classificá-los em função da categoria socioprofissional. Todavia, a este ganho quantitativo não correspondeu um ganho qualitativo equivalente, mas, tão-somente, uma aproximação indireta dado existirem lapsos na redação, como a repetição de nomes dos indivíduos ou designações incorretas, e inexistência de anotação da ocupação socioprofissional de todos os inscritos. Aquando do ingresso, o indivíduo identificava-se e o secretário anotava a ocupação profissional. Esta formalidade poderia levar a crer que a atividade profissional era um dado relevante para a identificação dos candidatos, bem como para a sua diferenciação comparativamente a outros. Todavia, não se conhecem as circunstâncias em que tais registos foram feitos, por isso deduz-se com ilações que se julga lógicas, que mesmo nestes assentamentos se teceram malhas de clientelas familiares e/ou de amizades, fazendo-se sentir sobremaneira, em diversos domínios, de tratamento social em que “ser filho de e/ou esposa de” era suficiente para a omissão de alguns dados. Restar saber se estas situações foram causadas pelo facto de a Mesa adotar como suficiente o conhecimento que possuía acerca dos seus concidadãos, requerentes a Irmãos, e apenas identificava mais detalhadamente os menos conhecidos e/ou os de fora da localidade, ou se esta foi uma estratégia de mencionar as profissões mais prestigiadas na hierarquia social, não para identificação do proponente, mas por consideração para com as pessoas envolvidas. Por influência de uma e de outra razão, a parcimónia de dados limitou a identificação

socioprofissional de todos os membros. Por isso, é com cuidado que se deve relativizar a leitura das informações prestadas e, sobretudo, evitar uma delimitação rígida, entre os diversos grupos socioprofissionais. Contudo, neste contexto, mesmo que existissem listagens de Irmãos devidamente preenchidas, apenas se poderia analisar as categorias socioprofissionais e o seu contributo dentro da Irmandade, não as podendo correlacionar com a composição socioprofissional da comunidade de Lamego, uma vez que não há dados estatísticos para efetuar a devida comparação. Tomando exemplos particulares, deixa-se uma advertência importante:

- Na época em estudo, era habitual a acumulação de tarefas entre os pequenos proprietários cujos rendimentos seriam completados com a atividade do tipo artesanal;
- Existe uma diversidade de designações e de funções que poderá revelar a abrangência e multiplicidade de ofícios e/ou mesmo, em certos casos, ausência do conhecimento produzido sobre algumas delas, ultrapassando duas dezenas de profissões:

| | |
|---------------------------|--------------------|
| i. Bacharel | xv. Juiz |
| ii. Banqueiro | xvi. Ourives |
| iii. Boticário /Médico | xvii. Professor |
| iv. Cantor da Sé | xviii. Pirotécnico |
| v. Carniceiro | xix. Proprietário |
| vi. Carpinteiro | xx. Regenerador |
| vii. Clérigo | xxi. Solicitador |
| viii. Cobrador | xxii. Militar |
| ix. Comendador | xxiii. Barbeiro |
| x. Comerciante/Negociante | xxiv. Marceneiro |
| xi. Desenhador | xxv. Pedreiro |
| xii. Empregado Público | xxvi. Outras |
| xiii. Escrivão | xxvii. Alfaiate |
| xiv. Funileiro | |

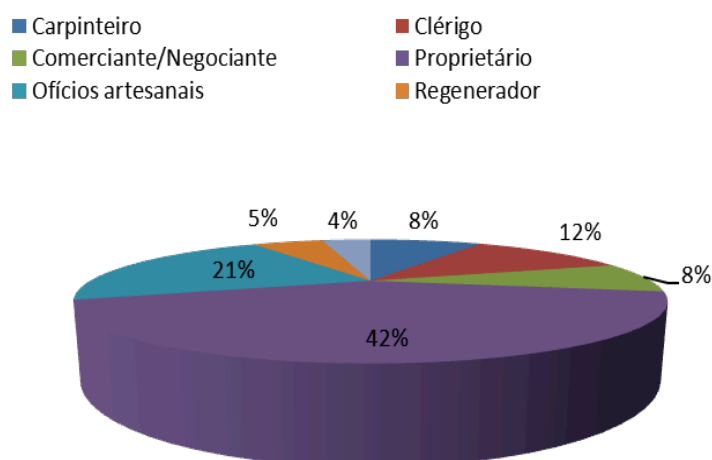


Gráfico 4. Categoria profissional dos Irmãos

Fonte: Elaboração própria com base no Tombo de Irmãos, AINSRL.

O gráfico reflete um tecido social ruralizado, destacando-se 46% de proprietários bem como gente ligada aos ofícios artesanais (21%) tais como funileiros, alfaiates, marceneiros, barbeiros, carpinteiros, caiadores e carneiros. A Irmandade foi também permeável a uma franja considerável de homens da Igreja (12%), pois não pode esquecer-se que o número de clérigos era bastante elevado, devido ao fervor religioso da altura, «à piedade popular, à promoção social que poderia advir, quer para o jovem que tomava ordens sacras, quer mesmo para os membros da sua família, devido aos privilégios fiscais, jurídicos, militares» (Paiva 2001:157), bem como à influência da diocese, do Seminário Maior de Lamego e do Seminário de Resende; o número de militares (4%) pode estar relacionado com o facto de na localidade existir um quartel de Infantaria.

Entre estes Irmãos de condição profissional “maior”, destaca-se ainda os homens das áreas do comércio (8%). A concentração de Irmãos nestes setores pode não revelar uma tendência da população geral de Lamego para estas áreas de negócio, mas uma procura intencional da Irmandade para a angariação de membros ligados ao comércio local e regional que, apesar de não pertencerem à estirpe local nem terem sido grandes comerciantes nas cidades de Lisboa e/ou do Porto, encontraram no comércio local e regional novas formas de acumulação de riqueza.

No cômputo geral, esta estratificação profissional revela, mais uma vez, que pertencer à organização, e ser por ela reconhecido, diluía as diferenças do estatuto social, sobretudo para os Irmãos pertencentes às categorias profissionais menos “valorizadas” dentro da hierarquia social.

2.2.5.1 As Irmãs

À semelhança do que aconteceu na análise da distribuição das categorias socioprofissionais dos homens, quis saber-se quais as principais ocupações das mulheres. A parca informação condicionou os resultados. Frise-se, no entanto, que a sua integração estava sujeita a muitos constrangimentos socioculturais. As qualidades imateriais não eram o bastante para passarem a prova e se estabelecer o laço de confiança entre elas e a Irmandade, necessitando de algum pendor financeiro.

Da análise dos dados, somente 25% do número total de inscritas, conforme gráfico 5, mencionaram exercer uma atividade. Esta percentagem pode estar relacionada com o facto de os secretários não indicarem as suas profissões, tendo em conta que muitas das admissões, e/ou propostas, partiam da iniciativa dos maridos ou pais, sendo adscritas com base nos laços

de consanguinidade e/ou afinidade e pondo a descoberto a dependência das mulheres face aos seus progenitores ou maridos, bem como as formas de vivência/relações de vizinhança, próprias das comunidades rurais.

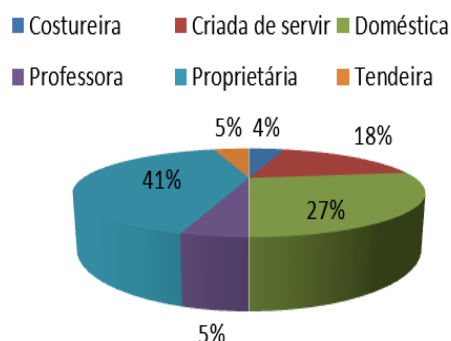


Gráfico 5. Categorias Profissionais séculos XVIII-XIX

Fonte: Elaboração própria com base no Tombo de Irmãos, AINSRL.

Na análise, verifica-se que o número de proprietárias é de facto muito significativo (41%), podendo contudo induzir em erro; pese embora a tendência crescente para o seu ingresso no mercado de trabalho, estes dados podem resultar dos erros de redação dos secretários ao associarem a ocupação da mulher à categoria profissional do marido e/ou do pai. As funções mais qualificadas apresentam uma percentagem muito diminuta, destacando-se a profissão de professora (5%). A vida da Irmã era organizada em função das tarefas domésticas (27%) – tratar da casa e dos filhos-, bem como na ajuda ao marido nos trabalhos agrícolas. Algumas destas ocupações eram acumuladas, com toda a certeza, com outras de foro mais “caseiro”, como costureira (4%) e/ou tendeira (5%).

Parece existir um aparente paradoxo; se, por um lado, os estatutos previam a obrigatoriedade do pagamento de uma joia e quota anual para as mulheres, por outro, a sociedade não consentia a sua independência financeira. Então, não estando isentas das taxas, de que forma conseguiam cumprir as suas obrigações financeiras? Quem as auxiliaria, sobretudo as mulheres solteiras e/ou viúvas? Apesar da sua relação de dependência face ao homem, estes dados revelam uma ténue intenção da mulher em juntar algum pecúlio económico, para cumprir os seus deveres e, concomitantemente, lhe servir no futuro.

Contudo, esta temática exige um circunstanciado tratamento que aqui só se pode aventar, sem apontar para uma via conclusiva. Em todo o caso, a mulher retirava da organização um conjunto de mais-valias alargadas, mormente através do reconhecimento social das suas qualidades pessoais que compensariam, com toda a certeza, o esforço exigido para se manter na Instituição.

Capítulo 3. Caraterísticas orgânicas da Irmandade

3.1 O processo eleitoral

Os atos eleitorais contribuíam para a renovação das Mesas e concomitantemente a continuação da devoção. Esta dupla “vocação” permitia criar uma rede clientelar de interesses e influências quer para a Instituição, quer para os Irmãos que se propunham aos cargos.

Conforme os estatutos, o processo eleitoral realizava-se no santuário no primeiro domingo do mês de junho. Caso, neste dia, não comparecesse a maioria dos Irmãos votantes, a eleição decorria no domingo imediato, no mesmo local e à mesma hora, com os Irmãos que então estivessem presentes, desde que o seu número não fosse inferior a dezoito. O processo obedecia à democratização da tomada de decisão, através da participação de todos os Irmãos do género masculino, maiores de 21 anos ou emancipados, que residissem no concelho de Lamego admitidos até ao dia 30 de abril, desse ano. A lista elegível era divulgada e afixada no santuário para consulta pública até ao dia quinze, do mês de maio, contendo no mínimo nove indivíduos.

A data da eleição era publicitada através de um edital e apregoada uns dias antes do ato eleitoral. O próprio ato era um momento solene e reunia um elevado número de pessoas do trânsito social, desde o juiz, o escrivão e os mordomos, com o objetivo de recolherem os votos. Tratava-se apenas da eleição da Mesa já que o Definitório se elegia no dia seis de julho. A eleição da Mesa era precedida por uma missa e estendia-se ao longo de várias horas.

O reverendo cônego José Pinto Teixeira foi um dos primeiros Irmãos que partiu para a conquista dos cargos de mordomia, encabeçando uma lista, conforme descrito na ata:

Aos quatro dias do mês de Agosto de 1748 anos, na Capela de Nossa Senhora dos Remédios, arrabalde desta cidade de Lamego, estando juntos na Mesa e Juiz e mordomos da mesma confraria, por eles, na forma de compromisso e Estatutos, se procedeu à nova eleição do Juiz, mordomos e zeladores que hão-se servir à mesma confraria neste presente ano de 1748, até Agosto e 1749. Depois de terem prestado o seu juramento aos Santos Evangelhos, na mão do mesmo Juiz, encarregando-lhes o façam sem ódio nem afeição a pessoa alguma e que se atendessem ao serviço de Deus e da mesma Senhora dos Remédios e aumento da sua confraria e Irmandade, entre todos eles foram eleitos, «nomine discrepante» as pessoas seguintes:

Juiz o Rev^o Cônego Terceário, José Pinto Teixeira.

Mordomos nobres: o Rev^o Cônego Meio Prebendado, Clemente Vieira, Pereira Almeida, Manuel Silva de Paiva, Capitão Pereira da Silva e Oliveira, José Vicente M. Da Capela.

Mordomos Zeladores: o Rev^o Manuel da Rocha, Capelão da Sé, D. Manuel Viegas de Brito, Dr. Nuno da Silva loureiro, Tenente João Viegas de Brito. Mordomos Nobres: José Viegas de Brito, António de Morais, Manuel Moreira, Manuel Rodrigues Barroca, José da Fonseca da Ponte da Arca, João C. barbeiro – Rua da Pereira.

Para Capelão: o Rev^o Salvador Gomes Ferreira.

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

Sendo assim feita, esta eleição foi publicada no dia cinco do mês de Agosto, dia da Festa de Nossa Senhora, na forma que determinam os Estatutos. Uns e outros acordaram e prometeram observar o determinado neles.

Fiz este termo que todos assinaram e eu, Padre Salvador da Fonseca o subscrevi e assinei.

Lamego 07 de Agosto de 1748

Padre Salvador Gomes Ferreira, José Pinto Teixeira, Clemente Vieira, Luís dos Santos, Manuel Pereira Almeida, Nuno da Silva Loureiro, Manuel Viegas de Brito, Padre Manuel da Rocha, José Vicente Correia, José da Fonseca, António de Moraes, Manuel Moreira, João Correia

Para as eleições se mandou fazer novo livro à parte e nele se lançou já a de 1749. Fica este servindo somente para os inventários e algumas coisas precisas como no princípio deste se vêm apontadas.

Lamego, 21 de Agosto de 1749.

Assinado: José Pinto Teixeira (AINSRL 1749).

Este texto é bastante ilustrativo de duas realidades que se querem apreender. A primeira diz respeito à publicitação dos resultados do ato eleitoral que, conforme os estatutos, deveria ocorrer no dia da festa de Nossa Senhora - dia cinco do mês de agosto- o que quer dizer que esta era a data da celebração, que se manteve até ao ano de 1779; a segunda diz respeito aos procedimentos protocolares; a eleição decorria dentro da capela e obedecia ao ritual descrito no compromisso, ou seja, depois de o juiz ler o capítulo referente ao ato eleitoral, introduzindo os eleitores no assunto, estes tinham de fazer um juramento sobre os Santos Evangelhos, prometendo votar sem «ódio nem afeição a pessoa alguma e que se atendessem ao serviço de Deus e da mesma Senhora dos Remédios» (*Idem*). Na verdade, determinados cargos, ao distinguirem quem os ocupava, poderiam conduzir a algumas rivalidades e/ou influenciar as escolhas, por isso é de crer que os indivíduos mais poderosos jogavam os seus trunfos para serem eleitos, e/ou fazerem eleger um dos seus, ainda que as votações fossem obrigatoriamente por escrutínio secreto.

O juiz da Mesa fazia a convocatória para as eleições e observava todo o desenrolar do ato/processo eleitoral, contra qualquer tipo de desordem. Nas eleições, escrutinavam-se as competências cognitivas, as boas relações do candidato com o meio e o seu espírito de iniciativa. A constituição da lista deveria obedecer aos mais altos critérios de ordem espiritual e moral, alinhados com os de carácter económico e competência técnica. Para o exercício de certos cargos era obrigatório saber ler, escrever, contar e ter residência permanente no concelho de Lamego, estando estatutariamente eliminados da competição os analfabetos, os devedores à Irmandade ou os que com ela tinham pleito judicial bem como os residentes fora da localidade, conforme o estatutário. Assim, os Estatutos de 1888 determinavam que não podia ser eleito para o cargo de juiz o Irmão que não pagasse pelo menos 15\$000 reis anuais de contribuição predial e para os cargos de secretário e/ou tesoureiro os indivíduos que não pagassem 10\$000 reis anuais de contribuição ou 20\$000 reis anuais de qualquer outra

contribuição para o Estado. Esta imposição estatutária seria dispensada caso o Irmão tivesse um curso académico.

As exigências económicas e/ou académicas supracitadas excluíam uma boa parte de Irmãos de ocuparem cargos de gestão, perpetuando, assim, o poder nas mãos de alguns/poucos, sob o pretexto de manter o rigor. Na verdade, estas medidas tinham um carácter protetório e pretendiam arredar problemas posteriores às eleições, impedindo os devedores de servir a Instituição, independentemente da motivação.

3.2 A Mesa Eleitoral

A Mesa Eleitoral era constituída por cinco elementos: o juiz, o secretário da Mesa Administrativa (vigente), um secretário e dois escrutinadores: um eleito por aclamação entre os Irmãos presentes e outro nomeado, sob proposta do juiz.

Estatutariamente, estava prevista a rotatividade dos cargos dentro dos limites estabelecidos, isto é, não podiam os confrades ser reeleitos para os mesmos cargos mais de quatro anos consecutivos, sem que decorresse, pelo menos, um ano de intervalo. Contudo, verifica-se que esta premissa não se cumpriu, tendo sido as listas de maior prestígio, que integravam os homens de maior influência e notoriedade, que monopolizaram as vagas destinadas à mordomia institucional, fazendo-se eleger consecutivamente.

Terminada a eleição, lavrava-se a ata no respetivo livro e o resultado era tornado público/conhecido junto da população com sinais de regozijo e afixado na porta do santuário.

3.2.1 A distribuição de poderes

A Irmandade tinha uma política de distribuição de poderes e gestão de recursos internos, em conformidade com os fins consuetudinários.

Numa análise feita aos livros das eleições da Irmandade de 1749 a 1905, contacta-se que a distribuição de poderes da Mesa eleita era regular, com exceção de um ou outro incidente que a seu tempo se descreverá. Na primeira reunião, após a tomada de posse, distribuía os novos cargos pelos mesários eleitos, dando-lhes as instruções para o exercício dos mesmos, mencionando, por exemplo, o mês em que cada mesário tinha de servir com mais afinco a Irmandade. Eram também nomeadas duas comissões de Irmãos para coadjuvarem a nova Mesa: uma, para a direção e fiscalização das obras do Santuário, e outra

para providenciar os preparativos da festa da padroeira. Outra das tarefas obrigatórias da Mesa era a de nomear uma comissão de Irmãos para fazer os peditórios, designados como os devotos de Penude.

Estes cargos eram exercidos de modo gratuito, justificando o não pagamento de despesas deles derivados, esperando-se que os mesários se dispusessem para os ocupar. A aceitação/concordância para o seu exercício deveria ser voluntária e não um esforço adicional ao quotidiano dos indivíduos ou considerada como uma nova forma de trabalho. Estatutariamente poderiam renunciar ao cargo mediante justificação apresentada à Mesa; caso esta fosse aceite, o Irmão seria substituído de imediato, em votação. A renúncia era de evitar, pois gerava entropia ao bom funcionamento da Mesa. Tal aconteceu no ano de 1863-1864, em que a Mesa cessante teve de prolongar o seu funcionamento, até ao ano seguinte, porque a Mesa eleita não se constituiu, escusando-se os Irmãos de ocuparem os cargos. Este não foi um caso isolado. As ruturas voltaram a acontecer com a eleição da Mesa do ano de 1865-1866, pelo facto de dois dos elementos votados da lista não terem aceite o resultado da votação. Estes conflitos e/ou inconformidades, quando existiam, eram, quase sempre, amenizados por outros ecos, pois a estrutura organizacional, pequena e vertical, não tinha interesse em os difundir, optando antes por valorizar quem os ocupava, bem como ao uso que deles fazia. Ao longo dos tempos, os Irmãos tiveram atitudes diferenciadas no seu desempenho: ora empenhamentos duradouros e compromissos para a vida, ora compromissos efémeros e ocupações fugazes.

Como se viu anteriormente (capítulo 2), a Instituição era uma organização mista, admitindo indistintamente homens e mulheres, no entanto; na distribuição dos cargos não se encontram mulheres nas funções diretivas. Estes óbices foram fruto dum tempo, manifestados, por exemplo, em ditos e provérbios populares, revelando os protótipos de propaganda social que davam visibilidade apenas aos homens, como o seguinte: *quando ou onde há homens não se confessam mulheres*.

3.3 A Mesa Administrativa

A Mesa Administrativa governava e representava a Irmandade. Era coadjuvada por um conjunto de Irmãos que se reuniam em assembleia sempre que o juiz, ou seu representante, os convocasse com o intuito de zelarem pelo cumprimento dos estatutos e das deliberações dos órgãos e/ou para se pronunciarem sobre assuntos de natureza diversa. A

aceitação de novas heranças, a adesão, risco/exclusão ou readmissão de novos elementos, a aprovação e alteração dos estatutos, aprovação das contas anuais, autorização para a aquisição e alienação de bens imobiliários, deliberação sobre novas formas de assistência e socorros urgentes, autorização para contrair empréstimos, apreciação de litígios de que a Irmandade era parte, distribuição dos empregados pelos serviços, despacho dos assuntos de expediente, autorização de despesas, assinatura das guias de receita e da correspondência e outorgar em nome da Irmandade os contratos autorizados, entre outras tarefas, eram competências da Mesa.

A Mesa era um órgão quase autónomo com direito a tratamento especial, com amplos poderes, julgando e avaliando assuntos de vária ordem. Eleita anualmente, no dia um de julho, funcionaria até ao dia 30 de junho do ano seguinte. A passagem de testemunho da Mesa cessante para a nova Mesa era simbolizada pela entrega das chaves do cartório. Esta passagem era feita pelo juiz, em simultâneo com o secretário demissionário, aos seus homólogos recém-eleitos.

O tempo de ação era agora da nova Mesa. Na primeira reunião analisavam-se as contas da Mesa cessante e o orçamento/programa de ação para o ano seguinte. Esta tarefa era realizada no dia dois de julho.¹⁸ Finda a reunião era lavrada uma ata e registada no livro de sessões mandado fazer para esse efeito, conforme exemplo:

Livro de Sesses da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios e lançadas pello secretário e tudo o que se tratar e decidir na meza, sendo no fim assinado por este e pelo Ex.mo S^o Juiz; tendo-se por nullo o que se tratar, e escrever em qualquer sessão sem as ditas assinaturas (AINSRL 1848-1869: fl.2).

Os registos eram fundamentais para memória futura. Porém, por lapso ou incúria, não se conhece o registo das primeiras atas das Mesas. Segundo o Cónego Marrana, a «acta da sua primeira eleição desapareceu ou não foi lavrada» (Marrana 2001: 45), o que se lamenta, uma vez que, este documento seria mais uma prova basilar para compreender a origem da Instituição, dada a míngua de dados mais informativos.

Os cargos de juiz, tesoureiro e secretário, analisados de seguida, têm por referência o registo dos dados a partir de ano de 1748. Nesta análise, verifica-se que a composição das Mesas se foi alterando, consoante as exigências da Irmandade, mas manteve o mesmo número

¹⁸ No dia dois de julho a Igreja Católica celebra o dia da Visitação. Neste dia terminava o ano económico, procedendo-se ao encerramento das contas anuais e iniciava-se, de imediato, um outro. A Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios manteve este calendário alinhado com o da Santa Casa da Misericórdia. Porém, com a reforma litúrgica do Concílio Vaticano II, a Santa Casa da Misericórdia optou pelo dia 31 de maio para analisar as contas do ano económico, expondo duas ordens de razão: ser tempo festivo pascal e remate do mês de Maria.

de elementos, nove - juiz, secretário, tesoureiro e seis vogais, eleitos por escrutínio secreto, apresentando a seguinte configuração:

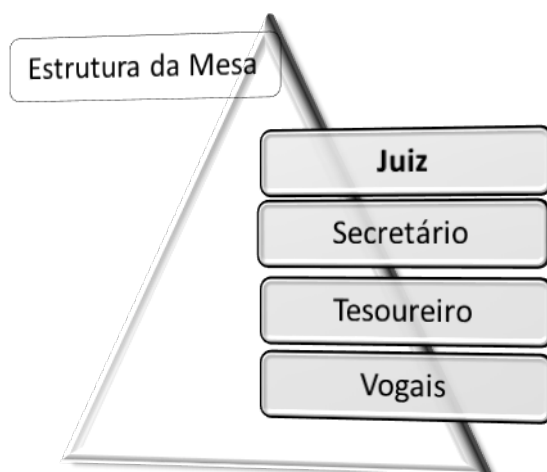


Gráfico 6. Estrutura da Mesa Administrativa

Fonte: Elaboração própria, a partir das AINSRL.

O juiz representava a Mesa e ocupava o cargo mais importante na hierarquia, por isso mesmo estava escuso das tarefas rotineiras, atribuídas aos restantes mesários. Numa posição inferior, mas igualmente importante, estavam o secretário e o tesoureiro e na base os vogais, empossados para gerirem tarefas, com relativa autonomia, de caráter mais técnico. O exercício dos cargos exigia dedicação, sigilo e obediência, pois a «boa aplicação nasce no público e na confiança nas mezas administradoras, e a confiança arraiga o instinto e a doação das almas religiosas» (AINSRL 1870: fls 68vs-69).

De seguida, apresenta-se uma listagem intercalar, com intervalos de 50 anos, descrevendo a composição das Mesas Administrativas:

_a) Anos de 1749-1799

| Anos | Juízes | Tesoureiro | Secretário |
|---------|---------------------------------|------------|------------|
| 1749-50 | Rev. Cónego José Pinto Teixeira | - | - |
| 1750-51 | Rev. Cónego José Pinto Teixeira | - | - |
| 1751-52 | Rev. Cónego José Pinto Teixeira | - | - |
| 1752-53 | Rev. Cónego José Pinto Teixeira | - | - |
| 1754-55 | Rev. Cónego José Pinto Teixeira | - | - |
| 1756-57 | Rev. Cónego José Pinto Teixeira | - | - |
| 1758-59 | Rev. Cónego José Pinto Teixeira | - | - |
| 1760-61 | Rev. Cónego José Pinto Teixeira | - | - |

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| | | | |
|---------|--|---|--|
| 1762-63 | Rev. Cónego José Pinto Teixeira | - | - |
| 1763-64 | Rev. Cónego José Pinto Teixeira | - | - |
| 1764-65 | Rev. Cónego José Pinto Teixeira | - | - |
| 1765-66 | Rev. Cónego José Pinto Teixeira | - | - |
| 1766-67 | Rev. Cónego José Pinto Teixeira | - | - |
| 1767-68 | Rev. Cónego José Pinto Teixeira | - | - |
| 1768-69 | Rev. Cónego José Pinto Teixeira | - | - |
| 1769-70 | Rev. Cónego José Pinto Teixeira | - | - |
| 1770-71 | Rev. Cónego José Pinto Teixeira | - | - |
| 1771-72 | Rev. Cónego José Pinto Teixeira | - | - |
| 1772-73 | Rev. Cónego José Pinto Teixeira | - | - |
| 1773-74 | Rev. Cónego José Pinto Teixeira | - | - |
| 1774-75 | Rev. Cónego José Pinto Teixeira | - | - |
| 1775-76 | Rev. Cónego José Pinto Teixeira | - | José Leitão de Carvalho |
| 1776-77 | Rev. Cónego José Pinto Teixeira | Sargento-mor Pedro da Silva de Oliveira | José Leitão de Carvalho |
| 1777-78 | Bispo D. Manuel de Vasconcelos Pereira | Sargento-mor Pedro da Silva de Oliveira | José Leitão de Carvalho |
| 1778-79 | Bispo D. Manuel de Vasconcelos Pereira | Sargento-mor Pedro da Silva de Oliveira | José Leitão de Carvalho |
| 1779-80 | Bispo D. Manuel de Vasconcelos Pereira | Sargento-mor Pedro da Silva de Oliveira | José Leitão de Carvalho |
| 1780-81 | Bispo D. Manuel de Vasconcelos Pereira | - | José Leitão de Carvalho |
| 1781-82 | Bispo D. Manuel de Vasconcelos Pereira | - | José Leitão de Carvalho |
| 1782-83 | Bispo D. Manuel de Vasconcelos Pereira | - | José Leitão de Carvalho |
| 1783-84 | Bispo D. Manuel de Vasconcelos Pereira | - | José Leitão de Carvalho |
| 1784-85 | Bispo D. Manuel de Vasconcelos Pereira | - | José Leitão de Carvalho |
| 1785-86 | Bispo D. Manuel de Vasconcelos Pereira | - | José Leitão de Carvalho |
| 1786-87 | Bispo D. João António Binet Pincio | - | José Leitão de Carvalho |
| 1787-88 | Bispo D. João António Binet Pincio | - | José Leitão de Carvalho |
| 1788-89 | Bispo D. João António Binet Pincio | - | José Leitão de Carvalho |
| 1789-90 | Bispo D. João António Binet Pincio | - | Desembargador Promotor Manuel Pereira da Silva Rocha |
| 1790-91 | Bispo D. João António Binet Pincio | - | Desembargador Promotor Manuel Pereira da Silva Rocha |
| 1791-92 | Bispo D. João António Binet Pincio | - | Desembargador Promotor Manuel Pereira da Silva Rocha |
| 1792-93 | Bispo D. João António Binet Pincio | - | Desembargador Promotor Manuel Pereira da Silva Rocha |
| 1793-94 | Bispo D. João António Binet Pincio | - | Desembargador Promotor Manuel Pereira da Silva Rocha |
| 1794-95 | Bispo D. João António Binet Pincio | - | Desembargador Promotor Manuel Pereira da Silva Rocha |
| 1795-96 | Bispo D. João António Binet Pincio | - | Desembargador Promotor Manuel Pereira da Silva Rocha |
| 1796-97 | Bispo D. João António Binet Pincio | - | Desembargador Promotor Manuel Pereira da Silva Rocha |

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| | | | |
|---------|------------------------------------|---|--|
| 1797-98 | Bispo D. João António Binet Pincio | - | Desembargador Promotor Manuel Pereira da Silva Rocha |
| 1798-99 | Bispo D. João António Binet Pincio | - | Desembargador Promotor Manuel Pereira da Silva Rocha |
| 1799-00 | Bispo D. João António Binet Pincio | - | Desembargador Promotor Manuel Pereira da Silva Rocha |

Fonte: Elaboração própria, a partir das AINSRL

| Anos | Juízes | Tesoureiro | Secretário |
|---------|-------------------------------------|-------------------------|--|
| 1800-01 | Bispo D. João António Binet Pincio | - | Desembargador Promotor Manuel Pereira da Silva Rocha |
| 1801-02 | Bispo D. João António Binet Pincio | - | Desembargador Promotor Manuel Pereira da Silva Rocha |
| 1802-03 | Bispo D. João António Binet Pincio | - | Desembargador Promotor Manuel Pereira da Silva Rocha |
| 1803-04 | Bispo D. João António Binet Pincio | Manuel Gomes da Silva | Cónego na Santa Sé Serafim José da Silva Rocha |
| 1804-05 | Bispo D. João António Binet Pincio | Manuel Gomes da Silva | Cónego na Santa Sé Serafim José da Silva Rocha |
| 1805-06 | Bispo D. João António Binet Pincio | Manuel Gomes da Silva | Cónego na Santa Sé Serafim José da Silva Rocha |
| 1806-07 | Bispo D. João António Binet Pincio | Manuel Gomes da Silva | Cónego na Santa Sé Serafim José da Silva Rocha |
| 1807-08 | Bispo D. João António Binet Pincio | Manuel Gomes da Silva | José Guedes de Magalhães Osório |
| 1808-09 | Bispo D. João António Binet Pincio | Manuel Gomes da Silva | José Guedes de Magalhães Osório |
| 1809-10 | Bispo D. João António Binet Pincio | José Rodrigues Barroca | José Guedes de Magalhães Osório |
| 1810-11 | Bispo D. João António Binet Pincio | José Rodrigues Barroca | José Guedes de Magalhães Osório |
| 1811-12 | Bispo D. João António Binet Pincio | José Rodrigues Barroca | José Guedes de Magalhães Osório |
| 1812-13 | Bispo D. João António Binet Pincio | António José de Freitas | José Guedes de Magalhães Osório |
| 1813-14 | Bispo D. João António Binet Pincio | António José de Freitas | José Guedes de Magalhães Osório |
| 1814-15 | Bispo D. João António Binet Pincio | António José de Freitas | José Guedes de Magalhães Osório |
| 1815-16 | Bispo D. João António Binet Pincio | António José de Freitas | José Guedes de Magalhães Osório |
| 1816-17 | Bispo D. João António Binet Pincio | António José de Freitas | José Guedes de Magalhães Osório |
| 1817-18 | Bispo D. João António Binet Pincio | António José de Freitas | José Guedes de Magalhães Osório |
| 1818-19 | Bispo D. João António Binet Pincio | António José de Freitas | José Guedes de Magalhães Osório |
| 1819-20 | Bispo D. João António Binet Pincio | Bernardo Guedes | José Guedes de Magalhães Osório |
| 1820-21 | Bispo D. João António Binet Pincio | Bernardo Guedes | José Guedes de Magalhães Osório |
| 1821-22 | Bispo D. José de Jesus Maria Pinto | Bernardo Guedes | Rev. Francisco José Pereira |
| 1822-23 | Bispo D. José de Jesus Maria Pinto | Joaquim José de Almeida | Rev. Francisco José Pereira |
| 1823-24 | Bispo D. José de Jesus Maria Pinto | Joaquim José de Almeida | Rev. Francisco José Pereira |
| 1824-25 | Bispo D. José de Jesus Maria Pinto | Joaquim José de Almeida | Rev. Francisco José Pereira |
| 1825-26 | Bispo D. José de Jesus Maria Pinto | Joaquim José de Almeida | Rev. Francisco José Pereira |
| 1826-27 | Bispo D. José de Jesus Maria Pinto | Joaquim José de Almeida | Rev. Francisco José Pereira |
| 1827-28 | Bispo D. José de Jesus Maria Pinto | Joaquim José de Almeida | Rev. Francisco José Pereira |
| 1828-29 | Bispo D. João de Magalhães e Avelar | Joaquim José de Almeida | Rev. Francisco José Pereira |

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| | | | |
|---------|---|-------------------------|--|
| 1829-30 | Vigário Capitular António Teixeira Cardoso de Meneses | Joaquim José de Almeida | Cónego Francisco José Pereira Cardoso de Magalhães |
| 1830-31 | Vigário Capitular António Teixeira Cardoso de Meneses | Joaquim José de Almeida | Cónego Francisco José Pereira Cardoso de Magalhães |
| 1831-32 | Vigário Capitular António Teixeira Cardoso de Meneses | Joaquim José de Almeida | Cónego Francisco José Pereira Cardoso de Magalhães |
| 1832-33 | Vigário Capitular António Teixeira Cardoso de Meneses | Joaquim José de Almeida | Cónego Francisco José Pereira Cardoso de Magalhães |
| 1833-34 | Bispo D. Frei José de Assunção | Joaquim José de Almeida | Cónego Francisco José Pereira Cardoso de Magalhães |
| 1834-35 | Vigário Capitular e Provedor do Bispado Manual António Teixeira | Joaquim José de Almeida | Cónego Diogo Pereira de Macedo |
| 1835-36 | Macário de Castro da Fonseca e Sousa | Joaquim José de Almeida | Cónego Diogo Pereira de Macedo |
| 1836-37 | Vigário Capitular Diogo de Macedo Pereira | Joaquim José de Almeida | Cónego Manuel Rodrigues |
| 1837-38 | Vigário Capitular Diogo de Macedo Pereira | Joaquim José de Almeida | Cónego Manuel Rodrigues |
| 1837-38 | Vigário Capitular Diogo de Macedo Pereira | Joaquim José de Almeida | Cónego Manuel Rodrigues |
| 1838-39 | Afonso de Sousa Freire Borges Araújo | Joaquim José de Almeida | Cónego Manuel Rodrigues |
| 1839-40 | Afonso de Sousa Araújo Borges da Veiga | Joaquim José de Almeida | Cónego Manuel Rodrigues da Costa |
| 1840-41 | Afonso de Sousa Araújo da Silveira | Joaquim José de Almeida | Cónego Francisco José Pereira Cardoso de Magalhães |
| 1841-42 | Afonso de Sousa Araújo da Silveira | Joaquim José de Almeida | Cónego Francisco José Pereira Cardoso de Magalhães |
| 1842-43 | Afonso de Sousa Araújo da Silveira | Joaquim José de Almeida | Cónego Francisco José Pereira Cardoso de Magalhães |
| 1843-44 | Bispo D. José de Moura Coutinho | Joaquim José de Almeida | Cónego Francisco José Pereira Cardoso de Magalhães |
| 1844-45 | Bispo D. José de Moura Coutinho | Joaquim José de Almeida | Cónego Francisco José Pereira Cardoso de Magalhães |
| 1845-46 | Bispo D. José de Moura Coutinho | Joaquim José de Almeida | Cónego Manuel José Rodrigues da Costa |
| 1846-47 | Bispo D. José de Moura Coutinho | Joaquim José de Almeida | Cónego Manuel José Rodrigues da Costa |
| 1847-48 | Bispo D. José de Moura Coutinho | Joaquim José de Almeida | Cónego Manuel José Rodrigues da Costa |
| 1848-49 | Bispo D. José de Moura Coutinho | José António da Silva | Cónego Manuel José Rodrigues da Costa |
| 1849-50 | Bispo D. José de Moura Coutinho | José António da Silva | Cónego Francisco José Pereira Cardoso de Magalhães |

Fonte: Elaboração própria, a partir das AINSRL

c) Anos de 1850 -1899

| Anos | Juízes | Tesoureiro | Secretário |
|---------|---------------------------------|------------------------------------|--|
| 1850-51 | Bispo D. José de Moura Coutinho | José António da Silva | Cónego Francisco José Pereira Cardoso de Magalhães |
| 1851-52 | Bispo D. José de Moura Coutinho | José António da Silva | Cónego Francisco José Pereira Cardoso de Magalhães |
| 1852-53 | Bispo D. José de Moura Coutinho | José António da Silva | Cónego Francisco José Pereira Cardoso de Magalhães |
| 1853-54 | Bispo D. José de Moura Coutinho | Joaquim de Oliveira Chaves | Cónego Francisco José Pereira Cardoso de Magalhães |
| 1854-55 | Bispo D. José de Moura Coutinho | Manuel Fernandes Costeira | Cónego Francisco José Pereira Cardoso de Magalhães |
| 1855-56 | Bispo D. José de Moura Coutinho | - | Cónego Manuel José Rodrigues |
| 1856-57 | Bispo D. José de Moura Coutinho | - | Cónego Manuel José Rodrigues da Costa |
| 1857-58 | Bispo D. José de Moura Coutinho | Francisco Correia da Silva Meneses | Cónego Manuel José Rodrigues da Costa |
| 1858-59 | Bispo D. José de Moura Coutinho | Francisco Correia da Silva Meneses | Cónego Manuel Pereira Ramalho |

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| | | | |
|---------|---|---|--|
| 1859-60 | Bispo D. José de Moura Coutinho | Francisco Correia da Silva Meneses | Cónego Manuel Pereira Ramalho |
| 1860-31 | Bispo D. José de Moura Coutinho | - | Cónego Manuel Pereira Ramalho |
| 1861-62 | Bispo D. José de Moura Coutinho | - | Cónego Manuel Pereira Ramalho |
| 1863-64 | António Joaquim Guedes | - | Cónego Manuel José Rodrigues da Costa |
| 1864-65 | António Joaquim Guedes | - | Cónego Manuel José Rodrigues da Costa |
| 1865-66 | António Joaquim Guedes | - | Cónego Manuel José Rodrigues da Costa |
| 1866-67 | Cónego Manuel José Rodrigues da Costa | José dos Santos Leitão | Padre António Gonçalves da Costa Pinto |
| 1867-68 | Visconde José Isidoro Guedes | José dos Santos Leitão | Cónego João José Teixeira Fafe |
| 1868-69 | Visconde de Valmor Fausto de Queirós Guedes | José dos Santos Leitão | Cónego João José Teixeira Fafe |
| 1869-70 | Visconde de Valmor Fausto de Queirós Guedes | José dos Santos Leitão | Cónego João José Teixeira Fafe |
| 1870-71 | Visconde de Valmor Fausto de Queirós Guedes | António Albino de Andrade | José Maria de Lima |
| 1871-72 | Visconde de Valmor Fausto de Queirós Guedes | António Albino de Andrade | José Maria de Lima |
| 1872-73 | Visconde de Valmor Fausto de Queirós Guedes | António Albino de Andrade | José Maria de Lima |
| 1873-74 | Visconde de Valmor Fausto de Queirós Guedes | António Albino de Andrade | José Maria de Lima |
| 1874-75 | Visconde de Valmor Fausto de Queirós Guedes | António Albino de Andrade | José Maria de Lima |
| 1875-76 | Visconde de Valmor Fausto de Queirós Guedes | António Albino de Andrade | José Maria de Lima |
| 1876-77 | Visconde de Valmor Fausto de Queirós Guedes | António Albino de Andrade | José Maria de Lima |
| 1877-78 | Visconde de Valmor Fausto de Queirós Guedes | António Albino de Andrade | José Maria de Lima |
| 1878-79 | Visconde de Guedes Teixeira | António Albino de Andrade | Cónego João José Teixeira Fafe |
| 1879-80 | Visconde de Guedes Teixeira | António Albino de Andrade | Cónego João José Teixeira Fafe |
| 1880-81 | Visconde de Arneirós | Cónego Francisco Fortunato Vaz Pereira de Magalhães | Cónego D. Manuel António Lopes Roseira |
| 1881-82 | Visconde de Arneirós | Joaquim António de Freitas | Cónego José dos Santos Monteiro |
| 1882-83 | Visconde de Arneirós | Joaquim António de Freitas | Luís José da Cunha |
| 1883-84 | Manuel António Lopes Roseira | Francisco José de Abreu Júnior | Luís José da Cunha |
| 1886-87 | António Pinheiro Osório | Francisco José de Abreu Júnior | Francisco José de Abreu Júnior |
| 1887-88 | António Pinheiro Osório | José Maria Gonçalves | Cónego D. Manuel António Lopes Roseira |
| 1888-89 | Manuel Cardos Girão | Alberto de Meneses | João de Almeida |
| 1889-90 | Manuel Cardos Girão | Quintino Cardoso | Francisco José de Abreu |
| 1890-91 | Manuel Cardos Girão | Quintino Cardoso | Francisco José de Abreu |
| 1891-92 | Macário de Castro da Fonseca | António Dias da Silva Chanesco | Cónego D. Manuel António Lopes Roseira |
| 1892-93 | Francisco Duarte Perry | António Dias da Silva Chanesco | Francisco José de Abreu |
| 1893-94 | Adolfo Pinheiro da Fonseca Osório | Francisco José de Abreu | Luís José Teixeira Nápoles |
| 1894-95 | António Joaquim Lopes Roseira | Sebastião José de Abreu | Joaquim José da Costa |

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| | | | |
|---------|--------------------------------------|------------------------------|--------------------------------------|
| 1895-96 | Cónego João José Teixeira Fafe | José Pinto de Araújo | Lúis José Teixeira Nápoles |
| 1896-97 | António Pinheiro Osório | Sebastião José de Abreu | Manuel Pinto Montenegro Carneiro |
| 1897-98 | António Pinto Aires de Lemos | Joaquim de Assunção Ferraz | Manuel da Silva Quintela |
| 1898-99 | António Pinto Aires de Lemos | Manuel da Silva Quintela | Manuel Pinto Montenegro Carneiro |
| 1899-00 | Deão D. Manuel António Lopes Roseira | Padre Manuel Marques Pereira | Capitão Joaquim José da Costa Júnior |

Fonte: Elaboração própria, a partir das AINSRL

d) Anos de 1900-1905

| Anos | Juízes | Tesoureiro | Secretário |
|---------|--------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|
| 1900-01 | Deão D. Manuel António Lopes Roseira | Capitão Joaquim José da Costa Júnior | Padre Manuel Marques Pereira |
| 1901-02 | Deão D. Manuel António Lopes Roseira | Padre Manuel Marques Pereira | Capitão Joaquim José da Costa Júnior |
| 1902-03 | Deão D. Manuel António Lopes Roseira | Capitão Joaquim José da Costa Júnior | Padre Manuel Marques Pereira |
| 1903-04 | Deão D. Manuel António Lopes Roseira | Padre Manuel Marques Pereira | Capitão Joaquim José da Costa Júnior |
| 1904-05 | Deão D. Manuel António Lopes Roseira | Capitão Joaquim José da Costa Júnior | Manuel da Silva Quintela |
| 1905-06 | Deão D. Manuel António Lopes Roseira | Sancho Guedes de Magalhães | Capitão Joaquim José da Costa Júnior |

Tabela 8. Composição das Mesas Administrativas

Fonte: Elaboração própria, a partir das AINSRL.

Na análise das tabelas nota-se que as Mesas, até ao ano de 1750, eram compostas segundo o modelo de gestão vigente e de acordo com as necessidades de administração. Após esse período, com a construção do santuário ganharam uma nova configuração, criando-se a figura do segundo juiz e zelador das obras, para auxiliar e coadjuvar o juiz na execução das mesmas, conforme composição das Mesas nos anos de 1776-79. O lugar foi ocupado pelo reverendo cónego José Pinto Teixeira, pelo menos, 28 anos consecutivos; como muitos dos assuntos estavam pendentes e imbricados com a Mesa precedente, necessitando de um acompanhamento sequencial, o cargo manteve-se sucessivamente na mesma pessoa independentemente da vigência anual das Mesas, obtendo-se, com certeza, um ganho qualitativo.

A partir dos anos de 1776-77, e nos anos seguintes, as Mesas Administrativas tiveram uma nova configuração, sendo compostas do seguinte modo: 1º juiz, 2º juiz, zelador mor, zeladores e o tesoureiro. Esta composição foi circunscrita no tempo e marcou a entrada numa nova época.

No ano de 1776 foi criado o cargo de tesoureiro para maximizar a gestão dos meios financeiros. O primeiro a honrar o cargo foi o dr. Pedro da Silva de Oliveira, capitão e meirinho geral do bispado de Lamego, até ao ano de 1779. No ano seguinte, ocupou o cargo

de zelador. No ano de 1780, a Mesa necessitou de novas cambiantes, dadas as novas exigências, surgindo o cargo de secretário ocupado pelo Irmão José Leitão de Carvalho. Neste período as Mesas não faziam referência ao cargo de tesoureiro.

Em 1870, na sessão de quinze de novembro, a Mesa decidiu criar um novo órgão - o Definitório - para melhorar o funcionamento de gestão. Este órgão assumiu grande saliência e brilho, conforme se verá na descrição mais detalhada, apresentada no ponto 3.5. Deduz-se que a sua criação se justificasse pelo facto de as Mesas estarem muito oneradas com a construção do santuário, necessitando de observar mais de perto todas as questões, sobretudo as financeiras.

As diversas composições estavam adaptadas ao conceito de utilidade vigente e as figuras notáveis fizeram valer o seu poder ao ocuparem lugares de provimento - juiz, tesoureiro e de secretário - destapando o cumprimento insidioso dos estatutos ao ultrapassarem o período legal para o qual tinham sido eleitos, cerca de 25% das vezes, à semelhança das instituições congéneres (Sá, 1996). Alguns Irmãos ascenderam paulatinamente aos cargos como se fossem vitalícios, ocupando-os durante mais de uma década, conforme os casos seguintes: o cônego José Pinto Teixeira ocupou o cargo de juiz da Irmandade, entre os anos 1749 a 1777, 28 anos; o Irmão Joaquim José de Almeida, eleito como tesoureiro, do ano económico de 1826-27, ocupou o cargo durante mais de duas décadas, até ao ano de 1847-48; o comendador José Guedes de Magalhães Osório, Tenente-coronel da milícia da cidade de Lamego, ingressou na Irmandade como Irmão Nobre, no ano de 1799, e passados oito anos teve uma participação mais ativa, assumindo o cargo de secretário durante catorze anos, entre anos 1807 e 1821; mesmo depois de ter cessado as funções como secretário, Magalhães Osório, voltou a assumir outro cargo de Irmão Nobre, até ao ano de 1832-33. Feito o balanço aos anos de ocupação dos cargos regista-se que este Irmão esteve 26 anos ao serviço da Instituição.

Se se juntar a estes dados outros mandatos conseguidos para a ocupação de funções similares verifica-se que a esfera dirigente se mantinha por anos seguidos, alternando apenas entre os cargos exercidos. Explicar-se-á este facto pela circunstância de a Irmandade ceder a modelos e paradigmas pré-estabelecidos, estabelecendo relações de compadrio e redes clientelares, eliminando outros da corrida aos cargos, mantendo-os assim entre os membros da Igreja e/ou da elite local.

Terá sido inócua ou uma estratégia individual/coletiva a permanência quase vitalícia nos cargos?

É de admitir que, no meio rural, seria difícil encontrar pessoas que preenchessem em número bastante os requisitos estatutários para a ocupação dos cargos, dada a alta taxa de analfabetismo, arredando, desta forma, grande parte dos Irmãos de aceder aos cargos de “carreira” - juiz, secretário e tesoureiro. Outra das razões poderá estar relacionada com o facto de muitos Irmãos não estarem dispostos a arcar com o trabalho que efetivamente as funções exigiam, ou não queriam romper com o poder que estava instalado, não apresentando listas de candidaturas, evitando arrepios de quaisquer princípios e/ou intromissões externas no desenrolar dos processos e na tomada de várias das decisões a proferir.

Os mais ambiciosos tiveram de esperar que a Instituição alargasse a sua base social e surgissem novas oportunidades. Tal só veio a acontecer no século XIX. As relações sociais alteraram-se. Os costumes conheceram novas referências, e outros hábitos desafiaram o quotidiano mesmo no plano da tradicional moralidade pública, também ela tocada pelo advento da liberdade prometida pelas correntes liberais. As permanências tornaram-se menos duradouras, bisando mais os cargos, conforme a Mesa presidida pelo dr. Afonso de Sousa Freire Borges Araújo, no mandato de 1838-39. Com a devida adequação, a nova direção afastou o modelo anterior. O acesso destes Irmãos revela a chegada de uma outra geração ao poder, fazendo eco das novas transformações sociais, ductilizando a chegada do escol à Irmandade não obstante o seu desempenho noutras funções na vida civil, ocupando os cargos de comendadores, desembargadores, lentes na universidade, doutorais na Santa Sé ou mestres da escola da sé do Porto. A míngua de dados e a falta de um estudo pormenorizado da história da população local, não permite interpretar todas as peripécias na composição das Mesas, nem traçar um perfil detalhado das referências pessoais e/ou das atividades profissionais desta nova geração que chega ao poder. Porém, parece que, apesar de empenhos mais fugazes, assumiram uma estratégia idêntica à dos seus antecessores. Contudo, tudo indica que boa parte da população, atraída pelos centros urbanos, se despegou das responsabilidades institucionais, libertando os lugares de “carreira”.

3.3.1 O juiz

A Mesa era tutelada pelo juiz que tinha plenos poderes para representar a Irmandade e participar em todos os momentos da vida associativa; foi quase sempre selecionado entre as pessoas de alta estirpe ou da hierarquia eclesiástica. Mercê duma série de circunstâncias é precisamente acerca desta figura que foi possível recolher o maior número de informações nos manuscritos da Irmandade que, com outras fontes, permitiram dar largas a suposições

relativas ao homem e à carreira, ainda que a sua função fosse, muitas vezes, amalgamada entre o cargo e o homem chave da Irmandade. As suas funções eram sobretudo de superintendência e de gestão, conforme o enunciado nos estatutos:

- 1º - Convocar e presidir às reuniões da Junta Geral, Definitório e Mesa;
- 2º - Representar oficialmente a Real Irmandade em todos os seus actos;
- 3º - Abrir e assinar todas as correspondências, despachos e ordens de pagamento;
- 4º - Numerar e rubricar todos os livros ou dar para isso comissão;
- 5º - fazer executar todas as decisões da Junta Geral, Definitório e Mesa;
- 6º - Fiscalizar a exacta observância do Estatuto, regulamento e louváveis costumes;
- 7º - Repreender, multar ou suspender temporária e prudentemente qualquer empregado;
- 8º - Nomear internamente qualquer empregado, no caso de impedimento ou vagatura;
- 9º - Resolver qualquer caso urgente, ficando sob sua responsabilidade as medidas provisórias que adoptar;
- 10º - Ter em seu poder a terceira chave de cada uma das caixas de esmolas, e assistir à tiragem d'estas no último dia de cada mês (Estatutos 1888, artº 46º).

O exercício do cargo implicava uma elevada responsabilidade, devendo ser um homem de ação e um bom administrador, dotado de um caráter forte. Tinha competências comparáveis às de um monarca que, com uma certa legitimidade, governava a sua “cidade” (Irmandade) rodeado da sua "corte" (Irmãos). Por isso, o desempenho do cargo foi tão atrativo e vantajoso para os membros da Igreja que conseguiam, também por essa via, um controlo mais efetivo da comunidade.

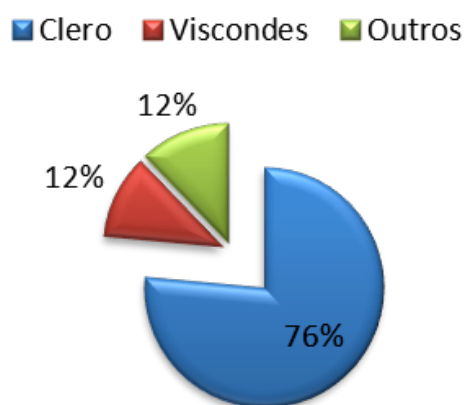


Gráfico 7. Juizes da Irmandade: ano de 1749 a 1905

Fonte: Elaboração própria, a partir das AINSRL.

Na análise do gráfico, fica claro que, entre os anos de 1749-50, até aos anos de 1905-06, a titularidade do cargo de juiz recaiu quase sempre, 76% das eleições, sobre os membros do clero, e apenas em 24% foi ocupado por indivíduos que não pertenciam à carreira eclesiástica. Estes números significam que a conjuntura sociopolítica era muito permeável à influência da Igreja, talvez porque os seus membros estivessem mais preparados para o exercício do cargo. Dentro da carreira eclesiástica destacavam-se os bispos que, sendo os

príncipes da Igreja a quem o povo prestava honras de vassalagem, em conformidade com a importância religiosa de que gozavam, eram os preferidos para concorrerem ao cargo. Esta dupla condição era proveitosa para ambas as instituições. Nestes casos, o juiz mais do que representar a Irmandade, representava a própria Igreja. Entre eles refira-se D. Manuel de Vasconcelos Pereira que dirigiu os destinos da Irmandade entre os anos de 1777 e de 1786 (ano da sua morte); D. António Binet Pincio foi nomeado bispo por D. Maria I, no ano de 1786, assumindo, nesse mesmo ano, o cargo de juiz e durante 35 anos; o bispo D. José de Moura Coutinho ocupou o cargo entre os anos de 1843-44 a 1861-62, durante dezanove anos; D. José de Jesus Maria Pinto, também bispo da diocese de Lamego, entre os anos de 1821 a 1828, sete anos; D. João de Magalhães Avelar, bispo da diocese do Porto, exerceu a função de juiz, no período de 1828 a 1829. O cargo foi igualmente exercido por outros membros da hierarquia da Igreja, como o cónego José Pinto Teixeira durante 24 Mesas, o equivalente a 24 anos e o vigário capitular de Lamego, António Teixeira Cardoso Meneses de 1829 a 1833.

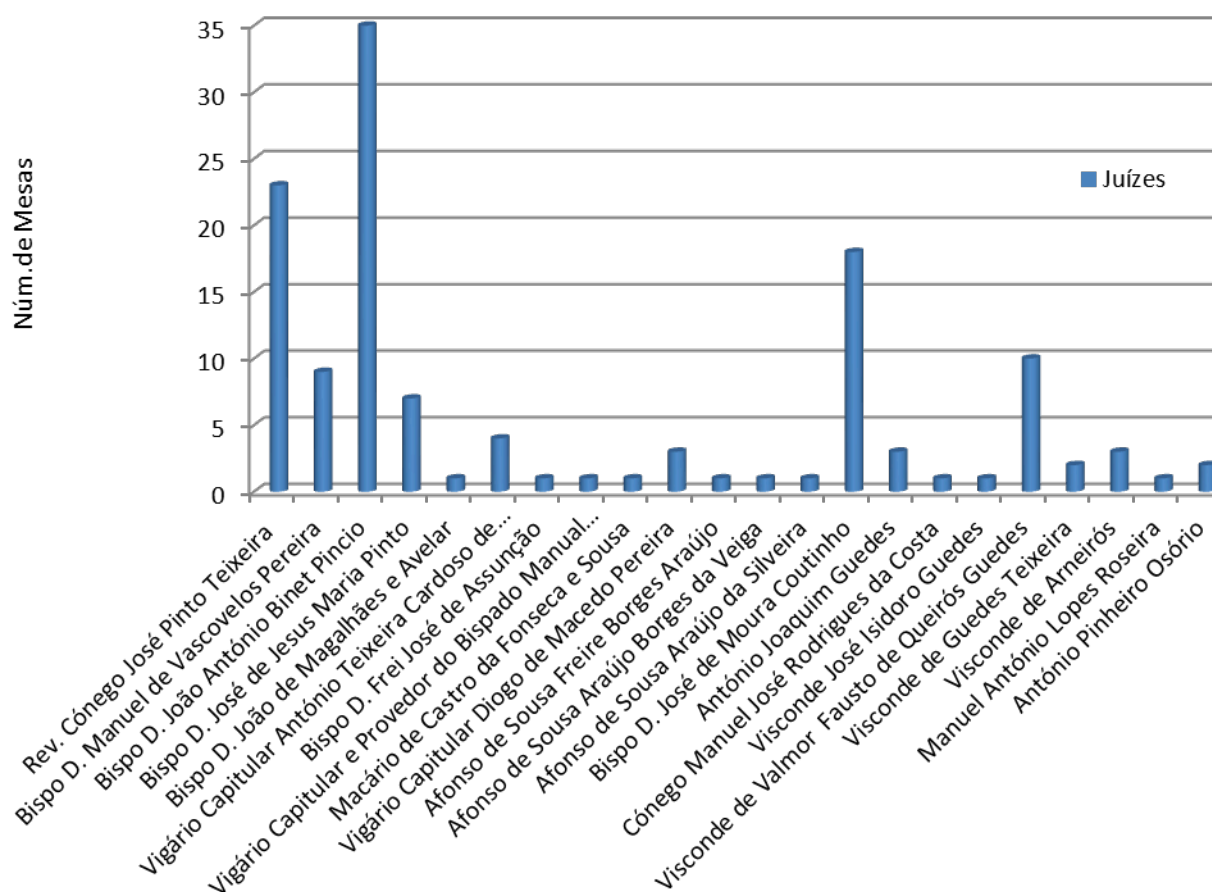


Gráfico 8. Juizes e anos de permanência no cargo (1749 a 1905)

Fonte: Elaboração própria, a partir das AINSRL.

Estes dados reiteram os anteriores, confirmando que se foram criando movimentações dentro da Igreja com o objetivo de manter um dos seus, ou da sua confiança, na gestão da Irmandade.

Não se sabe quais os motivos que os levaram a desocupar o cargo, mas crê-se que, muitas vezes, tenha sido o desgaste, ou mesmo o falecimento, conforme o exemplo do juiz D. José de Jesus Maria Pinto.¹⁹

3.3.2 O tesoureiro

O cargo de tesoureiro deveria ser exercido por um indivíduo de confiança absoluta, pois tinha funções de grande responsabilidade financeira. De um modo geral, deveria promover a cobrança e arrecadação de todas as receitas da Instituição, efetuar os pagamentos, orientar e fiscalizar a contabilidade, vigiar o arquivamento de todos os documentos da receita e da despesa, submeter à apreciação do juiz e da Mesa o respetivo balancete do livro-caixa, apresentar, mensalmente, à Mesa Administrativa, o balancete das despesas e receitas do mês anterior, conforme detalhado nos estatutos:

- 1º Receber todas as verbas de receita e pagar as de despesas devidamente autorizadas, fazendo o respectivo lançamento e no livro-diário baixar;
- 2º A arrecadação e conservação de todos os valores, pratas, alfaias e mais objectos pertencentes à Irmandade, excepto os indicados no & único do art.º 48º;
- 3º A descarga do pagamento dos annuaes;
- 4º Apresentar à Mesa nas sessões ordinárias de Março, Junho, Setembro e Dezembro os diários caixa devidamente escriturado para ella tomar conhecimento do estado financeiro da Irmandade;
- 5º De acordo com o Juiz fazer cumprir as deliberações da Mesa na parte respeitante a qualquer obra que esta determine no Santuário e anexos ou a aquisição de qualquer objecto;
- 6º Ter em seu poder a segunda das três chaves com que se abrirem mensalmente as caixas das esmolas, assistindo a esse acto conjuntamente com o Juiz e o mesário da Mesa (Estatutos 1888, art.º 47).

Além das tarefas supracitadas, o tesoureiro auxiliava na realização do inventário anual dos bens da Irmandade. Este arrolamento de bens versava sobre bens móveis: prata, paramentos e pequenas alfaias do culto - sendo indispensável para evitar roubos e desvios de peças, ajudando-nos na datação das peças.

Os estatutos davam-lhe liberdade de adquirir objetos de pequena importância ou mandar fazer alguma obra pouco significativa no santuário e anexos. Estas decisões eram

¹⁹ Segundo a História eclesiástica de Lamego, D. José de Jesus Maria Pinto, faleceu, no dia 06 de março de 1827, porém nas atas da Irmandade ainda surge como o juiz da instituição até ao ano de 1828.

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

tomadas em nome do coletivo, mas supervisionadas pelo juiz. O homem que exercia o cargo era:

O responsável para com a Mesa de todos os valores de que tomar conta e constarem do inventário geral, assim como por tudo quanto lhe for sendo entregue durante a sua gerência;

& Único: exceptuando se a responsabilidade dos paramentos, roupas brancas e mais objectos de culto, que estiverem em poder do capelão (Estatutos 1888, art.º 48).

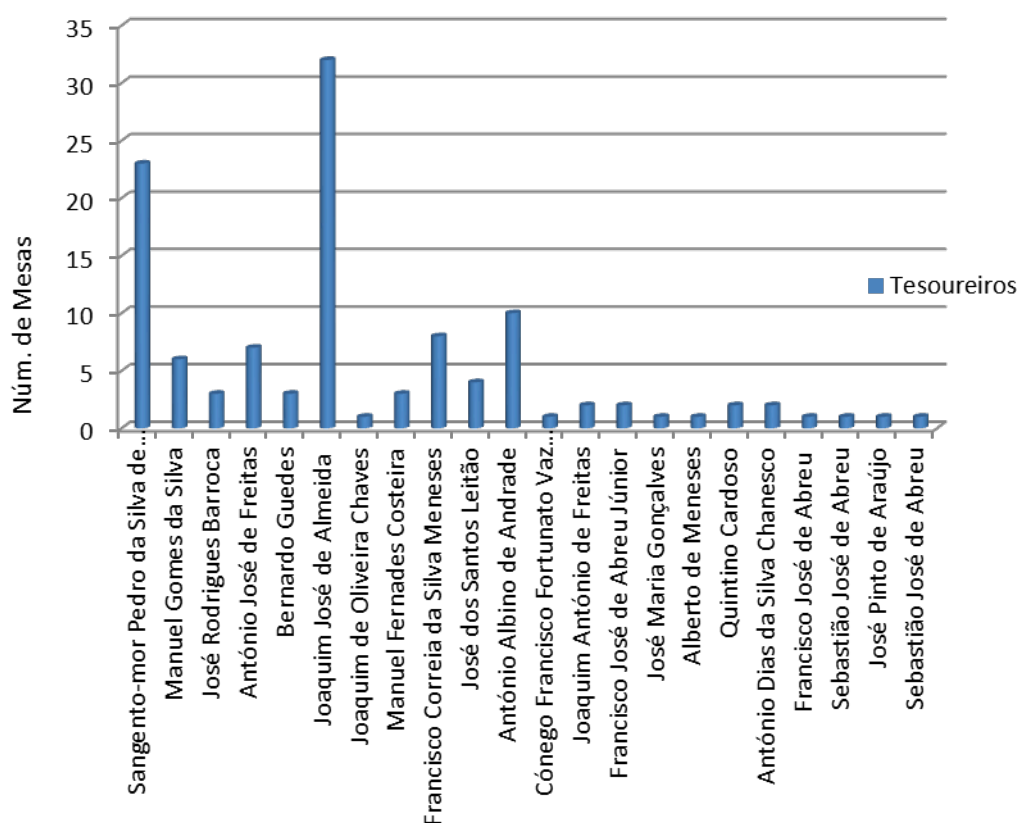


Gráfico 9. Tesoureiros e anos de permanência no cargo (1749 a 1905)

Fonte: Elaboração própria, a partir das AINSRL.

A precisão dos assuntos conduziu à ocupação regular do cargo e à tendência de os concentrar num grupo restrito de notáveis.

3.3.3 O secretário

O secretário era o relator da Mesa, redigindo os assentamentos com boa qualidade, pois os documentos eram utilizáveis pelos próprios técnicos e utentes finais do sistema de registos. Apesar do articulado fornecer informações pormenorizadas sobre o modo de proceder, a redação ficava a cargo do seu punho. A Instituição tornou-se numa sede de poder onde se tratavam assuntos e se jogavam interesses, daí que o seu desempenho exigisse um conjunto de requisitos obrigatórios entre eles o zelo, o sigilo e o domínio da escrita. Cabia ao secretário:

- artº 7º - Redigir as actas nas sessões e a correspondência da Irmandade;
- artº 7º - Pôr a nota de visto nos talões dos recibos da receita que o tesoureiro lhe enviar;
- artº 8º - Escrever no livro da receita e despesa da Irmandade as contas d'esta;
- artº 9º - Lançar no livro de contas o resumo das contas annuaes que tem de ser apresentadas à autoridade;
- artº10º- Fazer no respectivo Tombo a inscrição dos Irmãos admitidos e tomar nota dos falecidos; artº 11º - Mandar satisfazer o preceituado nos nº. 1º e 3º do art. 13º , fazendo ao avisos de que falta aquele primeiro números;
- artº12º - escrever o convite para as sessões da Mesa e da assembleia-geral;
- artº13º - Extrair do tomo a lista dos Irmãos que há-de ser publicada anualmente;
- artº14º- Escribir os livros do inventário geral e dos capitães (AINSRL, Estatutos de 1877, capítulo 8).

A função era muito exigente: por isso, o articulado estipulava que pudesse ser auxiliado por um mesário da sua confiança, anotando apontamentos num caderno que posteriormente copiaria para o livro de registo. Esta regra foi sistematicamente quebrada, criando mesmo algumas entropias nos registos; isto é, se, por um lado, a substituição do secretário visava evitar o cansaço e o excesso de trabalho, por outro, involuntariamente, contribuiu para a desordem do arquivo, pois as pessoas escolhidas nem sempre apresentavam grande empenho sabendo do carácter transitório das suas funções. Todavia, no conspecto geral, as interrupções mais comuns resultaram de alguma desordem do arquivo e falta de ordenação dos assuntos nos livros próprios. A crescente interferência de auxiliares pode justificar este hiato nos registos e a uma ordenação do assunto num outro local que não o mais indicado. Dada a importância das matérias é de crer que estas omissões seriam exceções ao bom funcionamento da Instituição e que acabariam por serem detetadas e posteriormente efetuado o registo competente.

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

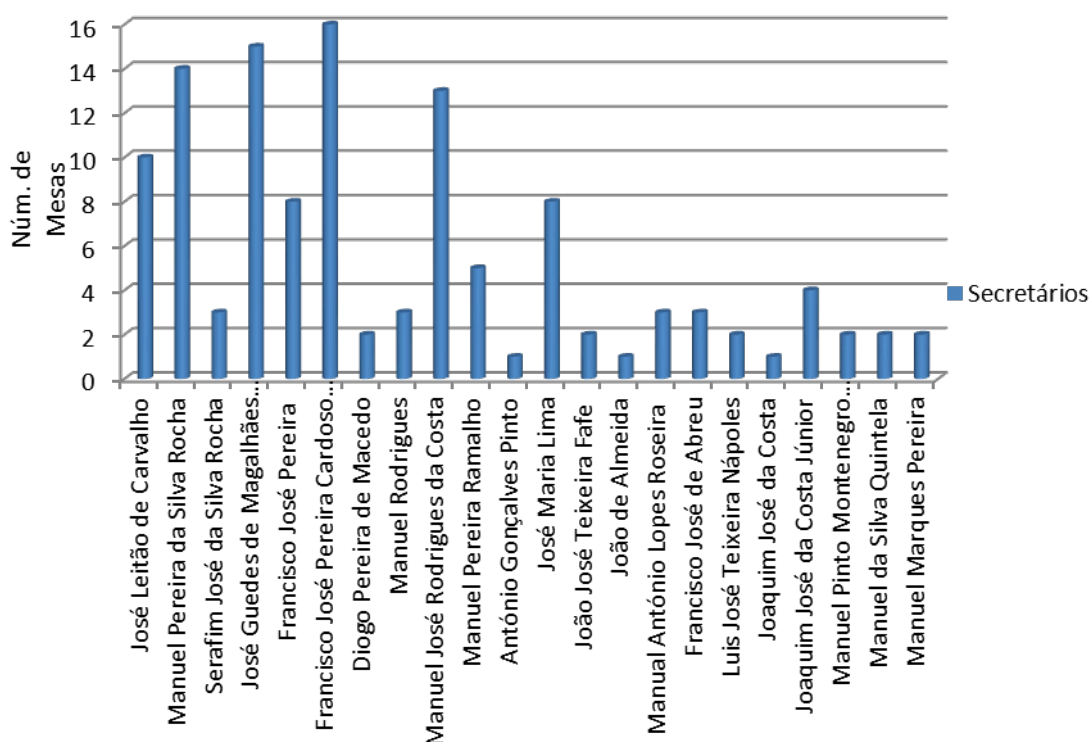


Gráfico 10. Secretários e anos de permanência no cargo (1749 a 1905)

Fonte: Elaboração própria, a partir das AINSRL.

O gráfico revela, à semelhança dos cargos anteriores, uma fraca rotatividade. Embora o cargo fosse de eleição anual, desejava-se a homogeneidade das equipas redatoriais. Assim, ao cotejar-se as listas rapidamente se conclui que Francisco José Pereira Cardoso de Magalhães foi o secretário que mais tempo lavrou os documentos da Irmandade, dezasseis anos. Esta continuidade não foi de todo inócua. Na verdade, a experiência e estesia permitiram-lhe um maior conhecimento das matérias, refletindo-se na redação dos textos que apresentam menos desvios às normas, nomeadamente pela clareza da caligrafia e diminuição de abreviaturas.

Reiterando os mesmos pressupostos para os cargos anteriores, e sem se querer simplificar em demasia, parece que a sua permanência se ficou a dever às qualidades pessoais de quem ocupava os cargos, devendo-se, muitas vezes, o seu abandono a questões físicas, a doença ou velhice.

Os estatutos de 1888 reforçaram-lhe os poderes, competindo-lhe:

1. No impedimento do Juiz exercer as funções do seu cargo, mas não acumulara com as de secretário;
2. Nomear secretário de entre os mesários da Mesa enquanto estiver servindo de Juiz;

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

3. Ler em Mesa a acta da sessão anterior, e os documentos que ella houver de tomar conhecimento;
4. Redigir as actas nas sessões e a correspondência da Irmandade;
5. Conferir com o tesoureiro as contas trimestraes e annuaes que este tem de apresentar à Mesa;
6. Pagar os mandados cujos pagamentos houver de ser autorizado pelo Juiz;
7. Pôr a nota de visto nos talões dos recibos da receita que o tesoureiro lhe enviar;
8. Escrever no livro da receita e despesa da Irmandade as contas d'esta;
9. Lançar no livro de contas o resumo das contas annuaes que tem de ser apresentadas à autoridade;
10. Fazer no respectivo Tombo a inscrição dos Irmãos admitidos e tomar nota dos falecidos;
11. Mandar satisfazer o preceituado nos n.º 1.º e 3.º do art.º 13.º, fazendo o avisos de que falta aquele primeiro número;
12. Escrever o convite para as sessões da Mesa e da assembleia-geral;
13. Extrair do tomo a lista dos Irmãos que há de ser publicada anualmente;
14. Escriturar os livros do inventário geral e dos capitães;
15. E, finalmente, ter a seu cargo a direcção e execução de qualquer trabalho da secretaria não especificado aqui (Estatutos 1888, art.º 45).

3.3.4 Os empregados assalariados

A Irmandade era ainda constituída por um corpo de empregados assalariados limitadíssimos, pois muitos dos serviços eram assegurados sob o patrocínio dos mesários, num voluntariado de boa qualidade e de dedicação. Ao pessoal contratado pedia-se colaboração no objetivo comum, colaborando cada um na justa medida das suas funções. A cada colaborador os estatutos consagravam um capítulo, mais longo ou mais breve, mas de grande importância para se perceber o espírito da Instituição.

Para a ocupação dos cargos a Mesa colocava um edital. Os candidatos aos cargos preenchiam um requerimento para que a Mesa analisasse o seu perfil e escolhesse o indivíduo mais adequado. Estes cargos exigiam a residência junto ao local de trabalho, por isso a escolha recaía, quase sempre, nos naturais da cidade. Eram concursos muito concorridos, uma vez que a sua ocupação fortificava a posição dos indivíduos na comunidade e abria caminho para a participação em outras esferas de poder. Muitos dos empregados admitidos fizeram aqui carreira, tendo sido, muito excepcionalmente, suspensos e/ou expulsos por desobediência. A desobediência estava para a expulsão como o arrependimento para o perdão. Geralmente, a expulsão resultava de um processo cumulativo de incumprimento das obrigações estipuladas no articulado:

Será prontamente repreendido o empregado negligente não cumprindo de seus deveres, ou faltar ao respeito devido de seus superiores e, mediante o artigo 61º - Será suspenso pelo Juiz ou pela Mesa o empregando que reincidir nas mesmas faltas por que foi repreendido ou cometer uma falta mais grave.

No Artigo 62º - Será demitido o empregado que reincidir nas mesmas faltas por que foi suspenso, que cometer nova falta gravíssima, que se ausentar sem licença, e que for procedendo judicialmente à Real Irmandade (Estatutos, Capítulo 11º, art.º 60).

3.3.5 O capelão, organista, servente ou sacristão e o cantoneiro

O capelão deveria cuidar da boa harmonia e observar os ritos religiosos, bem como dar assistência espiritual e religiosa aos utentes da Irmandade de que era o supervisor espiritual. Coordenava, ainda, os restantes assalariados. Era escolhido/nomeado pela Mesa. *Grosso modo*, era a figura intermediária entre o clero e a Irmandade. A Instituição mantinha com este servidor uma relação diferente dos restantes capelães da diocese. Estatutariamente deveria:

1º- Presidir habitualmente na casa da residência da Real Irmandade, não podendo ausentar-se sem licença do Juiz ou da Mesa; 2º - Dizer ou fazer dizer todas as missas estatuídas nos artigos 73º a 76, passando certidão geral no fim do ano económico; 3º - Ter sob sua guarda e responsabilidade «os paramentos, alfaias e outros objectos de uso diário; 4º - Administrar os sacramentos da penitência e da Eucaristia a todos os Irmãos que para isso o procurem em qualquer dia do anno; 5º- concomitantemente renovar as partículas do sacrário (artigo 67º); 6º - Requisitar do tesoureiro o dinheiro preciso para o vinho e hóstias para todas as missas que se disserem no Templo; 7º - acompanhar a cruz nos funerais dos Irmãos e nas procissões a que for a Irmandade; 8º - Rezar um responso no fim das missas dos sábados e domingos pelo Irmãos falecidos durante um mês a contar do dia do seu falecimento, além do responso geral dos sábados; 9º - Zelar a limpeza, decência e asseio dos utensílios de culto do Templo e da casa de residência; 11º - Ter sempre limpa e à disposição da Mesa ou dos visitantes a sala principal da casa de residência.

& Único: o capellão não poderá despedir-se da Real Irmandade sem, que disso prevenir o Juiz com 50 dias de antecipação (Estatutos 1888, art.º 51).

Com o aumento do cerimonial religioso, os estatutos vincam mais o garante das regras, multiplicando o número de cargos, criando a figura do organista, do servente e do sacristão. Estes cargos estavam na dependência do capelão. O organista tinha o papel de abrilhantar as missas diárias e a missa cantada das solenidades, patenteando o seu reportório. Segundo os estatutos deveria:

- i) Tocar em todas as missas e ladainhas dos sábados;
- ii) Em todas as missas solenes que a Mesa mandar cantar;
- iii) No dia 24 de Junho desde as 3 às 8 da manhã;
- iv) No dia 07 de Setembro desde as 7 horas da manhã ao meio-dia e desde as 3 às 7 da tarde;
- v) No dia 8 de Setembro desde as 5 da manhã até ao meio dia e desde as 3 às 6 da tarde;
- vi) No domingo imediato a 8 de Setembro desde as 3 às 6 horas da tarde;
- vii) No dia 3 de Maio à missa de voto do Cabido (Estatutos 1888, art.º 55).

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

O sacristão era nomeado pela Mesa, sob proposta do capelão coadjuvando-o. Deveria usar permanentemente dentro do templo batina de pano roxo escuro e de quota de manga larga; segundo o artigo 54º, são obrigações do sacristão:

- i) Abrir e fechar as portas do Templo;
- ii) Guardar ou fazer guardar o interior do Templo em quanto estiverem abertas as portas;
- iii) Dar nos sinos os sinais competentes para as missas, festas, óbitos ou incêndios;
- iv) Ajudar nas missas;
- v) Ter sempre varrido o Templo e esfumados os altares, Mesas e bancos;
- vi) Executar as ordens do capellão em tudo que diga respeito ao culto religioso, limpeza e asseio do Templo (Estatutos 1888, art.º 52).

Estatutariamente o servente deveria:

- i) Assistir de opas às missas dos sábados e novenas, pedindo esmolas que seguidamente se lançará nas caixas;
- ii) Pedir esmola pelas portas nos sábados, e a das eiras em ocasião própria, entregando tudo ao mesário em exercício;
- iii) Fazer na cidade a cobrança dos annuaes e de outras dívidas da Irmandade;
- iv) Adorar os altares em todos os dias de festa;
- v) Ir em todas as quartas-feiras e sábados receber ordens do Juiz, secretário e Thesoureiro (Estatutos 1888, art.º 54).

A atribuição dos *Breves Apostólicos* e das regalias régias, com vista a aumentar as visitas ao santuário, obrigou as Mesas a providenciarem novas medidas de segurança e asseio, conforme o apelo do juiz:

É esta a ocasião própria de fazer sentir à Mesa a necessidade que há de ter permanentemente homens nos Remédios, que cuida de todos estes serviços e nos seja auxílio para o Capelão. Sem um guarda ou cantoneiro a quem se incumbam todas estes trabalhos de limpeza e arranjo externo da Santuário e (...), a cargo do qual esteja a vigiar constantemente para que o pessoal mal intencionado não destruam e inutilizem o que por allí há - como tantas vezes sucede - e que seja companhia do capelão, vivendo lá mesmo nos Remédios; sem um homem assim, repito, difficilmente podemos continuar a estar. O Santuário aproveitará muitíssimo, e pouco mais se acrescentará à despesa, que actualmente se faz em trabalhos. Aponto esta necessidade como uma d'aquellas a que mais urge atender (AINSRL, 1780: fl 70-70vs).

Os mesários acataram a decisão da Mesa e os estatutos de 1888 criaram a figura do guarda ou cantoneiro. Cabia a este zelar pelos espaços verdes ficando obrigado a residir no santuário e, ainda:

- i) Ter sob sua responsabilidade e guarda os utensílios próprios da jardinagem;
- ii) Zelar o andamento, conservação e limpeza de todas as plantas e arbustos;
- iii) Ter sempre limpos e varridos os passeios, escadas e largos do real Santuário;
- iv) Guardar e vigiar diariamente o terreno pertencente à Irmandade (Estatutos 1888, art.º 56).

3.4 Os ordenados

A Mesa deliberava um ordenado anual para cada cargo assalariado. Os regimentos davam a possibilidade de, em caso de urgência, a Mesa recrutar e remunerar outros empregados, temporária ou definitivamente, caso fosse necessário.

Na verdade, o aumento da despesa com os ordenados onerou as Mesas, de tal modo que, em momentos de desvalorização da moeda ou carência das esmolas, sentiram dificuldade em assumir os compromissos, tendo no ano 1915 suprimido alguns cargos. No ano de 1872, o gasto não foi além de 5,2% do total das despesas, desembolsando 125\$200 reis, conforme gráfico 11:

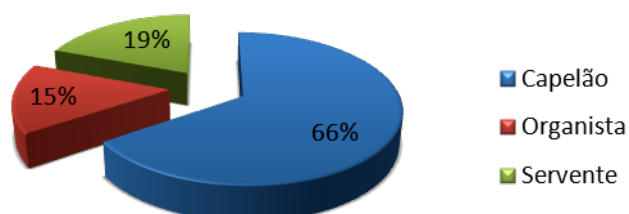


Gráfico 11. Ordenados

Fonte: Elaboração própria, a partir das AINSRL

Na análise dos valores consumidos em salários verifica-se que foi com o ordenado do capelão que a Irmandade despendeu maior valor numérico (82\$000 mil reis/anuais), cerca de 66% do total dos valores distribuídos em salários; 24\$000 mil reis/anuais, com o ordenado do servente, correspondendo a 19%; 19\$200 mil reis/anuais com o salários do organista, representando cerca de 15% do custo com salários.

3.5 O Definitório

O Definitório era um órgão de eleição anual, composto por nove membros, os mais magnânimos da Instituição, instituído no ano 1870. Emitia pareceres com caráter vinculativo sendo, por isso, considerado o órgão de maior responsabilidade dentro da Instituição. Os primeiros definidores, assim eram chamados os seus membros, foram: António Ferreira das Neves, Francisco Correia da Silva Meneses, José Jesus Leopoldo, José Joaquim Vilas Boas, Manuel Fernandes Costeira, o dr. José Correia da Silva Meneses e, por inerência dos cargos, o

juiz, tesoureiro e secretário da Mesa Administrativa. Não foi inócua a sua escolha. Tratava-se de membros com larga experiência de governação, adquirida enquanto mesários.

Embora a gestão corrente da Instituição fosse efetuada pela Mesa, as medidas de fundo provinham do Definitório, na medida em que, perante a complexidade de alguns assuntos, era chamado a emitir parecer, funcionando como um mecanismo de controlo. Por isso, as Mesas escoravam-se neste órgão para poderem firmar as suas posições sempre que necessitassem de contrair um empréstimo, no valor superior a 500\$000 mil reis. O órgão dava ainda parecer acerca das obras de maior vulto no santuário e suas dependências, isto é, o órgão ocupava-se dos assuntos mais importantes, entre eles apreciar as contas da Mesa do ano económico findo, discutir e aprovar os orçamentos apresentados pela Mesa Administrativa, decidir qualquer pendência que houvesse entre a Mesa e algum Irmão que recorresse a este órgão, bem como julgar definitivamente a expulsão de Irmãos ou admissão de novos funcionários.

Dada a importância do órgão, o legislador foi sensível na redação das suas competências, limitando o acesso do cargo à base dos Irmãos, restringindo-o aos mais experientes. Esta ressalva pretendia evitar desavenças futuras entre a Mesa e o Definitório e/ou “assaltos ao poder”, centrando a gestão do órgão no juiz e no secretário da Mesa vigente, cumulativamente. Está-se, portanto, em presença não apenas de uma centralização de poderes, mas também de uma tentativa de unificação administrativa dos órgãos, através da concentração dos cargos mais importantes na mão dos mesmos. Esta acumulação de funções evitava desentendimentos, criando perímetros fechados e mantendo o poder no escol restrito.

O órgão era convocado pelo juiz, reunindo-se ordinariamente no dia seis de julho, pelas cinco horas da tarde, no santuário e, extraordinariamente, sempre que o juiz assim o entendesse. Não comparecendo a maioria dos Irmãos a reunião era adiada para o terceiro dia imediatamente seguinte, funcionando com o número de elementos presentes. Os assuntos eram tratados primeiro em sede da Mesa Administrativa e só depois subiam ao Definitório. As atas eram lavradas em livro próprio, mas pelo número de atas redigidas presume-se que o órgão reunia com pouca frequência. Era prestigiante integrá-lo. Permanecer no Definitório significava participar nas grandes decisões da Instituição sem ter a responsabilidade que os lugares na Mesa exigiam.

Capítulo 4. Os fundos económicos da Irmandade e sua proveniência.

No capítulo anterior procurou-se conhecer os homens e os cargos que constituíam a Irmandade, bem como aqueles que se encontravam ao seu serviço. Propõe-se agora fazer uma avaliação ao património da Instituição e dar a conhecer o seu fundo económico, marcado ora por anos de prosperidade, ora por anos de recessão económica. Os estatutos estipulavam a receção de bens materiais e imateriais (encomendas de missas), determinando as formas de proceder. Estes bens eram administrados pela Mesa Administrativa, coadjuvada pelo tesoureiro. Os Irmãos exigiam um bom governo das Mesas mantendo-se vigilantes e interrogando-as sempre que pairavam desconfianças, conforme atesta a ata, do dia dezoito de março de 1874:

Alguns espíritos mais receosos pensarão que se a confraria não guardar já aquellas quantias e a converter em fundo permanente, poderá ficar sem ella se o governo se lembrar um dia de chamar a si tal dinheiro. Não me parece procedente similhante receio desde que a meza converta em fundo permanente o dinheiro que tem à ordem. Há no nosso país milhares de contos de reis, que constituem fundos de Confrarias e Irmandades (só no distrito de Braga, segundo uma estatística recente possuem mais de mil contos!) e não deve lembrar a ninguém que qualquer governo tente lançar mão d'esses capitaes, que de séculos se tem creado. Nunca succedeu isso nem mesmo no meio das mais violentas crises politicas e financeiras por que Portugal tem passado. No dia em que succedesse estaria o país arruinado, e então nem os haveres particulares de cada um de nós escapariam. Egualemnte não poderá ser gasto o dinheiro de que se trata por outra qualquer meza que nos suceda; mas para isso é necessário convertê-lo em capital permanente da confraria e que a resolução tomada a esse respeito fique legalmente consignada nas actas das suas sessões (AINSRL, 1870: fl 82).

Este texto revela, por um lado, que os fundos económicos da Irmandade tinham alguma dimensão patrimonial e, por outro, o receio dos Irmãos acerca do destino destes capitais, questionando o juiz sobre a atuação das autoridades régias.

Após a implantação do Liberalismo o país viveu um período de instabilidade política e social, provocando incertezas em todos os domínios sociopolíticos e religiosos e o comportamento dos Irmãos reflete sobremaneira os constrangimentos dessa vivência. A leitura mais atenta da ata faz-nos crer que os irmãos, de alguma forma, tinham sido avisados que, face à falta de metais preciosos, a coroa tentava angariar rendimentos adicionais, salvaguardando, por isso os seus capitais. O fundo económico gradativamente ia aumentando, abarcando objetos de natureza diversa, desde paramentaria religiosa até às imagens de culto, azeite, cereais, cera, plantas, uma barca, legados, testamentos, produto das coletas, rendas, foros e pagamento de dívidas.

Do ponto de vista jurídico existem diferentes perspetivas sobre o conceito de aquisição de bens; serão apresentados estes contratos em bloco como se eles fossem todos de igual natureza e sem qualquer referência a uma ou outra característica distinta. O objetivo é analisar, numa perspetiva totalizante, o património da Instituição, não aperfeiçoando as temáticas de certos autores que consideram doações, legados e heranças separadamente; em epítome considera-se a doação *post-obitum* ou *reservato usufructu* semelhante ao legado testamentário, «face ao carácter de revogabilidade» (Gama Barros 1950: 270-280) sendo que na doação está-se perante um caso de direito contratual e no legado está-se na esfera do direito sucessório.

A partir do final do século XVII, numa fase em que os juros eram socialmente tolerados, e de uso corrente, a instituição concorreu e/ou cooperou com a Santa Casa da Misericórdia de Lamego, e demais instituições, no mercado creditício concedendo e contraindo empréstimos, numa tentativa de rentabilizar os seus capitais. A intenção não era resolver os problemas da economia local/regional, mas retirar dividendos possíveis da ambiguidade das leis que regulavam este assunto. Porém, dada a proveniência da moeda (esmolas), não seria de esperar que se movimentassem grandes quantitativos monetários.

4.1 O orçamento: receitas e despesas

O orçamento da Irmandade é o instrumento de gestão que contém a previsão de todas as receitas e despesas anuais. Os primeiros movimentos contabilísticos apresentavam omissões e redundâncias. Por isso, no primeiro quartel do século XVIII, graças ao crescimento dos fundos económicos, as Mesas apelavam à necessidade de afinar o controlo, tendo ganho novo fulgor com a criação da figura do tesoureiro, no ano de 1776, ocupado pelo cónego José Pinto Teixeira. Os movimentos contabilísticos passaram a ser registados em livros designados para o efeito - *Livro-caixa, Correntes e outros do Santuário*. No termo de abertura deveria mencionar-se o seguinte: «Há-de servir o presente livro para n'elle se lançarem todos os valores da Irmandade» (AINSR, livro de contas). Os regulamentos régios recomendavam o registo dos bens em pautas - Mapas de Receita e Despesa-, e a conservação destes documentos contabilísticos na sede da Instituição, para prova futura.

No início de cada ano económico era elaborado o orçamento para o ano seguinte. Apesar de a Instituição ter uma relativa autonomia jurídica e patrimonial, cuja jurisdição lhe pertencia de facto e *de iure*, estava sujeita à fiscalização interna e externa, conforme

regulamentos régios – veja-se como exemplo as *Ordens do Reino* de 1859. Estes controlos eram importantes para que os orçamentos pudessem ser credíveis. O controlo interno era um instrumento técnico de gestão instaurado por uma comissão de Irmãos, nomeados pela Mesa, com independência técnica e com o objetivo de:

Examinar as contas da gerência da confraria de Nossa Senhora dos remédios, pertencentes ao anno de 1872, apresentadas pelo Ex.mo. Sr. Thesoureiro, e dar sobre elas o seu parecer, proceder a minucioso exame das verbas de receita e despesa lançadas nos respectivos livros, confrontando-as com os documentos comprovativos das mesmas (AINSRL, 1870: fl 72vs).

A comissão era liderada pelo tesoureiro da Mesa em vigor. Este auditava o livro de contas da Mesa cessante, anotando e reparando todos os movimentos registados para de seguida os colocar à discussão da Mesa:

Aqui tendes, senhores mesários, os esclarecimentos que entendo dever dar-vos para haverdes cabal conhecimento do estado da confraria, e para melhor vos inteirardes das contas do anno findo hoje, que apresento aqui e desejo a aprovação da meza. Com essa aprovação e a consciência da haver cumprido o meu dever, me dizei por bem pago de todo o meu trabalho.

Lamego 31 de Dezembro de 1872

Antonio Albino de Andrade – thesoureiro (AINSRL, 1780, fl 71-71vs).

Esta forma de controlo expunha o corolário lógico do controlo dos fundos económicos. Para facilitar as leituras era fundamental que o tesoureiro tivesse registado com minúcia todos os movimentos financeiros. O controlo externo foi exercido pelo administrador do concelho, visando avaliar a organização das matérias contabilísticas, conforme comprova officio nº 279 a seguir reproduzido:

O Juiz apresentou um officio do senh. Administrador do concelho, sob o nº 279, datado de 18 do corrente. O senh. Administrador referindo que sendo a Irmandade dos Remédios aquela que n'este concelho apresenta a sua escrituração e contabilidade mais regular e formulada de harmonia com os modelos officiais que regulam...que espera que a Mesa formule quanto antes as contas da gerência do ultimo anno económico e lh'as remetta, acompanhadas de documentos que as devem instruir, tendo em vista as instruções de 15 de Novembro de 1859, que são as que se adoptam n'este districto; e que não vote a prestação d'essas contas pelo facto de não terem sido ainda approvadas as de 1880, porque é mais urgente as prestações das últimas, e porque a prestação das anteriores se fará depois de haverem sido regularizadas as de 1878-1879: que o livro das actas das sessões deverá ser rubricado pelo senh. Juiz e não pelo administrador do concelho, como está; que, com o orçamento deverá ir a relação das dívidas activas e passivas, e também o orçamento feito por perito e as plantas das obras para a consignação da despesa; que deseja ter conhecimento dos Estatutos d'esta Irmandade, e, se houver impressos para lhe remeter um exemplar, então se não existir que sejam dadas as convenientes ordens para que no cartório d'esta corporação lhe seja facultado o exame dos Estatutos de qualquer livro de documentos que haja (...) se satisfaça completamente ao que n'elle se pede que para poder fornecer informações que superiormente lhe sejam pedidas é indispensável habilitar-se com

esclarecimento e até examinar a escrituração da Irmandade para o que torno a rogar que lhe indiquem o lugar aonde está estabelecido o cartório da Irmandade e as horas em que se acha aberto, para elle alli se poder ir examinar tudo (AINSRL 1870: fl 174).

O texto expressa a determinação do administrador do concelho em fiscalizar o orçamento da Instituição, vistoriando a forma e o conteúdo dos documentos. Nem sempre estas deliberações e pedidos tiveram bom eco nas Mesas Administrativas, gerando, por vezes, reações mais coléricas. Em geral, esta situação era entendida como uma ingerência da coroa na vida associativa, ainda que esta exigência fosse análoga às inspeções aplicadas às instituições congêneres. Recorde-se que as disposições régias pombalinas aplicadas à Santa Casa da Misericórdia²⁰ tiveram propósitos muito idênticos - pelo menos as que tiveram alguma dimensão patrimonial - visando o controlo dos empréstimos a juro, superintendência e vigilância dos legados pios, análise às quotas das heranças, controle da assistência, entre outras.

Na verdade, a Irmandade tinha uma tradição de autonomia que lhe advinha de algumas prerrogativas régias, não estando os mesários habituados a serem fiscalizados, reagindo, por isso, menos bem a este tipo de ações. A verificação das práticas contabilísticas, técnicas, métodos, processos, formas e procedimentos próprios do controlo e da auditoria externa eram simplesmente para a defesa dos Irmãos/devotos/contribuintes. Perante tal pedido, a Mesa reagiu quase em forma de protesto, respondendo que «não tinha cartório especial nem empregado permanente para o dirigir, que ia convocar em breve a meza» (*Idem*:174 vs). Mas teve de passar das palavras aos atos e, após algum foco de tensão, deliberou que «se pusesse à disposição de sua exc.^a por isso que esta meza tem o máximo interesse em que os actos da sua administração, os documentos da sua gerência e a maneira porque tem organizada a sua escrituração e contabilidade sejam conhecidos e examinados» (*Ibidem*). A disponibilidade assentava numa relação de confiança.

Este excerto põe ainda a descoberto a inexistência de um cartório. Os livros de registos estavam nas casas particulares do juiz e do tesoureiro ou no paço episcopal sempre que o juiz acumulava simultaneamente os cargos de bispo e de juiz.

²⁰ O Estado fez várias tentativas de fiscalização e de desamortização do património das Misericórdias. Porém as medidas tomadas foram pontuais, insuficientes e de reduzido alcance. E isto porque não tiveram força de lei. Na verdade, como não houvera da parte do Estado um plano de intervenção nas finanças das Misericórdias — excetuando o caso de Lisboa— o seu poder coercivo era praticamente nulo. A esta luz se compreende o alvará de 15 de maio de 1800.

No decreto de 20 de maio de 1796, foram retomados os parágrafos desamortizadores da lei pombalina de 9 de Setembro de 1769, em conformidade com o decreto de 17 de julho de 1778.

O orçamento, após ser validado, era afixado num local público, mediante edital do juiz ou vice juiz da Irmandade:

E logo de seguida à aprovação deste orçamento foi mandado afixar em lugar público o edital do teor seguinte: José Augusto Guedes Teixeira, vive-Juiz da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios faço saber que desde o dia 12, de corrente, está patente na secretaria da Irmandade para ser examinado por quem quiser o orçamento da receita e despesa da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios para o actual anno de 1871 – Lamego 11 d’Abril de 1871.

O Vice Juiz (assinado) José Augusto Guedes Teixeira (AINSRL 1871: fl 43vs).

No decorrer de cada ano económico poderiam ser elaborados e submetidos à aprovação da Mesa dois orçamentos suplementares rectificativos, apresentando despesas que não haviam sido previstas no orçamento ordinário ou que nele haviam sido insuficientemente dotadas.

Cada orçamento mencionava as receitas, arrecadação em caixa e as despesas, ou seja, o gasto e/ou o dispêndio para adquirir bens ou prestar serviços suscetíveis de satisfazer necessidades previstas nos estatutos. De acordo com a natureza económica e tendo em conta os interfaces, os orçamentos apresentavam as seguintes rubricas:

- i) **Receitas Ordinárias:** são as que a Irmandade cobra num ano e vai voltar a cobrar nos anos seguintes, como o produto das quotas dos Irmãos e da inscrição, títulos de rendimentos de capitais mutuados e foros;
- ii) **Receitas Extraordinárias:** são as que, tendo sido cobradas num ano, não voltarão a ser cobradas, com toda a verosimilhança, nos anos seguintes, como os legados, heranças e doações, o produto de empréstimos, o produto da alienação de bens, o produto de cortejos de oferendas e dos donativos particulares e outros quaisquer rendimentos que, por sua natureza, não devem repetir-se nos anos económicos sucessivos, pelo menos nos mesmos montantes;
- iii) **Despesas Ordinárias:** são as que, com grande verosimilhança, se repetirão em todos os períodos financeiros e resultam da execução dos estatutos. São os gastos com o exercício de culto, cumprimento de encargos pios e outras responsabilidades da Irmandade como a manutenção dos serviços, o vencimento com o pessoal, as contribuições e as taxas, bem como outras despesas que tenham carácter de continuidade e permanência;
- iv) **Despesas Extraordinárias:** são as que não se repetem todos os anos. São difíceis de prever, não se sabendo quando voltarão a repetir-se, como as despesas de construção e /ou manutenção do edifício, as despesas de aquisição

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

de novos terrenos para construção de equipamentos, as despesas com auxílios imperiosos e extraordinários a indivíduos que deles necessitem com urgência e/ou outras despesas resultantes das deliberações da Mesa Administrativa que se justifiquem pela sua utilidade ou necessidade.

De seguida apresentam-se três orçamentos respeitantes aos anos de 1867, de 1868 e de 1872, escolhidos de forma aleatória. Estas estimativas ajudam a compreender a importância da Irmandade enquanto agente económico. Frise-se, no entanto que os valores apresentados estão longe de obedecer a critérios de rigor estatístico, sendo estimativas muito lacónicas, mas fundamentais para a compreensão dos cálculos, dando uma visão do cômputo global dos rendimentos e despesas. Com facilidade se descortinarão diferenças “estilísticas” entre os três orçamentos, impondo-se efetivamente distingui-los.

| Orçamento - ano 1867 | U.M. Reis |
|--|------------------|
| Saldo anterior | 135\$230 |
| <u>Receitas ordinárias</u> | |
| Rendimento de foros | 3\$700 |
| Rendimento de juros | 12\$210 |
| <u>Receitas extraordinárias</u> | |
| Anuães | 5\$500 |
| Esmolas | 1.260\$000 |
| <u>Dívidas activas</u> | |
| Foros | 8\$300 |
| Juros | 32\$000 |
| Soma | 1306\$990 |
| <u>Despesas ordinárias</u> | |
| Ordenado do capelão e Legados Pios | 142\$000 |
| Despesas do Templo e casa do Capelão | 180\$000 |
| Reforma da Cera | 40\$000 |
| Alfaias e objectos pertencentes à Igreja | 75\$000 |
| Fogo para as festividades de N ^a Senh ^a | 66\$000 |
| Armação e outras despesas dos dias de Romagem | 28\$000 |
| Dois Sermões e música do dia da festividade e da novena | 48\$000 |
| Festividade de S. Joaquim e Santa Ana e Santo Estêvão | 16\$4000 |
| Impressão de 1000 impressos da novena de N ^a S ^a | 25\$000 |
| Organista e dois serventes | 57\$600 |
| Estampas para os romeiros | 44\$000 |
| <u>Despesa extraordinária</u> | |
| Fonte nova no largo da Capela de Jesus, Maria e José | 550\$000 |
| Saldo negativo | -21\$490 |
| Soma Total | 1306\$990 |

Tabela 9. Orçamento, ano de 1867

Fonte: Elaboração própria, a partir das AINSRL

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| Orçamento - ano 1868 | U.M. Reis |
|---|------------------|
| Saldo anterior | 66\$000 |
| Receitas ordinárias | |
| Rendimento de foros | 3\$700 |
| Rendimento de juros | 12\$212 |
| Receitas extraordinárias | |
| Anuães | 6\$00 |
| Esmolas | 1206\$000 |
| Dívidas activas | |
| Foros | 720\$000 |
| Juros | 6\$700 |
| Soma | |
| Despesas ordinárias | |
| Ordenado do capelão e Legados Pios | 146\$000 |
| Despesas do Templo e casa do Capelão | 120\$000 |
| Reforma da Cera | |
| Alfaias e objectos pertencentes à Igreja+cera | 900\$000 |
| Fogo para as festividades de N ^a Senh ^a | 154\$000 |
| Armação e outras despesas dos dias de Romagem | |
| Dois Sermões e música do dia da festividade e da novena | |
| Festividade de S. Joaquim e Santa Ana e Santo Estêvão | 18\$000 |
| Impressão de 1000 impressos da novena de de N ^a S ^a | |
| Organista e dois serventes | 57\$600 |
| Estampas para os romeiros | |
| Despesa extraordinária | 38\$000 |
| Fonte nova em construção no largo da Capela de Jesus, Maria e José | 700\$000 |
| Saldo negativo | 25\$730 |
| Soma Total | 1349\$330 |
| Orçamento suplementar | |
| Esmolas | 290\$000 |
| Despesas da construção da fonte | 280\$000 |
| Saldo | 10\$000 |

Tabela 10. Orçamento, ano de 1868

Fonte: Elaboração própria, a partir das AINSRL.

Os orçamentos anteriores são muito módicos, apresentando um resultado semelhante no exercício de 1867 e 1868 de acordo com os dados das tabelas 9 e 10.

O orçamento do ano de 1872 apresenta-se mais completo, obedecendo às novas exigências orçamentais. Apresenta referências mais particularizadas dos movimentos financeiros, abarcando as rubricas da receita ordinária e/ou extraordinária e das despesas obrigatórias e/ou facultativas, conforme tabela:

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| Orçamento - ano 1872 | U.M. Reis |
|---|------------------|
| Saldo anterior | 590\$729 |
| Receita Ordinária | |
| Receber em dinheiro e géneros | |
| Rendimento de foros | 4\$200 |
| Anuidade de Irmãos | 5\$000 |
| Rendimento de juros | 164\$260 |
| Terrenos arrendados | 6\$000 |
| Anuidade de dívidas | 20\$200 |
| Juros vencidos em dívida | 19\$920 |
| Foros em dinheiro vencidos | 8\$340 |
| Juros vencidos no ano de 1870/71 | 201\$420 |
| Soma Total | 459\$340 |
| Receita Extraordinária | |
| Renda de terrenos por ocasião da feira | 14\$400 |
| Legado Pio de Adriano Lemos | |
| Jóias pagas admitidos como Irmãos | 5\$000 |
| Venda de materiais inúteis | 8\$000 |
| Esmolas em cereaes na freguesia de Penude | 32\$800 |
| Esmolas da romagem | 650\$000 |
| Esmolas de porta em porta, nas caixas da Igreja e na Thesouraria | 640\$000 |
| Soma da receita extraordinária | 1350\$200 |
| Total das receitas | 2400\$269 |
| Despesa Obrigatória | |
| Ordenado do capelão | 82\$000 |
| Organista | 19\$200 |
| Servente | 24\$000 |
| Soma da despesa obrigatória | 125\$200 |
| Despesa Extraordinária | |
| Cumprimento de legados Pios | 68\$000 |
| Missas por tenção de confrades fallecidos | 10\$600 |
| Subsidio para a renda de duas escolas para o ensino primário da freguesia de Almacave | 22\$500 |
| Subsidio para a compra de mobília para as duas escolas | 45\$000 |
| Pagamento de uma divida de 1870 ao servente da Confraria | 17\$600 |
| Décima Predial e seguros | 29\$500 |
| Soma da despesa extraordinária | 193\$200 |
| Festividades | |
| Festividade da Padroeira | 280\$000 |
| Festividade de S. Joaquim | 4\$000 |
| Festividade de Santa Ana | 4\$000 |
| Festividade de Santo Estevão | 10\$000 |
| Soma da Festividade | 298\$000 |
| Ensinamentos e outras despesas | |
| Manutenção do Templo | 408\$000 |
| Azeite | 9\$600 |
| Estampas Lytographadas e fotografias para dar aos devotos | 49\$400 |
| Ensinamentos | 2\$500 |
| Soma | 469\$500 |

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| Orçamento Facultativo | |
|---|------------------|
| Alfaias e outros objectos para adorno de Templo | |
| Duas banquetas de madeira douradas para os altares laterais do templo | 118\$000 |
| Dois reposteiros de lã para as portas do templo | 80\$000 |
| Tapetes para as escadas dos altares-mor e laterais | 75\$500 |
| Impressão de 500 cartas para os confrades | 71\$500 |
| Para mandar tirar dois retractos de dois benfeitores | 50\$000 |
| Uma balança decimal para grandes pesos | 49\$000 |
| Sete dúzias de grandes Jarras, um livro para os visitantes e outros objectos | 122\$500 |
| Soma | 566\$000 |
| Obras: Conservação, manutenção, arborização, reparos e limpeza do santuário | |
| Conserto do altar-mor e respectivas escadas | 100\$000 |
| Para douramento e pintura da Tribuna de todo o altar e para a continuação do | 400\$000 |
| Soma | 500\$000 |
| Parte mutuar a importância dos juros já recebidos do ano de 1871 e parte dos que se | 383\$470 |
| Despesas eventuais e expediente | 24\$000 |
| Saldo | \$899 |
| Soma | 2400\$296 |
| Resumo de toda a receita ordinária e extraordinária do ano de 1872 | 2400\$269 |
| Soma da despesa obrigatória e facultativa do ano de 1872 | 2399\$370 |
| Saldo | \$899 |

Tabela 11. Orçamento, ano de 1872

Fonte: Elaboração própria, a partir das AINSRL.

Estas cifras equivalem à totalidade das despesas e receitas, do ano de 1872, situando-se quase sempre abaixo dos 3.000\$000 (três mil reis). O remanescente, designado por sobras da Mesa anterior, era também diminuto, revelando que os orçamentos eram equilibrados evoluindo paulatinamente ao seu ritmo.

A Irmandade possuía alguns terrenos junto ao santuário que, pela proximidade física do espaço de culto, foram valorizados, e em outros locais da localidade, mas a promulgação sucessiva de leis tendentes à desamortização da propriedade eclesiástica limitou o valor das rendas da propriedade rústica tendo rendido apenas 14\$400 mil reis de receita anual. Segundo o monarca D. Manuel I este tipo de bens não lhes fazia falta, já «que “a devoção e as esmolas” eram suficientes» (Oliveira 2000:28) para que pudessem cumprir as funções que lhes estavam destinadas. As *Ordenações Filipinas* apenas permitiam às instituições deter a posse de um determinado território através de uma doação ou de uma confirmação régia. A legislação foi novamente «refinada no tempo de Pombal que procurava a fragmentação dos potentados e a subordinação da Igreja ao Estado» (Fonseca 1989: 220), impedindo a retenção de bens imóveis na mão de eclesiásticos e ordens religiosas.

Independentemente do posicionamento político foram os investimentos em torno das almas que mais movimentaram dinheiros, contribuindo com mais de 63% dos réditos da

Instituição. Inclui-se também nesta rubrica o rendimento proveniente da venda dos bens doados que eram recolhidos nos peditórios, tais como: cereais, azeite, vinho, lenha e outros bens de caráter diverso, convertidos em dinheiro; ora, os bens que não eram consumidos eram vendidos em leilão e o produto da sua transação revertia para os cofres da Instituição

Nas tabelas 9, 10 e 11 verifica-se que os valores das esmolas não eram negligenciáveis, contribuindo para os resultados positivos dos orçamentos anuais. Para tal, muito terão contribuído as intervenções, se não concertadas, pelo menos concomitantes, da elite que governava a Instituição e a ação da coroa portuguesa ao atribuir ao santuário competências excepcionais no campo da religiosidade através dos *Breves Apostólicos* e *Alvarás Régios*. Também não eram de menosprezar os rendimentos estatutários, isto é, os que estão regulamentados nos estatutos, em especial as cotizações e as entradas de novos Irmãos que de *per se* eram fontes de rendimento ordinário. As Mesas apelavam para a importância destas cobranças, pois a quantidade era «relativamente elevada, atendendo a que o anual é de vinte reis para cada Irmão» (AINSRL, 1870: fl 68-68vs) e o investimento para a sua angariação reduzido.

Sempre que o orçamento permitia, as Mesas decidiam adquirir objetos da paramentaria religiosa. No ano de 1872 o custo não ultrapassou os 8% do valor total das despesas. Estes gastos eram apresentados num orçamento facultativo, indexado ao principal, por não serem efetuados de modo regular, mas somente quando havia dinheiro disponível. A fatia mais grossa das despesas era imputada às obras de construção e/ou melhoramento do santuário, tendo sido gastos neste ano 500\$000 reis, com a reparação do altar-mor, trabalhos de douramento e pintura da tribuna e de todo o altar, acompanhando as novas tendências estéticas. Estes orçamentos envolviam quantitativos muito elevados consoante a empreitada a concurso.

4.2 As fontes de receita

Tornar a Irmandade uma instituição eficaz exigia uma boa gestão financeira. A angariação de receitas era fundamental para cobrir todas as despesas que a Instituição tinha a seu cargo e, concomitantemente, entesouravam-lhe os cofres. Focou-se a atenção no lado da receita, dividindo-a em:

- i) **Receitas Patrimoniais:** são as receitas obtidas através do património da Instituição. Têm uma importância reduzida no fundo económico da Irmandade,

uma vez que esta não tinha muitas propriedades e os seus proveitos eram diminutos. Perante estes constrangimentos legais, apontados no item anterior, nota-se que os devotos optaram por deixar não os imóveis, mas o rendimento a cobrar sobre eles, por exemplo o rendimento de alguns pés de oliveira/azeite: Jorge Gomes Silveira doou um alqueire de azeite e as Irmãs Dionísia Ribeiro e Paula da Silveira outro «alqueire» (AINSRL- Livro de Inventário, 1740, fl 90);

- ii) **Receitas Creditícias:** são as que resultam do recurso ao crédito e das aplicações de capital. Os empréstimos a juros eram frequentes, oscilando a taxa a cobrar pelos empréstimos, sendo uma faca de dois gumes: se, por um lado, eram lucrativos quando efetivamente pagos, por outro poderiam ser danosos quando esquecidos, mal escriturados ou insuficientemente ressarcidos;
- iii) **Receitas Tributárias:** são as receitas que provêm dos impostos, joias e anuidades. Todo o Irmão, ao entrar, pagaria uma taxa estabelecida nos estatutos e posteriormente uma anuidade que lhe permitiria manter-se como membro da assembleia de fiéis;
- iv) **Outras de natureza diversas:** Foi comum os indivíduos mais endinheirados deixarem em testamento, em vida ou depois da morte, bens de natureza diversa à Instituição. Estes bens podiam ser em género (bens móveis, bens imóveis, rústicos e urbanos) ou em dinheiro (padrões de juros a pagar, dívidas a haver, a cobrar ou a reverter para a Irmandade).

De seguida, expõe-se uma análise mais detalhada às fontes de receita mais importantes do fundo económico - as ofertas dos devotos.

4.2.1 As ofertas dos devotos

Os devotos de Nossa Senhora dos Remédios foram os grandes mecenas da Irmandade. Mas, terão sido as dádivas um fator essencial de diferenciação dentro da organização e uma ferramenta eficaz nos processos de ascensão hierárquica na Instituição? Quem foram os doadores? Terão sido os homens nobres e/ou os mais abastados da localidade? Exerciam funções importantes no trânsito social (da posse da terra e/ou detentores de estudos superiores) ou desempenhavam funções ao serviço do rei ou nas carreiras eclesiásticas? Residiam em Lamego ou noutra localidade? Eram Irmãos?

Efetivamente, estas distinções são difíceis de fazer porque parte dos lançamentos não foram feitos com a necessária minúcia para se avaliar com precisão qual/ais o(s) motivo(s) que estavam na origem das dádivas, até porque muitas são de origem anónima; além disso, até ao século XX, a Instituição apenas registava as doações mais importantes, obstando-se de registo muitas contribuições.

Para responder às questões supracitadas, é preciso enquadrar as doações no seio da sociedade portuguesa de então. Na verdade, existiu uma atitude concertada entre os vários poderes (político/religioso), difundindo a ideia de que a morte podia chegar a todo o instante, sublimando o temor da morte. Os fiéis alertados para a importância do purgatório enquanto local de passagem do inferno para o céu, com penas torturantes e prolongadas tentavam amenizar o sofrimento. Assim, homens e mulheres arrecadavam durante a vida os meios necessários para salvação das suas almas. Segundo Le Goff o purgatório «é um além intermédio onde certos mortos passam por uma provação que pode ser abreviada pelos sufrágios – a ajuda espiritual – dos vivos» (Le Goff 1993: 18); neste seguimento, chegado o momento de redigir o testamento, quando a velhice o aconselhava, ou em resultado de um agravamento de saúde, os devotos, diante do incognoscível e instigados por dois grandes sentimentos - a insegurança e o medo da própria morte -, lembravam-se de que dispunham de um terço de todos os seus bens para distribuir, a chamada *Terça* (Almeida 1985: 911). Os restantes bens eram distribuídos pelos seus herdeiros. No caso de não terem descendentes disporiam livremente de todo o seu legado. A figura da *Terça* fez com que avultadas quantias de dinheiro e muitas propriedades acabassem nas mãos da Irmandade ou em outras instituições congéneres com o objetivo da rentabilidade espiritual. Marcel Mauss (1988) na sua obra *Ensaio sobre a Dádiva*, dedicada às trocas humanas, defende que as trocas fazem parte de um sistema complexo de dom e contra dom, não se limitando às trocas entre si, implicando obrigações organizadas. No caso, são relações simétricas que se estabelecem entre os crentes e a Virgem, assentando numa ligação contratual e direta: uma graça por uma esmola. Geralmente, as doações eram uma espécie de seguro espiritual de vida não gratuito, sem efeito imediato, antes sendo um beatífico estratagema de preparação para o Além com carácter provisório ou *in perpetum*. Podiam revestir duas formas: pós-morte ou reserva de usufruto. No primeiro caso, a propriedade e posse do bem doado mantinha-se na posse do doador até à morte e, só após o seu falecimento, se transferia para a Irmandade; no segundo, a transferência efetuava-se aquando do ato de doação, mas a Irmandade ficava obrigada a conceder ao doador, ou a quem este determinasse, mormente para a esposa, parte desses direitos.

Não se pode, naturalmente, arriscar aqui uma quantificação exata de todas as ofertas dos devotos, pois a base eclética dos doadores refletiu-se na diversidade dos bens e nos montantes doados. No arrolamento de bens recebidos há todo o tipo de ofertas, umas mais modestas e/ou outras mais arrojadas, construídos com materiais caros e de tecidos raros e pouco frequentes em Portugal, denotando quiçá a boa condição económica do devoto, como são exemplos uma casula revestida em tecido de damasco e um manto de cetim, bem como objetos feitos ou trabalhados em ouro, tais como cruzeiros, cálices e libras em ouro e ainda objetos que ladeavam a imagem de Nossa Senhora como crucifixos, coroas, brincos, custódias, etc. Em relação aos objetos de prata, ofertaram-se coroas, cruzeiros, cálices, companhias, castiçais, lâmpadas, custódias, etc. Os devotos doaram outras peças feitas com metais menos valiosos como, por exemplo, os castiçais de latão e de estanho ou objetos feitos em madeira, como os oratórios. Foram, também, ofertados materiais de natureza diversa, tais como os 14 quadros da Paixão de Cristo, plantas para o parque arbóreo do santuário, e ainda uma barca. Era ainda comum a oferta de serviços nas diferentes áreas, entre eles, a oferta dos trabalhos de restauração de retábulos, de impressão das estampas de Nossa Senhora e dos ofícios de tabelião.

A Irmandade recebeu outras doações com caráter mais modesto, como pipos de vinho, cereal, cera, alqueires de azeite e produtos provenientes do quotidiano camponês, quiçá de indivíduos com reduzidas capacidades económicas. Não se pode relacionar diretamente estas dotações com o nível de riqueza dos seus autores, isto é, o facto de homens e mulheres fazerem grandes ou pequenas doações não garante a quantificação do seu património com exatidão, nem assegura que existisse uma correspondência linear entre as doações e as hierarquizações sociais, até porque, durante os séculos XVIII/XIX assiste-se ao aparecimento dos designados novos-ricos e ao fervilhar de novas subdivisões sociais, tentando guindar-se aos estratos sociais mais elevados novas categorias de indivíduos que não estavam fixados na classificação ideal de sociedade de três ordens. É de crer, contudo, que pelo menos alguns dos benfeitores estavam conotados com o exercício e a ostentação do poder, pertencendo à elite local cujas condições de vida deveriam ser superiores às da restante população.

Assim, num primeiro nível, encontram-se os Irmãos com um estatuto social mais elevado, como viscondes ou fidalgos e os detentores dos cargos militares (alferes, capitães de ordenanças - veja-se a título de exemplo a ilustração 4), da Câmara (como juizes ordinários) ou do domínio fiscal que pertenciam ao mesmo estamento social. Embora ligados a Lamego pelos cargos que exerciam, alguns deles não viviam continuamente na localidade, conforme o caso de Afonso de Sousa Araújo, descendente de D. Maria do Pilar Bandeira Monteiro

Osório, conhecida na região como a secular do convento de Barrô; este benfeitor doou várias alfaias religiosas à Instituição, entre elas uma casula, duas estolas bordadas a ouro e dois candelabros, no ano de 1867; além do caso supracitado, também, Francisco Ferreira da Silva Fragateiro, residente em Vila Nova de Gaia, doou dois magníficos espelhos para o templo, no ano de 1871; mais tarde, no ano de 1874, contribuiu para o apetrechamento da igreja com a compra de um camarim de damasco. Para além destes, muitos outros devotos, apesar de ausentes da sua terra natal, mantinham com a Irmandade uma estreita ligação afetiva, canalizando «valiosas ofertas mais, bem merecendo ser considerado como um dos maiores benfeitores d'ella» (AINSRL, 1870: fl 54). Neste grupo, incluem-se também os indivíduos detentores de cargos importantes na hierarquia eclesiástica (cónegos, vigários gerais, bispos).

No segundo nível, encontra-se os grandes proprietários do património fundiário, como «a respeitável Senhora D^a. Antónia Adelaide Ferreira das Nogueiras, de Fogueirós, da comarca da Régua» (AINSRL, 1880-1895, fl 134), conhecida na localidade como a *D^a Antónia, a Ferreirinha*.

Num terceiro nível, consideram-se os lavradores e comerciantes residentes na localidade de Lamego, como os exemplos seguintes: António Pinto Cardoso que, no ano de 1880, ofertou 14\$760 reis à Irmandade para comprar um lustre para a sacristia nova, mandando-o fazer na cidade do Porto, pela quantia de 22\$000 reis(ao custo total do objeto foi-lhe subtraído o valor da oferta, tendo a Irmandade pago somente 7\$240 reis); António Cardoso Salvador ofereceu, no ano de 1946, 7.000\$00 escudos.

Estes benfeitores possuíam terras de média dimensão obtidas por herança, aforamentos ou por compra, que exploravam recorrendo a criados ou a mão-de-obra assalariada. Era este o perfil da maioria dos beneméritos da Instituição.

No quarto nível, estão os pequenos lavradores, artesãos e os trabalhadores assalariados da região, as domésticas, as artesãs e as criadas de servir, formando, com toda a certeza, a maior base social da Irmandade. Estes Irmãos depositavam aqui parte dos seus bens, ficando vinculados a um conjunto de privilégios que se sobrepunham ao lugar ocupado pelo nascimento ou pela função social. A Instituição agradecia-lhes de modo simétrico conforme o montante doado. Assim, quanto maior fosse o volume da oferta maior seria o seu reconhecimento público, daí a exibição na sacristia destes quadros:



Ilustração 3. *Oferta do devoto Domingos, no ano de 1857*

Foto: Aida Carvalho/Nuno Silva, 2012.

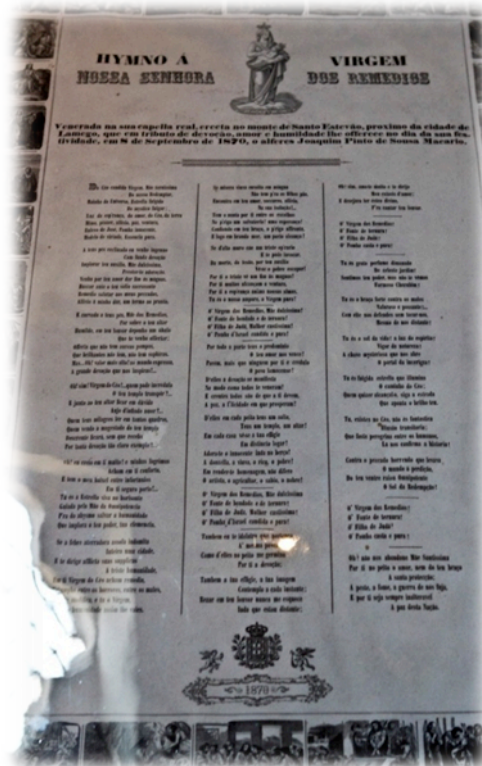


Ilustração 4. *Oferta do devoto alferes Joaquim Pinto de Sousa Macário, no ano de 1870*

Foto: Aida Carvalho/Nuno Silva, 2012.

4.2.1.1 As Esmolas

Como sabeis é a importância das esmolas recebidas o que constitui a quase totalidade da receita da Nossa Confraria²¹ e é por isso que deve sempre merecer a Nossa atenção e a de todas as administrações que nos sucederem e há a conveniente aplicação d'ellas. A boa aplicação nasce no público e na confiança nas mezas administradoras, e a confiança

²¹ Grifo do autor.

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

arraiga o instinto e a doação nas almas religiosas, e garante o único rendimento com que se levanta e prospera o próprio monumento que é a audácia e glória d'esta cidade.

Alegra-me, no entanto dizer-vos que a totalidade das esmolos chamadas dos mezes e de todas as demais realidades na (...) com excepção do dia da romagem, excedeu acima este anno em cerca de 30\$000 o fomento das do anno findo o que no quanto a mim, significa que a devoção para com a Virgem dos Remédios é a confiança na boa applicação dos rendimentos da Confraria não tem diminuído, mas antes parece haver aumentando. Não succedeu o mesmo com as esmolos recebidas por ocasião da romagem, cujo produto foi inferior em mais de duzentos mil reis, ao que se recebeu mo anno de 1871.

Entretanto é certo que n'aquelle anno as esmolos atingiram cifra muito mais elevada que o regular por causas extraordinárias que não ocorreram no anno de 1872; também podeis verificar pello mapa junto (...) dos rendimentos da confraria nos últimos vinte annos que o produto na ultima romagem é igual ao que regularmente costumava ser. Além d'estas esmolos em dinheiro outras mais foram recebidas em cera e diversos outros objectos, as quais podem ser estimadas na quantia de cento e trinta um mil cento e vinte reis, conforme pode verificar-se nos assentos do respectivo Livro.

Como sabeis não são reduzidas a dinheiro estas esmolos, por serem de objectos que servem de adorno ou uso do Templo (AINSRL 1870, fls 68vs-69).

Estas palavras aclamadas pelo vice juiz da Irmandade, José Augusto Guedes Teixeira, no dia seis de janeiro de 1873, revelam a importância que as esmolos tinham para o bom funcionamento da Instituição. Dar esmolos era entendido como sinal de aperfeiçoamento religioso do termo, por isso os devotos ofertavam grandes quantias numerárias. De seguida, o representante da Instituição agradecia, proclamando:

Ainda bem que a devoção dos fiéis nos fornece recursos para tudo: para os adornos do templo; para as obrigações da confraria, e para obras com que acrescentemos anno a anno as grandiosidades do Santuário.²²

Procedeu-se ao concerto do altar-mor e altares laterais; mandou-se escudar toda a pedraria da fonte abobada que está sob as escadas do adro; fez-se o encanamento das águas para a sacristia, inutilizando o que havia por causa do seu mau estado, assim como se concertaram os encanamentos em outros pontos e se fizeram diversos outros concertos miúdos, conforme se conhece dos respectivos lançamentos. Além d'isto foi arrematada, como sabeis, pelo senh. Manoel Domingos da Costa Barreira, a construção do gradeamento de pedra do quinto lanço da escadaria. Obra que deverá ficar concluída no próximo mês d' Agosto custando cerca de setecentos mil reis; para esta despesa está a Mesa habilitada com o saldo que passa para conta do novo anno. Muitas obras nos restam ainda a fazer nos Remédios, porém as Mesas futuras e as futuras esmolos concluirão as que nós não poderemos realizar. Nós mesmos, no anno próximo, alguma coisa mais conseguiremos levar a efeito com a vontade e auxílio de todos. (AINSRL, 1870, fl 70).

O discurso minucioso justifica perante a Mesa o destino dos dinheiros recebidos. Facilmente se depreende que a intenção era aplicar os capitais em prol dos projetos de melhoramento do exterior, abrilhantando-o e conferindo-lhe monumentalidade com a construção do quinto lanço das escadas, entre outras obras, até porque se julgava existir uma relação de causa-efeito entre as esmolos recebidas e as obras no santuário, segundo prova testemunhal: «não [podiam] deixar de atribuir-se a atuação da esmola, nesta romagem, às

²² Grifo do autor.

simpatias que as encetadas torres estão merecendo a todos os devotos» (AINSRL, 1880-1895: fl 1vs-2).

As esmolos eram agrupadas em três categorias: “da romagem”, “dos mezes” e “das eiras”; as duas primeiras podiam ser entregues diretamente na secretaria e/ou deixadas nas caixas do santuário; a esmola das eiras era obtida de porta em porta:

Foram o thesoureiro e o secretário encarregados de rogaram a António Gonçalves e Francisco Duarte (...) que se dignassem continuar o peditório das esmolos chamadas das eiras na freguesia de Penude e limítrofes, devoção que ambos eles tinham tido há mais de dezasseis annos, como se colige da acta de 26 d’Outubro de 1854 (AINSRL, 1870: fl 181 vs).

Os peditórios aconteciam muito próximo da data da festividade litúrgica e nos dias santos de guarda ou de preceito. Para alcançar o êxito a Instituição desdobrava-se em múltiplos esquemas, por isso apostava no pedido direto e na nomeação dos delegados, formando pares; as escolhas recaíam sobre os Irmãos mais conceituados nas localidades. Nos anos de 1861-1862 foram nomeados o padre José Gonçalves Branquinho, o padre José Maria Pinto, José Gonçalves Colónia, de Penude de Baixo, Manuel Pinto Júnior, de Quinta, António Gonçalves Colónia, Francisco Duarte, Manuel Gonçalinho, da Póvoa, para procederem à recolha. Os padres davam notoriedade e credibilidade às comissões, tornando o produto mais rendível. Os mesários sabiam de que as «esmolos ofertadas pelos muitos devotos da Virgem dos Remédios é a única verba avultada da receita d’esta Confraria.» (AINSRL – Livro das Eleições: fl 79), por isso normalizavam os procedimentos, evitando os contratemplos. Ao longo do tempo, os delegados inovaram muito pouco, arriscando somente quando o lance e o cálculo da contribuição andavam a par. O amealhado era colocado numa caixa que se encontrava na igreja do santuário e aberta «no último dia de cada mez pelo juiz ou pelo secretário, pelo teshoureiro e pelo mesário em exercício tendo para isso cada um d’elles uma das três chaves de cada caixa como se determina nos artº. 44, nº. 9, 46, nº6 e 50 nº 2» (AINSRL, 1870, fl 181vs), exceto se fosse necessário fazer algum pagamento de urgência. Depois de aberta a caixa, o tesoureiro dava conta das cifras à Mesa Administrativa e registava a importância nos livros próprios. Os quantitativos obtidos eram significativos, conforme exemplo da tabela 12:

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| ANOS | ESMOLAS DA ROMAGEM | ESMOLAS DOS MEZES | DIVERSOS | TOTAL (reis) |
|------|--------------------|-------------------|----------|--------------|
| 1866 | 882\$895 | 497\$475 | 131\$615 | 1:461\$985 |
| 1867 | 803\$245 | 450\$580 | 65\$210 | 1:319\$035 |
| 1868 | 598\$850 | 664\$575 | 209\$530 | 1:472\$955 |
| 1869 | 866\$625 | 622\$230 | 683\$230 | 2:172\$085 |
| 1870 | 485\$790 | 460\$675 | 12\$030 | 958\$495 |
| 1871 | 942\$100 | 562\$705 | 873\$400 | 2:378\$205 |
| 1872 | 724\$800 | 633\$720 | 96\$325 | 1:454\$845 |
| 1873 | 1:215\$500 | 623\$076 | 161\$225 | 1:999\$801 |
| 1874 | 1:200\$070 | 669\$430 | 354\$902 | 2:224\$402 |
| 1875 | 1:300\$710 | 779\$805 | 186\$120 | 2:265\$635 |

Tabela 12. Produto das esmolas

Fonte: AINSRL 1870: fl 105.

Da análise da tabela pode-se concluir que o aparelho da Instituição funcionava de forma relativamente eficaz, uma vez que o produto das esmolas foi, em geral, aumentando, ao longo dos anos. Para agrado e surpresa da Mesa, na sessão de dezoito de setembro de 1880, o tesoureiro esclareceu que:

Apesar desta prejudicadíssima falta de esmola da romagem, em época de crise pecuniária, e bem recentemente manifestada nas romarias do Senhor da Aflição e do Senhor do Calvário chegara a inesperada e jamais equiparada quantia de um conto quatrocentos e quatro mil quinhentos e quarenta cinco reis; quantia muito superior aos anos anteriores²³(AINSRL, 1880-1895: fl 1vs-2).

Mesmo em períodos de alguma carência financeira os devotos contribuíram com montantes significativos, o que denota a importância da devoção. Na análise das tabelas verifica-se que, no ano de 1870, houve uma diminuição muito significativa, quase 50%, das cifras recebidas em relação aos anos anteriores o que se crê ser um lapso no registo, pois, caso contrário, o tesoureiro alertava a Mesa para o sucedido e tal não veio a acontecer, ou pelo menos não se encontra referências nos manuscritos. Embora avultadas, as receitas não eram demasiadas para fazer face aos gastos e às despesas ordinárias, bem como às despesas extraordinárias que aumentavam sempre que decorria um cataclismo natural, como o exemplo que se segue:

Às três horas da manhã do dia dezassete de Dezembro de mil oitocentos e sessenta e oito, foram os habitantes desta cidade de Lamego, despertados pelos repetidos toques de sinos que anunciarão incêndio. É esta sempre uma notícia que reduz os espíritos mais fortes do desalento e de mágoas. Neste momento porem a notícia muito mais aterradora se tornou

²³ Grifo do autor.

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

quando algumas vozes no silencio da noute bradavam – fogo na Capella da Senhora dos remédio = Pobre e rico, fraco e forte com as lágrimas nos olhos a fortaleza porem no espírito voavam para o sitio onde o incêndio dava a destruição ao sanctuario de Nossa Mai Protectora. As chamas consumiam palmo a palmo as obras da arte e as alfaias começando com ... sinistro e medonho a apropriã vida dos que se aventuravam a disputar-lhe a presa. Rasgos de valor e heroísmo foram ali praticados porem só com muito trabalho poderam evitar que o incêndio se comunicasse ao Templo, e ainda assim os estragos foram muitos pelo calor a sacristia e caza de arrecadação aonde se acharam as alfaias desapareceram como por encanto ficando tudo rezuzido a cinza. O capellão ao abrir a porta do Templo quazi perdeu a coragem para conseguir o fim a que se propunha, tal era o espectáculo penoso que via diante de si, porém pôde mais a ideia de salvar do incêndio a Virgem Nossa Senhora do que a sua própria vida, e no meio do imenso turbilhão de fumo e de dois fogueirões ao lado do altar-mor evitando fogo para o interior do Templo sobe à Tribuna e tira para fora as imagens da Virgem e de Santo Estêvão. Em seguida a esses sorvedouros medonhos foram combatidas por gente corajosa e assim evitaram que o fogo se comunicasse ao Templo. Foram baldados todos esses esforços para salvar as ricas alfaias que se achavam na arrecadação porque o incêndio com seus traços de glória não só afastavam para longe o povo, mas também comunicando-se ao tecto o fez abater ficando entre aquellas quatro paredes aterradas numa immensa e medonha fornalha. E a que attribuir a causa a um tão pavoroso incêndio? Não se pode saber. Os seus estragos é que se apresentam ali medonhos a tristes para quem os contempla. Tabela lamentável! Hontem tudo respirava alegria e contentamento naquelle sanctuário onde os infelizes vão achar conforto às suas mágoas, e os favorecidos da fortuna vem dar graças à Virgem; hoje o grito de lucto envolve aquellas paredes, parecendo tratar, está-se pobres! Hontem a riqueza com duas galas, hoje a pobreza com a sua miséria! Compaixão e caridade clamão aquellas ruínas, e de certo não são vozes lançadas ao acazo, porque ellas já fizeram écho no coração de muitos benfeitores que já teem concorrido para a desaparição. O incêndio finalizou às sete horas do dia.

E não havendo mais que tractar de o Reverendíssimo Vice Juiz por finda a acabada a presente sessão.

E eu secretário Padre João José Teixeira a escrevi – Manoel José Rodrigues da Costa (AINSRL, 1870: fl 22).

A descrição do juiz é longa, mas pertinente, explorando a expressão material e imaterial da calamidade, recorrendo a metáforas, para melhor exemplificar a verdadeira dimensão da catástrofe. Na verdade, esta sanha fez desaparecer parte da capela e, com ela, um fragmento da memória foi apagado. Após o incêndio, as Mesas reuniram de imediato e, no dia dezanove de dezembro, deliberaram iniciar um peditório para angariarem esmolos, conforme ata:

Na duodécima sexta acta, de dezanove de Dezembro de mil oitocentos e sessenta e oito, reunida a meza da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios em caza do Reverendíssimo Juiz Manoel Rodrigues da Costa, e achando-se ali presentes todos os ilustrísimos senhores mezaríios, bem como os senhores ilustrísimos definidores, excepto alguns por falta de saúde não poderam assistir (...). foi presente um cartão do Excelentíssimo Juiz desta Irmandade Visconde de Valmor em resposta a um telegrama que o thesoureiro lhe tinha enviado, comunicando-lhe o incêndio e seus estragos, na qual o Excelentíssimo Juiz manifestava o seu pezar e lembrava que irremediavelmente se promovesse uma subscrição que elle estava também a concorrer com algum donativo . Em vista desta opinião abraçada por todos os presentes deliberou-se que a meza saísse incorporada pedindo esmola pela cidade e que se officiasse ao Excelentíssimo Senhor Visconde de Valmor para que este em Lisboa promovesse uma subscrição. E todos manifestaram os bons desejos de que estavam possuídos para reparar tão grandes males (...) deliberou-se que a Meza averiguasse junto de Sua Excelência o senhor Bispo, para que este se designasse officiar aos párocos das

freguesias deste Bispado pedindo-lhes que abram uma subscrição pelos seus parochianos para a coadjuvação das obras (*Idem*).

Os peditórios foram, porventura, a forma mais eficaz de fazer injeções de capital. Efetivamente, esta foi uma tendência generalizada e mesmo institucionalizada pelo poder eclesiástico que a eles recorria sempre que precisava. Nesse caso específico, o incêndio teve eco internacional e nos dias seguintes foi notícia de primeira página no reino do Brasil, conforme ofício a), revelando a sagacidade e capacidade de mobilização das várias edilidades dentro e fora do reino. A Irmandade cuidava com esmero da sua intervenção pública, não diligenciando os mecanismos de propaganda nem a criação de estratégias para se fazer reconhecer, pois sabia que era na rua que se reforçavam os laços com o povo, quer em termos de capitalização de poder, quer em termos de captação de receitas, a curto prazo. Por isso, investiu numa campanha promocional, escolhendo cautelosamente quem tinha eventual disponibilidade para a assistir financeiramente. Consciente que os devotos residentes no Brasil teriam boas condições financeiras enviou-lhes um ofício (abaixo descrito), solicitando anuência para o peditório. O juiz recorreu a vários artifícios, mediatizando uma encenação como forma de obter, quiçá, maiores quantidades de dinheiro dos cooperantes. A exortação visava o sucesso.

Lamentavelmente não há registos testemunhais que permitam extrair quaisquer conclusões sobre o efetivo impacto destes peditórios nas populações e a forma como as mensagens/pedidos eram apreendidas pelos vários atores sociais; contudo é de crer que a circulação de textos estava naturalmente dependente de quem sabia lê-los, encontrando nos clérigos um apoio fundamental e decisivo, podendo indiretamente chegar aos que não sabiam ler, mas que podiam fazer - ou, pelo menos, ser incentivados a fazer - um esforço de aperfeiçoamento interior e de correlativo aperfeiçoamento moral, doando esmolas.

Ofício a)

Exmos Senhs,

Em tempo competente recebi do Rio de Janeiro o officio fr 17 de Agosto de 1869 pelo qual o Ex.mo Senhs. me encarregaram de appellar em seu nome para os generosos sentimentos dos nossos compatriotas residentes no império do Brazil e, promover entre elles uma subscrição para attenuar os tristes efeitos do incêndio que na no dia 17 de Dezembro de 1868 tinha devorado todas as preciosidades pertencentes ao Sanctuario dos Remédios dessa cidade.²⁴

Muito grata me foi esta incumbência, não só por me proporcionar desejo de ser útil à terra que foi o berço de minha família, e onde me louvo de contar tantos e tão valiosos amigos, senão também por ter de me dirigir a patricios muitos e generosos e ser mais uma vez testemunha ocular de celeridade com que elles acudiram aos seus Irmãos da mãe pátria, e dão provas d'aquelle patriótico amor que a distância e outros trabalhos fortificam. Na lista de subscritores verão PSAS, como foi correspondido o nosso empenho, no qual muito me

²⁴ Grifo do autor.

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

coadjuvaram dois beneméritos com terrenos no concelho de Lamego com os quais eu constituí em comissão para aquelle fim. Refiro-me aos Senhores José Duarte da Fonseca e Silva e Caetano Pinheiro da Fonseca, ambos bem conhecidos no Rio de Janeiro por suas virtudes cívicas e sentimentos humanitários e patrióticos. Produziu a subscrição a quantia de 6:600:000 reis, moeda fraca, pelo qual me foi entregue uma lettra sobre Londres de 543,26 que negociada ao câmbio de 53 3/8 dá em moeda forte a importância de 2;442\$150 reis. Fica pois esta importância a disposição dessa respeitável Irmandade; e V.Ex^a saberão indicar-me o modo que julgarem mais convenientes guarde a V.Ex^a Lazareto de Lisboa, 19 de Março de 1870- Ex.mo Senh. Juiz e mezaros da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, de Lamego. (Assinado) Visconde de Valmor (AINSRL,1870: fl 31-33).

Efetivamente, nestes momentos a Instituição usufruía do poder que os juizes lhe conferiam, tecendo-se uma rede clientelar que se exhibia nos peditórios ao envolverem os indivíduos com mais visibilidade e repercussão pública, pertencentes aos setores representativos das elites culturais e do poder. Estes respondiam ao pedido «por respeito e junta gratidão para com a sua boa vontade» (AINSRL, 1870: fl 32). A urgência de angariar fundos económicos acabava por valorizar a figura do juiz enquanto indivíduo de governo, de consenso político, influente e influenciador com assinalável êxito.

O juiz agradecia publicamente e divulgava os dados dos subscritores no jornal mais lido no império do Brasil, *Correspondência de Portugal*, conforme officio b):

Officio b)

Officio do Ex.mo Senhor Visconde de Valmor, em que remetia as relação dos subscritores que haviam concorrido para a reedificação da parte do sanctuario que fôra ... das chamadas na noite de 17 de Dezzembro de 1868, subscrição esta que sua Exc^a. arranjava no Rio de Janeiro dos nossos compatriotas residentes no império do Brasil e que montava a seis contos e seiscentos mil reis, moeda fraca, que no câmbio de 53 3/8, produziu em moeda forte de dois contos, quatrocentos e quarenta e dois mil cento e cinquenta reis. A meza recebeu com jubiloso reconhecimento serviços tão relevantes prestados pelo Ex.mo Visconde de Valmor à Irmandade de que é meritíssimo Juiz e resolveu lavrar nesta acta um voto de louvor a sua Exc^a. Que em paragens tão longínquas, e acercado de negócios tantos, soube mostrar quanto pode em feito português o sentimento religioso e o amor pátrio. Movidos ainda os mezaros de N. Senhora d'um profundo respeito e junta gratidão para com a boa vontade, com que os nossos compatriotas accudiram do appelo do Visconde, que com uma avultada esmola dera o primeiro exemplo, resolveram agradecer-lhe, e pedir a Sua Exc^a que em nome d'elles se dignasse agradecer àquelles novos Irmãos d'alem mar. É para que actos tão dignos de louvor fossem de todos sabidos, mercedores coimo eram de veneração publica, resolveu-se ainda que o officio de Ex.mo Visconde, a lista da subscrição, e o officio do agradecimento fossem publicados em vários jornaes do país, e principalmente na Correspondência de Portugal, como o que é mais lido no Império do Brazil. E os ditos documentos vão abaixo transcriptos n na acta, por deliberação da meza. Transcrição dos documentos publicados na Correspondência de Portugal e noutros jornaes (AINSRL, 1870, fl 31-32).²⁵

²⁵ Grifo do autor.

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| Benfeitores | Valor Donativo (reis) |
|---|-----------------------|
| Conde da Estrela | 500\$000 |
| Conde de São Mamede | 500\$000 |
| Roberto Gray | 265\$000 |
| Visconde de S. Cristovão | 200\$000 |
| Conselheiro João José dos Reis | 200\$000 |
| Comendador José Avelino da S. Braga | 200\$000 |
| Comendador Boaventura Gouç. Roque | 200\$000 |
| Comendador Jerónimo José de M.. | 200\$000 |
| Comendador Leonardo Caetano D'Araujo | 200\$000 |
| Comendador Joaquim José Rodrigues Guimarães | 200\$000 |
| Comendador António José dos Santos | 200\$000 |
| Comendador Abrantes e Filho | 200\$000 |
| Comendador Domingos Pereira do Santo Porto | 200\$000 |
| Comendador Francisco Gonçalves Agra | 200\$000 |
| Barão de S. António, Filho | 200\$000 |
| Domingos Moutinho | 200\$000 |
| Francisco José da S. Machado | 200\$000 |
| Comendador Jerónimo J. de Freitas Guimarães | 150\$000 |
| Conselheiro Joaquim José de Faria | 100\$000 |
| Comendador José Pereira Soares | 100\$000 |
| Comendador Manoel Salgado Zenha | 100\$000 |
| Comendador Joaquim Bernardo Machado | 100\$000 |
| Comendador António Dias Guimarães | 100\$000 |
| Comendador José Joaquim Ferreira da Costa Braga | 100\$000 |
| Cláudio José da Silva | 100\$000 |
| José Nunes Teixeira | 100\$000 |
| Francisco José Machado e Silva | 100\$000 |
| Caetano Pinheiro da Fonseca | 100\$000 |
| José Duarte da Fonseca e Silva | 100\$000 |
| Comendador João Manoel Fernandes Feitosa | 50\$000 |
| Comendador Bento Serredello | 50\$000 |
| Comendador António de Calareusn Baitta | 50\$000 |
| Comendador Agostinho Maria Correia de Sá | 50\$000 |
| Comendador João António Gonçalves Liberal | 50\$000 |
| Comendador Manoel Joaquim Alves Machado | 50\$000 |
| Comendador Miguel Couto dos Santos | 50\$000 |
| Comendador Domingos Francisco de Coimbra | 50\$000 |
| Comendador José Manoel de Carvalho Júnior | 50\$000 |
| Conselheiro Adolfo Manoel Vitória da Costa | 50\$000 |
| Emygaria Adolfinho Victorio da Costa | 50\$000 |
| José Peixoto Braga | 50\$000 |
| António Maria de Paula Barros | 50\$000 |
| Júlio Pasno | 50\$000 |
| Manoel António Gonçalves Roque | 50\$000 |
| Manoel Leite Bastos | 50\$000 |
| Comendador Victorino de Sá Passos | 50\$000 |
| Fausto Queirós Guedes | 235\$000 |
| Soma Total 6.600\$000 | |

Tabela 13. Resultado do peditório realizado no reino do Brasil

Fonte: AINSRL, 1870: fl 31-32.

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

A campanha surtiu o efeito desejado e o produto desta subscrição rendeu 6.600\$000 reis, o equivalente ao triplo da recolha anual das esmolas, indicando, por um lado, a boa capacidade financeira dos subscritores residentes no Brasil e, por outro, que a afeição com a Virgem e/ou a estima pelo juiz ultrapassava as coordenadas geográficas de Lamego. Os donativos eram reconvertidos primeiro à taxa de câmbio em vigor e, de seguida, entregues à Irmandade para efetuação do registo no livro próprio:

Visconde de Valmor,

Rio de Janeiro, 07 de Março de 1871

Tenho a honra de enviar a V^a Exc^a umma letra de 157\$210 fortes sacada a fim de V^a Exc^a pelo Banco Commercial do Rio de Janeiro contra o Banco de Portugal conforme o cambio da actualidade (229%) é em quanto ficou reduzida a importância de 360\$000, moeda brasileira, que agenciei para a Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios com a cidade de Lamego para as obras de reconstrução do respectivo Templo - Os donativos constam na lista que também envio a V^a Exc^a - O senhor Comendador José Duarte da Fonseca e Silva, furtador desta, é o causador de dirigir-me a V^a Exc^a e não a outrem; se há audácia neste delicto V^a exc^a esta parcella na conta de muita afeição que elle lhe carrega. Eu só reconheço, senão o direito pelo menos a faculdade de subscrever-me.

De V^a exc^a muito humilde curvado (assinado) Lourenço Teixeira Borges

Donativos para a reconstrução do Templo de Nossa Senhora dos Remédios em a cidade de Lamego

| Benfeitores | Valor donativos (reis) |
|---------------------------------|------------------------|
| Francisco Rodrigues Loureiro | 100\$000 |
| Francisco Gabriel Silva | 50\$000 |
| António Maria Pereira | 20\$000 |
| José Francisco Cardoso de Sousa | 20\$000 |
| José Joaquim do Vale | 20\$000 |
| Bernardino Dias Alves Polbery | 20\$000 |
| César de Mascarenhas | 10\$000 |
| Miguel Augusto Alves | 10\$000 |
| Joaquim Pereira de Magalhães | 10\$000 |
| Lourenço Teixeira Borges | 100\$000 |
| Soma Total 360\$000 | |

Tabela 14. Valor da letra, ano de 1871

Fonte: AINSRL, 1870: fl 45.

O juiz usou de vários expedientes, comissionando quem tinha poder e dominava a elite, prolongando o mais longe possível a sua esfera de ação. Naturalmente está-se perante um acontecimento político portador de uma lógica intrínseca, onde é impossível ocultar a rede de influências, para que nada faltasse aquém ou além da justa medida. Esta forma de colaboração é particularmente significativa, pois poderá indicar que estes indivíduos, apesar de não residirem no reino e certamente se terem adaptado às condições socioculturais que vigoravam no país de acolhimento, mantinham com a Virgem dos Remédios uma afinidade e/ou ligação, pelo menos aparente.

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

No reino, a população doou esmolas a título individual ou através de «ditos» conforme exemplos a seguir:

| Benfeitores | Valor Donativos U.M. (reis) |
|---|-----------------------------|
| Visconde de Valmor, Juiz da Irmandade | 400\$000 |
| Jerónimo de Oliveira e Sousa, idem | 9\$000 |
| Domingos José Pinto de Mesquita, idem | 4\$500 |
| Dr. Alexandre da Costa Pinto, idem | 15\$000 |
| José Maria Alves Pimenta, devoto de Lamego | 13\$500 |
| João José de Matos, Devoto do Porto | 10\$000 |
| Francisco José de Matos, idem | 9\$000 |
| José Luis Monteiro, devoto de Lamego | 9\$000 |
| D.Deão de Sé, idem | 9\$000 |
| Abade, José Alves da Fonseca, idem | 9\$000 |
| António Braz da Fonseca, idem | 8\$000 |
| Rev.º João da Piedade Ferreira, idem | 8\$000 |
| Francisco Ribeiro de Magalhães, idem | 5\$000 |
| Bernardo Mansilhas, devoto da Régua | 5\$000 |
| Fonseca e Filho, devotos de Lamego | 4\$500 |
| Rev.º Miguel Luis da Rocha, idem | 4\$500 |
| José Maria de Lima, idem | 4\$500 |
| Rev.º António Dias de Sousa, Reitor de Almacave, idem | 4\$500 |
| António Correia da Silva Meneses Júnior, Idem | 4\$500 |
| José Pinto de Macedo, idem | 4\$500 |
| D.ª Maria Duarte Perry, idem | 4\$500 |
| D.ª Maria Júlia de Carvalho, idem | 4\$500 |
| Da Luísa de Almeida, idem | 4\$500 |
| José da Cruz Pais de Figueiredo, idem | 4\$500 |
| Matias da Silva Presente | 4\$500 |
| João de Santa Ana da Silva Melo, idem | 4\$500 |
| Quintino Cardoso, idem | 4\$500 |
| D.ª Vitória do Carmo, idem | 4\$500 |
| Capitão, João António Ferreira dos Santos, idem | 4\$500 |
| José do Carmo Vieira Dinis, idem | 4\$500 |
| António Rebelo, devoto do lugar das Oliveiras | 4\$500 |
| Francisco José Soares Braga, devoto de Lamego | 4\$500 |
| D.ª Teresa da Cunha, idem | 3\$600 |
| Francisco José de Abreu, devoto de Lamego | 3\$600 |
| Francisco de Sampaio Varejão e colegas de aula, de | 3\$000 |
| Manuel de Oliveira Barros Cardoso, de Lamego | 3\$000 |
| Joaquim de Sousa Loureiro, do Porto | 2\$750 |
| Francisco José Teixeira de Carvalho, de Lamego | 2\$250 |
| Rev.º António Dinis, de Lamego | 2\$250 |
| Manuel Pereira de Vasconcelos, de Lamego | 2\$250 |
| Francisco Stanislau Pinto de Carvalho Júnior, de | 2\$250 |
| Da Joaquina Saraiva, idem | 2\$250 |
| José da Fonseca Mitra, idem | 2\$250 |
| Rev. António e Moura Almeida | 2\$250 |
| José Bento | 2\$000 |
| Da Maria Guilhermina Duarte | 2\$000 |
| Da Isabel Maria Duarte Perry da Fonseca Lobo | 30\$000 |
| Dr. Jacinto Feliciano da Silva e Castro | 30\$000 |

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| | |
|--|---------|
| Joaquim Martins Teixeira de Carvalho | 22\$500 |
| Dr. Frederico de Abreu Gouveia | 13\$500 |
| Joaquim Soares de Almeida | 10\$000 |
| Manuel Correia Cardoso de Meneses | 9\$000 |
| Da Maria Cândida Mitra | 5\$900 |
| Pedro Soares e António da Fonseca Pinto | 4\$900 |
| Da Delfina Duarte da Fonseca Lobo | 4\$500 |
| Severino Coelho de Meireles Quintela | 4\$500 |
| José Cardoso Pinto Queimada | 4\$500 |
| D ^a Joana Carneiro Vieira, viúva | 4\$500 |
| Alexandre Maria de Lemos | 4\$500 |
| Da Maria Rita de Sousa Ranhados | 4\$500 |
| Joaquim Lopes de Almeida, de Lisboa | 4\$500 |
| António Almeida de Carvalho, do Porto | 3\$000 |
| Da Maria dos Remédios | 2\$300 |
| Joaquim dos Santos Preguiça | 2\$250 |
| D ^a Maria da Cunha Reis | 2\$250 |
| José António da Silva e Oliveira | 2\$250 |
| D ^a Maria Leopoldina Guimarães | 2\$000 |
| Francisco Hespanhol | 2\$000 |
| João António de Abreu | 2\$000 |
| José Osório | 2\$000 |
| Da Maria da Silva | 1\$950 |
| António Guedes Monteiro | 1\$660 |
| Rev ^o Jacinto Feliz Moreira | 1\$500 |
| Da Luísa Saraiva | 1\$500 |
| António Bernardo da Silva Veiga | 1\$500 |
| Da Maria José Avelina e Irmãos | 1\$500 |
| Da Corina Augusta Guimarães | 1\$500 |
| Da Clementina Rosa do Carmo | 1\$400 |
| Da Constança Campos | 1\$275 |
| D ^a Matilde Augusta de Campos | 1\$250 |
| D ^a Antónia Alves de Almeida | 1\$150 |
| D ^a Adelaide do Sacramento | 1\$125 |
| D. Martinho de França, de Lisboa | 1\$200 |
| António da Silva | 1\$000 |
| Francisco Soares Varela | 1\$000 |
| António de Oliveira e Castro | 1\$000 |
| José Luís Centieiro | 1\$000 |
| D ^a Joaquina Maria Pereira Vaz, viúva | 1\$000 |
| D ^a Maria Ferreira Cardoso | 1\$000 |
| Joana da Soledade Ferreira | 1\$000 |
| António de Carvalho Salpicão | 1\$000 |
| Francisco José Cerdeira | 1\$000 |
| António de Carvalho Saraiva | 1\$000 |
| Maria da Conceição da Costa, | 1\$000 |
| Viúvo Manuel de Carvalho | 1\$000 |
| Ildefonso José da Costa Flórido | 1\$000 |
| José António Ferrageiro | 1\$000 |
| Manuel Gomes | 1\$000 |
| José Pinto Lobão | 1\$000 |
| Gualter Gonçalves | 1\$000 |
| Alfredo Augusto da Fonseca Aragão | 1\$000 |
| D ^a Maria José Zagalo | 1\$000 |

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| | |
|--|---------|
| D ^a Prudenciana Peregrina | \$980 |
| José Augusto Crespo | \$960 |
| D ^a Ludovina Henriqueta de Jesus | \$900 |
| A Viúva Cardoso | \$800 |
| Bento de Melo Coutinho de Dalvaes | \$805 |
| Uma devota (anónima) | \$800 |
| Mariana Rita de Jesus | \$700 |
| Maria Antónia Bandeira | \$680 |
| D ^a Jerónima Tavares e Irmãos | \$600 |
| D ^a Maria Emília | \$500 |
| Angélica do Carmo | \$500 |
| Joana Maria | \$500 |
| Joana Vasques | \$500 |
| Francisco Dias da Silva Chanesco | \$500 |
| A Viúva de Manuel Joaquim Gonçalves | \$500 |
| José Maria dos Santos | \$500 |
| Manuel Correia de Araújo | \$500 |
| Rosa Margarida, criada | \$500 |
| Rita do Carmo Bicoca | \$500 |
| Bernardo Marques | \$500 |
| José Pereira Sapateiro | \$500 |
| Maria Rosa | \$500 |
| Vitória do Carmo, da Seara | \$500 |
| Ana Preguiça | \$500 |
| João Gabriel | \$500 |
| José Ferreira das Neves | \$500 |
| Ana Leopoldina | \$500 |
| Visconde de Alpendurada | 27\$000 |
| Francisco Caetano Calder | 18\$000 |
| Dr. António Duarte Perry da Fonseca Lobo | 18\$000 |
| Melchior Pereira Coutinho de Vilhena e Meneses | 13\$500 |
| Um devoto do Porto | 10\$000 |
| António Duarte da Fonseca Lobo | 9\$000 |
| Dr. Francisco Duarte Perry da Fonseca Lobo | 9\$000 |
| Francisco José da Costa, recebedor | 9\$000 |
| Dr. António Alves Pereira da Fonseca | 9\$000 |
| Custódio José Pereira, residente em Pernambuco | 9\$000 |
| José Ribeiro de Carvalho | 4\$500 |
| Francisco José Rodrigues | 4\$500 |
| Rev ^o António de Magalhães | 4\$500 |
| Rev ^o Eduardo Rebelo de Carvalho | 2\$250 |
| Maria dos Remédios Rocha | 2\$250 |
| Luís Teixeira Pinto | 2\$250 |
| Maria de S. José | 1\$900 |
| António da Silva Alves | 1\$100 |
| Da Rita do Carmo Lobo | \$500 |
| José Tavares Vendeiro | \$500 |
| José Pereira de Macedo | \$500 |
| António de Carvalho Seleiro | \$500 |
| Manuel António da Rocha | \$500 |
| José António Sanhudo | \$500 |
| Teresa Joaquina Ramalho | \$500 |
| Rev ^o Custódio Gomes | \$500 |
| Manuel Joaquim do Carmo | \$500 |

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| | |
|--|---------|
| Francisco de Lacerda | \$500 |
| Teresa de Jesus Cabecinha | \$500 |
| José Osório Funileiro | \$500 |
| Emílio de Bastos | \$500 |
| António Gonçalves | \$500 |
| D ^a Joana Modens Sales | \$500 |
| Dr. Pedro do Couto Zagalo | \$500 |
| Gaspar José Ribeiro | \$500 |
| João Guedes do Amaral | \$500 |
| António Correia de Figueiredo | \$500 |
| Maria Luísa | \$500 |
| Manuel de Almeida Sapateiro | \$500 |
| Maria Benedita | \$500 |
| Cândida de Jesus | \$500 |
| Vicente Alves | \$500 |
| Dr. Belchior Albuquerque Barata | \$500 |
| Maria José, criada | \$500 |
| Rosa Margarida | \$500 |
| Joaquim de Freitas | \$500 |
| Maximino da Silva Monteiro | \$500 |
| António dos Santos, alfaiate | \$500 |
| Dr. Miguel Moreira da Fonseca | \$500 |
| Rita do Carmo | \$500 |
| Agostinho Teixeira | \$500 |
| João Teixeira de Mesquita | \$500 |
| António Moreira do Carmo | \$500 |
| D ^a Antónia Pinto Cardoso | \$500 |
| Manuel António Ramalho, alfaiate | \$500 |
| Manuel Luís Caldeira | \$500 |
| Custódio de Almeida, soldado | \$500 |
| Rosalina da Conceição Ferreira | \$500 |
| Dr. Joaquim José dos Santos Leitão, res, na Vila de | 20\$000 |
| Manuel dos Santos Preguiça, do Porto | 9\$000 |
| Rev. Dr. Francisco Duarte da Fonseca Lobo, de Lisboa | 10\$000 |
| Joaquim de Oliveira Chaves | 4\$500 |
| Augusto Maria de Lemos | 4\$500 |
| Domingos da Silva Guimarães | 4\$500 |
| Dr. José Correia da Silva Meneses | 4\$500 |
| Dr. Luís José da Cunha | 4\$500 |
| Bento José da Silva Lima | 4\$500 |
| Bernardo Joaquim Moreira | 4\$500 |
| Meneses & Fonseca | 4\$500 |
| António dos Remédios | 4\$500 |
| Alferes, António Felicíssimo Veloso | 2\$250 |
| Caetano Rebelo de Carvalho | 3\$000 |
| Narciso António de Lemos | 2\$250 |
| Rev ^o António Luís da Fonseca | 2\$250 |
| Joaquim dos Santos Gaspar | 1\$000 |
| Dr. José António da Veiga | \$500 |
| Joaquim de Moura | \$500 |
| Rita da Silva | \$500 |
| José Faustino Loureiro | \$500 |
| João António Gomes | \$500 |
| António de Sá Teixeira | \$500 |

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| | |
|--|-------------------|
| D ^a Tomásia Henriqueta do Carmo | \$500 |
| Francisco Correia Marchante | \$500 |
| Rosa Casimira | \$500 |
| Uma devota (anónima) | \$500 |
| Exmo Comendador, José Duarte da Fonseca, residente | 50\$000 |
| Rev ^o Joaquim Rebelo de Carvalho, res, no Porto | 10\$000 |
| Rev ^o Manuel Gonçalves da Costa, capelão de N.S. dos | 10\$000 |
| José Pinheiro da Silva, de Portelo | 9\$000 |
| Rev ^o José Cardoso dos Santos | 4\$500 |
| Rev ^o Luís Dias Teixeira, residente na Vila de Arruda | 2\$250 |
| António Augusto Pinto de Almeida | 2\$250 |
| António Pinto, Serralheiro | 9\$000 |
| Miguel Pedro, Servente de Nossa Senhora, Aposentado | 4\$800 |
| Rev ^o João Maria Pinto da Gama | 4\$500 |
| Luís da Trindade, de Medeiro | 4\$500 |
| Donativo do Povo de Medeie promovido por Luís da | 22\$960 |
| Dito da Associação do Monte Pio Artista | 50\$980 |
| Dito do Brasil que promoveu D. Luís Chaves | 23\$450 |
| Donativo dos Oficiais de Pedreiro do Mestre | 19\$000 |
| Dito do Mestre Carpinteiro Inácio Duarte Peixoto | 24\$995 |
| Dito do Caiador José Cardoso | 9\$590 |
| Dito do Rev ^o Francisco de Assis Araújo | 4\$800 |
| 131 gramas de ouro ofertado, a 400 reis | 52\$400 |
| Esmolas recolhidas pela Mesa, pedidas na cidade | 16\$420 |
| Soma a receita extraordinária da Senhora | 1:580\$230 |
| Saldo a favor de Nossa Senhora | 855\$444 |
| Soma Total 2:435\$674 (reis) | |

Tabela 15. Subscrição do peditério feito no Reino (ano de 1868)

Fonte: AINSRL *Receita e Despesa da Confraria de Nossa Senhora dos Remédios*, 1870.

Ao cotejar-se as tabelas 13,14 e 15, verifica-se que a regra era a de anotar o nome dos benfeitores e o respetivo donativo, escusando-se, quase sempre, de registar outros dados como a residência e/ou profissão.

Assim, os dados sintetizados permitem concluir que:

- i. As contribuições oriundas do Brasil tiveram proveniência do escol do reino, quase todos agraciados com o título de comendador e/ou de conde. Estes notáveis endinheirados necessitavam de mostrar o bem-estar económico adquirido;
- ii. Os montantes das contribuições do reino Brasil (tabelas 13 e 14), foram muito superiores às contribuições oriundas do reino (tabela 15) oscilando as primeiras entre 500\$000 e 50\$000 reis, e as segundas entre os \$500 reis e 400\$000 reis, tendo sido, neste caso, o juiz a doar o maior montante; além dele participaram todos os grupos sociais, com destaque para os religiosos e os artífices.

As Mesas tiveram uma capacidade excepcional de mobilização das massas que, em momentos de aflitiva sobrevivência, se disponibilizaram para socorrer a Irmandade e um mês após a catástrofe já referida, no dia doze de janeiro de 1869, o tesoureiro informou os restantes mesários que «os donativos para a reedificação para a parte incendiada já eram suficientes» (AINSRL, 1870: fl 23) tal fora a celeridade e eficácia dos peditórios.

O dinheiro das esmolas foi aplicado nas obras de remodelação da sacristia, na casa da arrecadação, no estuque da capela e, ainda, noutras obras de melhoramentos do edifício.

De notar que a Instituição cuidava dos seus beneméritos, mandado fazer, na sessão de vinte de junho de 1869 «um livro para se lançarem as actas mais notáveis que houvessem lugar com referência a esta confraria, (...) a fim de que os nossos vindouros tenham preciso conhecimento d'este acto tão (...) de tão saudosas recordações para os lamnecenses que n'esse dia que abandonaram o lucto» (AINSRL, 1870: fl 25), registando-se e afixando-se na sacristia um quadro com a seguinte sentença:



Ilustração 5. Agradecimento

Foto: Aida Carvalho/Nuno Silva, 2012.

4.3 O Comércio da Fé - venda de bens e serviços religiosos

A religião responde a áreas acrescidas de inquietação humana, dando esperança aos homens e em consequência entra «no cálculo da boa fortuna do aquém e do além» (Fernandes 1995: 201). Por isso, a ideia da morte, ou o mistério insondável que a envolve, constitui para o homem, desde sempre, o seu maior medo por se tratar de um momento em que todos os anseios e ilusões terminam. No prólogo: *a morte bate à porta quando quiser* que o povo usa numa mescla de fatalismo e de submissão perante as forças que reconhece como insuportáveis, parece, desde logo, conferir-lhe uma representação simbólica personificada e deificada. O homem tinha um estatuto genial que lhe permitia «salvar-se ou ser condenado»

(Gonçalves 1959: 2) de acordo com as suas vivências terrenas. A salvação alvitrava investimentos na alma adquiridos nas instituições religiosas e/ou congêneres. A Irmandade atenta a este fenómeno e suas consequências assumiu, como uma das suas grandes prioridades, a mercantilização de um conjunto de serviços de assistência espiritual com vista à remissão dos pecados, estabelecendo um tarifário. Este fenómeno configura a preocupação da Irmandade se reafirmar no seio da comunidade de Irmãos. Na mesma linha, os Irmãos procuraram servir-se da instituição em vida ou após a morte, por isso chegado o momento de elaborar o testamento, quando a doença ou a velhice o aconselhavam, faziam um balanço de vida e dotavam a Irmandade, e/ou outras instituições, de legados destinados ao sufrágio da sua alma, comprando um conjunto de bens e de serviços. Os quantitativos envolvidos oscilavam consoante as escolhas individuais. Os bens deixados estavam vinculados à assinatura de um contrato regulado por normas pré-estabelecidas de assistência espiritual, discriminando os quantitativos a gastar e os procedimentos da Irmandade. Por vezes, os benfeitores deram margem de manobra à Instituição para esta aplicar os rendimentos da herança, conforme entendesse. Nestes casos, a Irmandade geria o rendimento de acordo com as práticas de assistência que privilegiava.

Entre os séculos XVII-XX, muitos legatários endinheirados “instituíram capelas”, isto é, encarregaram a Irmandade de celebrar um determinado número de missas diárias e anuais, deixando património para as suportar; conforme o calendário estabelecido pelo defunto poderiam ser celebradas missas anuais pela alma do legatário e/ou da sua família; missas ao longo do ano, normalmente em dias comemorativos, ou em épocas especiais como o Natal, Páscoa e no dia de Todos-os-Santos, conforme gráfico 12:

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

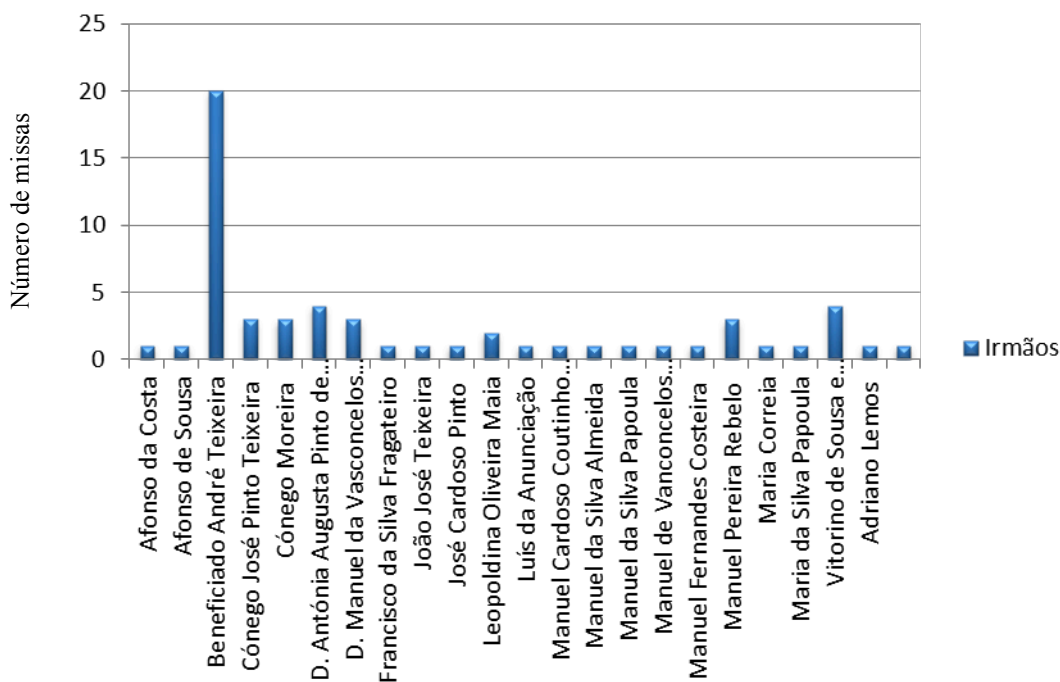


Gráfico 12. Número de Missas

Fonte: Elaboração própria, a partir das AINSRL.

Este gráfico deixa antever uma grande discrepância dos valores em presença; enquanto alguns Irmãos beneficiavam de várias missas como o Irmão Beneficiado André Teixeira, contando com vinte missas, a maioria dos Irmãos (cerca de 65.2%), apenas tinha uma missa, no dia de aniversário da sua morte. Julga-se que esta diferença se deve ao facto de muitos dos poderosos locais terem feito dispersar a sua fortuna deixada para esse efeito pelas várias instituições congéneres, não depositando todo esse legado na Irmandade.

O volume de legados derivava de uma elite pluralista, pelas origens sociais ou pelas ocupações profissionais (grandes agricultores, negociantes, comerciantes, industriais, profissionais, funcionários públicos) e da estrutura eclesiástica.

O cumprimento dos serviços religiosos constituía um dos principais sorvedouros de dinheiro, uma vez que era necessário pagar ao capelão. Por isso, quando as Mesas recebiam os legados chamavam a atenção dos mesários para a verificação das condições em que eles se encontravam, nomeadamente, saber se estavam livres de qualquer embaraço litigioso e se o montante era suficiente para custear os serviços religiosos pretendidos.

4.4 Empréstimos, capitais e os juros

A especialização na provisão de capitais e a dispersão das transações creditícias não foram áreas cruciais da Irmandade não obstante ter celebrado vários contratos de empréstimos de dinheiro. A prática de dar e pedir dinheiro emprestado foi uma oportunidade criada pelas instituições para aumentarem os seus capitais (Sá 2001). O empréstimo a juros foi um assunto controverso, ao longo dos séculos, entendido «ora pela teologia moral, ora pelas leis do reino, de forma desconfiada e sob determinadas condições. Quer a proibição da sua prática quer a construção da sua legitimação, pela escolástica, foi feita no séc. XIII, “o tempo dos mercadores”» (Amorim 2002:5). Os juros podem ter proveniências ambíguas, desde quitações de dotes e esmolas, crédito comercial ou o crédito decorrente de serviços prestados e trabalho executado.

No cotejo da documentação houve alguma dificuldade em distinguir este tipo de empréstimos de dinheiro, pois muitos registos apenas indicam os montantes em dívida e os respetivos devedores, sem descreverem com a devida minúcia a origem do crédito. Daí a opção por se tomar em consideração todos os registos identificados como empréstimos. A generalização desta prática orientava-se segundo dois padrões: por um lado, o empréstimo de entreajuda aos Irmãos e, por outro, a obtenção de rendimentos.

A Irmandade foi desta forma, uma Instituição prestamista, apesar de não ter tido um papel dominante no sistema de crédito e menos ainda no monopólio dos contratos de empréstimo, sendo a sua característica essencial a dispersão de credores. Sempre que a economia impunha novas exigências, «negociantes, desembargadores, instituições religiosas, confrarias e irmandades, com destaque para as misericórdias» (Elias 2010:262) recorriam com frequência à Instituição, procurando soluções económicas. Contudo, poderá existir uma aparente contradição em torno deste sistema, isto é, se por um lado a Irmandade tentava captar os Irmãos com maior poder económico, alguns dos quais tinham feito fortuna à volta das práticas de juro, necessitando de missas para a salvação da alma, por outro lado, a Instituição adotava o mesmo procedimento, rentabilizando o seu património, tornando-se palco de práticas económicas dos homens do seu tempo, aumentando as suas receitas. Nesta teia, endividou-se e/ou emprestou dinheiro a título de juros, sendo ele próprio proveniente do produto das esmolas recebidas e outros dinheiros alcançados em depósitos a prazo, em casas de crédito de Lisboa e do Porto. Estas casas adotavam «taxas de juro livre e flexíveis, adequadas ao risco, à lei da oferta e da procura, num circuito de mercadores que tratavam do

crédito a curto prazo» (Amorim 2002:2). Dada a proveniência da moeda não seria de esperar grandes movimentos quantitativos, conforme texto:

É de 3232\$030 o capital possuído pela confraria de cuja quantia de 2982\$830 existe depositados em Lisboa, em casa dos senhores José Gonçalves Franco & Filho rendendo seis e meio por cento ao anno, é à ordem da meza da confraria. Esta última quantia é a importância das duas subscrições promovidas no Rio de Janeiro pelos seus Viscondes de Valmor e Lourenço Teixeira Borges e os seus respectivos juros acumulados, desde que foram recebidas pela Meza.

O capital das referidas subscrições recebidas em 30 d'Abril de 1870 e 06 de Junho de 1871, era de reis – 2599\$360 -e os juros d'esta quantia até hoje capitalizados aumentam a - 383\$470 reis – d'aqui se vê que a Confraria nada tem perdido, antes aumentando uma excellente fonte de receita (...) a feitura de qualquer obra, na qual dispensa tão valiosa somma.

E attendendo a que a Confraria dos Remédios tem já uma despesa obrigatória bastante elevada, e não possam utilizar fundos além d'estes que lhe garantam uma receita segura para custear aquella, confiado estou eu que a Meza actual, ou outra que a substituirá, terá sempre em vista esta circunstância, e decidirá o que fora mais conveniente à prosperidade da confraria quando haja de travar qualquer resolução acerca do depósito (AINSRL, 1870: fl 70vs).

A Irmandade nunca formou um grupo de especialistas que verdadeiramente dominasse a provisão de crédito, assumindo as Mesas essa função. Assim, sempre que recebia uma avultada quantia e não necessitasse de fazer pagamentos, o tesoureiro questionava a Mesa «que destino devia dar às jóias pelos, digo, pagas pelos Irmãos ultimamente admitidos?» (AINSRL, 1880-85, fl 3vs-4). Caso esta autorizasse, a quantia era dada «a juros por letra até que maior quantia pudesse com aquella mutuar-se por escriptura.». (*Idem*)

O dinheiro que entrava nos cofres da Irmandade era, assim, rentabilizado num sistema de empréstimo a juros, entrando de novo em circulação parte dos capitais. Ficavam escusos das entregas os dinheiros necessários ao movimento diário da Instituição. Recomendava-se rigor e severidade na sua gestão.

No ano de 1867, os réditos dos juros recebidos foram de 32\$000 e no ano seguinte, os «juros d'esta quantia até hoje capitalizados eram de 383\$470 reis» (*Idem*). Este aumento exponencial deveu-se ao produto das esmolas proveniente sobretudo da coleta efetuada no reino do Brasil. Se parte do dinheiro estava reservada para a reconstrução da nova sacristia e compra das novas alfaias, o remanescente foi aplicado à razão de juro:

Receberem-se este anno findo os juros de capital que existe em Lisboa, em casa dos banqueiros José Gonçalves Franco relativo ao anno de 1871, as quais foram capitalizados desde o 1º de Janeiro do anno findo hoje.

Igualmente se receberam do anno de 1872, que também foram capitalizados, segundo a deliberação tomada pela Meza. Os demais juros e foros, que apenas produziram 16\$660 foram recebidos regularmente (AINSRL, 1870: fl 68).

Os capitais volvidos também serviram para a Irmandade auxiliar outras instituições e/ou particulares, concedendo empréstimos. Os requerentes apresentavam uma petição à Mesa, justificando a quantia pretendida, os bens que hipotecavam, o fiador e o valor dos seus bens. De seguida, a Mesa nomeava uma comissão de Irmãos para rastrear a situação económica do solicitante, podendo recorrer a terceiros, certificando-se das possibilidades do devedor pagar a dívida. Os objetos eram avaliados e, consoante a valia, eram ou não considerados de valor suficiente para cobrirem o empréstimo. Caso o suplicante não cumprisse com o pagamento da dívida, esta estaria coberta pelos bens. Depois de toda a documentação ser devidamente analisada, as partes - devedor e a Irmandade – assinavam a escritura, ligando os credores e devedores. Ao firmar o contrato constituíam-se hipotecas dos bens imóveis dos devedores e de seus fiadores, servindo de fiança. Em alguns casos, ficaram aquém do valor do mútuo, sendo obrigado o fiador a assinar uma escritura respeitante à parte que ficara por cobrir. Aparentemente este era um sistema perverso porque se alimentava das fragilidades dos devedores que, numa situação de incumprimento, podiam perder os bens hipotecados.

Não foi possível apurar com exatidão o perfil de devedores, sendo, por isso ousado concluir que a prática de empréstimo estava relacionada com uma ou outra categoria ocupacional específica; foram celebrados com todos os grupos sociais, destacando-se, no entanto, os indivíduos com conhecimentos dentro da Instituição, confrades ou seus familiares, moradores na localidade ou nos concelhos limítrofes que, perante a falta de liquidez, se abeiravam na Irmandade. A taxa de juro aplicada oscilava entre os 5% e os 6%.

Este tipo de rentabilidade nem sempre foi seguro, provocando consequências nefastas na economia da Irmandade quando resultava na insolvabilidade do compromisso, retardamento do pagamento dos juros ou em atrasos sucessivos. Por isso, as Mesas apelavam ao rigor e à minúcia dos registos, bem como à eficácia na escrituração; um registo mal feito, relapso ou omissão de dados significava uma cobrança confusa e deficiente ou mesmo prejudicial para os cofres da Instituição.

Na documentação consultada, confirma-se que alguns créditos demoraram cerca de 10 ou mais anos a distratarem. Os atrasos sucessivos levaram a Irmandade a tomar medidas mais eficazes de cobrança com vista a regularizar os processos pendentes, deliberando que sempre que «não possam ser cobrados serão accionados outros mecanismos sobre este devedor» (AINSRL, 1870, fl 68). Este depoimento revela a incapacidade ou dificuldade das Mesas de reaverem empréstimos, realçando, desde logo, tal como atrás se indica, a quebra de acordos graças a todo um quadro de circunstancialidades. Importa agora abordar, a partir da

situação concreta relatada, as ações empreendidas pela Irmandade pela incapacidade de levar ao fim os desafios assumidos. Para a Irmandade um contrato era um contrato, assunto sério, e nada podia justificar o seu incumprimento, ainda que, muitas vezes, haja na sua génese um designio incontornável de perversidade. Por isso, no dia oito de dezembro de 1913, o tesoureiro tomou medidas mais persuasivas, informando a Mesa da necessidade de nomear uma comissão de Irmãos para proceder à averiguação das escrituras existentes a fim de dar execução aos processos em atraso e elaborar um mapa de liquidez das rendas da Instituição. Nesta senda, nomeou o mesário Ribeiro para proceder às cobranças atrasadas incumbindo-o «de se entender com os herdeiros do Doutor Carlos Mendonça Pimentel acerca da dívida d'este senhor a Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios» (AINSRL, 1903-1917: fl 66), exercendo pressão junto dos demais devedores. *Grosso modo*, a comissão de Irmãos procurava incentivar ao distrate do capital e, caso o devedor se atrasasse no pagamento dos juros, faziam-se novas escrituras, retomando o capital e juros em dívida. Estas expetativas foram defraudadas, pois os devedores deixaram de poder cumprir novamente os contratos com a Irmandade.

Assim, e em jeito de conclusão, se a aplicação destes capitais pretendia abrir as expetativas de solidez patrimonial da Instituição e fomentar a aproximação dos candidatos às verbas depositadas, na verdade tornou-os devedores e dependentes da contraprestação futura. É de crer que muitas das cobranças foram de difícil resolução, apresentando cada uma das partes fundamentação para o sucedido; embora obrigados ao pagamento de juros e ao cumprimento de prazos, muitos devedores quase nunca os cumpriram, acumulando dívidas e aumentando ainda mais a sua sujeição em relação à Irmandade.

A Instituição não fez fortunas com estes empréstimos, antes ficou sobrecarregada de obrigações pias e com vários compromissos assumidos. Certas Mesas, sem energia para enfrentar os devedores poderosos, foram fazendo vários avisos e advertências, pondo a descoberto a falência pragmática da rotatividade das Mesas, a falta de clareza de alguns registos, a dificuldade de avaliação das execuções e de cobrança, revelando a impotência financeira dos particulares, assim como a incúria dos Irmãos nas arrecadações solicitadas. Mas, nesta espiral de dificuldades, a Instituição foi arguta e não deixou que os problemas internos ganhassem novos contornos e ultrapassassem as suas portas, tornando-se do conhecimento da comunidade.

Ao longo do tempo e para fazer face às conjunturas internas e/ou externas, a Irmandade tornou-se credora e devedora em simultâneo. Quase sempre a necessidade de angariação de moeda assentava na mutação de fatores exógenos à Instituição causados pela

flutuação (depreciação da moeda e diminuição de capital), tornando-se inoportuno cumprir os vários compromissos assumidos. Assim, nos períodos de maior trabalho pético, a Instituição solicitou empréstimos junto da Santa Casa da Misericórdia:

O thesoureiro ponderou a necessidade de realizar um empréstimo que permitisse efectuar algumas obras cuja urgência se tomava inadiável como a últimação da torre, proceder ao desaterro no local da feira, vedar o parque pelo lado do caminho velho de Penude, continuar o parque nos terrenos novamente adquiridos, dotar as torres com carrilhão e algumas outras, que deixavam de enumerar por serem de todos sabidas. Lembra que este empréstimo se poderia realizar por meio de obrigações a que fosse destinado o juro de 6% e pagáveis no prazo de 15 annos. Parecia-lhe que por esta forma talvez fosse possível realizar o empréstimo sendo que o governo o autorizasse. Depois de várias considerações sobre este assumpto que foi julgado viável resolver-se submete-lo á deliberação dos Exmos definidores para no caso de merecer a sua aprovação ser posto em prática. Ficou deliberado que o empréstimo fosse no valor de 10.000\$00 reis em obrigações de 10\$000 cada uma continuando todos os annos para juro e amortizações a quantia de 1:000\$000 reis a que a real Irmandade poderia fazer face em vista da media dos seus rendimentos nos últimos annos e os encargos terem diminuído com o pagamento da já extinta dívida á Santa Casa da Misericórdia de Lamego, e poderem ainda tomarem-se menores desde que se saldasse o resto em dívida das torres o que equivalia a diminuir os encargos actuâes no valor de 1:190\$000 reis verba superior à de futuro votada para pagamento do empréstimo (AINSRL,1897, fl 28-28v).

A diminuição de bens de mão morta e o pagamento arrastado causaram problemas de tesouraria, tendo recorrido à contratação de empréstimos fora das suas portas, para fazer face às despesas. Preferencialmente, os empréstimos foram contraídos com a Santa Casa da Misericórdia que era, na época, uma das Instituições com maior capacidade de liquidez. Apesar da autonomia de que gozava a instituição, os empréstimos careciam de autorização do «Ex-mo Governador Civil d'este Districto e pela Mesa Administrativa da Misericórdia» (AINSRL,1880-85:fl 4). O empréstimo era acompanhado de um rigoroso clausulado «reduzido a escritura para recíproca segurança» (*Idem*) outorgando que, no dia quinze do mês de setembro, de cada anno, a Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios deveria entregar à Santa Casa da Misericórdia, uma quantia estipulada, pelo pagamento dos juros vencidos e amortização do capital «até à completa solvência de toda a dívida contraída ou recebida» (AINSRL, 1880-85: fl 4). A taxa de juro acordada foi de 6%.

A escolha do dia, quinze do mês de setembro, não foi inócua, antes teve em conta o mês das colheitas e a recolha das esmolas em espécie, nos dias que precediam a festa da padroeira, dando tempo às comissões de converterem os géneros angariados em material sonante. Também nesta fase, as esmolas deixadas nas caixas do santuário ou na secretaria, seriam em maior número, estando de imediato disponíveis.

No anno de 1880:

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

Foi feita uma proposta de empréstimo de quatro contos de reis, feita a 29 de Abril último à Santa Casa de Misericórdia desta cidade. A Santa Casa da misericórdia reconhecendo urgente de duas torres junto do Templo dos remédios para engrandecimento d'aquelle tão majestoso Santuário, prontificar-se a auxiliar e coadjuvar a Real Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios desta cidade (AINSRL, 1880-85, fl 4).

As relações de crédito e estratégias dos que emprestavam e dos que se endividavam eram naturalmente comuns e/ou diferentes. Ora, se para a Santa Casa da Misericórdia os empréstimos à Irmandade abriam expectativas de solidez patrimonial, com menor risco de falência do devedor ou existência de litígios entre as partes, para a Irmandade o acesso ao crédito resolvia problemas de tesouraria.

Dada a necessidade de angariar dinheiro, a Irmandade requereu ainda mútuos junto de particulares, mormente devotos, conforme demonstra o texto:

No anno em que foi Juiz desta Confraria Antonio Jozé Guedes se perçizou tomar a juros esta confraria, ao devoto António da Se cento e vinte mil reis para as obras que se deitaram adiante das quaea se nam deve athe hoje 13 de Agosto de 1741 mais que setenta e três mil reis. Como melhor consta dos recibos e contas do presente anno (AINSRL *Livro de Inventário*, 1741: fl 91vs).

Na verdade, além destas questões importantes, parece que o epicentro da questão se encontra no arrastamento dos pagamentos e no aumento do custo do trabalho pétreo com a construção do santuário. A Irmandade tinha colocado parte do seu capital a juros, mas prejudicada com a falta de liquidez, não recebendo atempadamente os pagamentos, também ela não os podia fazer nem cumprir, dentro do prazo estipulado, repercutindo-se na assistência ministrada, no pagamento de trabalhos de construção e/ou conservação e seguramente nos compromissos obrigacionistas de missas. Assim, e numa tentativa de travar o efeito de contágio, as Mesas deliberaram a reestruturação dos estatutos e um novo articulado, reforçando-se as taxas e cobranças, nos Estatutos de 1888, (como mencionado no capítulo 2, ponto 2.1).

4.5 As despesas da Instituição

As despesas correspondem aos gastos necessários ao normal funcionamento da “máquina” administrativa e ao conjunto de dispêndios realizados para custear os serviços prestados, classificadas em:

i) Despesas Ordinárias: são as que, com grande probabilidade, se repetirão em todos os períodos financeiros/anos;

ii) Despesas Extraordinárias: são as que não se repetem todos os anos, são difíceis de prever não se sabendo quando voltarão a repetir-se.

A Irmandade lidava com verbas volumosas, por isso, os livros de receita e despesa deveriam apresentar várias rúbricas de forma clara. A totalidade das despesas “certas” e despesas “incertas” dependia de ano para ano, sendo que a sua gestão não se sujeitava a qualquer plano pré-estabelecido e quando se verificava um ano de bons rendimentos e maior facilidade nas cobranças a ordem era para colocar a juros, gastar na aquisição da paramentaria religiosa e/ou adquirir outros materiais utilizados para abrilhantar as celebrações litúrgicas, conforme o descrito na ata seguinte:

Diversos objectos se adquiriram por compra, que eram indispensáveis para o adorno ou uso da Igreja e da Confraria tais como: duas banquetas completas para os altares; um magnífico tapete para as escadas de todos os três altares; uma excelente balança métrica para grandes pesos; sete dúzias de grandes jarras para flores; quinhentas cartas-patentes para os Irmãos; e vários outros objectos miúdos. Para a compra de tudo foi mister despende a quantia de 448\$380 (...) Todos estes objectos eram necessários e não me parece que a Mesa deva nunca arrepende-se de anteriores despesas d’esta ordem. Bem sei eu que se não vêm tanto como uma obra qualquer que se termine no Santuário; mas é indispensável que para as festas religiosas que se fazem nos Remédios haja as alfaias e objectos necessários, digo, condignos da majestade de culto católico e da sumptuosidade d’aquelle Templo (AINSRL, 1870: fl 69vs).²⁶

O modelo económico apostava nas festividades enquanto meio promocional de capitalização de imagem. A festa da padroeira absorvia 94% do valor pago com as festividades, num total de 280\$000 reis. Estes valores traduzem a preeminência da celebração. Logo depois, vêm os custos com a festa de Santo Estêvão, 10\$000 reis, e as festividades de S. Joaquim e de Santa Ana que se celebram no dia 26 de julho, apresentando um custo muito reduzido, cerca de 4\$000 reis, conforme o sintetizado no gráfico 13:

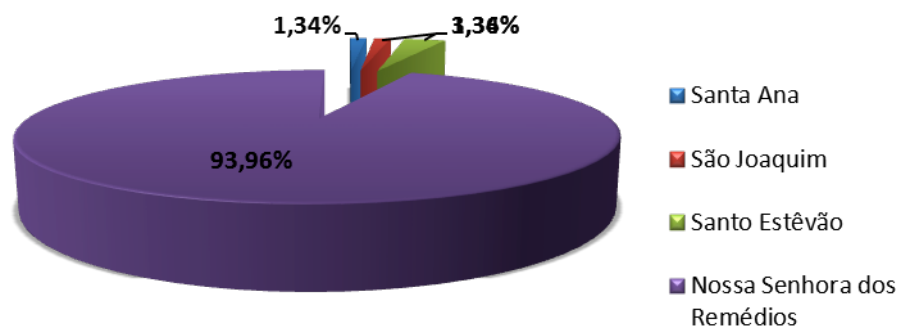


Gráfico 13. Gastos com as festividades

Fonte: Elaboração própria, a partir das AINSRL.

²⁶ Grifo do autor.

O gráfico traduz os investimentos feitos pela Irmandade nas festividades. A todas as festas, mas principalmente à que se celebrava em honra da padroeira, acorria muita gente, por isso o juiz apelava à parcimónia nas despesas, pedindo que fossem «feitas com a decência e grandeza habitual no Templo dos Remédios, sem todavia ultrapassar os limites do orçamento» (AINSRL, 1870, fl 69vs).

4.6 As diferenças entre receitas e despesas

O orçamento da Instituição ilustra uma situação de equilíbrio financeiro entre as receitas e as despesas, abonando a favor da sua imagem. Embora não exista a relação de todos os anos económicos, de modo sistemático, para se poder datar as evoluções e/ou inflexões, é inegável a tentativa de equilíbrios contabilísticos, conforme tabela 16.

| Ano económico | | Valores U.M. (reis) |
|---------------|---|---------------------|
| 1872 | Resumo de toda a receita ordinária e extraordinária | 2.400\$269 |
| | Soma da despesa obrigatória e facultativa | 2.399\$370 |
| 1882 | Resumo de toda a receita ordinária e extraordinária | 3.931\$452 |
| | Soma da despesa obrigatória e facultativa | 3.931\$452 |

Tabela 16. Resumo das despesas de receitas da Irmandade, anos de 1872 e 1882

Fonte: AINSRL, 1880-86, fl 24vs

A tabela demonstra que a Irmandade se regrou por uma estabilidade financeira. Contudo, é natural que, por vezes, tenha utilizado artifícios contabilísticos para encobrir algumas situações mais ambíguas de modo a conseguir apresentar saldos positivos. Nos anos de maior entrada de quotas e anuidades de Irmãos, legados e cobranças correspondia um maior volume de capital, mas certamente se desequilibraria com a incapacidade de reaver os empréstimos, os encargos pios assumidos e demais despesas inerentes à manutenção dos serviços litúrgicos, a desvalorização da moeda e a ampliação das obras do santuário e/ou outro tipo de trabalho pétreo. Estas contingências orçamentais mantiveram-se e, no ano de 1914, o tesoureiro comunicou à Mesa que, face ao estado da caixa, se deveria suspender «todas as obras do Parque até que haja dinheiro disponível» (AINSRL, 1903-1917, fl 71vs-72). Esta asserção revela bem o desequilíbrio financeiro em que a Irmandade tinha emergido.

No ano seguinte, novo registo de alerta: «depois de várias considerações relativas ao estado financeiro da Irmandade (...) resolveu a Mesa que se fizesse redução no pessoal empregado no mesmo parque» (*Idem*: 76). Estas observações revelam que os orçamentos eram deficitários, não se vislumbrando a propensão para um comportamento virado para o entesouramento; pelo contrário, quase todos tesoureiros, consentidos pelas Mesas, sempre que dispunham de algum dinheiro excedente procuravam colocá-lo a render numa base privada de conhecimentos pessoais.

Capítulo 5. O enquadramento histórico-religioso do culto

Neste capítulo, largamente propedêutico, procurar-se-á conhecer a história do culto de Nossa Senhora dos Remédios, bem como analisar a contenda da sua génese, entrelaçando o contexto político com o histórico-cultural. Esta preocupação enquadra-se dentro dos objetivos propostos neste estudo que visam compreender o fenómeno do culto de Nossa Senhora dos Remédios nas suas múltiplas dimensões. A observação foi efetuada numa ótica de tempo médio, surgindo na linha dos estudos de caso que ultimamente têm fornecido dados decisivos para a compreensão dos cultos marianos. As bases documentais foram as atas da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios e alguns apontamentos da História da Igreja, bem como anotações esparsas da diocese de Lamego.

Convém, desde já, explicitar que este capítulo não terá uma conclusão dogmática, dado o método de estudo utilizado. O que se procurou fazer foi criar uma linha explicativa factual que justificasse a introdução do culto de Nossa Senhora dos Remédios, não obstante esta ser sempre uma visão subjetiva, que poderá encontrar muitas outras paralelas e convergentes dentro da complexidade de um estudo da devoção religiosa no âmbito das Ciências da Cultura.

Mas antes da abordagem ao culto fica a interrogação: serão as religiões produtos das culturas? Quais os mecanismos sociais e políticos que deram origem a este manifesto espiritual? Será que as religiões respondem às questões sociais? Para melhor responder a cada uma das questões levantadas, impõe-se fazer um enquadramento histórico, para melhor compreensão dos factos.

No Concílio de Éfeso, século V, e nas assembleias ecuménicas seguintes, adotaram-se os fundamentos que colocaram a Virgem Maria, Mãe de Jesus e Mãe da Igreja, no centro da cristandade. A partir de então, reorganizaram-se as formas de perção devocional considerando-se a Virgem Maria a Mãe dos desprotegidos. Esta nova conceção de entender a Virgem foi reforçada no século XVI, com o Concílio de Trento, sendo que, a partir de então, surgiram novas conceções religiosas, bem como novas formas de divulgação da doutrina.

Portugal foi um dos primeiros países a adotar e a integrar, no corpo legislativo nacional, os decretos conciliares tridentinos, confirmados, em 26 de janeiro de 1564, pelo Papa Pio V, na bula *Benedictus Deus*, ao tempo da regência do cardeal D. Henrique, pela menoridade de D. Sebastião. Os decretos foram publicados primeiro em latim e, logo de seguida, em vernáculo. A celeridade e a anuência foram tais que, mesmo antes do Concílio

terminar e dos respetivos decretos entrarem em vigor, foram divulgadas algumas súmulas tridentinas:

He de vosso beneplácito, que para louvor, e glória da santa, e individua Trindade, Pai Filho, e Espirito Santo, para aumento da Fé, e Religião Christaõ, para extirpação das heresias, para reformação do clero, e extincção dos inimigos do povo Christaõ; se determine, e declare, que o Sagrado, e Geral Concílio Tridentino começa, dizem muito principiado? Respobndêraõ. He do nosso beneplácito (O Sacrosanto, e ecuménico Concílio de Trento em latim, e portuguez 1781:37).

Estas medidas foram fundamentais para reorganizar os cultos e todas as formas de proceder. Daí que a Igreja tenha posto em marcha um poderosíssimo aparelho de propaganda religiosa e enquadramento das massas populares em sintonia com os novos valores prescritos; surgiram, ainda, em todo o país novas notícias de milagres, enaltecendo os poderes da Virgem e maravilhando o povo com parca formação académica. A circunstância de se tratar de pessoas simples, cultural e socialmente, inibia à partida toda e qualquer presunção de haverem planeado uma ação estratégia visando fomentar as devoções marianas, saindo, desta forma, do estado subalterno em que se encontravam.

A estratégia passava por controlar os fiéis, impondo mecanismos mais eficazes de intendência, sob o manto da catequização efetiva, através de procissões, «novenas, tríduos e sermões populares e ainda por meio de escritos sobre as aparições» (Dias s/d: 233). A Igreja usava ainda outros instrumentos de controlo, divulgando mensagens de carácter diverso, mormente através dos catecismos. Estes manuais, introduzidos em Portugal no ano de 1566, foram um instrumento privilegiado de divulgação das propostas da reforma católica, revestidos de uma enorme diversidade e forma, visando a instrução e o combate da ignorância generalizada das massas populares e do clero.

O Concílio de Trento fortaleceu ainda mais a relação entre os poderes políticos e religiosos que, não sendo intervenientes diretos das discussões que decorriam nas assembleias ecuménicas, delas deveriam ter notícias, pelo menos através de informações autorizadas que chegavam à corte. Porém, este apoio existia muito antes da realização do Concílio, uma vez que os monarcas foram verdadeiros mecenas, mandando erigir igrejas e capelas, patrocinando-as.

Entre os vários apadrinhamentos destaque para o papel da rainha D. Leonor (1458-1525), viúva de D. João II, ao patrocinar muitas obras iconográficas, encomendando retábulos e imagens da Virgem, de modo a tornar as narrativas de lugar cada vez mais participadas pelo povo (Sousa 2002), apoiando também a construção de vários espaços e círculos religiosos,

mormente a fundação da Santa Casa da Misericórdia, em Lisboa, sob a proteção da Mãe de Deus:

A monarca apoiava-se numa Capela privada extensa e organizada, cruzando as actividades culturais quotidianas com a celebração elevada e cantada das principais datas do calendário litúrgico, exibindo ainda outros espaços que, como o seu oratório pessoal do Paço de S. Eloi, se encontravam generosamente comprometidos – da imagem ao livro religioso – com os principais temários e direcções que suscitavam a sua contemplação e oração, vertendo-se em devoções, liturgias, mas também em exercícios espirituais importantes (Sousa 2002: 612).

Os monarcas foram coautores ou executantes das medidas governamentais no campo cultural e eclesiástico, dotando com prerrogativas e alvarás régios os espaços de culto, mormente os santuários. São representantes deste género figuras de revelo da monarquia como D. Afonso Henriques, D. Pedro I, D. Fernando, D. João II, D. Manuel, D. Sebastião, D. Filipe II, entre outros. Estes alvarás eram regalias e privilégios que pretendiam destacar o santuário do lugar-comum, incitando o devoto a visitas regulares, promovendo o fenómeno das peregrinações. Estas aproximações e distinções marcaram a linha da espiritualidade portuguesa e tiveram o seu ponto mais alto com o rei D. João IV, a 25 de março de 1646, aquando da consagração da Imaculada Conceição a padroeira do reino, no santuário de Vila Viçosa. O novo rei de Portugal «andava interessado na propagação do culto da Senhora da Conceição como padroeira do reino» (Almeida 1968-1971:558) pelo que não estaria disposto a favorecer outra invocação senão à Imaculada Conceição.

Mais tarde, o rei D. João V criou o patriarcado de Lisboa, cujo primeiro patriarca foi D. Tomás de Almeida, que foi bispo da diocese de Lamego, entre os anos de 1706-1711.

Estas intervenções, entre outras, atestam a ligação entre os monarcas e a Igreja. Recorde-se que esta influência, de sobremaneira e em diversos domínios, criou várias teorias sobre a Virgem Maria enquanto protetora espiritual. Inserem-se neste âmbito, por exemplo, a divulgação da lenda do milagre das pernas²⁷, de Afonso I, rei de Portugal. Na sociedade medieval, qualquer defeito físico que incapacitasse um homem para a atividade guerreira condenava-o à morte política, daí que, por falta de bases sólidas, a lenda tendeu a converter-se numa explicação factual, contando com o apoio político.

A partir do século XV, os limites culturais dos homens do mar e as características específicas da cartografia não permitiam leituras fáceis, possibilitando uma vivência

²⁷ O imaginário popular é rico em fantasias acerca da figura de D. Afonso Henriques. Reza a lenda que o menino nasceu com as pernas tortas e atrofiadas para grande mágoa de seu pai. Nesta senda, uma noite a Virgem Maria apareceu em sonhos a Egas Moniz, seu aio, e disse-lhe para o levar o menino à igreja de Cárquere (Resende) e o deitar no altar. Egas Moniz assim fez e o menino curou-se, por milagre.

multissensorial onde todos os sentidos eram chamados a participar, criando novos imaginários populares dando origem a novas invocações. Nossa Senhora tornou-se guia e protetora dos pescadores e navegantes. Na paremiologia popular surgiram vários ditos, tais como: *valha-me Nossa Senhora*, ainda hoje, muito presente na cultura portuguesa, apontando a capacidade da Virgem socorrer o povo nas agruras da vida. Os ditos populares dependem, em larga medida, dos medos e temores dos homens em cada contexto histórico. Na verdade, não se pode esquecer em sociedades austeras, sem grandes perspectivas de melhoria, em que as doenças, azares e malefícios diversos infernizam a vida terrena, que uma perspectiva, mesmo que virtual, de um bem maior futuro, contribui para tornar não só compreensíveis, como até certo ponto aceitáveis, as vicissitudes de uma existência sempre sofrida.

5.1 A génese do culto de Nossa Senhora dos Remédios em Portugal

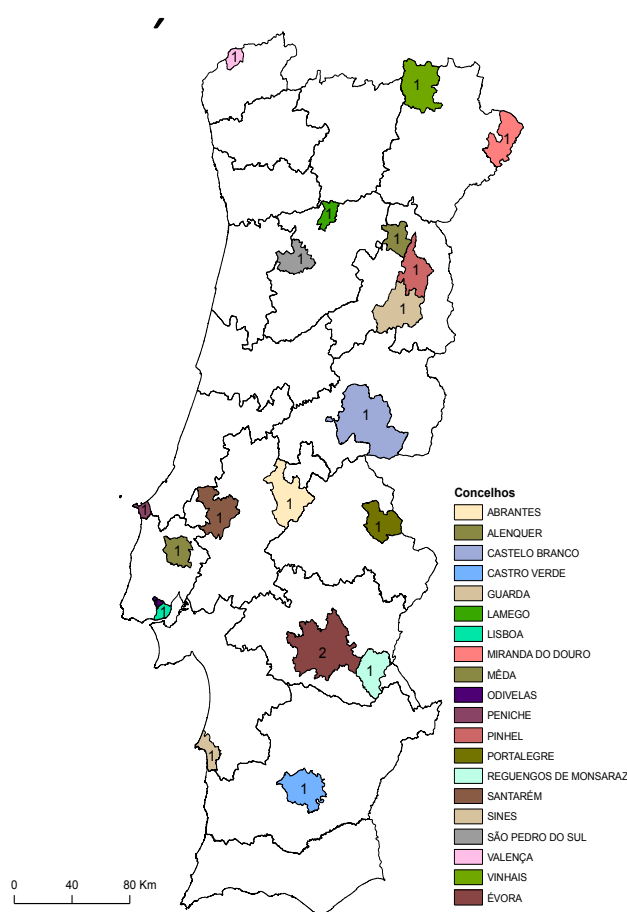
É interessante analisar, mais de perto, os mecanismos sociais que subjazem à criação do culto de Nossa Senhora dos Remédios, em Portugal. O culto foi introduzido pela Ordem Hospitalar da Santíssima Trindade e Redenção dos Cativos, também conhecida como a Ordem dos Trinitários, que escolheram a Virgem dos Remédios como sua padroeira. Esta Ordem desenvolveu-se em Lisboa, nas primeiras décadas do século XIII (Megale 1998: 421), aquando da expansão da invocação para o sul da Europa, tendo tido como principal fundador São João da Mata. A cidade de Santarém foi a primeira localidade portuguesa onde se instalou o convento da Ordem Trinitária. O culto progrediu ao longo da Idade Média, tendo sido incrementado durante a Época Moderna com a difusão das imagens da Virgem, pintadas e esculpidas, e os pregadores. Nesta senda, os frades pregadores através dos sermões tentavam captar as camadas populares menos instruídas, em particular os segmentos sociais que, maioritariamente tinham poucas possibilidades de acesso aos níveis e meios religiosos dominados; do «alto do púlpito abrindo os braços, que as duas mangas erguidas da sobrepeliz faziam assemelhar as duas assas brancas, com uma eloquência sugestiva e convincente, ensinava a prática do bem» (Sabugosa 1921: 25) elucidavam as massas populares. Das diversas manifestações destaca-se o relato de São João Damasceno referindo-se à Virgem de Nossa Senhora dos Remédios da seguinte forma:

He esta Senhora o remédio de todos os que a buscão, & invocão, como ella o enfinou, dizendo, que a misericórdia de Deos esurientes implevir bonis, &a sua jutiça divites dimisit inanes. E assim não só os pobres pertence a devoção da Senhor, mas também aos ricos. Os pobres, porque são pobres; & aos ricos, porque o poderão ser, & para que sempre achem em

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

Maria remedio, procurem serilla cuydados (*apud* Frei Agostinho de Santa Maria, Vol. II: 406).

São João Damasceno lembrava o tributo à Virgem que emanava um lastro comum a todos os homens - remédio e proteção, inspirando uma grande parte da invocação que foi ganhando corpo ao longo das gerações, tornando-se a padroeira das necessidades diárias e orago de mais de uma dezena de igrejas paroquiais e de várias capelas ou ermidas, desde Abrantes, Alenquer, Castelo Branco, Castro Verde, Évora Guarda, Lamego, Lisboa, Meda, Miranda, Monsaraz, Odivelas, Peniche, Pinhel, Portalegre, S. Pedro do Sul, Santarém, Sines, Valença e Vinhais, conforme mapa:



Mapa 3. Locais de culto de Nossa Senhora dos Remédios, século XVIII

Fonte: Elaboração própria, com base no GIS - Geographic Information System.

O mapa foi realizado com base nos dados recolhidos na obra de Frei Agostinho de Santa Maria²⁸. Não cabe neste âmbito fazer-se uma abordagem sobre a consistência ou

²⁸ A obra composta por 8 volumes é, sem dúvida, o melhor e mais vasto estudo sobre o tema dos Santuários Marianos em Portugal, em boa hora impresso.

debilidade da fundamentação histórica sustentada pela obra de Frei Agostinho de Santa Maria; importa, basicamente, o simbolismo destes locais de culto. Não se sabe com exatidão quando ocorreu a introdução da devoção nas diversas localidades, uma vez que os cultos locais escapavam à lógica administrativa e apenas eram formalizados quando as autoridades políticas assim o exigiam. Esta lacuna de registos, própria da época, reflete-se nas poucas fontes documentais que não tinham como objetivo principal reconstituir a história local, mas corroborar, quando fosse necessário, a história da Igreja.

Ainda que a perceção do sagrado não seja dizível para uma realidade numérica, contam-se por 22 os locais onde era possível a veneração da Virgem dos Remédios, no século XVIII. Estes números não são de estranhar, uma vez que a devoção não necessitava de grande cultura religiosa para ser entendida, mas sim de grande humanidade para ser sentida.

A esta ordem de razão prende-se uma outra: durante o período filipino a Nossa Senhora dos Remédios, juntamente com Nossa Senhora da Caridade eram as «padroeiras de muitos Santuários galegos» (Giesta, 2005: 161) e dois dos cultos mais importantes de Espanha. Ora, o episcopado português, atento à capacidade de mobilização da Virgem dos Remédios na Galiza, tentou desviar os devotos da circulação peninsular, fazendo apelos sucessivos às autoridades eclesiásticas para colaborarem nesta missiva. Mas, para que isso fosse possível, era necessário, no novo quadro, ou melhor nos sucessivos novos quadros da construção e divulgação das devoções, valorizar os cultos nacionais, vinculando um culto semelhante nas localidades de passagem dos peregrinos. Os caminhos estavam imanados de relatos lendários, perigos, riscos e situações imprevistas que foram sendo projetadas e reconstruídas na tradição oral, passando por toda a sorte de testemunhos e interpretações mais ou menos impostos ou autorizados pelos regimes políticos e/ou religiosos, como descreveu Garrett, acerca dos caminhos a Santiago de Compostela: «Sant`iago da Galiza,/Longe fica o vosso altar:/ Peregrino que lá chegue,/ Não sabe se há-de voltar» (Garrett 1963: 1887). O medo e a ausência de outras versões levavam o peregrino a procurar os melhores caminhos que teria de atravessar. Neste quadro, em que o medo e a soturnidade coexistiam com a superstição e as lendas, a Igreja mais não fez do que acionar várias manobras visando demover os fiéis de Espanha, apelando aos párocos para afastarem os devotos de fazerem a peregrinação à Galiza, alegando que «já quase nada do que era espanhol tinha boa fama» (Cunha 2006: 15). Nesta elegia, e sendo a localidade de Lamego trespassada pelo caminho de peregrinação a Santiago de Compostela, pelo menos desde os séculos XV e XVI (Baquero Moreno 1986:89), o cabido propôs aos cónegos um novo modelo de peregrinação e que «as romarias a Compostela e à Senhora de Guadalupe deviam ser comutadas pelas da Senhora da

Lapa ou de São Gonçalo»²⁹(Cunha 2006:15). Esta asserção é, de facto, muito pertinente, pois deixa antever rivalidades com Compostela e a intenção de diminuir o ímpeto das peregrinações galegas, retirando-lhe o aval, promovendo os cultos locais, dando mais visibilidade ao culto da Senhora da Lapa³⁰ não obstante da persistência da peregrinação até aos nossos dias, existindo na região de Trás-os-Montes algumas lendas populares, de teor faccioso, defendendo que: *quem não for em peregrinação a Santiago de Compostela em vida, irá depois de morto, como alma penada*. A estes ditos, há que acrescentar os movimentos «de almocreves, jograis e trovadores, que tiveram sempre um papel relevante como agentes difusores de memória cultural» (Parafita 2006:35).

Apesar de identificada uma preocupação política e religiosa de inspiração cristã como vetor matricial neste conjunto de condutas, os motivos de formação do culto não se esgotam nestes pressupostos de natureza variada; a Igreja, como principal agente da sua conceção, ativou uma estratégia bem determinada e bem organizada. Mas, com que meios? Múltiplos e complexos: desde os catecismos, os manuais e os relatos lendários da proteção da Virgem ao povo. Efetivamente a Igreja tinha o domínio específico e a regulamentação da aplicação das normas vigentes, bem como a fixação das práticas necessárias ao processo de legitimação da devoção, reforçada pelo poder político.

5.1.1 Criação do culto de Nossa Senhora dos Remédios: oportunidade ou conformismo?

Feito de contradições e ambiguidades, o culto foi capitalizando importância na região do Douro aparentemente manipulado pela Igreja, uma vez que, o bispado era o “laboratório” onde se promoviam as principais linhas de força da atuação, fixando-se os cânones e as mudanças culturais, abrindo-se, desta forma, a linha de debate para a discussão. Em primeira instância pode-se desde já questionar se o culto ia ao encontro das necessidades do povo: terá sido fruto dos condicionalismos legais de Trento como reação ao protestantismo? Ou foi a hegemonia do prelado D. Noronha na Santa Sé que lhe permitiu a substituição do culto a Santo Estevão em prol de um culto mariano?

A orientação da política devocional era uma das responsabilidades dos homens da cadeira primacial que tinham o poder de criar o fluxo devocional como aconteceu em

²⁹ Grifo do autor.

³⁰ Este culto surgiu na localidade por volta do ano de 1478, assentando na lenda que Nossa Senhora tinha aparecido a uma pastora, chamada Joana. Parece-nos que a criação deste culto não foi inócua, porém não conseguiu atrair grandes multidões como outros cultos regionais.

Santiago de Compostela ou, mais recentemente, em Fátima ou, até mesmo, a Nossa Senhora do Sameiro (Braga), engrandecendo-o.

No ano de 1551, o bispo D. Noronha veio para a diocese de Lamego, cabendo-lhe inaugurar o período tridentino, reunindo o Sínodo pouco após o final do Concílio de Trento, no ano de 1565, tendo promulgado as novas diretrizes em setembro de 1566 (Costa, 1982-1986: 33), tal era a urgência de reorganizar o bispado. Neste sentido, deu orientações minuciosas para que a «Virgem Senhora Nossa deve ser venerada & como a Mãe de Deus se lhe deve maior veneração, que aos Anjos, & aos Santos» (*Constituições Synodales do Bispado de Lamego* 1683:15) e *ipso facto* catequizar o povo. Na verdade, tinha-se iniciado inelutavelmente um novo ciclo devocional sendo necessário, nesta senda, proceder a modificações nos edifícios religiosos desde a reconstrução à reformulação arquitetónica de espaços parcelares ou ainda ao enriquecimento com decoração diversa, elementos arquitetónicos e escultóricos. Os edifícios deveriam ter «Altar firme & consagrado, ou pedra dará consagrada nelle, Retauolo pintado, ou imagem de vulto bem composta, toalhas para dar a comunhão & unção, & Bacio para levar: as quaes cousas nam serviraõ em outro uso» (*Constituições Synodales do Bispado de Lamego* 1563:151).

Estas recomendações foram bem acatadas na diocese, não se conhecendo incompatibilidades ou refregas que a história costuma descrever, determinando a linha de ação do prelado. A partir de então, foram melhoradas as condições de culto e desencadeadas novas devoções e/ou substituições de alguns santos locais, entre eles o culto a Santo Estevão, por outros mais atualizados como o culto a Nossa Senhora dos Remédios. Este facto permite de resto crer que os efeitos físicos de tais transformações foram muitos, pois o prelado queria deixar a sua “marca” no espaço e na arquitetura religiosa, em conformidade com o pensamento e gosto dos homens que ocupavam a cadeira primacial, mandando construir vários edifícios religiosos de acordo com as novas imposições, como por exemplo as capelas de São João Baptista, a de Santo António e de São Nicolau do claustro da Sé, a capela de Nossa Senhora dos Meninos e a capela do Espírito Santo. As obras visavam fazer da diocese um espaço âncora da nova cultura religiosa, valorizando o aspeto monumental e patrimonial.

Mas, para além destes efeitos, sem dúvida relevantes, importa considerar outros - o poder da iconografia. Com o triunfo de Trento a imagem passou a influenciar as tendências e as esferas do poder simbólico, conferindo maior atratividade aos locais de culto. A nova conceção apelava à importância da decoração nas arquiteturas religiosas como referência central da apologia católica, chamando a atenção para os traços de mudança e uma significativa evolução do tema do embelezamento. Os espaços religiosos passaram a estar

profundamente decorados, permitindo aos cristãos a contemplação dos vários episódios dos Santos Evangelhos. Os espaços sóbrios, cingidos ao essencial, já não serviam os requisitos estabelecidos nas *Constituições Sinodais*, necessitando de obras de reparação. Nesse sentido, o prelado lamecense ordenou a reconstrução da capela de Santo Estevão, mandada construir pelo bispo Dom Durão, em 1361, que estava prestes a ruir e dotá-la de maior capacidade para acolher fiéis. A reconstrução do edifício deveria estar em anuência com os novos cânones tridentinos. Após a conclusão das obras, o bispo «collocou esta milagrosa Imagem naquella Igreja, depois de reedificar, & a Senhora com as suas maravilhas & grandes milagres, fez que já hoje se não nomee aquella casa com o título do Protomartyr Estevão, senão pela Casa da Senhora dos Remédios» (Santa Maria 1771 Tomo III: 226).

Parece evidente que as circunstâncias políticoreligiosas eram favoráveis ao bispo que contou com vários apoios temporalmente coincidentes – popular e políticoreligioso - permutando o culto do protomártir Santo Estevão pelo de Nossa Senhora dos Remédios, colocando a imagem da Virgem dos Remédios na nova capela. De facto, se as obras eram prioritárias, foi preciso esperar por um novo contexto religioso para que se alterasse a devoção. Ainda assim, o vetusto culto a Santo Estevão não foi esquecido, mantendo-se a realização de uma procissão anual:

Como consta da tradição mais antiga, e apelido que ainda hoje conserva; em razão de que a mesma capella da Senhora dos Remédios vay o reverendíssimo cabbido desta Sé em procissão duas vezes cada anno a primeyra em três de Agosto, dia da reinvenção de Santo Estevão protomártir, e a segunda no dia oitavo da festividade do mesmo Santo- e na primeyra outava do Natal / dia de Santo Estevão se faz hum grande mercado na deveza ou santos que ficão por detraz da capella de Nossa Senhora dos Remédios: todas estas memorias não deyxão escurecer a lembrança de que naquele sitio esteve algum dia a capella do ditto santo (*Dicionário Geográfico do Reino 1758: 295*).

Daqui se inferem duas ideias: a primeira é que o bispo foi parceiro do projeto tridentino desde o início que por devoção pessoal ou necessidade do povo, ou por ambas, soube conciliar os interesses «dum ministro da Igreja e tornar-se, dentro do condicionalismo modesto da cidade de Lamego, um digno representante do movimento cultural do seu tempo» (Costa 1982-1986: 30) substituindo a invocação; a segunda é que a renovação da capela e o florescimento artístico teve o apoio político e religioso, se não concertado, pelo menos concomitantes. Esta influência foi-lhe facilitada pelo facto de ter sido «iniciado com apenas 12 anos, quando foi apresentado na corte pontificia de Leão X e desde logo agraciado com o título de camareiro-mor» (Mendes 2010: 34), permitindo-lhe obter múltiplas vantagens, entre elas a autorização pontificia para a fundação do novo culto.

Esta premissa, por si só, não traz uma explicação imediata sobre a introdução do culto, mas serve de conjura do problema, o qual foi especialmente enriquecido com a cultura e imaginário popular, envolvendo a devoção numa aura de mistério.

Há, de resto, na tradição portuguesa uma forte tendência para o culto mariano de antanho. Segundo Sanchis (1992) existiam 216 romarias distribuídas pelo território português; 99 consagradas ao culto de Nossa Senhora (sob 68 títulos diferentes); 83 a um Santo ou Santa; 20 a Cristo; o Espírito Santo era celebrado em 14 santuários portugueses. Estes números carregam todo o simbolismo de uma realidade sociológica, traduzindo a supremacia da devoção mariana independentemente das variações terminológicas e semânticas, sendo que na região Norte (essencialmente Douro Litoral e Minho, acessoriamente Trás-os-Montes) a Virgem era invocada em razão da proteção: Nossa Senhora da Saúde e Nossa Senhora dos Remédios; no Sul (Alentejo e acessoriamente Algarve), as invocações referiam-se ao “Mistério de Maria” ou a um de seus títulos de glória: Santa Maria, Nossa Senhora do Mundo Inteiro, Nossa Senhora do Rosário, podendo ser «indicativo de uma diferença de sentimentos religiosos entre as duas regiões e, mais profundamente, das personalidades de base dos dois povos» (Sanchis 1992: 46).

Independentemente da roupagem, a Virgem eivada de sacralidade era a padroeira das necessidades diárias, condicionando o espírito, as tradições, o imaginário e a etnografia do povo, relacionando-se com a teologia, com a geografia, com a toponímia, com a caridade, com os milagres, com o sucesso e/ou amparo do «dia-a-dia dos devotos» (Marks 2004: 121), conforme a tabela 17.

| MÊS | | Principais Devoções | LOCALIDADE |
|-----------|----|----------------------------|---|
| janeiro | 01 | Santa Maria, Mãe de Jesus | Todas as localidades Dia Santo de Guarda |
| fevereiro | 02 | Nossa Senhora da Graça | São João de Lobrigos – Santa Marta de Penaguião |
| | 02 | Nossa Senhora das Candeias | Louredo - Santa Marta de Penaguião |
| | 11 | Nossa Senhora da Conceição | Frechas- Mirandela |
| março | 25 | Nossa Senhora da Ribeira | Noura – Murça |
| | 25 | Nossa Senhora de Lurdes | Valença do Douro – Tabuaço |
| abril | 20 | Nossa Senhora Senhorinha | Murça – Vila Nova de Foz Côa |
| | 21 | Nossa Senhora de Lurdes | Nagoselo do Douro - São João da Pesqueira |
| | 21 | Nossa Senhora do Rosário | São João da Pesqueira |
| | 27 | Nossa Senhora do Campo | Almendra – Vila Nova de Foz Côa |

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| | | | |
|--------|--------------------------|-----------------------------|-----------------------------------|
| maio | 04 | Nossa Senhora da Rosa | Sampaio – Vila Flor |
| | 30 | Senhora do Rosário | Vila Marim – Mesão Frio |
| junho | 27 | Nossa Senhora da Guia | Foz do Tua – Carrazeda de Ansiães |
| julho | 06 | Nossa Senhora dos Prazeres | Monte da Cunha – Alijó |
| | 13 | Nossa Senhora da Conceição | Pinhão – Alijó |
| | 13 | Nossa Senhora dos Aflitos | Murça |
| | 27 | Nossa Senhora das Dores | Castedo – Alijó |
| agosto | 01 | Nossa Senhora das Neves | Pinhal do Norte – C. Ansiães |
| | 01 | Senhora da Assunção | Vilarinho da Castanheira |
| | 03 | Nossa Senhora do Loureiro | Aldeias – Armamar |
| | 03 | Senhora da Graça | Folgosa – Armamar |
| | 03 | Senhora das Neves | Vila Seca – Armamar |
| | 03 | Nossa Senhora do Amparo | Mirandela |
| | 03 | Nossa Senhora de Fátima | Martim – Murça |
| | 03 | Nossa Senhora da Guia | S. Miguel Lobrigos – S. Marta |
| | 03 | Nossa Senhora do Bom Júízo | Adorigo – Tabuaço |
| | 03 | Nossa Senhora de Conduzende | Adorigo – Tabuaço |
| | 03 | Senhora das Graças | Róios – Vila Flor |
| | 03 | Nossa Senhora da Piedade | Sebadelhe – V. N. de Foz Côa |
| | 03 | Nossa Senhora dos Aflitos | Cedovim – V. N. de Foz Côa |
| | 08 | Nossa Senhora da Costa | Seixo de Ansiães |
| | 10 | Nossa Senhora da Piedade | Sanfins do Douro – Alijó |
| | 10 | Nossa Senhora da Veiga | Freixiel – Vila Flor |
| | 10 | Nossa Senhora do Viso | Custóias - Vila Nova de Foz Côa |
| | 10 | Senhora do Rosário | V. N. de Foz Côa |
| | 15 | Nossa Senhora da Guia | Abaças – Vila Real |
| | 15 | Santa Maria Maior | Alijó |
| 15 | Nª. Sª. dos Montes Ermos | Freixo de Espada à Cinta | |
| 15 | Nossa Senhora da Piedade | Oliveira - Mesão Frio | |
| 15 | Nossa Senhora do Socorro | Peso da Régua | |

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| | | | |
|----------|----|--------------------------------|--|
| | 15 | Santa Maria de Barrô | Barrô - Resende |
| | 15 | Nossa Senhora da Azinheira | S. Martinho de Anta - Sabrosa |
| | 15 | Nossa Senhora do Sabroso | Barcos - Tabuaço |
| | 15 | Nossa Senhora da Assunção | Torre de Moncorvo |
| | 15 | Senhora da Glória | Peredo dos Castelhanos - Moncorvo |
| | 15 | Romaria da Senhora da Assunção | Vilas Boas - Vila Flor |
| | 15 | Nossa Senhora da Assunção | Chãs - Vila Nova de Foz Côa |
| | 15 | Nossa Senhora dos Prazeres | Horta do Douro - V.N. Foz Côa |
| | 16 | Nossa Senhora da Saúde | Santa Comba - V. N. Foz Côa |
| | 17 | Nossa Senhora dos Remédios | Carlão - Alijó |
| | 17 | Nossa Senhora do Aviso | Frechas - Mirandela |
| | 17 | Nossa Senhora da Esperança | Murça - Vila Nova de Foz Côa |
| | 21 | Nossa Senhora dos Remédios | Lousa - Torre de Moncorvo |
| | 31 | Nossa Senhora dos Aflitos | Pegarinhos - Alijó |
| | 31 | Senhora dos Remédios | São João da Pesqueira |
| | 31 | Nossa Senhora do Castelo | Adeganha - Torre Moncorvo |
| | 31 | Nossa Senhora do Bom Despacho | Mafómedes, Sever - S. Marta de Penaguião |
| | 31 | Nossa Senhora de Santa Maria | Oliveira - Mesão Frio |
| | 31 | Nossa Senhora da Nassa | Soutelo do Douro - S. João Pesq. |
| | 31 | Nossa Senhora das Neves | Soutelo do Douro - S. João Pesq. |
| | 31 | Nossa Senhora do Socorro | Ervedosa do Douro - S. João Pes |
| | 31 | Nossa Senhora da Alegria | Riodades - S. João Pesqueira |
| | 31 | Nossa Senhora da Graça | Trevões - S. João Pesqueira |
| | 31 | Nossa Senhora do Rosário | Vale de Figueira - S. João Pesq. |
| setembro | 01 | Senhora do Monte (Feira) | São João da Pesqueira |
| | 05 | Nossa Senhora da Graça | Samorinha - C. Ansiães |
| | 07 | Nossa Senhora das Graças | S. Mamede de Ribatua - Alijó |
| | 07 | Nossa Senhora de Jerusalém | Romeu - Mirandela |
| | 07 | Nossa Senhora do Viso | Fontes - S. Marta Penaguião |
| | 07 | Senhora dos Remédios | Vilarinho das Azenhas - V. Flor |

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| | | | |
|----------|----|----------------------------|---|
| | 07 | Nossa Senhora da Carvalha | Freixo de Numão - V N Foz Côa |
| | 08 | Nossa Senhora das Dores | Quotas - Alijó |
| | 08 | Nossa Senhora da Paixão | Arnal - Linhares - C. Ansiães |
| | 08 | Nossa Senhora dos Remédios | Lamego |
| | 08 | Nossa Senhora do Torrão | Longroiva - Meda |
| | 08 | Nossa Senhora do Rosário | Sabrosa |
| | 14 | Nossa Senhora da Pena | Mouçós - Vila Real |
| | 14 | Nossa Senhora de Belém | Fonte longa - Meda |
| | 15 | Nossa Senhora da Boa Morte | Castanheiro - C. Ansiães |
| | 15 | Senhora da Fonte Santa | Provesende - Sabrosa |
| | 21 | Nossa Senhora da Soledade | Mós do Douro - V.N. Foz Côa |
| outubro | | - | - |
| novembro | | - | - |
| dezembro | 08 | Nossa Senhora da Conceição | Meda |
| | 08 | Nossa Senhora da Conceição | Coucieiro, Sever – Santa Marta de Penaguião |
| | 08 | Nossa Senhora da Conceição | Tabuaço |
| | 08 | Nossa Senhora da Conceição | Murça |

Tabela 17. Devoções religiosas no Alto Douro

Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pela diocese de Lamego.

Numa breve análise aos resultados da tabela, constata-se como nota dominante que:

- i) O culto de Nossa Senhora dos Remédios estava difundido na região; além da localidade de Lamego, era invocado em Vilarinho das Azenhas (Vila-Flor), São João da Pesqueira, Lousa (Torre de Moncorvo) e Carlão (Alijó);
- ii) A criação de outros focos de devoção mariana não invalidou as premissas do bispo, foram antes espaços alternativos de apropriação da fé, o que revela que os cultos se adaptaram aos tempos e às novas exigências;
- iii) Nos meses de verão, o ritmo imposto pela atividade laboral, que se inicia em junho e atinge o auge no mês de setembro, épocas de colheitas e de vindimas, é intercalado pelo mês de agosto correspondendo a um meio-tempo de pausa, onde as grandes festas religiosas atingem o seu ponto máximo; neste período comemoram-

se 68 festas religiosas, o equivalente a taxa de celebração de 80% das solenidades; levanta-se aqui a necessidade de salvaguardar este riquíssimo património e, desta forma, preservar a identidade do povo;

- iv) Nos meses de outono, inverno e primavera a frequência registada das romarias diminui, consideravelmente.

A Virgem pode ser invocada sob variadas designações, mas a devoção que se lhe presta é, no essencial, a mesma. A religião é, em cada tempo, um reflexo desse tempo, refletindo a tradição cultural de um território e/ou de um povo, atestando e diferenciando sempre as particularidades de cada sociedade. A «etnologia habituou-nos a estabelecer uma correlação entre os sistemas religiosos e os géneros de vida» (Rodrigues 2005:57), daí que a Virgem assuma a figuração de Nossa Senhora do Rosário, da Conceição, da Boa Morte, da Fonte Santa, do Viso, da Alegria, da Graça ou das Graças, do Socorro, do Bom Despacho, dos Aflitos, da Assunção, da Piedade, da Saúde, dos Prazeres, das Neves, das Dores, do Amparo, do Bom Juízo, da Guia, das Candeias, da Ribeira, de Lurdes, da Rosa, do Campo, entre outras invocações, visando os mesmos fins.

No quadro simbólico da vivência religiosa, as festas, como franja significativa do património imaterial, deverão ser, pela força identitária que carregam e pelos riscos de extinção a que estão sujeitas nos tempos modernos, esforço de classificação e divulgação, envolvendo entidades e instituições vocacionadas para tal, potenciando-as.

5.2 Iconografia

A arte foi um instrumento de propaganda direcionada sobretudo aos iletrados com o objetivo de ilustrar a mensagem mais imediata que se pretendia transmitir e, certamente, aquela que se considerava acessível à aprendizagem. Esta temática foi abordada no Concílio mais longo e importante da história da Igreja, durante o século XVI, quer no campo da doutrina, quer no campo da reforma da Igreja Católica. Na sessão XXV, lançaram-se as bases para o barroco enquanto «manifestação artística plena da Contra-Reforma» (Queirós 2001: 40), ganhando a arte novas dimensões ao privilegiar-se mais o significado e a função ao contrário da estética medieval que valorizava preferencialmente a forma. O Concílio não impôs um estilo sobre as imagens aceitando «todas as manifestações artísticas desde que fossem ao encontro das exigências e que tivessem como fim a comunicação através da imagem, isto é, a pedagogia inerente à imagem era a única preocupação» (*Idem*: 44) não

obstante faziam-se algumas recomendações uma vez que os crentes eram os espetadores das imagens e estas, pela sua dimensão, deveriam exprimir e comunicar os sentidos «carregados de valores simbólicos» (Schmitt 2007: 11). A este propósito as normas do Concílio determinavam que:

A veneração e invocação devidas às relíquias dos santos e imagens sagradas, a fim de orientar todos aqueles que, desde os artistas que contribuem para a visualização de todo um ideário religioso, aos clientes que encomendam as obras e ao público que usufrui delas, participam na gênese de toda uma arte que tem como finalidade a exaltação plena da Igreja Católica (O grifo é nosso).

Sintetizando, as diretrizes tridentinas no campo artístico resumem-se a cinco pontos fundamentais:

- 1.º A importância da intercessão e invocação dos santos, o respeito às relíquias e o bom uso das imagens;
- 2.º Veneração das relíquias dos Santos Mártires;
- 3.º Importância das imagens;
- 4.º A função didáctica da imagem;
- 5.º Orientação para a representação de imagens (Ferreira-Alves 1989: 40).

Conforme o texto, a Igreja dispunha de um conjunto de recomendações em relação à decoração plástica e ao uso das imagens. A decoração promovida no interior dos espaços religiosos como a talha dourada, estatuária e azulejaria, não foi alheia à pujança económica da época, marcando todo o património sacro, ganhando uma nova dimensão, uma nova dinâmica, manifestando-se. A Virgem Maria tornou-se o epicentro da cultura visual sendo representada conforme a sensibilidade e/ou cultura de cada momento ou grupo, abrilhantando-o, em seis fases distintas³¹. Sem imposição de exclusividade cronológica, é de crer que a efigie de Nossa Senhora dos Remédios se enquadra na quarta fase (Virgem Mãe). O registo utilizou os códigos da pintura/escultura como narração, articulando com uma figura humana maternal, numa mulher repleta de amor e ternura para com o seu filho, embora divina. A imagem é «uma excelente escultura. A sua estatura he de quatro palmos & meyo. Tem ao Menino Deos quasi

³¹ Em síntese, segundo a investigação realizada no âmbito do projeto para a salvaguarda da imagem de Nossa Senhora do Leite- UNHÃO, financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, a Virgem foi representada de diversas formas: a-) **Primeira fase** – infância: as representações da Senhora com a sua mãe e avó e Nossa Senhora Menina; b-) **Segunda fase** – Imaculada Conceição: a Virgem aparece representada com as mãos unidas junto ao peito, com a expressão jovem, cabelos leves e soltos ou cobertos com véu. Na base, junto aos pés, são representados os anjos, uma meia-lua e um dragão ou serpente; c-) **Terceira fase** – Encarnação: as figurações da Virgem são diversas desde a Anunciação até ao nascimento do Menino, com invocações da Boa Hora, Bom Parto, Expectação ou do Ó e do Leite; d-) **Quarta fase** – Virgem Mãe: representações com o Menino nos braços, sendo as imagens mais antigas as da Virgem sentada e as mais comuns aquelas em que aparece em pé; e-) **Quinta fase** – Paixão: representação de todo o sofrimento durante a Paixão e morte de Jesus Cristo, por isso as esculturas mostram o coração de Maria dilacerado por dor (flechas ou espadas), as suas mãos estão sempre sobre o seu coração ou peito, lágrimas no rosto da Virgem; f-) **Sexta Fase** – Glória: corresponde à Assunção de Nossa Senhora, representada com as mãos juntas, olhando para o céu, de pé sobre as nuvens, sendo carregada pelos anjos, de braços abertos e coroada.

ao peyto, & como ella he tam bella, & tam fermosa, assim acrescenta com a graça que esta aspirando a fervorosa devoção dos que a buscão» (Santa Maria 1771: 226). Pelas dimensões enquadra-se na tipologia das imagens de devoção destinada às igrejas dos meios rurais, sugerindo a intimidade da oração e a súplica do crente simples.



Ilustração 6. Imagem Nossa Senhora dos Remédios, Lamego

Foto: Aida Carvalho/Nuno Silva, 2012.

Conforme se pode verificar na imagem, a efigie apresenta policromia com carnações suaves, esmaltadas e brilhantes. O panejamento foi esculpido de forma cuidadosamente primorosa. A Virgem veste uma túnica de cor rosa e um manto pintado de azul, ostentando ramificações de cor dourada nas extremidades com uns debruados, assentando de forma assimétrica num dos ombros, deixando a descoberto parte do vestido, apresentando-se descalça. Usa, ainda, sobre os ombros um lenço bege unido por um firmal ao centro do peito as duas extremidades. O pregueado das vestimentas apresenta um movimento delicado e harmonioso.

A Virgem apresenta-se de frente para os fiéis e com a cabeça genuflexório/inclinada mostrando humildade, focando o olhar sobre o menino que tem ao colo. O escultor teve o cuidado de esculpir vários sinais visíveis como referência ao amor maternal, transmitindo um forte realismo iconográfico. O rosto é oval, lábios finos, boca pequena, queixo ligeiramente em bico e os olhos amendoados dando-lhe um ar formoso e uma expressão muito serena. A cabeleira é negra, caindo os cabelos ondedados sobre os ombros com pequenos rasgos

dourados. As mãos alongadas foram esculpidas com os dedos cilíndricos: a mão esquerda sustenta o Menino pela parte inferior ou a meia altura das costas, aconchegando-o na posição de amamentação, sinal de airocidade feminina; a mão direita está posicionada de modo infletido, próxima do coração.

O menino é representado de perfil para o espetador, com os pés descalços e pernas cruzadas, olhando em direção do peito da Virgem/mãe, tocando no ombro da Virgem com o seu braço direito e no peito com a mão esquerda. Veste um manto branco e a cabeça está nimbada com cabelos encaracolados e dourados.

Efetivamente, o artista procurou aproximar a anatomia da Virgem à das mulheres; por isso, a Nossa Senhora exibe uma representação quase naturalista mostrando um dos seus seios, o mesmo em que o Menino se deleita, despojada dos preconceitos da época.

Nossa Senhora e o Menino possuem na cabeça um diadema real ricamente trabalhado, símbolo de coroação. Para ilustrar a importância pedagógica da figuração Mãe-Filho, o artista moldou as linhas do rosto de ambos com uma atitude beatífica da saudação angélica, de modo a aproximar as imagens dos fiéis, mantendo-lhes o caráter de figuras reais.



Ilustração 7. Imagem de Nossa Senhora dos Remédios, Lamego (pormenor- efeito sombra)

Foto: Aida Carvalho/Nuno Silva, 2012.

Esta representação difere das suas congéneres em Portugal, Brasil ou Espanha, (note-se por exemplo, a representação da Virgem na imagem oferecida à Irmandade, no ano de 1857, pelo devoto Domingos, *charro de Hespana* – Ilustração 3) não obstante todas terem o menino ao colo embora numa posição diferente. Poderá perguntar-se se esta forma de representação terá sido inócua ou intencional?

Embora seja difícil encontrar a resposta à questão formulada, por falta de documentação, entende-se, seguindo ilações lógicas, de factos certos, que esta representação

procurava infundir o tema da maternidade e, como tal, suscitar grande devoção, promessa e invocação. Com traços/gestos inefáveis, delineiam a imagem de acordo com as contingências culturais e históricas. Contudo, atendendo à complexidade em clarificar objetivamente a imagem da Virgem e à impossibilidade de reconstruir cabalmente o entendimento epocal, só a conclusão de um estudo histórico e artístico mais profundo poderá trazer novas respostas às dúvidas existentes, esclarecendo, nomeadamente, a caracterização mais fiel da imagem e a sua provável data de execução, bem como qual o seu autor.

5.3 Lendas e milagres: sua influência na consolidação do culto

O isolamento da região fê-la autossuficiente em muitos dos aspetos económicos, sociais e organizativos, existindo um forte sentimento de união e solidariedade entre o povo, preservando muito dos arquétipos da cultura popular que têm a memória oral como veículo de transmissão intergeracional, especialmente no que concerne ao universo religioso e imaginário. Neste quadro socioeducativo coexistia a afoiteza com a superstição, impondo-se facilmente os equívocos entre o real e o fantástico, conduzindo à aceitação de todo um elenco estereotipado para a consolidação de lendas e milagres. Esta circunstância é mais evidente quando existem, ou se acredita existirem, elementos físicos, simbólicos e /ou espirituais que ligam o espaço terreno às respetivas divindades, ou seja, locais onde tenham acontecido milagres e/ou se conservem túmulos de santos ou relíquias relevantes, bem como imagens de devoção muito procuradas. As relíquias instituem um caráter sagrado ao lugar e constituem uma benesse para a população local, sustentando as relações de devoção, de proteção, de identificação e de pertença entre os fiéis e a divindade ao comunicarem com o sagrado através do toque e/ou do beijo.

Numa sociedade rural como a região do Douro, muitas são as histórias que se contam, com maior ou menor convicção de quem as narra, sob a forma de lendas ou *exempla*, recorrendo ao sobrenatural para compreender o real inexplicável. As lendas religiosas «são pias homenagens de reconhecimento à intercessão dos santos/Virgem que motiva e justifica a importância dos cultos populares, cristológicos, marianos e dos santorais na história da piedade cristã» (Marques, 2005: 65-66); os *exempla* são histórias edificantes «na maioria das vezes para uso dos pregadores, que gostam de introduzir os *exempla* nos seus discursos para que os ouvintes assimilem melhor uma lição salutar [mensagem]. Foram um produto ideológico de largo consumo» (Le Goff 1990: 158) necessário para as comunidades que deles

usufruem. Em momentos de crise ou de revitalização da cristandade foram criteriosamente invocados como suporte de pregação e inseridos numa estratégia teológico-cristã para representar os domínios da salvação: «vêm ao encontro da tradição mediterrânica transmitida pelos Árabes, e acolhida com tanto interesse pelos clérigos e leigos nas cortes senhoriais e régia» (Mattoso 1995: 218).

Ainda que neste campo os estudos sejam esparsos, é certo que a divulgação de uma lenda causava uma profunda agitação na psique humana, funcionando a dois níveis: ora atraindo os devotos/crentes para promessa, oração e devoção; ora estimulando os visitantes que por curiosidade queriam ver de perto o local da ocorrência por isso a Irmandade tinha todo o interesse em propagar o advento de lendas da Virgem dos Remédios. O registo oral mais antigo que se conhece diz respeito à lenda do pau, conforme os texto seguinte:

Texto a)

Uma mulher alentejana muito doente a quem os vizinhos e amigos previam uma morte próxima pediu ao marido, vendedor ambulante, que lhe trouxesse uma esquirola de um santo milagreiro que se dizia existir no norte, as quais depois de fervidas curavam a sua doença. O cônjuge não achou o santo, mas para não desiludir a esposa, arrancou algumas aparas de madeira à barca que serviu para atravessar o Tejo. A mulher julgando tratar-se de uma graça do Santo, preparou a infusão e logo ao terceiro dia ficou curada (Anónimo, lenda popular).

A Virgem dos Remédios amparava os protegidos, daí que o marido, no estendal do desânimo e nas horas marcadas pelo sofrimento, justificou a cura da esposa com a intervenção de Nossa Senhora dos Remédios, inscrevendo num quadro a seguinte sentença: *O que cura é a fé, não o pau da barca*. Esta história reflete a dimensão fantástica da lenda, ainda que, sob o ponto de vista histórico, não exista documentação ou registos de qualquer cura milagrosa; trata-se de um acontecimento muito provavelmente inverosímil da cultura popular, muito semelhante às narrativas medievais em que a Virgem aparecia como protetora dos mais frágeis. O povo com a sua tradicional “fantasia” modelou a história dando mais visibilidade ao culto, conferindo-lhe notoriedade. A cura converte e desencadeia emoções, por isso a lenda requer uma organização própria e a existência de grupos sociais interessados na sua manutenção. O pau da barca foi o objeto símbolo profilático escolhido pela Virgem para se manifestar perante o crente, enaltecendo o valor taumaturgo da lenda. As comunidades religiosas foram mantendo, com as suas diferenças ou singularidades, os seus segredos aparentemente imunes e alheios ao desencantamento do povo. Nesta senda, a Irmandade delatava publicamente, e sempre que lhe era oportuno, as maravilhas da Virgem,

sobrelevando a sua propaganda institucional, conforme descrição, texto B. O juiz dirigiu-se aos Irmãos e contou o seguinte episódio:

Texto b)

Na sessão da Mesa Administrativa de 09 de Março de 1914 (...) o senhor Juiz disse que achando-se consolidadas as melhoras do nosso colega da Mesa, e ex-mo Senhor Joaquim Pereira Gomes, que actualmente se acha completamente restabelecido da pertinaz e perigosíssima doença que o teve às portas da morte, entendia que era de justiça que n'esta acta se exarasse a manifestação do sentimento de regozijo que toda a Mesa sentia por tão feliz resultado. A Mesa não só aprovou esta proposta mas deliberou mais que no dia 14 d'este mez e às 11 horas da manha, na Igreja do Santuário e no altar da Virgem Nossa Senhora dos Remédios fosse celebrada uma missa em acção de graças e em reconhecimento para com a Virgem, Nossa Padroeira por haver salvado a vida ao nosso, muito prezado companheiro de meza; que a meza fosse convidada a assistir a esta missa e que disto se desse conhecimento por officio ao Ex.mo Senhor Joaquim Pereira Gomes (AINSRL, 1903-1917, fl 68-68vs).

Na exegese da narração oral em presença, percebe-se assim o sentido de seduzir os Irmãos num propósito de encantamento; num cenário de tristeza anunciada, como uma espécie de condenação ou fatalidade, o Irmão salvou-se graças à proteção da Virgem. Daí que, este texto, mais que informar acerca do estado de saúde do Irmão, visava promover os feitos da Virgem, um arquétipo semelhante ao das lendas, numa fase em que o país atravessava um período mais anticlerical e tendencialmente a-religioso, piorado com a Lei da Separação da Igreja do Estado (20 de abril de 1911)³². Nestas pelejas, a Irmandade procurou salientar a força propulsora da Virgem, talvez pela disponibilidade dos Irmãos aceitarem, sem reservas, o domínio do maravilhoso e do sobrenatural. Refira-se ainda que a atuação do juiz não foi despicienda, destinando-se a preservar a estrutura corporativa da Irmandade. O objetivo era evitar mudanças na hierarquia social, ainda que os movimentos anticlericais, impondo fortes entraves ao processo da doutrinação e apostolado, dificultassem a comunicação do juiz em público, condicionado pela atuação das autoridades. Por isso, sempre que era oportuno, recorria à fantasia, divulgando os acontecimentos deslumbrantes de Nossa Senhora dos Remédios, procedendo a simples demonstrações com grande probabilidade de a notícia fluir rapidamente no seio desta camada social. Estes episódios eram uma espécie de atlante, permitindo à Irmandade passar a regular prova por parte do cabido relativamente às questões do culto. Note-se que, pouco tempo antes, os estatutos (1913) tinham sido conotados com laivos de secularismo e recusados pela cúria diocesana. A Instituição punha ao seu serviço os mais instruídos, ou seja, os que dominavam o saber simbólico que, como seria de esperar, se

³² A Lei da Separação da Igreja do Estado foi publicada no *Diário do Governo*, n.º 92, de 21 de Abril, de 1911.

concentrava na pessoa do juiz para discursar, passando do raciocínio demonstrativo a uma técnica mais persuasiva, atribuindo um sentido mais ou menos dramático às mensagens, conforme o conteúdo dos avisos e/ou das notícias que pretendia dar. O objetivo era relembrar os Irmãos que a melhor forma de alcançarem a salvação era por meio de dedicação à Virgem, impressionando-os ao usar expressões como: «perigosíssima doença que o teve às portas da morte» (*Idem*). Persuadir é mais importante que demonstrar, por isso, se insistia mais nos argumentos dirigidos ao coração do que à razão, como instrumentalização eficaz dos diversos estratos sociais, sobretudo os mais baixos.

Estas histórias são, certamente, uma pequena amostra das inúmeras narrativas e lendas que convidavam os indivíduos a ponderarem sobre os riscos que corriam todos os que optassem por viver à margem de um percurso cristão e/ou afastado da Virgem dos Remédios.

Pode então perguntar-se: para quê tamanha necessidade de promoção dos feitos da Virgem? Terão servido estes episódios para reforçar a devoção e o culto local? Julga-se que sim; as lendas e histórias apologéticas serviam necessariamente para incitar, no imaginário popular, uma áurea mítica com a Virgem.

Salvaguardando as devidas distâncias, as duas narrativas têm muitas similitudes no sistema de propaganda devocional. O objetivo era manipular a mente humana, arrastando os indiferentes e/ou indecisos, criando nos Irmãos um sentimento de segurança e solidez anímica do povo. Os textos ajudavam a refletir e a celebrar, servindo de vetores de ligação entre o imaginário e à cultura popular no trânsito dos séculos. Cabia à Irmandade criar condições sensoriais, disponibilizando uma encenação e quadros de leitura selecionados. Por outras palavras, se o juiz não tinha a possibilidade de escolher o lugar para ser alvo de um processo de sacralização, tinha ao menos a capacidade de simular um conjunto de revelações e/ou os sinais que dimanavam da Virgem.

5.4 A festa de Nossa Senhora dos Remédios: Devoção ou Diversão?

As festas, enquanto objeto das ciências sociais, têm sido abordadas em várias investigações que, apesar de esparsas, nos remetem para questões mais globais como etnografias de sociedades, religião, psicologia e sociologia. Contudo, sem a pretensão de se fazer um levantamento bibliográfico exaustivo sobre a temática, assinala-se um repositório multidisciplinar com várias referências bibliográficas, funcionando como tópicos, ou temas de exploração, sincopados. Na historiografia portuguesa, esta abordagem foi materializada nas

obras de Ernesto Veiga de Oliveira (1984), Moisés Espírito Santo (2002) e Pierre Sanches (1983), exemplos maiores no panorama nacional. No campo da sociologia consultaram-se autores cuja linha de pensamento tem procurado compreender o lugar do sistema religioso nas sociedades modernas contemporâneas como Alfredo Teixeira (2010, 2007, 2000), Helena Vilaça (2006, 1999), Geraldo Dias (1987, 1996-1997), Teixeira Fernandes (1972, 1998, 1995 e 2001) entre outros; analisaram-se ainda outras obras, fragmentos e/ou mesmo ensaios de antropologia e estudos de história regional, popularizada por Alberto Abreu, (2006) ou José da Silva Lima (2007). Quanto aos autores estrangeiros destacam-se Roger Caillois (1950), Mircea Eliade (1977) e Émile Durkheim (1968, 1989), entre outros.

A diferença entre os estudos de autores nacionais e os autores estrangeiros é evidente pelo facto de, em Portugal, a ótica antropológica prevalecer sobre a ótica do fenómeno religioso. Uma referência especial para a obra *Les formes elementaires de la vie religieuse* de Émile Durkheim, que serviu de suporte, alicerce e estrutura às ideias aqui expostas. O autor considerava sagrado todas as ocorrências da humanidade, sendo que «a própria ideia de cerimónia religiosa de alguma importância desperta, naturalmente, a ideia de festa» (Durkheim 1989: 456). Esta asserção revela as várias dimensões do conceito da festa: aglutinadora, convergente e sagrada. Contudo, neste trabalho, por razões metodológicas, analisa-se apenas a dimensão sagrada/profana da festa. Outras sínteses poderão ser agregadas em estudos ulteriores. Segundo Amaral, citando Durkheim:

Mesmo quando puramente laica em suas origens, tem certas características de cerimónia religiosa, pois, em todos os casos ela tem por efeito aproximar os indivíduos, colocar em movimento as massas e suscitar assim um estado de efervescência, às vezes mesmo de delírio, que não é desprovido de parentesco com o estado religioso.[...] Pode-se observar, também, tanto num caso como no outro, as mesmas manifestações: gritos, cantos, música, movimentos violentos, danças, procura de excitantes que elevem o nível vital etc. Enfatiza-se freqüentemente que as festas populares conduzem ao excesso, fazem perder de vista o limite que separa o lícito do ilícito. Existem igualmente cerimônias religiosas que determinam como necessidade violar as regras ordinariamente mais respeitadas. Não é, certamente, que não seja possível diferenciar as duas formas de atividade pública. O simples divertimento, [...] não tem um objeto sério, enquanto que, no seu conjunto, uma cerimônia ritual tem sempre uma finalidade grave. Mas é preciso observar que talvez não exista divertimento onde a vida séria não tenha qualquer eco (*Apud* Amaral 2000: 25).

Pelo texto se constata que as festas têm características próprias que se imiscuem com as vivências pessoais consagrando-se no espaço físico e social da cidade, solidarizando ricos e pobres ao criar um estado de efervescência coletiva, transfigurando o real, obedecendo um calendário preestabelecido. As religiosas realizam-se dentro do calendário litúrgico.³³ Até ao

³³ As solenidades celebradas são: o Natal, Santa Maria Mãe de Deus, Epifania, Páscoa, Pentecostes, Corpo e Sangue de Cristo, Cristo Rei, Todos os Santos e Imaculada Conceição.

ano de 1778, a festa de Nossa Senhora dos Remédios foi realizada no dia «cinco de Agosto» (AINSR – Livro de Inventário 1761: 13), dia de Santa Maria Maior. A partir do ano de 1779, a Irmandade decidiu alterá-la para o dia oito do mês de setembro. Esta mudança foi importante do ponto de vista simbólico, fazendo coincidir o jubilo com o dia da celebração da natividade de Nossa Senhora, segundo o calendário litúrgico.

No início do século XX, as entidades civis e religiosas conciliaram a realização da festa religiosa com a festa da cidade, dando-lhe uma nova dimensão simbólica. Mas terá a festa laica representado uma ameaça/concorrência para a festa da Igreja? Crê-se que não. De facto, a Igreja Católica, embora debilitada pelos ataques sucessivos de que foi alvo durante a Primeira República, e particularmente pela Lei de Separação da Igreja do Estado, continuou a ser a maior aliada do Estado. A interação entre estas duas festas/realidades é complexa e regulamentada por normas específicas, diferenciando-as; a festa da cidade tem raízes culturais e históricas firmemente implantadas nas tradições locais, enquanto a festa religiosa é tão antiga como a própria devoção tendo obedecido, ao longo do tempo, às regulamentações da Igreja. Estas deliberações pretendiam libertar as festas religiosas de quaisquer manifestações pagãs e/ou polissemas externas à doutrina da Igreja, por isso, as dioceses de Viseu, Lamego e Porto proibiram os «párocos de realizar qualquer acto religioso quando fossem lançados foguetes, ou houvesse qualquer espécie de arraial» (Lages 2000: 382).

A Irmandade, através dos seus estatutos, ia ao encontro das normas pastorais, estabelecendo um conjunto de regras para a sua realização, visando sempre dar-lhe «maior esplendor dentro dos limites próprios, já se vê, quanto maior número de romeiros há-de atrair mais valiosas serão as suas ofertas» (AINSRL 1780: 80). Esta asserção parece óbvia, pois se a festa se revelasse um fiasco (ou fosse marcada por indignações) poderia comprometer o estado financeiro da Instituição.

Todos os anos, da última quinzena do mês de agosto até ao dia oito do mês de setembro, o santuário ganha uma nova centralidade, destacando-se do lugar-comum, conciliando tradição e modernidade. Esta capacidade de regeneração foi fundamental para a reatualização da festa religiosa. A organização é complexa, dispendiosa e consumidora de tempo. Existem várias fases de trabalho, começando desde logo com a tomada de decisão em realizá-la, seguindo-se o durante e, por fim, a fase do encerramento, com a apresentação do relatório de contas. Estas fases, apesar de não serem vistas pelo público, são indispensáveis para o seu sucesso. A Irmandade conta com o auxílio de uma comissão de Irmãos que se encarrega de estabelecer os contactos e de dialogar com as instituições cooperantes. Mas, a

sua principal tarefa consiste em reunir os fundos financeiros para fazer face às despesas. Os espaços públicos são convenientemente ornamentados, encenados e iluminados; outrora era através do gás acetileno, atualmente são os arcos voltaicos que projetam uma luz intensa para abrilhantar os espaços e atrair os devotos e demais população até ao local. Nestes momentos consertam-se os paramentos religiosos, limpam-se as pratas, arejam-se as bandeiras e limpam-se os caminhos. O epicentro da festa é no santuário - o monte de Santo Estevão - uma extensa e contemplativa área verdejante, convidando à comensalidade e ao repasto familiar.

A festa é, acima de tudo, a celebração da tenacidade e resistência religiosa do culto da Virgem que se preservou, ao longo de quatro séculos. A sua força propulsora foi construída pela participação ativa dos devotos que cuidavam das vestimentas e da disseminação de adereços, abrilhantando os diversos momentos festivos.

O programa festivo é diverso combinando novenas, missas, pregações e procissões e ainda eventos de carácter profano. Esta tendência para o fausto tem o seu momento mais alto com a Procissão do Triunfo que, apesar de imbuída na mescla profana, conserva em si um reduto religioso, conferindo uma ilusão da realidade, agitando as emoções do povo.

Grosso modo, se o afastamento da festa do seu verdadeiro contexto a tornou mais prosaica, foi necessária a criação de novos suportes dialéticos para a sua compreensão, clarificando-a através de mensagens produzidas em linguagem verbal ou imagética, respondendo aos diferentes tipos de inquietações, buscas e ansiedades de quem a procura.

5.4.1 A fé em números

A informação estatística sobre as práticas religiosas e invocações em Portugal é caracterizada pela dispersão de fontes. Este constrangimento poderia ser solucionado com a existência de uma base de dados nacional com informação indexada acerca das práticas, das adesões e de outros aspetos de carácter pertinente. Na sua ausência utiliza-se o estudo realizado pela Universidade Católica, segundo o qual as festas/devoções marianas são mais numerosas do que as dos quatro santos mais celebrados tomados em conjunto (Santo António, São Pedro, São João e São Sebastião), expressando a feição mariana do povo português:

Os dez santos e invocações celebradas mais frequentemente eram, por ordem decrescente, Santo António, São Sebastião, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora de Fátima, Santíssimo Sacramento, São João, Coração de Jesus, Nossa Senhora do Rosário, Espírito Santo e São Pedro. São António era festejado em 428 paróquias, São Sebastião em 282, São João em 172 e São Pedro em 154. Em termos relativos, as festas de São António

correspondem a 6,5% da totalidade, as de São Sebastião a 4,3%, as de São João a 3,7% e as de São Pedro a 2,3% (Lages *et al* 2000: 401).

Dentre as invocações, Nossa Senhora de Fátima é a que mais atrai devotos talvez pela divulgação do acontecimento maravilhoso, inflamação da luz divina, dando fama ao local da Cova da Iria. Fátima passou a ser sítio onde se realizavam milagres e curas diversas e os jornais faziam promoção destas maravilhas. O povo, sedento do sobrenatural, começou a ocorrer ao local, primeiro por curiosidade e de seguida fazendo promessas e /ou agradecendo os dons recebidos. Ali se «arrastam homens e mulheres de joelhos, mãos erguidas e rezando o terço. Estão a cumprir promessas feitas a Nossa Senhora do Rosário de Fátima ou a dirigir-lhe súplicas» (*Comércio do Porto*, 15 de maio de 1928). Entre o risível e a promoção dos feitos da Virgem, a imprensa tudo convergia para o potencial recetor da mensagem, evitando a passividade do público. Assim o jornal *Notícias de Leiria* difundia o seguinte:

Os milagres de Fátima aumentavam a todo o instante, tanto em qualidade como em variedade.

É um nunca acabar de curas, todas elas resultantes do formidável e inesgotável poder das águas milagrosas.

Têm V. Ex^a um calo agravado? Verrugas, uma perna curta? Um olho torto? Sofrem do coração? O intestino é renitente, esquivando-se ao cumprimento da sua função evacuadora? Não têm apetite? Doem-lhe os dentes? Qual tal, o estômago? E os pulmões? Têm azia? A tuberculose rói-lhe os pulmões? Alguma unha encravada? Coxeiam? A asma sufoca-os?

Pois, senhoras e senhores, meninos e meninas, velhos e novos, todos os que meleis, o remédio único, infalível, seguro e eficaz, rápido nos efeitos, pronto nos resultados, é um e só um.

Fátima! Fátima! Fátima! (*Notícias de Leiria*, 19 de Maio, 1928).

A Virgem de Fátima respondia às diferentes inquietações do povo, pois como escrevia um viajante anónimo francês, no início do século XIX, referindo-se a Portugal, a «ignorância suma do povo, e a má educação cristã, que lhe dá o clero» (*apud* Moreira e Machado 2007) aliada à alocação e aos interesses de quem estava no poder atestavam a construção dos milagres, axiais no aumento da devoção, tornando o culto a Nossa Senhora de Fátima o mais emblemático a nível nacional. Daí que, os jornais regionais promovessem de forma aberta ou em linguagem cifrada, os feitos da Virgem e o povo pouco alfabetizado corroborava as informações veiculadas, porque «não há parte alguma do mundo, onde as visões, revelações, milagres, e predições do futuro, sejam mais facilmente cridas, nem mais cegamente respeitadas» (*idem*: 50-51). Contudo, outras fontes de informação mais próximas dos movimentos anticlericais criticavam estas linhas editoriais, alegando que exploravam o povo analfabeto. Por essa mesma ocasião o jornal *Rebate* escrevia:

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

Fátima é o local escolhido por Nossa Senhora para manifestar o seu poder, a sua bondade, o seu amor. Mas então a Peneda, o Sameiro, os Remédios, a Lapa e outros locais em que a Virgem tem afamados santuários, já não são sítios em que se manifesta a bondade, o prodígio, o milagre?

Não será de estranhar que o comércio de Braga, de Lamego, etc., reclame contra o novo monopólio (12 de Maio de 1928).³⁴

A asserção expressa a importância do ímpeto das movimentações dos fiéis para as localidades visadas, ou seja, os efeitos colaterais dos ajuntamentos humanos para o comércio local. Por isso, não é de estranhar que as comunidades locais estavam interessadas na manutenção dos cultos.

| Devoções | Números | % |
|--------------------------------|------------|-------------|
| Nossa Senhora de Fátima | 308 | 21,6 |
| Santo António | 105 | 7,4 |
| S. Domingos | 30 | 2,1 |
| Nosso Senhor Jesus dos Aflitos | 24 | 1,7 |
| S. Sebastião | 18 | 1,3 |
| Nossa Senhora | 16 | 1,1 |
| Nossa Senhora da Conceição | 16 | 1,1 |
| S. Bento | 15 | 1,1 |
| Santa Rita | 12 | 0,8 |
| S. João | 11 | 0,8 |
| Jesus Cristo | 10 | 0,7 |
| Nossa Senhora da Assunção | 10 | 0,7 |
| S. Mamede | 10 | 0,7 |
| S. Bentinho | 8 | 0,6 |
| Nossa Senhora dos Prazeres | 7 | 0,5 |
| S. Pedro | 7 | 0,5 |
| Nossa Senhora do Castelo | 7 | 0,5 |
| Nossa Senhora dos Remédios | 6 | 0,4 |
| S. Bento da Porta Aberta | 6 | 0,4 |
| S. Cristóvão | 6 | 0,4 |
| S. José | 6 | 0,4 |
| Deus | 6 | 0,4 |
| Todos os Santos | 6 | 0,4 |
| Rainha Santa Isabel | 5 | 0,4 |

Tabela 18. Principais devoções/invocações portuguesas

Fonte: elaboração própria a partir de Lages (2000:409).

Estes números da tabela confirmam que o escopo religioso é tendencialmente mariano, manifestando-se na «pulverização em muitos pontos do território nacional de capelas, igrejas e santuários, de dimensões e alcance variáveis, dedicados a múltiplas

³⁴ Grifo do autor.

invocações de Nossa Senhora» (Santos 2006: 637). Nossa Senhora de Fátima é a Virgem mais acarinhada pelos portugueses.

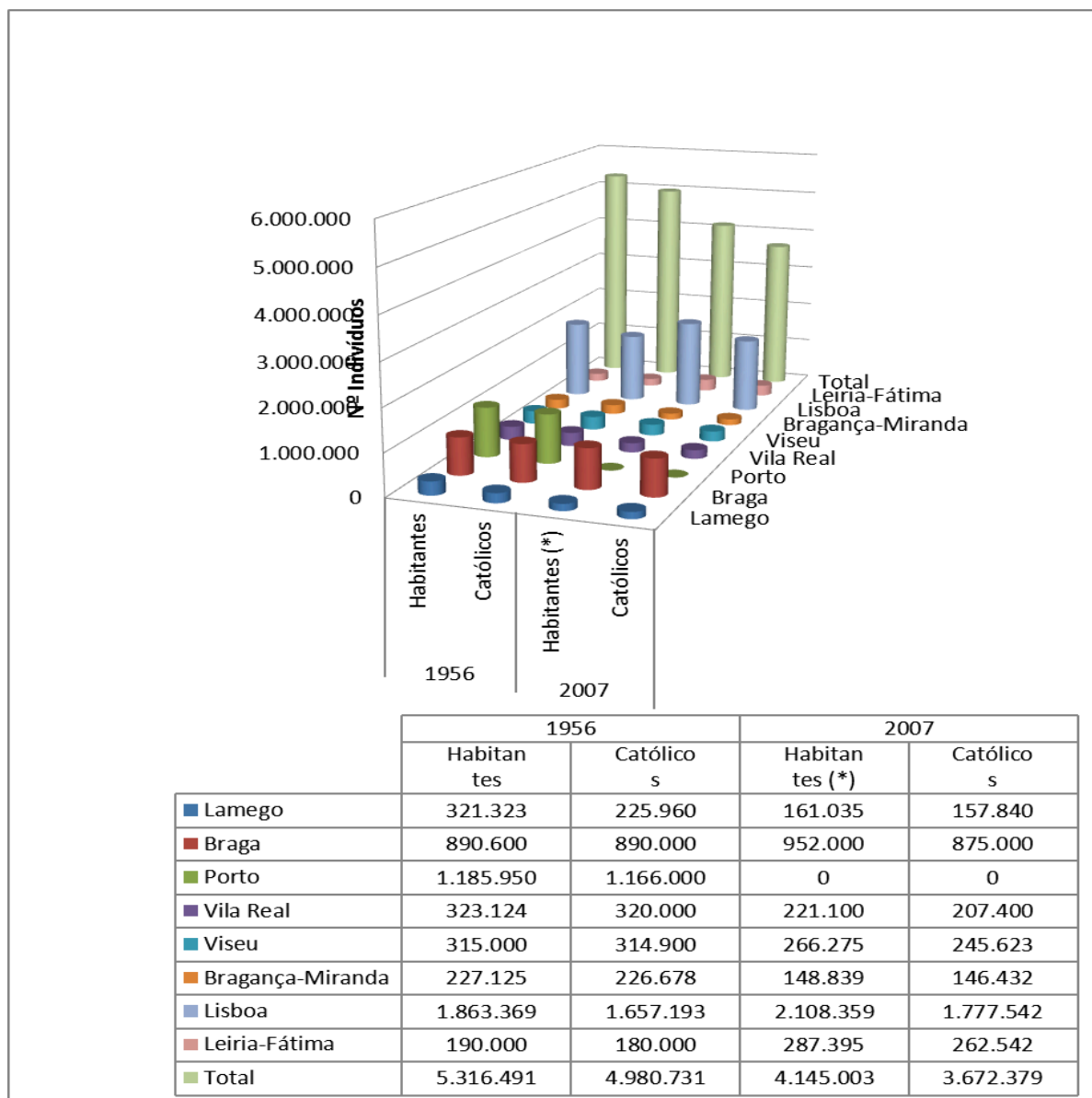


Gráfico 14. Recenseamento católico

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do anuário católico de Portugal, ano de 1956 e 2007
 (*) Censo de 2001.

O gráfico revela uma elevada aquiescência da religião católica (cerca de 90%) tanto no ano de 1957, como no ano de 2007. Na década de 50, o país caracterizava-se pelo bloqueamento e imobilismo tradicionalista e a supremacia da Igreja, influenciando a sociedade e as crenças, tradições e os índices de desenvolvimento sociocultural. A religião era o motor espiritual do povo português, estando presente na vida do indivíduo não só de forma explícita, mas sobretudo implícita desde a forma de organização do trabalho, relações familiares e de amizade, etc..

No final da primeira década do ano dois mil, o país enfrentou uma nova realidade com a crise económica, surgindo novos fluxos migratórios, mas a Igreja persistiu em impor uma visão tradicionalista do mundo e da sociedade, proclamando o conservadorismo religioso. O indivíduo desenvolveu laços de pertença à comunidade religiosa mantendo níveis elevados de adesão (tabela 19). Porém, estes números podem ser ilusórios não traduzindo de facto a completa pertença religiosa. Segundo Vilaça (2006 e 1999) a identidade religiosa é regulada por um conjunto de dimensões - uma fé, um corpo doutrinário, um culto, uma ética de conduta e uma vivência em comunidade - e o indivíduo é considerado religioso quando integra todas essas dimensões. Contudo, admite-se que esta categorização é complexa e ambígua e os indivíduos autodenominam-se católicos quando atingem tão-só uma ou duas destas dimensões; a tendência é considerarem-se católicos os indivíduos que receberam o sacramento do batizado e/ou que cumprem a prática dominical. Esta prática mantém valores muito elevados, conforme tabela 19.

| Dioceses | Prática Dominical | Peso % no total Nacional | População Residente na Diocese | Nº de Praticantes por 1000 habitantes |
|-----------------------------|-------------------|--------------------------|--------------------------------|---------------------------------------|
| Algarve | 33.339 | 1,70% | 400.000 | 83 |
| Angra | 60.832 | 3,10% | 249.030 | 244 |
| Aveiro | 71.771 | 3,70% | 309.495 | 232 |
| Beja | 12.835 | 0,70% | 220.194 | 58 |
| Braga | 350.013 | 18,10% | 945.000 | 370 |
| Bragança Miranda | 34.432 | 1,80% | 148.839 | 231 |
| Coimbra | 106.595 | 5,50% | 545.819 | 195 |
| Guarda | – | | 290.400 | |
| Évora | 26.009 | 1,30% | 288.000 | 90 |
| Funchal | 62.414 | 3,20% | 265.000 | 236 |
| Lamego | 53.790 | 2,80% | 144.727 | 372 |
| Leiria-Fátima | 72.048 | 3,70% | 268.621 | 268 |
| Lisboa | 219.974 | 11,40% | 2.267.397 | 97 |
| Portalegre-Castelo | 42.040 | 2,20% | 256.527 | 164 |
| Porto | 414.556 | 21,40% | 2.064.813 | 201 |
| Santarém | 36.841 | 1,90% | 285.000 | 129 |
| Setúbal | 34.997 | 1,80% | 650.000 | 54 |
| Viana do Castelo | | | 259.760 | |
| Vila Real | 63.898 | 3,30% | 208.200 | 307 |
| Viseu | 77.241 | 4,00% | 267.270 | 289 |
| Total | 1.773.625 | 91,60% | 267.581 | 6628 |
| Total de praticantes | 1.933.667 | 100,00% | 10.601.673 | 182 |

Tabela 19. Recenseamento da Prática Dominical (2001)

Fonte: anuário Católico de Portugal (2001-2002).

Os dados dos inquéritos revelam que a maioria dos inquiridos (92,2%) afirmam serem católicos, reiterando a importância da religião para o indivíduo conforme os dados apresentados na tabela 19. As debilidades socioeconómicas idearam quiçá a uma maior relação de dependência, pois quanto maior é a influência da religião sobre as pessoas mais necessidade as pessoas têm da religião.³⁵

Da observação efetuada verifica-se que a falta de identificação confessional não impede a participação dos indivíduos na festa, ainda que a soma da percentagem de ateus, agnósticos, indiferentes e protestantes seja muito diminuta, cerca de 7,8%.

| | Categoria | Frequência absoluta | % |
|-----------------------|------------------|----------------------------|------------|
| Religião que professa | Ateu | 0 | 0 |
| | Agnóstico | 10 | 5,2 |
| | Indiferente | 5 | 2,6 |
| | Católico | 178 | 92,2 |
| | Protestante | 0 | 0 |
| | Outro | 0 | 0 |
| | Total | 193 | 100 |

Tabela 20. Religião que professa

Fonte: Inquérito próprio (2007-2009).

As respostas dadas primam pela ortodoxia doutrinal e influência massiva do espiritual, resultando numa afiliação religiosa pouco variada.

³⁵ Segundo a teoria da *pirâmide de Maslow* nenhum homem pode estar convenientemente estruturado e feliz sem preencher o nível hierárquico anterior, surgindo assim a necessidade da religião como atributo estruturante, contribuindo para a felicidade do indivíduo.

PARTE II - A SOCIEDADE EM PEREGRINAÇÃO

Capítulo 1. Os Inquéritos: uma ferramenta de investigação

Os inquéritos estruturados foram a ferramenta utilizada na investigação empírica. Na fase preliminar da sua construção teve-se em conta o *apport* teórico resultante da bibliografia consultada não obstante a fragilidade na sua produção graças à dispersão de fontes e carências relativas à produção de estatísticas nacionais sobre os cultos e os romeiros, bem como a inexistência de uma base de dados regional. Nesse sentido, questionaram-se alguns serviços religiosos (diocese de Lamego e Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios), mas confirmou-se a inexistência da informação pretendida.

Após a redação preliminar, testou-se o inquérito-piloto no local, no dia oito de setembro de 2006, obtendo assim uma ideia acerca da adequada compreensão das perguntas selecionadas por parte dos inquiridos, tempo médio de resposta e de outros aspetos práticos. De seguida, corrigiram-se as eventuais omissões ou redundâncias, resultando a versão final, implementando-se os inquéritos no terreno através do contacto pessoal com o inquirido. Esta foi, sem dúvida, a principal ferramenta para o conhecimento qualitativo dos romeiros. Na verdade, poder-se-ia ter utilizado, dentro dos métodos qualitativos de investigação, a *entrevista aprofundada* que, não sendo representativa, mas ilustrativa do universo estudado, daria uma visão de profundidade sobre as razões e emoções da ida à festa; ou ainda, a técnica da entrevista *informador-chave* se, eventualmente, na romaria houvesse pessoas conhecedoras do assunto, sendo elas próprias uma fonte de investigação; porém, dada a composição eclética da festa, o inquérito estruturado seria o melhor instrumento para conhecer o público-alvo, as suas características socioeconómicas, residência e naturalidade, os custos monetários da viagem, o período de permanência no local e o seu grau de percepção da festa/culto. Os inquéritos, passíveis de interpretação e sistematização, foram divididos em quatro blocos:

- I. **Bloco I** – informações generalistas dos inquiridos e outros elementos necessários para a caracterização socioeconómica e profissional do romeiro: estado civil, profissão, habilitações académicas, naturalidade e residência;

- II. **No Bloco II** – elementos sobre a organização da viagem e estadia (organização da viagem, tipo de transporte utilizado, número de desvios efetuados e tempo de permanência, periodicidade e probabilidade de regresso);
- III. **Bloco III** – dados acerca da motivação e crença (motivações, crença na Nossa Senhora dos Remédios, características do comportamento religioso, participação e vivência dos rituais festivos);
- IV. **Bloco IV** – conhecimentos das expectativas de promoção e imagem da festa religiosa (apreciação dos canais e meios de divulgação e conjeturas relativamente ao seu futuro).

Foi difícil definir a dimensão da amostra, uma vez que não há estatísticas oficiais dos visitantes da festa ou um recenseamento prévio do universo total da população-alvo, desiderato manifestamente impossível no caso em estudo; apenas existem dados conjeturais das comissões das festas, apontando para cerca de 350.000 visitantes anuais. Por isso, devido às características da população-alvo e às condicionantes e limitações de ordem temporal e aos objetivos da investigação, utilizou-se uma amostragem não probabilística e por conveniência³⁶. Esta técnica permite uma redução do tempo no processo de recolha de dados, uma vez que só havia um dia para a realização do inquérito, mas tem o inconveniente de não permitir uma real representatividade da amostra, a partir do qual as conclusões retiradas podem ser extrapoladas para a população total, e posterior aceitação “universal” dos resultados. Além disso, a dimensão da amostra «não é, por si só, uma garantia da validade das estimativas retiradas da sondagem, pois depende também dos procedimentos de selecção da amostra e de recolha de informação (erros de informação)» (Lindon, *et al* 2000:83).

Como até à data em que se deu por concluída a versão final do inquérito não se conhece outro realizado nesta área geográfica, seguiu-se um caminho algo inexplorado, dando primazia ao inquérito realizado aos peregrinos em Fátima, subordinado ao tema *Vivência e percepção do espaço geográfico na construção do território religioso ao*

³⁶ A amostragem por conveniência foi constituída com base na facilidade de contacto e na disponibilidade dos indivíduos/romeiros.

*peregrino/turista em Fátima*³⁷ e um outro realizado, no ano de 1992, pelo Centro de Estudos Sociais, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, sobre o perfil do peregrino ao santuário de Nossa Senhora de Fátima³⁸, para auxiliar na elaboração das questões.

1.1 Enquadramento da Amostra

Para garantir uma maior maturidade das respostas, foram entrevistados 197 indivíduos, maiores de dezoito anos, que visitaram o santuário por períodos superiores a duas horas (considera-se que este tipo de visita tem características de permanência de tempo superiores a duas horas, excluindo todos os outros que efetuaram visitas de menor duração). Quando se apresentavam famílias ou grupos numerosos pedia-se que apenas um dos elementos preenchesse o questionário, a título pessoal. O objetivo era garantir um maior rigor na seleção das respostas, isenta de enviesamentos.

1.2 Calendário dos inquéritos

Os inquéritos foram realizados em função da necessidade de abarcar uma maior afluência de indivíduos, por isso escolheu-se o dia da celebração da festa da Nossa Senhora dos Remédios.

Para atenuar a possibilidade de ocorrência de erros ou distorções, os inquéritos foram distribuídos de 10 em 10 minutos, entre as 10h e as 20h, nos anos de 2007 e 2009, em vários pontos do perímetro do santuário. Efetuar os inquéritos *in situ* foi, a nosso ver, a única forma de evitar enviesamentos.

1.3 Conceção do inquérito

Redigiu-se o inquérito numa linguagem pouco hermética que, sem perda do rigor exigível para um trabalho desta natureza académica, fosse compreensível por parte

³⁷ Este inquérito está incluído no âmbito do trabalho de campo da tese de doutoramento em geografia sob o título *Espiritualidade e Território, Estudo geográfico de Fátima*, Foi publicado, em anexo, na mesma tese, no ano de 2006, pela autora - Maria da Graça Mougá Poças Santos.

³⁸ Este inquérito foi realizado por Carlos Fortuna e Claudino Ferreira, subordinado ao tema: *Estradas e Santuários: perfil socio religioso e motivações dos peregrinos caminhantes a Fátima*.

dos respondentes. Apesar deste cuidado, a prática revelou que, muitas vezes, para os que tinham menos habilitações académicas ou cujo fator idade era mais elevado, foi preciso descodificar as linguagens. Escreveu-se o inquérito apenas na língua portuguesa porque se constatou que o fluxo de indivíduos estrangeiros era muito diminuto.

Cada questionário foi acompanhado de uma lista de instruções de preenchimento e por uma carta dirigida aos visitantes, explicando o seu objetivo³⁹. Apesar de longo, com 6 páginas, houve a preocupação de que o tempo de resposta necessário não excedesse a duração média de 10 minutos, para não causar fadiga e/ou respostas apressadas, levando a eventuais distorções. Refira-se, a este propósito, que a generalidade dos inquiridos se mostrou interessado em cooperar e até muito curiosos em conhecer as características do trabalho de investigação.

Optou-se preferencialmente por formular questões fechadas⁴⁰ a fim de reduzir o tempo de resposta e facilitar o seu posterior processamento, tratamento e análise. Para não quebrar o entusiasmo dos inquiridos, e acolher situações não enquadráveis nas respostas padronizadas ou que não era possível formular em termos fechados, empregou-se questões de uso aberto relativamente à caracterização dos inquiridos (5,6 e 7). Para os casos em que as opções dicotómicas ou múltiplas, no âmbito de questões fechadas, poderiam não ser suficientes, introduziram-se também questões semiabertas, dando a possibilidade ao inquirido de acrescentar uma outra alternativa em todos os grupos de perguntas (4,11,15,16,19,21,22,24,26,27,28,30 e 33).

Já no que concerne ao grau de importância atribuída aos vários fatores na escolha de um destino, na pergunta 25, ou na importância atribuída aos meios de divulgação da romaria enquanto produto turístico, na questão 28, recorreu-se a uma escala do tipo *escala de Likert* com cinco intervalos, definindo em cada caso extremo um mínimo e um máximo de classificação possível, oscilando entre “nada importante” a “muito importante” de modo a que os inquiridos mais facilmente atestassem a sua compreensão em relação aos diferentes parâmetros.

³⁹ Ver Anexo 2 – Formulário do inquérito – Português.

⁴⁰ As questões foram redigidas de modo a apresentar uma listagem previamente definida das várias possibilidades de resposta, apresentadas sob a forma de alternativa, em termos dicotómicos ou não, de escolha múltipla e com escalas de avaliação quantitativa de 0 a 5 ou qualitativa - de nada importante pouco importante é muito importante.

1.4 Codificação, processamento e análise dos dados

Os dados primários resultantes do inquérito foram analisados com o recurso ao *Statistics Package for Social Sciences* (SPSS), que tem a enorme vantagem de permitir um grande e sofisticado leque de observações, servindo de suporte a boa parte da análise estatística descritiva apresentada na Parte II deste trabalho.

De acordo com a natureza dos dados e do tipo de análise estatística utilizou-se os seguintes métodos de tratamento de dados:

1) **Análise univariada** - cada variável é utilizada isoladamente, consistindo na exploração dos dados em termos de frequências, médias, desvios padrão e modas;

2) **Análise bivariada** - permite o estabelecimento de relações entre duas variáveis, com o objetivo de identificar relações entre as mesmas e/ou diferenças entre grupos (Pestana & Gageiro 1998). Para o efeito fizeram-se os seguintes testes: Testes de Qui Quadrado⁴¹, testes de Mann-Whitney⁴² e os testes de Kruskall Wallis⁴³

⁴¹ **Os Testes de Qui Quadrado** foram realizados com o objetivo de identificar relações estatísticas significativas entre variáveis de ordem nominal;

⁴² **Os Testes de Mann-Whitney** visam identificar diferenças significativas entre dois grupos independentes e comparar o número de vezes que um valor de uma das amostras tem um número de ordem superior ao da outra amostra;

⁴³ **Testes de Kruskall Wallis** na análise de diferenças entre mais do que dois grupos em relação a variáveis do tipo ordinal. Refira-se que a utilização esta técnica como alternativa não paramétrica ao teste Anova (tabela 45).

Capítulo 2. O perfil do romeiro: caracterização sociorreligiosa

Neste ponto far-se-á uma descrição do perfil do romeiro que visitou a festa de Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego, segundo o sexo, estado civil, idade, profissão e nível de escolaridade não obstante e sempre que possível confrontar-se-á dados do inquérito com os dados realizados, nos anos 2000/2001, aos peregrinos do Santuário de Nossa Senhora de Fátima, publicados em 2006.

A variável nominal “sexo” possui duas categorias (masculino e feminino). A variável idade foi medida numa escala ordinal de sete categorias (18-24, 25-34, 35-44, 45-54, 55-64, 65-75 e 75-84 anos); quanto à variável “formação escolar”, analisada inicialmente no inquérito piloto através de cinco categorias (sem formação, formação básica, secundária, universitário e pós-graduado), foi agregada, para mais fácil entendimento do inquirido, em seis categorias: “Sem instrução”, “1.º ao 4.º ano”, “5.º ao 6.º ano”, “7.º ao 9.º ano”, “10.º ao 12.º ano” e “Curso médio ou superior”; o estado civil foi categorizado em “casado/a”, “solteiro/a”, “divorciado/a ou separado/a” e “viúvo/a”. De seguida apresentam-se a distribuição das respostas:

2.1 Sexo

Analisando os gráficos facilmente se constata que o público do Santuário dos Remédios e o público do Santuário de Fátima são praticamente homogêneos com predominância das mulheres:

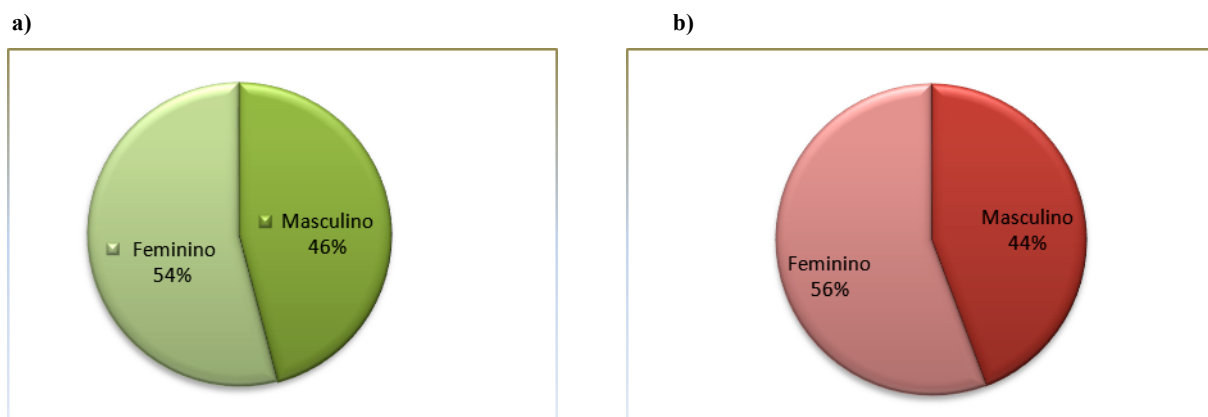


Gráfico 15. Níveis de participação

Fonte: a) Inquérito próprio (2007-2009); b) Santos, 2006.

Os gráficos a) e b) indicam que não existem diferenças muito significativas nos níveis de participação dos géneros - 54% mulheres e 46% homens - não obstante de uma ligeira predisposição do público feminino para as questões do foro religioso, sendo, porventura, as mulheres mais frequentadoras do culto e, portanto, mais observadoras das práticas religiosas.

2.2 Estado civil

A maioria dos inquiridos, quer no santuário de Nossa Senhora de Fátima quer no de Nossa Senhora, são casados (66% e 74,4%); logo depois os solteiros (25% e 18%); apenas uma ínfima parte da população inquirida é separado(a)/divorciado(a) (4% e 5%) e viúvo(a) (5% e 3%). Conquanto, estes resultados não comprovam que os indivíduos casados são mais devotos que os solteiros, divorciados ou viúvos, mas que este tipo de visita é feita por indivíduos com uma relação conjugal, conforme gráfico:

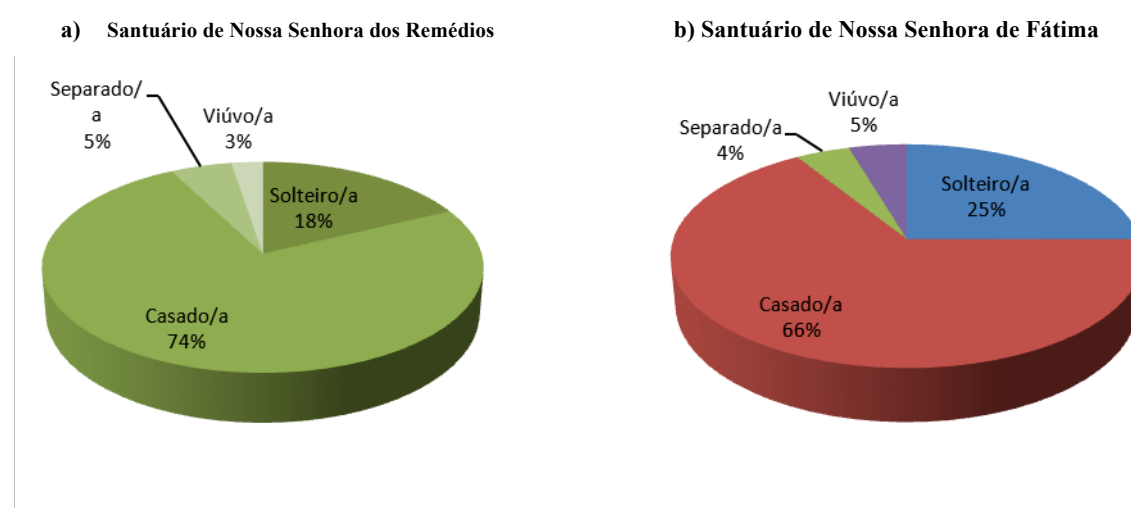


Gráfico 16. Estado civil

Fonte: a) Inquérito próprio (2007-2009); b) Santos, 2006.

2.3 Faixa etária

A classe etária mais representada na festa dos Remédios tem menos de 44 anos de idade (51,5%), seguindo-se depois uma camada de população mais velha, entre os 45 e os 64 anos (27%) e uma outra com 65 anos ou mais, representando 21,5% da amostra geral. Estes resultados demonstram que a festa é frequentada maioritariamente por um público de meia-idade.

| | Faixa etária | Frequência absoluta | | % |
|---------------------------------|--------------|---------------------|-----------------|----------------------------------|
| Idade | 15 a 24 | 24 | | 12,2 |
| | 25 a 34 | 36 | | 18,4 |
| | 35 a 44 | 41 | | 20,9 |
| | 45 a 54 | 23 | | 11,7 |
| | 55 a 64 | 30 | | 15,3 |
| | 65 a 74 | 37 | | 18,9 |
| | 75 a 84 | 5 | | 2,6 |
| | Total | 196 | | 100,0 |
| Estatísticas descritivas | N=196 | Mín.= 18 | Máx.= 78 | $\bar{x} = 45,72$ $s = 17,28$ |

Tabela 21. Total de indivíduos, segundo os grandes grupos etários

Fonte: Inquérito próprio (2007-2009).

Quanto à idade dos romeiros a análise aponta para uma maior diversidade e faixas etárias do que se poderia antecipar. A heterogeneidade dos públicos oscila entre os 18 e os 80 anos, sendo que a faixa etária compreendida entre os 35 e 44 anos representa a maioria dos participantes, (20,9%) seguindo-se uma camada de população mais idosa, compreendida entre os 65 e 74 anos, com 18,9%. É um público tendencialmente jovem-adulto com uma média de idades de 45,72 anos e um desvio padrão de 17,28 anos. Apesar da festa religiosa ser indissociável da diversão, da feira do gado, dos cantares ao desafio e do fogo-de-artifício permanece o desinteresse das gerações mais novas face a outras formas de lazer e diversão, sendo que as camadas mais jovens (até aos 24 anos) têm fraca expressão no evento (12,2%) talvez porque não lhes ocorre esta possibilidade no espetro das saídas.

2.3.1 Média de idades

Outro dado curioso a retirar da amostra diz respeito à média de idade em que os indivíduos são mais devotos. Como se trata de duas amostras independentes e de grande dimensão utilizou-se o *Teste T-Student* para proceder à comparação das médias etárias em cada um dos grupos. A diferença registada é estatisticamente significativa a 1%, pois o valor de prova obtido é inferior a este valor de referência, sendo a média de idades dos devotos de 49,09 anos, (tabela 22).

| Devoto da Senhora dos Remédios? | N | Média anos | Desvio padrão | Estatística do teste | Valor de prova |
|---------------------------------|-----|------------|---------------|----------------------|----------------|
| Sim | 154 | 49,09 | 15,790 | t=5,646 | p=0,000* |
| Não | 41 | 33,12 | 17,206 | | |

Tabela 22. Média das idades

Fonte: Inquérito próprio (2007-2009) * Significativo a 1%

2.4 Habilitações Académicas e Profissão

Relativamente ao capital escolar, é de referir que o nível de instrução dos inquiridos é muito heterogéneo. Os grupos mais representados possuem níveis de escolaridade muito diferenciada o que comprova que a festa possui uma capacidade de atração muito eclética, recrutando quer o público mais letrado, quer o menos instruído. Assim há, por um lado, 27,5% de indivíduos com uma formação escolar mais reduzida, entre o 1.º e o 4.º ano de escolaridade e, por outro, 22,3% dos respondentes estão habilitados com cursos médios e/ou superiores.

Em termos profissionais trata-se de uma população maioritariamente ativa que, em princípio, integra o sistema de emprego. Cerca de $\frac{2}{3}$ dos inquiridos (mais exatamente 68,9%) exercem uma profissão remunerada; os restantes são mulheres domésticas (15,3%), reformados (5,1%) e os estudantes, com uma taxa de 9,7%; os desempregados representam apenas 1%; as percentagens de indivíduos que exercem profissão são mais elevadas entre os homens do que entre as mulheres. Os serviços de natureza social, direta ou indiretamente dependentes do Estado/setor terciário, têm um peso de 44,4% no sistema do emprego, seguindo-se o setor primário com 17,9%; o setor secundário ocupa apenas uma parte residual dos indivíduos com 6,6%. Estas percentagens não surpreendem tendo em conta que o setor secundário é muito diminuto nas regiões rurais e o primário tem vindo a sofrer várias transformações, face ao declínio acentuado da agricultura, outrora o mais importante setor de atividade económica. Todavia, sendo a maioria dos inquiridos oriundos de localidades rurais, é provável que muitos deles exerçam a atividade agrícola em regime de pluriatividade, mas no contexto do inquérito declararam apenas a atividade que consideravam ser a sua ocupação principal, subvalorizando assim a agricultura. Estes resultados podem ser visualizados na tabela 23.

| | | Frequência absoluta | % |
|-------------------------|-------------------------|---------------------|------------|
| Habilitações Académicas | Sem instrução | 18 | 9,3 |
| | 1.º ao 4.º ano | 53 | 27,5 |
| | 5.º ao 6.º ano | 26 | 13,5 |
| | 7.º ao 9.º ano | 19 | 9,8 |
| | 10.º ao 12.º ano | 34 | 17,6 |
| | Curso médio ou superior | 43 | 22,3 |
| | Total | 193 | 100 |
| Profissão | Setor primário | 35 | 17,9 |
| | Setor secundário | 13 | 6,6 |
| | Setor terciário | 87 | 44,4 |
| | Doméstica | 30 | 15,3 |
| | Reformado | 10 | 5,1 |
| | Estudante | 19 | 9,7 |
| | Desempregado | 2 | 1,0 |
| | Total | 196 | 100 |

Tabela 23. Instrução e Profissão

Fonte: Inquérito próprio (2007-2009).

2.5 Naturalidade e Residência

De seguida, indagou-se sobre a distribuição geográfica dos romeiros, tendo-se como referência as grandes regiões do norte, do centro e do sul⁴⁴.

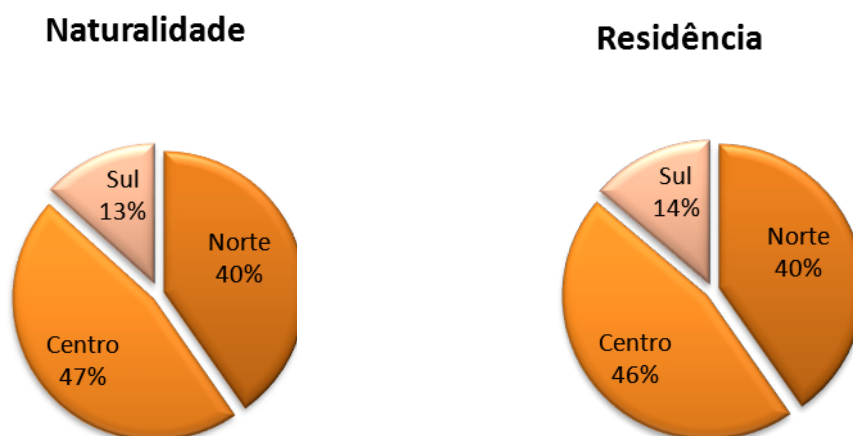


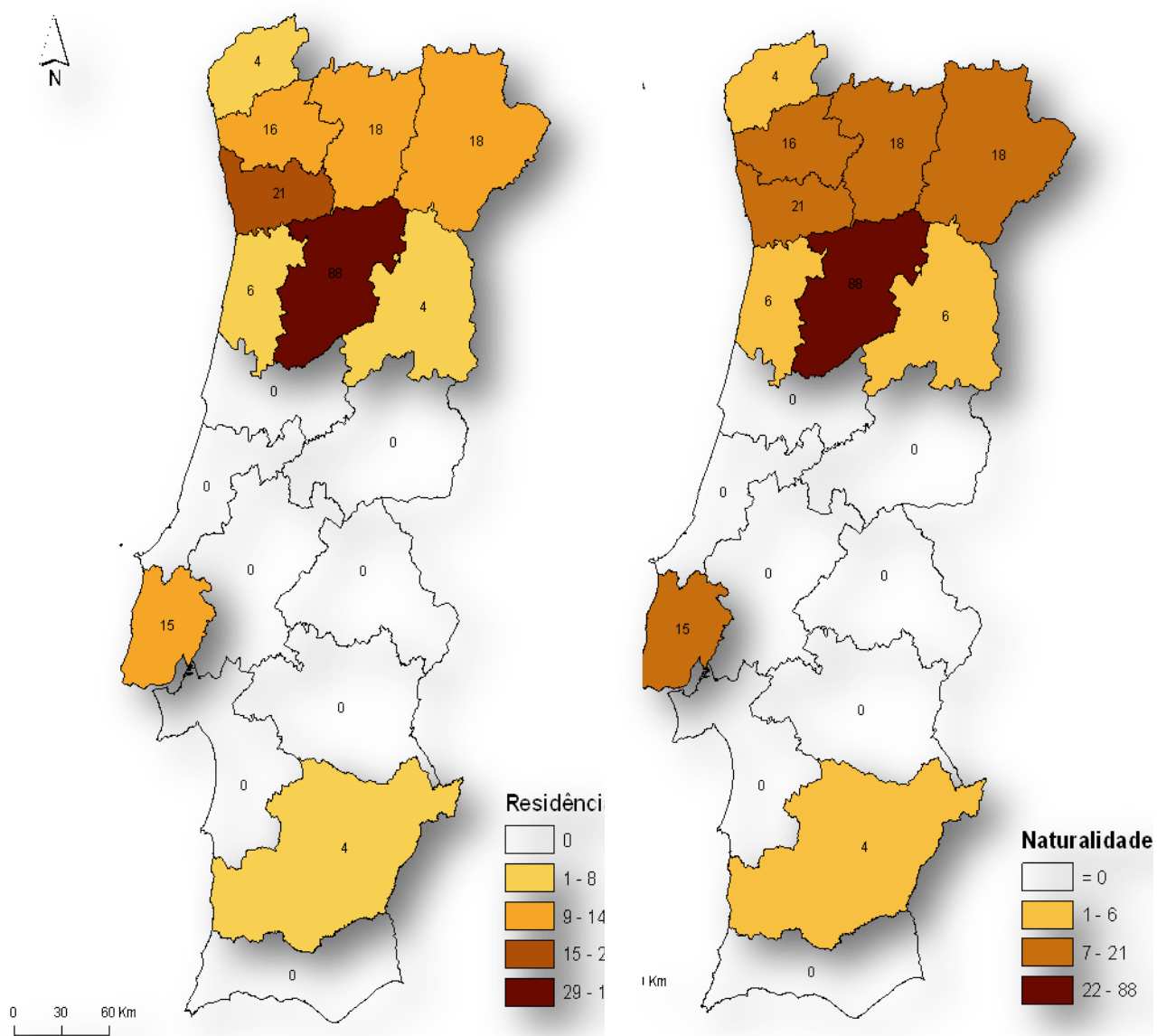
Gráfico 17. Naturalidade e Residência

Fonte: Inquérito próprio (2007-2009).

O gráfico 17 indica que a maioria dos inquiridos não percorreram grandes distâncias para adorar a Virgem dos Remédios, residindo na área contígua ao santuário e/ou nos concelhos limítrofes. Pese embora alguma discrepância, em termos percentuais destacam-se duas grandes regiões: Norte e Centro, com cerca de 47% - 40% no que respeita à naturalidade e 46% - 40% no que se refere ao local de residência. Somente 13% dos inquiridos eram naturais da região Sul e 14% residentes nessa região.

De seguida apresentam-se dois mapas de densidade que permitem traçar o mapeamento da capacidade de irradiação da festa dos Remédios (mapa 4) e o público do Santuário de Nossa Senhora de Fátima (mapa 5). Estes resultados podem ser úteis para melhorar se compreender a tipificação apresentada em abstrato no gráfico 17.

⁴⁴ Não consideramos as regiões definidas nas NUT mediante o Decreto-Lei, n.º 244/2002 de 05 de novembro, porque as áreas regionais do Alentejo Interior e Algarve não tinham qualquer expressão.

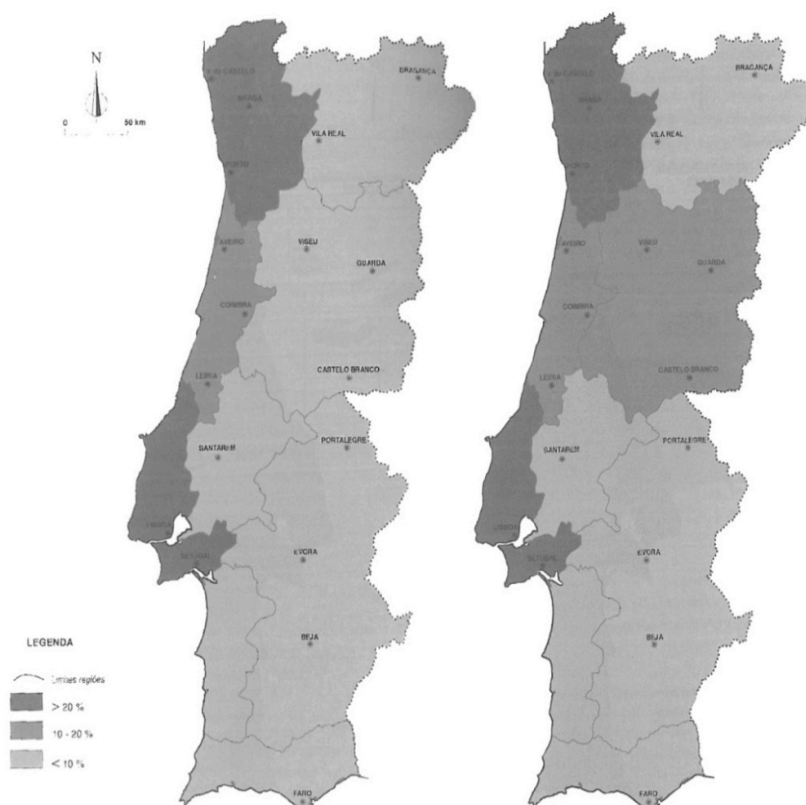


Mapa 4. Naturalidade/residência dos inquiridos no Santuário de Nossa Senhora dos Remédios

Fonte: *Geographic Information System (GIS)* com base nos dados nos inquérito próprios (2007-2009).

a) Naturalidade

b) Residência



Mapa 5. Naturalidade/ residência dos inquiridos no Santuário de Nossa Senhora de Fátima

Fonte: Santos, 2006 :507-508.

Ao compararam-se os dados do Santuário de Nossa Senhora dos Remédios (mapa 4) com os dados do Santuário de Nossa Senhora de Fátima (mapa 5) uma reflexão surge de imediato: a Virgem dos Remédios não arrasta grandes multidões das localidades mais distantes, escorando-se na região talvez porque o romeiro percebe o seu significado, representando *grosso modo* a história da comunidade local. Entre as localidades de proveniência, destacam-se os distritos mais próximos do santuário, figurando cidades intermédias, localizadas na Região Norte como Bragança, Vila Real e Braga, e ainda a cidade do Porto, considerada a segunda maior cidade do País. Estes romeiros, apesar de não serem da localidade, encontram-se familiarizados com a festa, tendo um comportamento semelhante ao romeiro local ao cumprirem promessas e/ou ao assistirem à

Procissão do Triunfo (conforme tabela 24 e seguintes), pondo a descoberto os traços de uma religiosidade muito comum na grande região do norte. O Santuário de Nossa Senhora de Fátima atrai público sobretudo da Região Norte e Centro Litoral; em ambos os casos (Remédios e Fátima) destacam-se os distritos de Braga e Porto talvez porque estas regiões oferecem um quadro religioso sombrio estando, por isso, necessariamente as populações mais predispostas e acostumadas com a adoração mariana, existindo santuários e devoções congêneres bem como um valioso património religioso edificado, com o qual o público está familiarizado e quiçá mesmo dependente; é o caso do distrito de Braga que, embora o número de romeiros no Santuário de Nossa Senhora dos Remédios seja quase idêntico ao do distrito de Lisboa (16), o seu património religioso e as práticas de piedade popular (cerimónias da Semana Santa) têm sido valorizadas como polos de atração turística, com capacidade de irradiação internacional.

É interessante notar o número significativo de romeiros que participaram na festa de Nossa Senhora dos Remédios bem como no de Santuário de Nossa Senhora de Fátima oriundos e/ou naturais da grande região do sul; no caso de Lamego poderá estar relacionado, além da motivação religiosa, com o regresso às origens, acabando a festa e a devoção por funcionarem como um mecanismo de legitimação/identificação. Salvo a exceção supracitada do distrito de Lisboa, os dados permitem aventar a participação muito reduzida de indivíduos da região sul nos santuários.

Mas se é à escala local que a festa religiosa de Nossa Senhora dos Remédios angaria o maior número de público, quais são as motivações que levam o indivíduo a deslocar-se à romaria?

As romarias são tributárias de um conjunto de práticas formalizadas e representações valorizadas quer pela singularidade quer pelo significado, muitas das quais fixadas por transmissão oral. Os valores de prova obtidos nos *Testes de Qui-Quadrado* comprovam que a naturalidade poderá influenciar os indivíduos a participarem na festa, conforme tabela:

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| | | Região de naturalidade | | | Teste qui-quadrado |
|---|----------------------|------------------------|---------------|---------------|---|
| | | Norte | Centro | Sul | |
| Cumprimento de promessa | Sim | 32 (40,5%) | 53 (58,2%) | 3 (11,5%) | $\chi^2 = 18,861; g.l. = 2;$ $p = 0,000^*$ |
| | Não | 47 (59,5%) | 38 (41,8%) | 23 (88,5%) | |
| Motivo da promessa | Doença | 21 (95,5%) | 35 (83,3%) | 2 (100%) | NR |
| | Resultados Escolares | 0 | 1 (2,4%) | 0 | |
| | Serviço militar | 0 | 1 (2,4%) | 0 | |
| | Sucesso | 1 (4,5%) | 5 (11,9%) | 0 | |
| Fé /culto | Sim | 39 (49,4%) | 54 (59,3%) | 10 (38,5%) | $\chi^2 = 4,073; g.l. = 2;$ $p = 0,13^{NS}$ |
| | Não | 40 (50,6%) | 37 (40,7%) | 16 (61,5%) | |
| Visitar familiares ou amigos | Sim | 15 (19%) | 3 (3,3%) | 23 (88,5%) | $\chi^2 = 10,904; g.l. = 2;$ $p = 0,004^*$ |
| | Não | 64 (81%) | 88 (96,7%) | 3 (11%) | |
| Conhecer novos lugares e pessoas | Sim | 0 | 0 | 5 (19,2%) | NR |
| | Não | 79 (100%) | 91 (100%) | 21 (80,8%) | |
| Património Material | Sim | 3 (3,8%) | 1 (1,1%) | 7 (26,9%) | $\chi^2 = 26,281; g.l. = 2;$ $p = 0,000^*$ |
| | Não | 76 (96,2%) | 90 (98,9%) | 19 (73,1%) | |
| Património Imaterial | Sim | 1 (1,3%) | 0 | 10 (38,5%) | NR |
| | Não | 78 (98,7%) | 91 (100%) | 16 (61,5%) | |
| Procissão | Sim | 43 (54,4%) | 39 (42,9%) | 9 (34,6%) | $\chi^2 = 3,959; g.l. = 2;$ $p = 0,138^{NS}$ |
| | Não | 36 (45,6%) | 52 (57,1%) | 17 (65,4%) | |
| Lazer e entretenimento | Sim | 7 (8,9%) | 16 (17,6%) | 2 (7,7%) | $\chi^2 = 3,581; g.l. = 2;$ $p = 0,167^{NS}$ |
| | Não | 72 (91,1%) | 75 (82,4%) | 24 (92,3%) | |

Tabela 24. Motivos da vinda à festa

Fonte: Inquérito próprio (2007-2009); NS – Não significativo; * - significativo a 1%.

A tabela salienta pontos importantes da alma anónima do povo que se prendem com a variável naturalidade. Os inquiridos das Regiões do Centro e do Norte mencionaram fatores associados aos fenómenos religiosos como a fé/culto (59,3% nos primeiros e 49,4% nos segundos), o cumprimento de promessa (58,2% e 40,5%) e a assistência à procissão (42,9% e 54,4% respetivamente) como axiais para participarem na festa. Os romeiros da Região Sul indicaram o património imaterial (38,5%) e o património material (26,9%), mas sobretudo o regresso à terra para visitar familiares e amigos (88,5%). Entre os inquiridos das três grandes regiões a procissão foi o evento/motivo que acolheu maior unanimidade para a deslocação - Região Norte 54,4%, Região Centro 42,9% e Região Sul 34,6%.

Os dados permitem concluir que existem no quadro religioso particularidades e afinidades que aproximam entre si a região do norte e do centro. Estas regiões essencialmente rurais

apreendem-se padrões recorrentes de comportamento que têm a religião como pilar, fomentando um sistema de interdependências e solidariedades, onde as permanências, as continuidades e as mudanças nas estruturas ideológicas se explicam fundamentalmente pelo papel que a Igreja exerceu sobre estes territórios, ao longo dos séculos. Apesar de redutores de multidimensionalidade, subjaz aqui uma concetualização da identidade regional, contudo e, em alguns casos, as motivações culturais se associam às religiosas, perante a existência de um património artístico e cultural valioso, «as viagens das pessoas incluídas neste grupo [turismo cultural] são provocadas pelo desejo de ver as coisas novas, de aumentar os conhecimentos, de conhecer as particularidades e os hábitos de outras populações, (...) ou ainda por motivações religiosas» (Cunha 1997:23).

De seguida apresentam-se outras conclusões, pois não foi só a porção física do terreno (festa) mais os romeiros que o pisam que constitui o objeto do estudo, mas sim outras dimensões das relações sociais e religiosas que adiante se apresentam.

2.6 Devoção

Neste ponto pretende-se analisar aspetos intangíveis da festa, ou seja, a alma que alimenta a expressão e a finalidade da celebração, encerrando em si a generalidade dos preceitos, de complementaridade e interatividade entre a herança patrimonial e a herança simbólica. A maioria dos inquiridos (79%) revelou ser devoto de Nossa Senhora dos Remédios.

Para efeitos comparativos, questionou-se os romeiros acerca da devoção a Nossa Senhora dos Remédios e a Nossa Senhora de Fátima sendo certo que a devoção não impõe fronteiras físicas. Os dados confirmam que existe uma diferença substancial em termos de percentagens totais sendo que 61% afirmou ser mais crente em Nossa Senhora de Fátima do que na Nossa Senhora dos Remédios. Estes resultados, apesar de parcelares, reiteram os dados apresentados pelo estudo da Universidade Católica (Lages 2000:401), confirmando a preferência dos portugueses pela devoção a Nossa Senhora de Fátima. Na verdade, o santuário de Nossa Senhora de Fátima recebe anualmente cerca de quatro milhões de visitantes: dois milhões nos dias de celebração (dias 13 de maio e outubro) e mais dois milhões, ao longo de todo o ano (Mendes, 2009:12); o santuário de Nossa Senhora dos Remédios, segundo esmo officiosos da comissão de festas, recebeu, no ano de 2007, cerca de 450 mil visitantes anuais: 350 mil visitantes nos dias de solenidade e aproximadamente mais 100 mil, ao longo do ano. Estes números são indicadores meramente grosseiros dando conta da grandeza e do interesse da devoção a Nossa Senhora de Fátima e, por comparação, dos números interessantes relativos à festa dos Remédios, como é vulgarmente conhecida.

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| | | Frequência absoluta | % |
|--|--------------|---------------------|------------|
| É devoto da Senhora dos Remédios | Sim | 154 | 79,0 |
| | Não | 41 | 21,0 |
| | Total | 195 | 100 |
| É mais crente na Senhora dos Remédios do que na Nossa Senhora de Fátima? | Sim | 76 | 39,0 |
| | Não | 119 | 61,0 |
| | Total | 195 | 100 |
| A Senhora dos Remédios é importante para a sua família? | Sim | 158 | 81,0 |
| | Não | 37 | 19,0 |
| | Total | 195 | 100 |
| Quantos membros da família participam na festa? | 0 | 34 | 17,3 |
| | 1 | 17 | 8,7 |
| | 2 | 60 | 30,6 |
| | 3 | 62 | 31,6 |
| | 4 | 5 | 2,6 |
| | 5 | 17 | 8,7 |
| | 22 | 1 | 0,5 |
| | Total | 196 | 100 |

Tabela 25. Crença em Nossa Senhora dos Remédios

Fonte: Inquérito próprio (2007-2009).

Os dados disponíveis mostram que a Virgem dos Remédios é importante para as famílias dos inquiridos (81%), um dado confirmado pelos valores relativos às famílias participantes. Participar na festa é expressar uma certa relação pessoal com a Virgem. A vivência e expressão de fé são por natureza um ato coletivo e familiar, participando, no caso em estudo, entre dois a três membros do mesmo agregado; ir à festa é muito mais do que passar um dia com a família; destapa-se o *background* religioso do grupo e/ou família, estabelecendo-se uma identidade paritária entre os romeiros que se partilha e, ao mesmo tempo, se guarda e transmite. Por isso, as deslocções à festa são relações “horizontais” independentemente das intenções particularizadas, das mais gratuitas às mais complexas, e as quais urge dar resposta, fora de qualquer abordagem em termos de juízos de valor. Estes números podem ser explicados pela anamnese que segundo Catroga: «visa inserir os indivíduos em cadeias de filiação identitária, distinguindo-os e diferenciando-os em relação aos outros – suposta como entidade omnipresente em todas as fases da vida -, ou da perenidade do grupo, deveres e lealdades endógenas» (Catroga 2001: 25-26). Além disso, existem indicadores sociais - sexo, habilitações académicas e a naturalidade - que são fundamentais para a compreensão da devoção, influenciando-a de sobremaneira, em diversos domínios. A devoção mariana foi/é um discurso tradicional e, por isso mesmo, um fenómeno coletivo que teve a convivência política desde a fundação do reino. Esta aproximação, e/ou distinção, políticorreligiosa deixou marcas indeléveis na cultura portuguesa não apenas nas localidades mais importantes, mas, pelo menos, por força das necessidades de evangelização, em todas as paróquias influenciando as relações sociais. Para melhor se compreender estes impactos utilizou-se o teste de independência do *Qui-Quadrado*

(tabela 26 e 27). Os resultados dão conta que entre as duas devoções (Nossa Senhora dos Remédios e Nossa Senhora de Fátima) têm no conspecto geral desígnios comuns se bem que a Virgem dos Remédios esteja mais direcionada para um público local/regional e a Virgem de Fátima mais especializada em atrair um público mais vasto, de âmbito inter-regional/internacional.

Quanto ao género, apesar das mulheres serem mais devotas que os homens na Virgem dos Remédios (81% *versus* 76,7%) o valor de prova obtido foi de 0,073 <10%, sendo estas mais devotas da Virgem de Fátima do que da Senhora dos Remédios. No que respeita às habilitações académicas registam-se diferentes níveis de escolaridade, sendo que os inquiridos com menos habilitações, entre o 1.º ano e o 9.º ano de escolaridade, são mais devotos da Senhora dos Remédios, e o público mais letrado mais piedoso da Senhora de Fátima. Embora a evidência empírica seja apenas resultado de números, cujo significado é indizível, residem aqui fatores extrínsecos à própria devoção; pois, como se verificou anteriormente, a devoção a Nossa Senhora de Fátima tem uma irradiação mais alargada (Santos 2006: 637), recrutando devotos indiferenciados e em todos os grupos etários, sociais, económicos e/ou culturais; com o êxodo rural e os movimentos migratórios muitos portugueses saíram das suas terras de origem à procura de melhores condições de vida; chegados às novas localidades optaram por venerar a devoção de feição nacional, pois o mais importante é manter a ligação religiosa, independentemente da roupagem. Por essa mesma ordem de razão, a devoção a Nossa Senhora de Fátima, embora não tenha apagado as manifestações dos cultos locais, que continuam a existir um pouco por toda a parte, foi «concentrando em si uma grande parte dessa devoção tradicional» (*Idem*), acantonando devoções regionais. Efetivamente, sem querer cair em considerações apologéticas, nem numa visão redutora e simplista da realidade, tudo indica que os indicadores sociais influenciam na devoção conforme os quadros de referência pessoal, as coordenadas espaço-geográficas, a mentalidade dos seus protagonistas e o complexo jurídico, político e económico em que as grandes linhas da devoção são gizadas daí que a Virgem dos Remédios mantem uma relação dialética com os indivíduos residentes nas comunidades próximas do santuário e nenhum dos inquiridos da Região Sul disse ser mais devoto na Senhora dos Remédios do que na Senhora de Fátima, conforme tabelas seguintes:

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| É devoto da Senhora dos Remédios? | | Sim | Não | Teste qui-quadrado |
|-----------------------------------|-------------------------|------------|------------|--|
| Sexo | Masculino | 69 (76,7%) | 21 (23,3%) | $\chi^2 = 0,536; g.l. = 1; p = 0,464^{NS}$ |
| | Feminino | 85 (81%) | 20 (19%) | |
| Habilitações académicas | Sem instrução | 18 (100%) | 0 | $\chi^2 = 76,854; g.l. = 5; p = 0,000^*$ |
| | 1 – 4 ano | 52 (100%) | 0 | |
| | 5 – 6 ano | 26 (100%) | 0 | |
| | 7 – 9 ano | 18 (94,7%) | 1 (5,3%) | |
| | 10 – 12 ano | 12 (35,3%) | 22 (64,7%) | |
| | Curso médio ou superior | 26 (60,5%) | 17 (39,5%) | |
| Profissão | Sector primário | 34 (100%) | 0 | $\chi^2 = 45,759; g.l. = 5; p = 0,000^*$ |
| | Sector Secundário | 11 (84,6%) | 2 (15,4%) | |
| | Sector terciário | 65 (74,7%) | 22 (25,3%) | |
| | Doméstica | 30 (100%) | 0 | |
| | Reformado | 6 (60%) | 4 (40%) | |
| | Estudante | 6 (31,6%) | 13 (68,4%) | |
| Região de naturalidade | Região Norte | 59 (74,7%) | 20 (25,3%) | $\chi^2 = 27,255; g.l. = 2; p = 0,000^*$ |
| | Região Centro | 83 (92,2%) | 7 (7,8%) | |
| | Região sul | 12 (46,2%) | 14 (53,8%) | |

Tabela 26. Devoção na Nossa Senhora dos Remédios: sexo, habilitações académicas, profissão e naturalidade

Fonte: Inquérito próprio (2007-2009); NS – Não significativo; * - significativo a 1%.

| É mais devoto da Senhora dos Remédios do que da Senhora de Fátima? | | Sim | Não | Teste qui-quadrado |
|--|-------------------------|------------|------------|---|
| Sexo | Masculino | 29 (32,2%) | 61 (67,8%) | $\chi^2 = 3,204; g.l. = 1; p = 0,073^{***}$ |
| | Feminino | 47 (44,8%) | 58 (55,2%) | |
| Habilitações académicas | Sem instrução | 4 (22,2%) | 14 (77,8%) | $\chi^2 = 63,876; g.l. = 5; p = 0,000^*$ |
| | 1 – 4 ano | 31 (59,6%) | 21 (40,4%) | |
| | 5 – 6 ano | 18 (69,2%) | 8 (30,8%) | |
| | 7 – 9 ano | 15 (78,9%) | 4 (21,1%) | |
| | 10 – 12 ano | 5 (14,7%) | 29 (85,3%) | |
| | Curso médio ou superior | 2 (4,7%) | 41 (95,3%) | |
| Profissão | Sector primário | 13 (38,2%) | 21 (61,8%) | $\chi^2 = 9,002; g.l. = 5; p = 0,109^{NS}$ |
| | Sector secundário | 6 (46,2%) | 7 (53,8%) | |
| | Sector terciário | 29 (33,3%) | 58 (66,7%) | |
| | Doméstica | 18 (60%) | 12 (40%) | |
| | Reformado | 2 (20%) | 8 (80%) | |
| | Estudante | 6 (31,6%) | 13 (68,4%) | |
| Região de naturalidade | Região Norte | 15 (19%) | 64 (81%) | $\chi^2 = 61,267; g.l. = 2; p = 0,000^*$ |
| | Região Centro | 61 (67,8%) | 29 (32,2%) | |
| | Região sul | 0 | 26 (100%) | |

Tabela 27. Devoção na Nossa Senhora de Fátima: sexo, habilitações académicas, profissão e naturalidade

Fonte: Inquérito próprio (2007-2009); NS – Não significativo; * - significativo a 1%; *** - significativo a 10%

2.7 Perfil comportamental: motivacional e preferencial

No seguimento da análise efetuada interessa avaliar quais os fatores e motivações que se destacam aquando da vinda à festa. Para isso, analisaram-se os inquiridos numa componente qualitativa-intensiva. Os indivíduos tinham de justificar algumas das suas respostas, dando-lhes a oportunidade de justificar as escolhas. Esta técnica foi fundamental e auxiliar para se fazer uma aproximação da vida quotidiana, dos hábitos e costumes da comunidade de romeiros; necessitou de grande rigor, numa lógica de observação dos dados, uma vez que a interação entre o entrevistador e o entrevistado pode criar alguns efeitos perversos, condicionando as respostas, pois muito dificilmente o entrevistador consegue ser completamente neutro e o entrevistado absolutamente espontâneo. Na certeza de que uma pesquisa deste género não tem evidentemente nenhum objetivo de representatividade, pretendeu-se sobretudo captar subjetividades e lógicas singulares que devem ser encaradas como meios que vão para além do que os instrumentos estatísticos apreendem habitualmente.

Através da informação recolhida, tabela 28, foi possível detetar um conjunto de motivações e de intenções de quem procura a festa. Cada indivíduo traz consigo uma diversidade de expectativas, destacando-se a fé (52,6%), a procissão (46,4%) e o cumprimento de promessa (44,9%) como as motivações mais apontadas. Em relação a este último motivo (cumprimento de promessa) é lícito supor uma certa relação causa-efeito – viagem-promessa -, ou seja, o romeiro faz a viagem com o intuito de pagar a promessa. Este tipo de deslocação traz consigo uma carga emocional e simbólica, atalhando, muitas vezes, alguma situação calamitosa e/ou fragilizada em que se encontra; 94% dos indivíduos indicaram quais os dividendos a recolher: em primeiro lugar, o inquirido pediu favores para a vida- uma solução para a enfermidade própria ou de familiares (90,4%)-; em segundo lugar, o sucesso para si e/ou para os seus, quer profissional (7,2%) e/ou escolar (1,2%); em terceiro lugar, sucesso no serviço militar. Estes resultados são apresentados na tabela seguinte:

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| | | Frequência absoluta | % |
|----------------------------------|----------------------|---------------------|------------|
| Cumprimento de promessa | Sim | 88 | 44,9 |
| | Não | 108 | 55,1 |
| | Total | 196 | 100 |
| Motivo da promessa | Doença própria ou de | 75 | 90,4 |
| | Resultados escolares | 1 | 1,2 |
| | Serviço militar | 1 | 1,2 |
| | Sucesso profissional | 6 | 7,2 |
| | Total | 83 | 100 |
| Fé ou culto | Sim | 103 | 52,6 |
| | Não | 93 | 47,4 |
| | Total | 196 | 100 |
| Visitar familiares ou amigos | Sim | 21 | 10,7 |
| | Não | 175 | 89,3 |
| | Total | 196 | 100 |
| Conhecer novos lugares e pessoas | Sim | 5 | 2,6 |
| | Não | 191 | 97,4 |
| | Total | 196 | 100 |
| Património material | Sim | 11 | 5,6 |
| | Não | 185 | 94,4 |
| | Total | 196 | 100 |
| Património imaterial | Sim | 11 | 5,6 |
| | Não | 185 | 94,4 |
| | Total | 196 | 100 |
| Procissão | Sim | 91 | 46,4 |
| | Não | 105 | 53,6 |
| | Total | 196 | 100 |
| Lazer e entretenimento | Sim | 25 | 12,8 |
| | Não | 171 | 87,2 |
| | Total | 196 | 100 |

Tabela 28. *Motivos de participação na festa*

Fonte: Inquérito próprio (2007-2009).

A vinda à festa é por isso multifuncional e dotada de diferentes matizes, existindo um olhar focado na devoção e/ou diversão com influência de um ou outro aspeto, conforme o ensejo e a prática pessoal de cada participante. Os respondentes apontaram ainda outras motivações de natureza diversa; entre elas, destaca-se a visita a familiares e amigos (10,7% dos inquiridos); a fruição da paisagem bem como conhecer o património material e/ou imaterial da região (11,2%).

No estudo, procurou-se também saber as razões que motivaram os inquiridos a repetirem a visita; das respostas obtidas, 77,5% dos respondentes justificaram motivações religiosas, tabela 29. A expressividade destes números pode ser explicada pelo facto de a devoção mariana fazer parte do processo de construção ideológica portuguesa mormente dos lamecenses; 24,4% dos inquiridos repetiram a visita por razões de lazer, entretenimento e a diversão; 14,4% indicou o património

cultural e natural da região; 13,8% visitar familiares e amigos. A qualidade dos produtos e serviços bem como os negócios apresentaram percentagens nulas, conforme tabela seguinte.

| | | Frequência absoluta | % |
|--|--------------|---------------------|------------|
| Motivações religiosas ou devoção | Sim | 124 | 77,5 |
| | Não | 36 | 22,5 |
| | Total | 160 | 100 |
| Visitar familiares ou amigos | Sim | 22 | 13,8 |
| | Não | 138 | 70,4 |
| | Total | 160 | 100 |
| Gastronomia | Sim | 12 | 7,5 |
| | Não | 148 | 92,5 |
| | Total | 160 | 100 |
| Alto Douro vinhateiro – Património Mundial da Humanidade | Sim | 9 | 5,6 |
| | Não | 151 | 94,4 |
| | Total | 160 | 100 |
| Património cultural e natural da região | Sim | 23 | 14,4 |
| | Não | 137 | 85,6 |
| | Total | 160 | 100 |
| Qualidade dos produtos e serviços | Sim | 0 | 0 |
| | Não | 160 | 100 |
| | Total | 160 | 100 |
| Acolhimento das pessoas | Sim | 4 | 2,5 |
| | Não | 156 | 97,5 |
| | Total | 160 | 100 |
| Lazer, entretenimento ou diversão | Sim | 39 | 24,4 |
| | Não | 121 | 75,6 |
| | Total | 160 | 100 |
| Negócios | Sim | 0 | 0 |
| | Não | 160 | 100 |
| | Total | 160 | 100 |

Tabela 29. Motivos de repetição da visita

Fonte: Inquérito próprio (2007-2009).

Este resultado exige algumas reflexões: por um lado, a interpenetração dos negócios na festa ou devoção pode ser explicado pelo facto de o turismo de negócios ser um produto estratégico na oferta turística das cidades, não figurando nas motivações de repetição da visita; por outro, e partindo do postulado de que a análise foi efetuada num meio galardoado com o título de Património da Humanidade, a percentagem de indivíduos que o referiu é muito reduzida (5,6%), o que revela que, apesar da distinção, há alguma dificuldade deste tipo de património criar trânsito e prestar uma atenção continuada aos visitantes, talvez porque o público que o desfruta tem tendência a considerá-lo definitivamente visto após a primeira abordagem.

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

De seguida apresentam-se os resultados do *Teste do Qui-Quadrado* (tabela 30) e do *Teste T-Student* e *Mann-Whitney* (tabela 31) para testar a hipótese se o fator sexo e a causa idade condicionam as diferentes experiências de visita.

| | | Género | | Teste do qui-quadrado |
|----------------------------------|----------------------|------------|-------------|---|
| | | Masculino | Feminino | |
| Cumprimento de promessa | Sim | 40 (44,4%) | 48 (45,3%) | $\chi^2 = 0,014; g.l. = 1; p = 0,906^{NS}$ |
| | Não | 50 (55,6%) | 58 (54,7%) | |
| Motivo da promessa | Doença | 36 (97,3%) | 39 (84,8%) | NR |
| | Resultados Escolares | 0 | 1 (2,2%) | |
| | Serviço militar | 1 (2,7%) | 0 | |
| | Sucesso | 0 | 6 (13%) | |
| Fé ou culto | Sim | 38 (42,2%) | 65 (61,3%) | $\chi^2 = 6,375; g.l. = 1; p = 0,012^{**}$ |
| | Não | 52 (57,8%) | 41 (38,7%) | |
| Visitar familiares ou amigos | Sim | 7 (7,8%) | 14 (13,2%) | $\chi^2 = 0,986; g.l. = 1; p = 0,321^{NS}$ |
| | Não | 83 (92,2%) | 92 (86,8%) | |
| Conhecer novos lugares e pessoas | Sim | 0 | 5 (4,7%) | NR |
| | Não | 90 (100%) | 101 (95,3%) | |
| Património Material | Sim | 11 (12,2%) | 0 | $\chi^2 = 11,516; g.l. = 1; p = 0,001^*$ |
| | Não | 79 (87,8%) | 106 (100%) | |
| Património Imaterial | Sim | 9 (10%) | 2 (1,9%) | $\chi^2 = 4,614; g.l. = 1; p = 0,032^{**}$ |
| | Não | 81 (90%) | 104 (98,1%) | |
| Procissão | Sim | 51 (56,7%) | 40 (37,7%) | $\chi^2 = 6,273; g.l. = 1; p = 0,012^{**}$ |
| | Não | 39 (43,3%) | 66 (62,3%) | |
| Lazer e entretenimento | Sim | 16 (17,8%) | 9 (8,5%) | $\chi^2 = 2,984; g.l. = 1; p = 0,084^{***}$ |
| | Não | 74 (82,2%) | 97 (91,5%) | |

Tabela 30. Variável Sexo

Fonte: Inquérito (2007-2009)

NS – Não significativo; NR – Não se realizou o teste; * - significativo a 1%; ** - significativo a 5%; *** - significativo a 10%).

Estes resultados permitiram validar a hipótese de que existem várias relações de dependência entre o sexo/ idade e a festa. Assim, para 61,3% das mulheres os fatores religiosos são o principal motivo da vinda à festa, enquanto para os homens esse motivo só foi válido em 42,2% das respostas. Existe, ainda, outra diferença, mas pouco significativa: as mulheres ultrapassam timidamente os homens no que respeita ao cumprimento de promessa - 45,3% das mulheres e 44,4% dos homens.

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| | | Idade | | | Teste T-Student ou Mann-Whitney |
|----------------------------------|----------------------|-------|-------|---------------|---------------------------------|
| | | N | Média | Desvio padrão | |
| Cumprimento de promessa | Sim | 88 | 49,68 | 15,727 | $t = 2,95; p = 0,004^*$ |
| | Não | 108 | 42,50 | 17,886 | |
| Motivo da promessa | Doença | 75 | 51,36 | 15,984 | NR |
| | Resultados Escolares | 1 | 38 | - | |
| | Serviço militar | 1 | 60 | - | |
| | Sucesso | 6 | 34,83 | 5,307 | |
| Fé ou culto | Sim | 103 | 46,71 | 15,745 | $t = 0,831; p = 0,407^{NS}$ |
| | Não | 93 | 44,63 | 18,868 | |
| Visitar familiares ou amigos | Sim | 21 | 50,10 | 17,294 | $MW = 1546; p = 0,235^{NS}$ |
| | Não | 175 | 45,20 | 17,257 | |
| Conhecer novos lugares e pessoas | Sim | 5 | 22 | - | NR |
| | Não | 191 | 46,35 | 17,07 | |
| Património Material | Sim | 11 | 32,55 | 17,963 | $MW = 508; p = 0,005^*$ |
| | Não | 185 | 46,51 | 16,972 | |
| Património Imaterial | Sim | 11 | 28,45 | 10,113 | $MW = 367; p = 0,000^*$ |
| | Não | 185 | 46,75 | 17,092 | |
| Procissão | Sim | 91 | 47,20 | 16,770 | $t = 1,112; p = 0,268^{NS}$ |
| | Não | 105 | 44,45 | 17,697 | |
| Lazer e entretenimento | Sim | 25 | 29,28 | 8,463 | $MW = 771; p = 0,000^*$ |
| | Não | 71 | 48,13 | 16,940 | |

Tabela 31. Variável Idade

Fonte: Inquérito próprio (2007-2009)

NS – Não significativo; NR – Não se realizou o teste; * - significativo a 1%;

É sobretudo a população mais envelhecida, com uma idade média de 51,3 anos, que faz promessas por motivo de doença talvez pela insegurança e/ou doença dominante; os mais novos, com média de 34,83 anos de idade, esperam obter sucesso profissional e/ou nos resultados escolares. O pedido e/ou cumprimento de promessas tende a aumentar com a idade, divergindo consoante as experiências e/ou expectativas de cada um. Estes dados evidenciam a influência da devoção no quotidiano dos romeiros e o modo como procuram a resolução dos seus problemas. Quanto aos eventos de carácter religioso, os inquiridos com uma média de idade de 47 anos, distinguiram a Procissão do Triunfo como o evento mais apreciado - 56,7% de homens e 37,7% de mulheres. O *Teste Mann-Whitney* permite ainda detetar que os inquiridos com idade inferior a 30 anos atribuem mais importância aos programas de lazer e entretenimento bem como o conhecimento novos lugares, pessoas e o património imaterial; os inquiridos com idades compreendidas entre os 30-40 anos estão mais despertos para as questões de carácter cultural e patrimonial. (Para as variáveis “motivo da promessa” e “conhecer novos lugares e/ou pessoas” não

foi possível realizar o teste de independência do *Qui-quadrado* devido à não validação dos pressupostos de aplicabilidade).

Embora as motivações religiosas sejam o principal objetivo que justifica a deslocação e visita à festa, existe ainda um leque de outras razões fazendo gravitar dimensões do turismo religioso⁴⁵.

Nas tabelas seguintes (32 e 33) apresentam-se os resultados do *Teste do Qui-Quadrado* que comprovam que existe uma relação de dependência entre o capital escolar, a ocupação profissional e os motivos de participação na festa; os atores menos escolarizados e com ocupações no setor primário (60%) e os reformados (60%) encaram a vinda à festa de modo mais visceral, cumprindo promessas, rezando e/ou pedindo proteção em função das expectativas escatológicas e das vivências pessoais de cada um.

O préstito religioso é o evento que desperta o interesse dos inquiridos sem habilitação (72,2 %), seguindo-se os inquiridos com curso médio ou superior (46,5%) e os indivíduos que possuem o 1º e o 4º ano de escolaridade (45,3%). Estes números podem ser justificados pelo facto de a procissão estar regulada por práticas e códigos sensoriais, combinando elementos da tradição cenográfica e encenações bíblicas que vão ao encontro das inquietudes das massas populares. Tratando-se de um evento que é inevitavelmente reflexo do grupo que o ostenta, retrata as tradições e as crises que assolam a comunidade, por isso o público, mais do que o objeto do préstito, é o sujeito em permanente diálogo, obra coletiva, em que cada um ocupa o seu papel. Os inquiridos que possuíam o 5º- 6º ano e o 7º- 9º ano de escolaridade responderam que o cumprimento de promessa justificou a vinda à festa – 76,9% para os primeiros, e 73,7% para os segundos; para os que tinham o 10-12º ano e curso médio ou superior os valores são muito inferiores (5,9% e 30%). Entre eles, os que têm menos habilitações (sem habilitações, 1º ao 4º ano e o 5º ao 6º ano) bem como os que possuem os 10º ao 12º ano de escolaridade responderam que a doença foi mesmo o motivo principal para a realização de promessas; os respondentes que tinham curso médio ou superior apresentam valores inferiores (45,5%).

Estes dados retratam o perfil sociopsicológico dos vários grupos etários, sendo que os indivíduos com mais habilitações académicas estão pouco presos às relações devocionais, resistindo em aderir aos eventos de cariz religioso talvez porque o fator educação os faz responder mais racionalmente às questões da história pessoal, relutando a manipulação dos sentidos, dando mais ênfase ao lazer e/ou entretenimento, bem como ao património material e imaterial da região.

⁴⁵ No turismo religioso «podem incluir-se não só as grandes manifestações religiosas e as peregrinações aos lugares santos, mas também as festas e romarias que abrangem importantes aspectos etnográficos associados à animação popular» (Cunha 1997: 170).

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| | | Habilitações Académicas | | | | | | Teste qui- quadrado |
|-------------------------------------|------------|-------------------------|-----------|------------|------------|------------|------------|-----------------------------------|
| | | SI | 1-4 | 5-6 | 7-9 | 10-12 | CM/S | |
| Cumprimento de promessa | Sim | 10 | 28 | 20 | 14 | 2 (5,9%) | 13 | $\chi^2 = 43,941;$ $g.l. = 5;$ |
| | Não | 8 (44,4%) | 25 | 6 (23,1%) | 5 (26,3%) | 32 | 30 | |
| Motivo da promessa | Doença | 10 | 28 | 18 | 11 | 2 (100%) | 5 (45,5%) | NR |
| | Resultados | 0 | 0 | 0 | 1 (7,7%) | 0 | 0 | |
| | Serviço | 0 | 0 | 0 | 1 (7,7%) | 0 | 0 | |
| | Sucesso | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 (54,5%) | |
| Fé ou culto | Sim | 9 (50%) | 29 | 23 | 10 | 8 (23,5%) | 21 | $\chi^2 = 25,241;$ $g.l. = 5;$ |
| | Não | 9 (50%) | 24 | 3 (11,5%) | 9 (47,4%) | 26 | 22 | |
| Visitar familiares ou amigos | Sim | 0 | 10 | 1 (3,8%) | 0 | 6 (17,6%) | 3 (7%) | NR |
| | Não | 18 | 43 | 25 | 19 (100%) | 28 | 40 (93%) | |
| Conhecer novos lugares e pessoas | Sim | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 (11,6%) | NR |
| | Não | 18 | 53 | 26 | 19 (100%) | 34 (100%) | 38 | |
| Património material | Sim | 0 | 1 | 0 | 0 | 5 (14,7%) | 5 (11,6%) | NR |
| | Não | 18 | 52 | 26 | 19 (100%) | 29 | 38 | |
| Património imaterial | Sim | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 (17,6%) | 5 (11,6%) | NR |
| | Não | 18 | 52 | 26 | 19 (100%) | 28 | 38 | |
| Procissão | Sim | 13 | 24 | 16 | 6 (31,6%) | 11 | 20 | $\chi^2 = 11,612;$ $g.l. = 5;$ |
| | Não | 5 (27,8%) | 29 | 10 (38,5) | 13 | 23 | 23 | |
| Lazer, entretenimento e | Sim | 0 | 0 | 7 (26,9%) | 4 (21,1%) | 7 (20,6%) | 7 (16,3%) | NR |
| | Não | 18 (100%) | 53 (100%) | 19 (73,1%) | 15 (78,9%) | 27 (79,4%) | 36 (83,7%) | |

Tabela 32. Variável Habilitações Académicas

Fonte: Inquérito próprio (2007-2009); NR – Não se realizou o teste; * - significativo a 1%; ** - significativo a 10%

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| | Profissão | | | | | | | Teste qui-quadrado |
|----------------------------------|-----------------|------------|------------|------------|------------|-----------|------------|---|
| | Sector | | | Doméstica | Reformado | Estudante | | |
| | Primário | Secundário | terciário | | | | | |
| Cumprimento de promessa | Sim | 23 (65,7%) | 9 (69,2%) | 37 (42,5%) | 16 (53,3%) | 0 | 2 (10,5%) | $\chi^2 = 27,529$; g.l.=5; $P = 0,000^*$ |
| | Não | 12 (34,3%) | 4 (30,8%) | 5 (57,5%) | 14 (46,7%) | 10 (100%) | 17 (89,5%) | |
| Motivo da promessa | Doença | 21 (95,5%) | 7 (87,5%) | 28 (82,4%) | 16 (100%) | 0 | 2 (100%) | |
| | Res. Escolares | 0 | 1 (2,9%) | 1 (2,9%) | 0 | 0 | 0 | NIR |
| | Serviço militar | 0 | 1 (2,9%) | 1 (2,9%) | 0 | 0 | 0 | |
| | Sucesso | 1 (4,5%) | 1 (12,5%) | 4 (11,8%) | 0 | 0 | 0 | |
| Fé ou culto | Sim | 21 (60%) | 7 (53,8%) | 46 (52,9%) | 23 (76,7%) | 3 (30%) | 3 (15,8%) | $\chi^2 = 20,127$; g.l.=5; $P = 0,001^*$ |
| | Não | 14 (40%) | 6 (46,2%) | 41 (47,1%) | 7 (23,3%) | 7 (70%) | 16 (84,2%) | |
| Visitar familiares ou amigos | Sim | 1 (2,9%) | 1 (7,7%) | 7 (8%) | 7 (23,3%) | 3 (30%) | 2 (10,5%) | |
| | Não | 34 (97,1%) | 12 (92,3%) | 80 (92%) | 23 (76,7%) | 7 (70%) | 17 (89,5%) | NIR |
| Conhecer novos lugares e pessoas | Sim | 0 | 0 | 5 (5,7%) | 0 | 0 | 0 | |
| | Não | 35 (100%) | 13 (100%) | 82 (94,3%) | 30 (100%) | 10 (100%) | 19 (100%) | NIR |
| Património material | Sim | 0 | 0 | 5 (5,7%) | 0 | 1 (10%) | 5 (26,3%) | |
| | Não | 35 (100%) | 13 (100%) | 82 (94,3%) | 30 (100%) | 9 (90%) | 14 (73,7%) | NIR |
| Património imaterial | Sim | 0 | 0 | 6 (6,9%) | 0 | 0 | 5 (26,3%) | |
| | Não | 35 (100%) | 13 (100%) | 81 (93,1%) | 30 (100%) | 10 (100%) | 14 (73,7%) | NIR |
| Procição | Sim | 21 (60%) | 5 (38,5%) | 45 (51,7%) | 9 (30%) | 6 (60%) | 4 (21,1%) | |
| | Não | 14 (40%) | 8 (61,5%) | 42 (48,3%) | 21 (70%) | 4 (40%) | 15 (78,9%) | NIR |
| Lazer e entretenimento | Sim | 0 | 2 (15,4%) | 13 (14,9%) | 0 | 0 | 10 (52,6%) | |
| | Não | 35 (100%) | 11 (84,6%) | 74 (85,1%) | 30 (100%) | 10(100%) | 9 (47,4%) | NIR |

NIR – Não se realizou o teste; * - significativo a 1%

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

Ao elegerem a ida à festa, existem um conjunto de elementos aos quais os participantes atribuem mais ou menos importância. Por isso, foi-lhes pedido que os classificassem numa escala tipo Lickert - de “nada importante” a “muito importante” (1 a 4)-, tendo ainda a possibilidade de responderem que não tinham opinião (0). Estes resultados são apresentados na tabela 34.

Para todos os fatores foi calculada a média e o desvio padrão, excluindo-se as respostas “sem opinião” em cada um deles. De notar que em qualquer um dos fatores existe uma grande predominância de repostas nas categorias “importante” e “muito importante” sendo o fator motivações religiosas/devoção axial na escolha dos romeiros aquando da decisão de viajarem. A natureza/paisagem e o turismo em espaço rural foram mencionados como fatores “muito importantes” por mais de 50% dos visitantes; outros motivos como o artesanato/artes e tradições bem como o Alto Douro Vinhateiro apresentam uma avaliação positiva; em termos médios, todos os valores obtidos estão compreendidos entre 3,08 e 3,79.

| | Nada importante (1) | Pouco importante (2) | Importante (3) | Muito importante (4) | Sem opinião (0) | N | Média (desvio padrão) |
|--|---------------------|----------------------|----------------|----------------------|-----------------|-----|-----------------------|
| Motivações Religiosas/Devoção | 2 | 2 | 30 | 156 | 6 | 196 | 3,79 (0,25) |
| Artesanato / Artes e Tradições | 3 | 13 | 73 | 88 | 18 | 195 | 3,39 (0,49) |
| Alto Douro Vinhateiro (Património Mundial da Humanidade) | 0 | 33 | 64 | 82 | 17 | 196 | 3,27 (0,57) |
| Diversões / Entretenimento | 7 | 37 | 63 | 65 | 24 | 196 | 3,08 (0,75) |
| Gastronomia | 6 | 37 | 55 | 77 | 21 | 196 | 3,16 (0,77) |
| Especificidades culturais do destino | 2 | 15 | 87 | 72 | 20 | 196 | 3,30 (0,45) |
| Património histórico e cultural | 2 | 8 | 77 | 95 | 14 | 196 | 3,46 (0,40) |
| Natureza / Paisagem | 1 | 5 | 66 | 110 | 14 | 196 | 3,57 (0,34) |
| Turismo em espaço rural | 1 | 7 | 69 | 100 | 19 | 196 | 3,51 (0,36) |
| Capacidade de Alojamento | 2 | 13 | 88 | 75 | 18 | 196 | 3,33 (0,44) |

Tabela 34. Importância atribuída a cada fator ao escolher este destino

Fonte: Inquérito próprio (2007-2009).

Depois de analisados os dados sobre os eventos religiosos torna-se, assim, obrigatório comparar as motivações de acordo com o género masculino/feminino. Dos resultados obtidos, através do *Teste T-Sudent*, conclui-se que há diferenças estatisticamente significativas entre os diferentes géneros; os homens dão mais importância ao artesanato/artes e às tradições. Este dado é fundamental numa fase em que as artes e ofícios das comunidades rurais têm vindo a diminuir,

tendendo mesmo a desaparecer. O reconhecimento das manifestações artesanais e artísticas da região - tanoaria, cestaria, olaria, albardaria, funilaria e as máscaras de Lazarim (talhadas à mão, em madeira) - pode influenciar a vontade de as readaptar a novos usos e funções, reproduzindo o seu poder económico e respetivo capital social. Os homens reconhecem que o galardão atribuído à região do Alto Douro Vinhateiro como Património da Humanidade poderá ser uma mais-valia de desenvolvimento económico.

| | Género | Importância (variação de 1 a 4) | | | Teste T-Student |
|--|-----------|---------------------------------|-------|---------------|------------------------------|
| | | N | Média | Desvio padrão | |
| Motivações religiosas | Masculino | 90 | 3,67 | 0,948 | $t = -0,107; p = 0,915^{NS}$ |
| | Feminino | 106 | 3,68 | 0,698 | |
| Artesanato / Artes e Tradições | Masculino | 90 | 3,30 | 1,116 | $t = 2,593; p = 0,010^{**}$ |
| | Feminino | 106 | 2,86 | 1,245 | |
| Alto Douro Vinhateiro (Património Mundial da Humanidade) | Masculino | 90 | 3,21 | 1,096 | $t = 2,467; p = 0,014^{**}$ |
| | Feminino | 106 | 2,80 | 1,206 | |
| Diversões / Entretenimento | Masculino | 90 | 2,89 | 1,302 | $t = 1,847; p = 0,066^{***}$ |
| | Feminino | 106 | 2,55 | 1,281 | |
| Gastronomia | Masculino | 90 | 2,96 | 1,253 | $t = 1,352; p = 0,178^{NS}$ |
| | Feminino | 106 | 2,71 | 1,302 | |
| Especificidades culturais do destino | Masculino | 90 | 3,00 | 1,218 | $t = 0,387; p = 0,699^{NS}$ |
| | Feminino | 106 | 2,93 | 1,165 | |
| Património histórico e cultural | Masculino | 90 | 3,28 | 0,948 | $t = 0,817; p = 0,415^{NS}$ |
| | Feminino | 106 | 3,15 | 1,186 | |
| Natureza / Paisagem | Masculino | 90 | 3,42 | 0,861 | $t = 1,333; p = 0,184^{NS}$ |
| | Feminino | 106 | 3,22 | 1,227 | |
| Turismo em espaço rural | Masculino | 90 | 3,29 | 0,974 | $t = 1,253; p = 0,212^{NS}$ |
| | Feminino | 106 | 3,08 | 1,343 | |
| Capacidade de Alojamento | Masculino | 90 | 3,28 | 0,936 | $t = 2,943; p = 0,004^*$ |
| | Feminino | 106 | 2,80 | 1,268 | |

Tabela 35. Motivações versus género masculino/feminino

Fonte: Inquérito próprio (2007-2009); * Significativo a 1%; ** significativo a 5%; *** significativo a 10%

Com os resultados apresentados na tabela 35 verifica-se que importância atribuída aos fatores de visita está relacionada com o capital escolar. Dado existirem seis categorias em relação às habilitações académicas, o teste mais adequado para se testar as diferenças estatisticamente significativas na importância dada a cada fator seria a ANOVA a 1 fator. Mas, uma vez que não se verifica a normalidade da variável dependente (grau de importância) nem a homogeneidade das variâncias em todas as respostas, teve de recorrer-se ao *Teste Kruskal-Wallis*, comparando posteriormente as médias das ordens como descrito por Maroco (2007), focando-se apenas as que diferem estatisticamente entre si. A leitura desta tabela deve ser feita tendo em conta que se, por exemplo, SI difere de 1-4 logicamente 1-4 também difere de SI, mas para evitar a duplicação de

informação apresenta-se apenas a primeira, isto é, são apresentadas as diferenças das habilitações mais baixas com as mais altas, e por esse motivo não existe uma coluna para o ensino superior (CM/S).

Por observação constata-se que existem diferenças estatisticamente significativas para todos os fatores, tendo em conta as diferentes habilitações académicas, pois todos os valores de prova obtidos são inferiores a 1%. Com exceção dos indivíduos com 10 ao 12º ano de escolaridade, todas as outras faixas etárias dão importância às motivações religiosas. O interesse em conhecer e preservar o artesanato/artes e tradições é também transversal a todas as faixas etárias com exceção, mais uma vez, dos indivíduos com o 10 ao 12º ano de escolaridade. A fruição do património cultural, mormente a importância atribuída ao Alto Douro Vinhateiro como património da Humanidade, abrange um vasto leque de idades. É de registar a surpresa com o grau de importância atribuída ao património pelos inquiridos com capital escolar reduzido, servindo como justificação o facto de muitos destes indivíduos residirem na região galardoadada pela UNESCO, envaidecendo-se pelo título de Património Mundial, esperando que este reconhecimento lhes valorize o território, os recursos endógenos, aumentando-lhe os rendimentos. Com estes resultados desmistifica-se assim a ideia de que este tipo de reconhecimento é uma coisa de/e para elites, (segundo o senso comum).
No inquérito

No estudo inquiriu-se os romeiros acerca da importância do turismo no espaço rural e a capacidade de alojamento para a festa com reflexos no desenvolvimento da região, pois têm sido criadas várias unidades hoteleiras com vista à valorização e recuperação do património local, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações rurais através de um possível rendimento adicional (Cunha 2001); todas as faixas etárias reconhecem vantagens nestes fatores com destaque para os indivíduos sem instrução e os detentores de curso médio ou superior. Estes resultados podem ser explicados pelo facto dos respondentes encontrarem aqui uma oportunidade para requalificar e revitalizar os territórios rurais onde habitam quando combinados com outros efeitos múltiplos: uma oferta de alojamento de qualidade singular, com preços competitivos, pode constituir, de resto, uma variável importante na escolha de um destino, reconhecendo, assim, que o turismo no espaço rural e a capacidade de alojamento podem constituir um dos motores do desenvolvimento social e económico, projetando o Douro e a festa como destino de eleição. Contudo, os indivíduos que possuíam o 5 ao 6º ano e o 10 ao 12º ano não valorizam esta modalidade de desenvolvimento como panaceia que tudo pode solucionar, alastrando-se a desconfiança, talvez porque as oportunidades que o turismo rural proporciona para o desenvolvimento local e regional têm sido muito enfatizadas no discurso político, suscitando, por

vezes, expectativas exageradas, levando a que os indivíduos se sintam desapontados com esta forma de desenvolvimento.

Sem estranheza o fator diversões/entretenimento teve grande enfoque em todas as faixas etárias, pois a diversão é um ingrediente fundamental da festa religiosa popular daí que a Irmandade coloque todos os dispositivos disponíveis para atrair e integrar os romeiros na mesma ambiência.

| Fatores | | | | | | | | | | |
|--------------------|-------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| HA | M1 | M2 | M3 | M4 | M5 | M6 | M7 | M8 | M9 | M10 |
| SI | 91,58 | 121,81 | 126,83 | 136,58 | 130,17 | 128,75 | 116,22 | 108,14 | 113,97 | 126,11 |
| 1-4 ^e | 104,92 | 102,66 | 95,97 | 101,39 | 103,44 | 100,62 | 96,31 | 101,22 | 103,89 | 101,03 |
| 5-6 ^e | 88,85 | 96,48 | 83,35 | 98,15 | 96,27 | 84,08 | 70,63 | 66,31 | 69,10 | 74,42 |
| 7-9 ^e | 107,37 | 74,61 | 68,87 | 76,37 | 71,24 | 86,61 | 106,74 | 99,24 | 111,74 | 94,55 |
| 10-12 ^e | 78,82 | 68,85 | 80,66 | 74,16 | 71,99 | 69,91 | 75,29 | 82,15 | 62,16 | 72,49 |
| CM/S | 104,23 | 112,10 | 119,38 | 101,50 | 106,78 | 113,07 | 118,60 | 116,45 | 119,31 | 113,97 |
| ET | 13,580 | 22,051 | 24,054 | 19,450 | 21,154 | 22,755 | 24,287 | 21,009 | 36,835 | 23,375 |
| gl | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 |
| VP | 0,019 ** | 0,001* | 0,000* | 0,002* | 0,001* | 0,000* | 0,000* | 0,001* | 0,000* | 0,000* |

Tabela 36. Fatores de atração versus habilitações académicas

Fonte: Inquérito próprio (2007-2009); * Significativo a 1%

Legenda:

- M1 – Motivações religiosas
- M2 – Artesanato e Tradições
- M3 – Património Cultural da Mundial da Humanidade - Alto Douro Vinhateiro
- M4 – Diversões / Entretenimento
- M5 – Gastronomia
- M6 – Património Cultural
- M7 – Património Religioso
- M8 – Património Natural
- M9 – Turismo no espaço rural
- M10 – Capacidade de Alojamento

Os números da tabela anterior permitem evidenciar que os inquiridos, ao tomarem a decisão de visitarem ou participarem na festa por devoção ou apenas para um *short-break* ou ainda para o gozo de uns dias de descanso/férias e lazer, têm em conta um conjunto de aspetos/fatores/motivações que influenciam na decisão. Estes resultados poderão ser um instrumento útil para a criação de alternativas de fruição, valorizando os recursos endógenos, potenciando a recuperação de plurifuncionalidades dos territórios rurais.

Atualmente, a organização da festa enfrenta vários desafios, ou seja, se por um lado pretende fidelizar o público, por outro deverá diversificar novas formas de atração, criando alternativas de fruição ajustadas às necessidades de cada segmento. Estes resultados são ainda muito

preliminares, sendo mesmo imprudente deduzir-se alguma conclusão mais consistente. Em futuros estudos seria pertinente proceder-se a uma segmentação *a posteriori*, comumente designada por segmentação *post hoc*, cruzando os resultados obtidos através das motivações, interesse, hábitos e preferências, com variáveis de corte sociodemográficas, com base em metodologias multivariadas. Através deste cruzamento seria possível aceder a informações/resultados mais detalhados e a análises mais robustas.

2.8 Eventos religiosos

Os diversos eventos combinam a expressão da cultura popular com o decoro religioso. Por isso, intentou-se conhecer as perceções dos inquiridos relativamente à importância destes acontecimentos, conforme a tabela 37.

| | Frequências absolutas | | | N |
|-----------------------------------|-----------------------|----|----|----|
| | Importância | | | |
| | 1 | 2 | 3 | |
| Novenas preparatórias | 1 | 1 | 17 | 19 |
| Missa festiva e pregação | 5 | 14 | 1 | 20 |
| Procissão do Triunfo | 62 | 5 | 2 | 69 |
| Festa da Senhora da Esperança | 0 | 6 | 5 | 11 |
| Procissão da Senhora do Terço | 0 | 8 | 5 | 13 |
| Procissão da Senhora dos Remédios | 22 | 12 | 5 | 39 |
| Grande Noite da Romaria | 4 | 21 | 6 | 31 |
| Cortejos e desfiles etnográficos | 0 | 3 | 0 | 3 |
| Feira anual | 0 | 1 | 4 | 5 |
| Estandarte plástico | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Concertos | 0 | 0 | 1 | 1 |

Tabela 37. *Eventos religiosos*

Fonte: Inquérito próprio (2007-2009).

Foi utilizada uma escala semelhante à escala utilizada por *Likert*, contendo 5 pontos, considerando 5- “Nada importante” a 1 – “Extremamente importante”. Apenas se apresentam as frequências dos que atribuíram importância entre 1 e 3, por se considerarem mais significativos para o estudo. Esta pergunta foi de difícil interpretação, uma vez que era pedido aos romeiros que justificassem a sua opção, mas a maioria não apresentou qualquer resposta. Numa primeira análise, conclui-se que os inquiridos foram bastante consensuais em preterir os eventos mais lúdicos, coligados ao estandarte plástico, como os cortejos etnográficos e os concertos musicais, dos do escopo religioso. A Procissão do Triunfo e a Procissão de Nossa Senhora dos Remédios foram os eventos mais importantes, estando na base da sua deslocação à festa. Esta discrepância das respostas

é, em boa verdade, artificial, não devendo ser tomada como um reflexo de religiosidade dos inquiridos; isto é, estas preferências não surpreendem, uma vez que os inquiridos foram realizados no dia da Procissão do Triunfo, sendo, por isso, normal que os inquiridos apontassem este evento como o de maior importância, estando a vivenciá-lo. Ademais, como já foi mencionado anteriormente, muitos dos inquiridos fizeram deslocamentos sub-regionais ou, quando muito, inter-regionais propositadamente com o objetivo de assistirem à parada religiosa.

Para que a festa se assumia como um evento de excelência, o programa deverá intercalar programas diversificados menos intransigentes às diretivas da hierarquia da Igreja, tentando mobilizar a população e gerar impacto junto das massas. A *Grande Noite da Romaria* é disso exemplo; foi considerado um evento importante, pois o cenário apoteótico e a luz que adorna a cidade alteram o seu aspeto, granjeando uma notável reputação regional, captando públicos diferenciados do escopo religioso. O estandarte plástico, apesar de não figurar como os eventos mais importantes, não deve deixar de ser considerado basilar pela organização da festa (Irmandade/Câmara Municipal), servindo mesmo de apoio às decisões estratégicas; para além das características que lhe são próprias, têm a virtude de fazerem a felicidade dos romeiros. É com essa intenção, ou essa ilusão, de beleza e encantamento que se reatualizam a todo o instante, dependendo de fatores subjetivos e/ou das vivências de cada inquirido. Estarão estas escolhas dependentes do sexo dos inquiridos? Os resultados são apresentados na tabela seguinte:

| | Sexo | Importância (variação de 1 a 3) | | | Teste T-Student ou Mann-Whitney |
|-----------------------------------|-----------|---------------------------------|-------|---------------|---------------------------------|
| | | N | Média | Desvio padrão | |
| Novenas preparatórias | Masculino | 7 | 3 | - | $MW = 35; p = 0,267^{NS}$ |
| | Feminino | 12 | 2,75 | 0,622 | |
| Missa festiva e pregação | Masculino | 11 | 1,73 | 0,467 | $MW = 43; p = 0,538^{NS}$ |
| | Feminino | 9 | 1,89 | 0,601 | |
| Procissão do Triunfo | Masculino | 35 | 1,11 | 0,404 | $t = -0,324; p = 0,747^{NS}$ |
| | Feminino | 34 | 1,15 | 0,436 | |
| Festa da Senhora da Esperança | Masculino | 5 | 2 | - | $MW = 2,5; p = 0,008^*$ |
| | Feminino | 6 | 2,83 | 0,408 | |
| Procissão da Senhora do Terço | Masculino | 7 | 2,57 | 0,535 | $MW = 12,5; p = 0,151^{NS}$ |
| | Feminino | 6 | 2,17 | 0,408 | |
| Procissão da Senhora dos Remédios | Masculino | 16 | 1,88 | 0,719 | $MW = 107,5; p = 0,014^{**}$ |
| | Feminino | 23 | 1,35 | 0,647 | |
| Grande Noite da Romaria | Masculino | 14 | 2 | 0,784 | $MW = 109,0; p = 0,630^{NS}$ |
| | Feminino | 17 | 2,12 | 0,332 | |

Tabela 38. Importância dos eventos – variável sexo

Fonte: Inquérito próprio (2007-2009); NS – Não significativo; * - significativo a 1%; ** - significativo a 5%

A variável importância assume valores entre 1 e 3, com ordem decrescente de interesse, isto é, o número 1 é o evento considerado mais importante para os romeiros. Da análise destaca-se que a procissão do Triunfo é o evento mais importante independentemente do sexo. Há diferenças estatisticamente significativas entre os dois sexos na importância dada à festa da Senhora da Esperança (sendo mais importante para os homens), e na importância dadas à procissão da Senhora dos Remédios (que é mais importante para as mulheres). Nos restantes eventos não se registam diferenças estatisticamente significativas.

A análise dos dados não está isenta de críticas. Várias limitações lhe são apontadas, nomeadamente o facto de não permitir identificar os fatores que determinam uma maior ou menor devoção e/ou preferência de uma festa em relação a outras. No entanto, não se deve descurar a importância da aplicação desta metodologia para analisar que componentes podem explicar diferentes variações regionais, género, capital escolar e motivações da vinda à festa de Nossa Senhora dos Remédios com o intuito de perceber se existem diferenças assinaláveis entre os romeiros.

Capítulo 3. Agentes envolvidos

Neste capítulo será apreciada a organização protocolar e os agentes que possibilitam a organização, função e estrutura da festa. Entre as demais organizações realce-se o papel da Irmandade, uma vez que é, em primeira instância, a Instituição que define os ordenamentos, as prioridades e a divulgação da festa religiosa. A festa tem características tipo-padrão das festas religiosas portuguesas no que respeita ao modo de organização, bem como ao género de eventos vinculados que se caracterizam por pertencerem quer ao sistema civil, quer ao cunho religioso.

Desde o período do Estado Novo que a tendência foi para a secularização da festa, tendo a vertente espiritual enfraquecido progressivamente. A sua organização passou a ser feita em simultâneo com os poderes civis que, apesar de autónomos, são dependentes, celebrando-se assim em simultâneo a festa religiosa e a festa da cidade. A primeira das distinções estabelece-se ao nível dos contactos que as sustentam: a festa religiosa depende da Igreja e a festa da cidade de uma comissão executiva, constituída pela Câmara Municipal de Lamego, o Presidente da Junta de Freguesia de Almacave, o Presidente da Junta de Freguesia da Sé, o Presidente da Associação de Defesa da Etnografia e Folclore do Douro e o Presidente do Rancho Regional de Fafel. Cada uma das estruturas responsabiliza-se pela programação e cartaz festivo: a Irmandade visa ampliar os significados e práticas do escopo religioso e a Câmara Municipal procura fidelizar e alargar os públicos. Este modelo de organização é aparentemente bem aceite, integrando a festa como um todo, ainda que em termos práticos se assista a uma desvalorização da vertente sagrada em prol do comércio, hotelaria e restauração, entre outros.

3.1 Responsáveis e participantes institucionais da festa religiosa

A festa de Nossa Senhora dos Remédios remonta aos primórdios da fundação do culto, pois durante «séculos, portanto, as festas foram religiosas porque não havia espaço cultural para elas fora do idioma do catolicismo» (Vasconcelos 1997: 72).

Numa primeira fase, era organizada exclusivamente pela Irmandade, decorrendo dentro dos muros do santuário; paulatinamente dispersou-se pelas ruas da cidade, ainda que o epicentro se mantenha no santuário: transformou-se num acontecimento mediático, criando na última quinzena do mês de agosto e na primeira semana do mês de setembro uma nova

realidade, ostentando riqueza e reunindo os súbditos à volta da fé. Por ter um cariz religioso, a Irmandade superintende toda a programação religiosa, organizando o diálogo entre as diversas instituições e a população coadjuvada, desde antanho, por uma comissão de Irmãos nomeados em reunião da Mesa Administrativa.

Ao longo dos tempos, as regras da organização foram cedendo a uma crescente especialização de tarefas, tendo vindo a ser privilegiadas umas em detrimento de outras, por agradarem mais às massas populares, apesar de estarem subsumidas por vários regulamentos - normas pastorais e os estatutos da Irmandade. Estes normativos estabelecem as regras para a realização das festas. A responsabilidade financeira da festa religiosa recai sobre a Irmandade, daí que a instituição tenha encetado esforços junto de «todas as corporações e entidades que da melhor vontade se prestarem auxiliar-nos nos festejos da Nossa Padroeira de 7 e 8 de Setembro» (AINSRL 1903-1917:65v) para a execução do programa festivo.

A região encontra na festa um pilar da identidade cultural, por isso a entrelaçada entre as instituições foi fundamental para o seu desenvolvimento, otimizando as oportunidades, conforme o ofício do Presidente da Associação Comercial de Lamego, apresentado na sessão do dia cinco de setembro, de 1913:

Foi presente à Mesa um ofício do Ex.mo Senhor Presidente da Associação Comercial de Lamego acompanhando a quantia de trinta escudos da mesma associação comercial a ex.mo Senhor Ministro do Fomento oferecia para ser distribuído em prémios aos concorrentes que na feira anual dos dias 7 e 8 de Setembro melhor gado, cavalos e bovinos apresentassem. A Mesa mostrou-se profundamente reconhecida para com a generosa oferta do Ex.mo Senhor ministro do Fomento, e muitíssimo grata para com a benemérita associação comercial que tão galharda e bizarramente tem coadjuvado a Mesa da Nossa Irmandade no esplendor e brilho dos festejos à Nossa Padroeira (AINSRL 1903-1917: 64).

Através das instituições locais, os habitantes encarregavam-se de dar corpo às obras efémeras dinamizando o espaço destinado às diferentes ações festivas. Esta forma de colaboração foi axial para a boa organização da festa. Além disso, as instituições cooperantes encontram aqui uma oportunidade de se posicionarem socialmente, adquirindo visibilidade.

Texto a)

Sessão de Mesa (...) outro do grupo Sport de Lamego, participando que o mesmo grupo, se encarregará de promover a Batalha das flores e também se tiver elementos, um numero desportivo que constará de uma corrida infantil de tryciclos; outro da devoção de Nossa Senhora da Paz, d'esta cidade declarando que por motivos superiores a sua vontade lhe era impossível dar o andor que primeiro havia oferecido; outro de um grupo de empregados do comércio participando que promoverá um imponente festival na praça do comércio no dia 08 de Setembro; e finalmente outro dos Senhores João Amaral e Luís Rebello de Moraes pedindo o obséquio de a Mesa lhes emprestar dois rodais e competentes estrados bem como alguns objectos para a decoração de dois carros alegóricos de que os mesmos foram

encarregados para as festas de Nossa Senhora do Socorro do Peso da Régua (AINSRL 1903-1917: 83).

Texto b)

Foi presente à Mesa um ofício do - Club Sport- a pedir que a Mesa destinasse um prémio para o concorrente que se distinguisse nos trabalhos que o mesmo - Club Sport- tencionava apresentar. A Mesa resolveu que se destinasse um premio até ao valor de cinco escudos. Resolveu mais a Mesa fixar também os prémios seguintes: os de doze escudos, para a melhor junta de bois; o de dez escudos para o melhor cavalo; o de oito escudos para a melhor junta de vacas; o de um alfinete até ao valor de dois escudos e cinco centavos para o que mais de distinguisse na corrida dos jericos (AINSRL 1903-1917:64vs).

Estes textos, em si mesmos, são extremamente esclarecedores da importância decisiva da Irmandade na comunidade local, existindo um outro referente que não pode deixar de ser mencionado: no período turbulento da Primeira República, a festa sobreviveu aparentemente incólume; procurando apoio junto de instituições civis, reflexo evidente do seu modelo de cooperação. Não obstante, esta forma de pedido também pode ser entendida como uma aposta da Irmandade em diversificar e melhorar o seu cartaz festivo através da criação de novos eventos mais adequados aos atuais “perfis” dos romeiros, reforçando a sua imagem.

Ambos os textos (A e B) são programas de intenções, salvaguardando sempre a liberdade parcial do seu cumprimento, visando abrilhantar a festa com atividades fora do programa religioso, entre eles a Batalha das Flores, um imponente festival na praça do comércio e um concurso pecuário, no dia oito de setembro. Os animais deveriam estar apresentáveis para a apreciação, daí que os proprietários se esmerassem nos cuidados.

Como os textos deixam antever, a programação é mesclada por critérios comerciais e/ou de natureza diversa onde a música, provas desportivas e os espetáculos pirotécnicos preenchem os dias da festa, tornando a festa de Nossa Senhora dos Remédios a *Romaria de Portugal*, ganhando bairrismo, brilhantismo e brio na concorrência. A este propósito, o juiz apelava a uma comissão de Irmãos para «se entender com as senhoras da sociedade lamecense para a organização de jures para apreciação dos labores expostos» (AINSRL 1903-1917: 85vs), demonstrando uma preocupação com os preparativos da festa. Sendo certo que a ocasião era multitudinária e mostruário das estruturas rurais e locais, o esmero da Irmandade era evidente pois poderia obter grandes benefícios promocionais, aproximando o povo do santuário, tentando/ganhando novas adesões. Além disso, num tempo de maior pendor financeiro, o apoio destas instituições foi fundamental no que tange ao auxílio pecuniário, conforme texto:

O fogo, as iluminações do Santuário e do Parque e a procissão, o que trazia muita avultada despeza, não se encarregando nem concorrendo por falta de recursos pecuniários, para os festivaes da cidade, esperando que os habitantes d'ella, visto esta festa ser também da cidade e de seus habitantes e não exclusivo da Irmandade, tomassem a iniciativa de promoverem taes festas e para isso resolveu que se oficiasse sobre este assunto tanto à Câmara Municipal como à Associação Comercial (AINSRL 1903-1917: 72).

Como se depreende, a apoteose de luz assumia um papel central na estratégia de promoção da Irmandade; as ruas e os locais públicos passaram a ostentar construções decorativas cuja arquitetura ornamental tinha ressonâncias com o período barroco. Estes elementos festivos foram fundamentais para promover a participação alargada de todos os indivíduos, mesmo os não católicos. A Irmandade convocava o público através da publicitação de «cartazes espalhados pelas monstras da cidade» (AINSRL 1973: 8vs) e com recurso a anúncios, avisos, toque de sinos e foguetes de modo a que a notícia ultrapasse o círculo local «e adiram a esta homenagem» (*Idem*) diferentes públicos.

3.1.1 Gestão do percurso

Muito embora atualmente a deslocação ao santuário não tenha a dimensão nem o risco que caracterizavam outrora as peregrinações, exige uma logística, mais ou menos complexa, desde a sua preparação até à realização. Até ao final do século XIX, os transportes públicos eram escassos e as vias de comunicação precárias, tendo sido somente no ano de 1879 concluído o troço da linha férrea que ligava a cidade do Porto até à cidade da Régua. A partir de então, era mais fácil criar novos fluxos humanos e comerciais destinados aos espaços regionais envolventes, auxiliando no escoamento dos produtos locais e melhorando os serviços à disposição das populações locais. Esta abertura aproximou os caminhos da fé, tendo sido a Irmandade célere em solicitar «à semelhança dos anos anteriores que se oficiasse ao Engenheiro Director dos Caminhos-de-ferro do Minho e Douro pedindo a redução de preços nos comboios» (AINSRL 1903-1917: 75vs). Esta redução do preço dos bilhetes pretendia melhorar as condições de visita dos romeiros ao santuário, no dia da festividade.

3.1.2 Deslocação à romaria

“Uma viagem de mil milhas começa com o primeiro passo”

Mao Tse-tung

A deslocação à romaria quando é bem organizada torna-se uma experiência espiritual marcante e feliz para o romeiro. Na caminhada o romeiro reserva parte do seu tempo para a devoção pessoal e expressão de fé cuja singularidade e valor representativo tornam o momento excepcional. Os vários momentos - partida, percurso, ritos e práticas ao longo do caminho, chegada ao santuário, a permanência e o regresso - têm um significado muito subjetivo não obstante poderem ser portadores de determinadas caracterizações mais ou menos pontuais conforme as necessidades, desejos, anseios e os objetivos de cada um, postulando persistências de longa duração e uma transcendência do social e de religioso. O conforto espiritual é o fim a alcançar; para isso o romeiro põe em prática um plano de organização da viagem individual ou em grupo, à semelhança de qualquer outra viagem (Cunha 1997). Segundo Espírito Santo (1990) e Sanchis (1983), se não lhe for dada ocasião para se satisfazer, o romeiro retira-se do programa comum ou regressa frustrado.

No estudo, (tabela 39) os inquiridos referiram que se deslocaram na companhia da família (82,4%); 13,5% fora do âmbito familiar, mas na companhia de amigos e apenas 2,6% elegeu a companhia do(a) e/ou companheiro(a); as deslocações individuais foram muito residuais (1,6%). Os grupos eram constituídos por famílias nuclearmente compostas pelo casal e filho/s, ou por um elemento (pai ou mãe) e filho/s, ou ainda por avó/s, filho/s e neto/s, ou avó/s e neto/s; em certos casos os filhos foram substituídos por sobrinhos ou então acrescem ao grupo os amigos. Estes resultados indicam que a deslocação ao santuário e a participação na festa envolve uma função social alargada, sendo uma ocasião propícia ao cumprimento de uma tradição familiar e um momento de convívio. Dos inquiridos que fizeram a visita de modo organizado a maioria (¾) escusaram-se a responder à questão; as opções de resposta eram visita organizada “pela paróquia”, “pela agência de viagens” ou “por particulares” não obstante das 52 respostas (55,8% - ¼ do total de inquiridos) respondeu que a visita foi organizada pela paróquia; 23,1% por uma agência de viagens e 21,2% de modo particular, recorrendo a familiares e amigos. O meio de transporte eleito pela maioria dos inquiridos foi o automóvel para 72,4% e 26,5% escolheu o autocarro.

Um fator de extraordinária importância, até aqui praticamente ignorado nos estudos que abordam as atitudes religiosas, é o número de desvios feitos durante este tipo de viagem e que ajudará a explicar porque é que os romeiros escolhem este ou aquele local de visita. Antes

de avançar sobre os testemunhos impõe-se saber se os inquiridos se deslocaram propositadamente à festa ou se também aproveitaram a oportunidade para conhecerem e visitarem a região e/ou outros locais, com potencialidade turística. A área envolvente da festa é um espaço histórico-cultural emblemático, por isso se colocou no questionário a seguinte questão: “Fez desvios?”. Para auxiliar o respondente apontaram-se três locais: cidade da Régua, região do Alto Douro Vinhateiro e santuário da Nossa Senhora da Lapa.

Das respostas obtidas verificou-se que 87,2% dos inquiridos não fez qualquer desvio, talvez porque a participação na festa se revestiu de uma meta cinética, monodirecionada, sendo este o seu principal objetivo; 12,8% dos inquiridos respondeu ter feito desvios para visitar outros locais de interesse turístico, cultural ou religioso. Este grupo procurou, acima de tudo, conhecer a região e distrair-se em família. Entre os locais mais visitados destacam-se dois locais: 48% dos inquiridos optou por visitar a cidade da Régua e 44% visitou a região do Alto Douro Vinhateiro. Porém, admite-se que se pode assumir estes valores em conjunto, uma vez que a cidade da Régua e a região do Alto Douro Vinhateiro se confundem num só local turístico; apenas 8% dos inquiridos visitou o santuário de Nossa Senhora da Lapa. Estes resultados são apresentados na tabela 39:

| | | Frequência absoluta | % |
|-------------------------------|--------------------|---------------------|------------|
| Com quem foi à romaria | Companheiro | 5 | 2,6 |
| | Família | 159 | 82,4 |
| | Amigos | 26 | 13,5 |
| | Sozinho | 3 | 1,6 |
| | Total | 193 | 100 |
| Visita organizada | Pela paróquia | 29 | 55,8 |
| | Agência de viagens | 12 | 23,1 |
| | Particulares | 12 | 21,2 |
| | Total | 52 | 100 |
| Meio de transporte | Automóvel | 142 | 72,4 |
| | Autocarro | 52 | 26,5 |
| | Moto | 2 | 1 |
| | Total | 196 | 100 |
| Fez desvios? | Não | 171 | 87,2 |
| | Sim | 25 | 12,8 |
| | Total | 196 | 100 |
| Quais os desvios? | Régua | 12 | 48,0 |
| | Douro Vinhateiro | 11 | 44,0 |
| | Senhora da Lapa | 2 | 8,0 |
| | Total | 25 | 100 |

Tabela 39. Características da deslocação à romaria

Fonte: Inquérito próprio (2007-2009).

No inquérito verificou-se que as condições de visita - afluência, modalidades de acompanhamento - são influenciadas por um conjunto de indicadores de acordo com o tempo de que dispõem, potencialidades turísticas do território, motivações e interesses pessoais e/ou profissionais e a trajetória de vida do visitante. Crê-se que os 12,8% de inquiridos que responderam ter feito desvio são neófitos, por isso têm um comportamento diferente dos que já estão habituados àquele lugar, tendo naturalmente uma vontade de conhecer a região. Não obstante, mesmo para estes, a festa continua a ser a “força motriz” da vinda à região. Daí se concluir ser muito importante potenciar um roteiro turístico e cultural com uma oferta diversificada, informando os visitantes sobre as especificidades e peculiaridades regionais, incluindo a festa religiosa.

No inquérito procurou saber-se quais as despesas pagas. Este indicador ilustra a capacidade económica e poder de compra dos inquiridos. Apesar do habitual desconforto que as perguntas causam (« a vinda à festa implicou despesas?» «que tipo de despesas?»), todos os inquiridos responderam à questão. Os dados indicam que a deslocação implicou um conjunto de despesas pagas para 93,9% dos inquiridos. Estas despesas serão discriminadas na tabela 40.

| | Frequência absoluta | | % | |
|----------------|---------------------|------------|------------|--|
| Teve despesas? | Sim | 184 | 93,9 | |
| | Não | 12 | 6,1 | |
| | Total | 196 | 100 | |

| | N | Mínimo U.m.: € | Máximo U.m.: € | Média U.m.: € | Desvio padrão U.m.: € |
|---|------------|-------------------|-------------------|------------------|--------------------------|
| Despesas de combustível (transporte privado) | 138 | 5,00 | 150,00 | 37,36 | 27,33 |
| Bilhetes (transporte público) | 42 | 4,00 | 40,00 | 15,52 | 7,82 |
| Alojamento | 16 | 20,00 | 200,00 | 143,44 | 78,80 |
| Alimentação e bebidas | 151 | 5,00 | 200,00 | 55,17 | 55,10 |
| Compras | 81 | 5,00 | 200,00 | 30,25 | 47,71 |
| Despesas com atrações | 56 | 5,00 | 30,00 | 12,32 | 6,74 |
| Total despesas | 184 | 5,00 | 760,00 | 107,48 | 143,29 |

Tabela 40. Despesas de deslocação

Fonte: Inquérito próprio (2007-2009).

O custo da viagem é a importância gasta para percorrer a distância que vai do ponto de partida/origem do inquirido até ao seu destino, ida e volta. Como ponto de partida/origem entendeu-se não o local de residência habitual, mas o local em que o indivíduo declarou estar

quando tomou a decisão de viajar, tendo como principal objetivo alcançar o santuário e a festa. Esta opção foi tomada como forma de rodear os problemas levantados com os destinos múltiplos. A maioria dos inquiridos referenciou dispêndio de combustível, gastando em média 37,36 euros, e despesas de alimentação, tendo gasto cerca de 55,17 euros, como as principais despesas. Dos 196 inquiridos, 16 apresentaram despesas de alojamento gastando em média 143,44 euros. Cabe destacar ainda que, dos 42 indivíduos que foram à romaria em visita organizada apresentaram despesas com bilhetes de autocarro, tendo gasto em média 15,52 euros. Para os transportes públicos considera-se o custo da viagem igual ao custo dos bilhetes pagos. Foram ainda apresentadas despesas com compras, cuja média foi de 30,25 euros e com atrações, tendo gasto 12,32 euros. Não obstante, nota-se que os maiores desvios padrão foram registados no caso das despesas com combustível, alojamento, alimentação e bebidas e ainda compras. Quanto ao total de despesas apresentadas por cada inquirido, tem-se uma variação entre 5 e 760 euros, sendo a média de 107,48 euros e um desvio padrão de 143,29. Merece particular destaque o facto de o valor máximo das despesas registadas corresponder a indivíduos que estavam de férias, visto terem tido uma duração de estadia mais prolongada.

O tempo de permanência na festa traduz o número de dias que o indivíduo permaneceu no local. Parte da população inquirida (59,3%) referiu dedicar 1 dia à romaria e 29,9% afirmou estar de passagem. Contudo, este valor pode estar um pouco sobreavaliado e ter existido alguma ambiguidade nesta resposta devido ao facto de alguns inquiridos terem respondido estar de passagem, mas terem na realidade dedicado o dia à festa. Perante estes resultados, é possível concluir que boa parte das visitas, cerca de 89,2%, faz-se no quadro de viagens que não chegam a envolver dormida, caindo portanto na categoria de excursionismo (Cunha 1997:6) ou na modalidade *one-day trip*. No que concerne aos turistas, representam 10,8% dos inquiridos. Estes números, apesar de não muito significativos, acabam por escapar também ao alojamento formal, uma vez que parte destas deslocações foram motivadas pela simples vontade de visitar familiares e amigos.

| | | Frequência absoluta | % |
|------|--------------|---------------------|------------|
| Dias | De passagem | 58 | 29,9 |
| | 1 dia | 115 | 59,3 |
| | 2 dias | 6 | 3,1 |
| | 4 dias | 13 | 6,7 |
| | Mais 4 dias | 2 | 1,0 |
| | Total | 194 | 100 |

Tabela 41. Tempo de permanência na romaria

Fonte: Inquérito próprio (2007-2009).

Quanto à assiduidade da festa, cinco indivíduos escusaram-se a responder ao inquérito. Dos respondentes, 83,5% já tinha visitado a região e 16,5% era a primeira visita, conforme tabela 42.

A variável tempo de participação foi categorizada em três classes: «primeira vez», «todos os anos» e em «anos intercalados». Uma das observações que resulta *prima facie* é uma grande percentagem de indivíduos (41,4%) com uma fidelização à festa, participando anualmente; 30,9% repetiu a visita em anos intercalares - períodos inferiores a cinco anos. A imagem positiva reitera provavelmente à repetição da visita. Ademais, existem outras razões como o interesse pela Virgem e/ou o facto de o povo se orgulhar de um dos seus ícones festivos, não tendo *a priori* estas visitas regulares quaisquer afinidades religiosas. A participação na festa é transversal a todo o tipo de público, ou seja, para quem admite ser devoto da Virgem como também por quem apenas procura o divertimento

Em síntese, pode-se dizer que os determinantes da repetição da visita estão centralizados em três pontos essenciais: nas especificidades da romaria, no contexto em que é realizada a viagem e nas próprias características do romeiro (idade, grau de educação e formação, cultura ou motivações sociopsicológicas). Cerca de 27,7% dos inquiridos respondeu estar a visitar a região pela primeira vez. Este grupo de inquiridos poderá, ou não, repetir a visita dependendo do impacto positivo/negativo que cause a experiência.

| | | Frequência absoluta | % |
|------------------------------------|-------------------|---------------------|------------|
| Primeira vez na região? | Sim | 32 | 16,5 |
| | Não | 162 | 83,5 |
| | Total | 194 | 100 |
| Há quanto tempo assiste à romaria? | Primeira Vez | 53 | 27,7 |
| | Todos os anos | 79 | 41,4 |
| | Anos intercalados | 59 | 30,9 |
| | Total | 191 | 100 |

Tabela 42. Assiduidade e participação na festa

Fonte: Inquérito próprio (2007-2009).

De seguida, tentou saber-se se o fator idade se encontra de alguma forma interligada com a reiteração da visita. Uma das questões colocadas logo *a priori* é se existem idades mais propícias a vivenciarem este tipo de festas. Por isso, recorreu-se à comparação média das idades em cada uma das três categorias: «primeira vez», «todos os anos», «anos intercalados» através da análise de variância (ANOVA), cujos resultados se apresentam na tabela 43.

Dos resultados obtidos, confirma-se que existem diferenças estatisticamente significativas na idade dos romeiros, sendo que os inquiridos mais velhos participam com mais frequência, (anualmente), tendo em média 54,6 anos de idade, enquanto os que participam em anos intercalados têm uma idade média de 44 anos, os que participam pela primeira vez são os mais jovens, apresentando uma média de idade de 33,3 anos.

| Participa na romaria | N | Idade média | Desvio padrão | ANOVA |
|----------------------|----|--------------------|---------------|---------------|
| Primeira vez | 53 | 33,30 ^A | 12,863 | $F = 32,142;$ |
| Todos os anos | 79 | 54,59 ^B | 15,949 | $g.l. = 2;$ |
| Anos intercalados | 59 | 44,07 ^C | 15,582 | $p = 0,000*$ |

Tabela 43. Média de idade média/ tempo de participação na romaria

Fonte: Inquérito próprio (2007-2009); * Significativo a 1%. Nota: médias seguidas de letras diferentes são estatisticamente diferentes entre si.

No estudo recorreu-se ao *Teste T-Student* para se verificar se os romeiros que visitaram a festa pela primeira vez têm a mesma idade dos que já visitaram a região. O valor de prova obtido é inferior a 1%, pelo que a idade dos dois grupos difere estatisticamente, registando-se que os inquiridos que visitam a região pela primeira vez são mais jovens, com uma média de idade de 35,31 anos, com um desvio padrão de 11,969.

| Primeira vez na região? | N | Idade média | Desvio padrão | Teste T-Student |
|-------------------------|----|-------------|---------------|--------------------------|
| Sim | 32 | 35,31 | 11,969 | $t = -5,023; p = 0,000*$ |
| Não | 62 | 47,98 | 17,441 | |

Tabela 44. Média de idade média de acordo com primeira vez na região

Fonte: Inquérito próprio (2007-2009); * Significativo a 1%

O fator idade não é, por si mesmo, condição suficiente para o estabelecimento de visitas regulares, dependendo muito das próprias características pessoais e motivacionais dos romeiros que naturalmente se vão alterando, ao longo da sua vida.

Capítulo 4. A Romaria e o Arraial

Ó minha mãe deixe, deixe,
Ó minha mãe, deixe-me ire
 Ó arraial de Lamego
Que eu bou e torno a bire!
 O arraial de Lamego
 É a tua perdição
 (...)
deixe-me ir àquela festa:
Tive o meu amor doente,
Devo lá uma promessa

Cardoso, Altino Moreira
Grande Cancioneiro do Alto Douro

As romarias são celebrações expressivas e simbólicas através das quais as sociedades comemoram o «santo ou invocação divina, patrono de uma localidade ou de um Santuário» (Oliveira 1984: 217).

Sanchis (1984) distingue dois tipos de romarias: as aldeãs – bem localizadas no espaço da freguesia; e as regionais – de dimensão alargada às comunidades vizinhas. A sua importância não deve ser apenas julgada pelo seu alcance (local, regional, nacional) ou pelos números envolvidos (orçamento e/ou público), mas pela combinação de várias dimensões: culturais, sociais, políticas e económicas. São uma poderosa ferramenta de cariz popular. Os seus elementos estruturais são a «Igreja ou capela, a romagem, oromeiro, os atos de culto (missa, sermão, procissão, promessa)» (Dias 1987: 248). A conjugação destes elementos dá ao evento um carácter prosaico e multifacetado, sendo complicado aferir os diferentes estádios e a capacidade emotiva. Ocorrem geralmente nos santuários, sendo constituídas por um conjunto de práticas «missa de festa com sermão e prática, e, as mais das vezes, procissão» (*Idem*: 217). O momento da chegada é vivido com grande entusiasmo:

É o ponto de convergência de dezenas de milhares de pessoas, para as quais o objectivo religioso (no sentido em que o entende o clero) é secundário, mesmo se a iniciativa correspondente ao cumprimento de um voto; qualquer que seja a religião, apenas um quarto dosromeiros assiste aos ofícios católicos que lhe são propostos (Espírito Santo s/d.:139).

Esta asserção é, porventura, demasiado redutora indicando mesmo que a maioria dosromeiros não adere aos ofícios religiosos, optando por deambular pelas tendas e barracas do comércio ocasional. Os ajuntamentos são motivados pela capacidade dos intervenores interagirem com os códigos, significados, palavras e atos presentes na romaria. Enquanto

acontecimentos sociais simbólicos reúnem vários elementos que intervêm no processo de comunicação:

- i) Emissores e recetores, que são todas as entidades divinas e todos os romeiros que participam e interagem num determinado espaço e tempo de festa, quer sejam os produtores e codificadores de mensagens quer sejam os destinatários e descodificadores das mesmas;
- ii) Mensagens, conjuntos de informações que são transmitidas (através de signos, dos ritos, dos comportamentos, dos gestos e de todos os veículos expressivos das mensagens pretendidas face aos respetivos referentes ou objectos da comunicação) e que constituem o objecto da romaria como comunicação;
- iii) Canais, as próprias romarias como condutoras expressivas das mensagens e suportes físicos necessários à transmissão do que se pretende com os eventos;
- iv) Códigos, conjuntos de normas, rituais e símbolos que permitem transformar o que se pretende transmitir de modo a poder ser compreendido, bem como o repertório de conhecimentos que os agentes possuem em comum, mesmo antes de se processar a comunicação (Barroso 2004: 94-05).

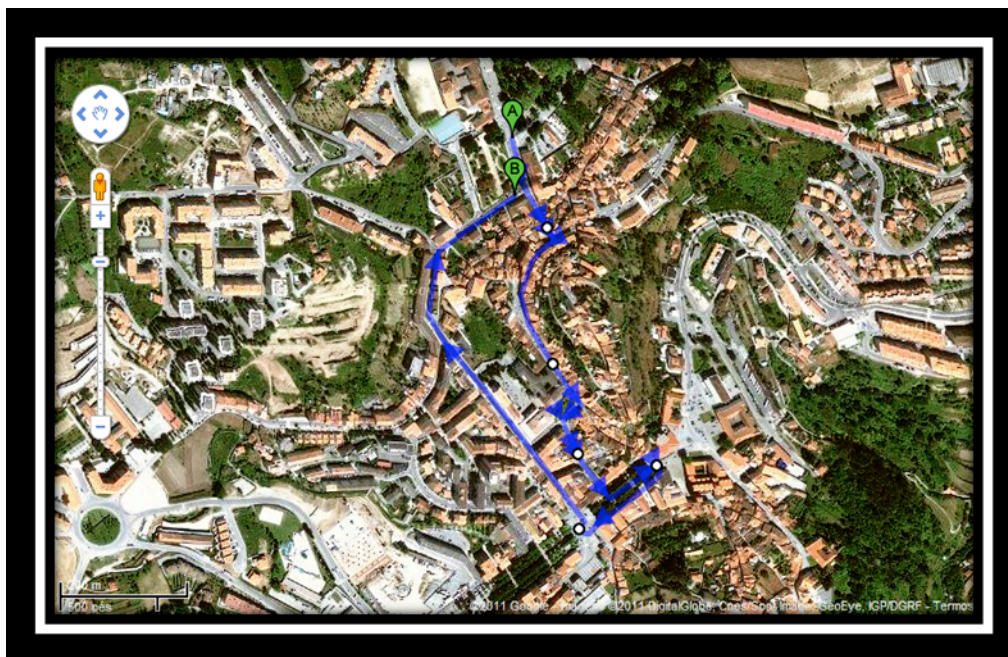
A comunicação não se resume só ao uso de palavras orais e escritas, mas alarga-se também aos gestos e atos; contêm elementos intangíveis e subjetivos que são vividos consoante os padrões culturais. A participação é uma experiência irrepetível.

Nos festejos o povo, por breves momentos, procurava esquecer os árduos dias de labor suspendendo a racionalidade do trabalho, a lógica do cálculo, vivenciando a celebração. Nesta pausa, a comunidade transformava-se, praticando alguns excessos. Tal era a preocupação que, a 22 de fevereiro de 1747, Dom Frei Feliciano de Nossa Senhora, através de uma norma pastoral, coibiu os civis e os sacerdotes de representarem «comédias, entremezes, autos, colóquios ou coisas semelhantes, ou sejam matérias sagradas ou profanas, sem licença nossa ou do nosso R. Dr. Provisor» (Costa: 252). Esta querela põe em evidência o confronto entre os mundos diferentes. A norma pastoral tinha, entre outras matérias, um carácter zelador das festas religiosas, visando restringir a vertente secular da romaria, oferecendo aos indivíduos a inserção na comunidade religiosa. No ano de 1923, um pároco do Minho dizia que as festas «têm muito fogo-de-artifício, muita música, um arraial, muito vinho e muita desordem» (Abreu 2006: 150) e, em 1926, outro pároco descrevia o comportamento dos romeiros como “gracejos grosseiros e vômitos de ébrios» (*Idem*), naturalmente referindo-se à vertente secular. A Igreja não distinguia uma intenção da outra, colocando na mesma categoria «os bailes e as noitadas de gozo a que se entregavam as pessoas» (Faria 1985: 126).

Volvidos dois séculos, a Irmandade apelava aos Irmãos para que na «noite do dia 7 de Setembro se faça um aparatoso arraial para aumentar a ocorrência dos devotos, conforme o previsto nos Estatutos de 1965, artigo 65º». Este apelo parece antinómico, isto é, por um lado, a Igreja assumia uma posição contra os divertimentos; por outro, a Irmandade apelava, em sede própria, à ampliação do arraial, não descurando a vertente espiritual.

Apesar da ausência de estudos relativamente ao impacto económico e os benefícios intangíveis da romaria, a sua realização reforça o orgulho e o sentimento do povo, beneficiando do influxo de capitais e recursos. Por isso, a Irmandade esmerava-se nos arraiais, constituído por arruadas, rusgas populares, grupos de bombos e cantigas ao desafio, transformando-o num autêntico fenómeno de massas e num dos eventos mais concorridos, sendo também conhecido como a *Grande Noite da Romaria*.

O arraial é uma componente “chave” da romaria de tal forma que a Irmandade propôs a realização de um outro evento precedente, designado como a *Grandiosa Marcha Luminosa*, na noite do dia seis de setembro, constituído por um desfile de carros alegóricos e por um numeroso figurado vivo, percorrendo as principais artérias da cidade, conforme mapa 6. Estes eventos noturnos têm uma grande afluência de participantes e espetadores, transformando-se num *ex-libris* de prestígio da romaria.



Mapa 6. Percurso da Marcha luminosa

Fonte: elaboração própria através do *Google Maps*, acedido no dia 20 de agosto de 2010.

O desfile tem início junto à Câmara Municipal, segue pela rua Marquês de Pombal, praça do Comércio, rua de Almacave, rua Cândido dos Reis, rua do Teatro, avenida Visconde Guedes Teixeira (lado descendente), avenida Visconde Guedes Teixeira (lado ascendente) até à avenida 5 de Outubro.

A iluminação é tratada com o máximo de deferência, clareando a noite, pois pretendia-se que as iluminações brilhassem para encher de alegria as noites, esconjurando o negrume, possuindo um significado libertador, representando os valores positivos da vida. Até

ao ano de 1916, o gás acetileno era a principal fonte de energia utilizada, projetando uma luz intensa do Santuário sob a cidade. No dia três de outubro de 1916, a Mesa Administrativa fez saber, através de um ofício, que a Companhia Hydroelectrica da Varosa:

Se prestava a fornecer energia eléctrica para a iluminação ordinária durante o ano para duas lâmpadas de cem velas cada uma, em substituição das luzes que actualmente se acendem na frontaria da igreja, durante a noite, pelo preço de sessenta cinco escudos, ficando a cargo da companhia a propriedade da mesma o fio e isoladores para condução da energia e a cargo da Irmandade mas propriedade d'esta, os postes para suporte dos fios, braços e lâmpadas. A duração deste contracto é indefinido podendo qualquer das partes rescindir com aviso prévio de sessenta dias. A Mesa apreciou devidamente esta proposta e considerando que a despesa que até ali se fazia com a mesma iluminação a gás acetileno era de cerca de oitenta escudos anuais e inferior em brilho deliberou aceitar esta proposta, reduzindo porem a trinta dias o prazo de aviso para o caso de quere em qualquer ocasião rescindir este contracto (AINSR 1903-1917: 94 vs).

A partir de então, a substituição do equipamento passou a ser um dos grandes símbolos da modernidade da região, provocando mudanças no quotidiano dos indivíduos e uma melhoria do aspeto do santuário, bem como uma maior salubridade ambiental.

4.1 A chegada ao santuário

À chegada, os romeiros cumprem o pagamento das promessas ou pedem graças a Nossa Senhora para que esta advogue em sua defesa, predispondo-se a fazerem certos sacrifícios, conforme ilustração:



Ilustração 8. Reza do Terço

Fonte: Aida Carvalho, 2010.

Outrora, o sacrifício mais comum era o de subir de joelhos, os 686 degraus, dos onze lanços do escadório, atualmente este ritual foi substituído pela subida a pé. O sacrifício faz parte da viagem espiritual como forma de agradecimento pessoal e/ou forma de esquecer o pecado. Após chegar ao cimo do escadório, os devotos dão três voltas à capela do santuário. Através destes círculos o indivíduo «pretende entrar na posse de alguma coisa; para os fiéis trata-se de possuir a mãe» (Espírito Santo s/d: 140). As deambulações circulares podem ser executadas de joelhos ou de pés descalços, expressando estados de alma, «descalçar-se é evocar o estado em que se veio ao mundo, a inteira nudez; ajoelhar equivale a «voltar a ser pequeno», condição, segundo os Evangelhos, para penetrar no «Reino do Pai»» (*Idem*). As voltas, em torno da capela, são realizadas no sentido da esquerda para a direita «sinal idêntico ao do sinal da Cruz» (*Idem, Ibidem*), sinal ascético e forma de penitência. Segundo Oliveira:

Elas contam fundamentalmente de ofertas ou da prática de certos actos, umas e outras com carácter ora comum ora específico. De entre as promessas comuns e de carácter geral, que mostram a mesma forma seja em que romaria for, indiferentemente da natureza do mal por que se pediu, e dirigindo-se indistintamente a qualquer santo, as mais correntes são as promessas de um certo número de voltas – em geral três – ao Santuário, de joelhos, rezando, com o rosário ou a imagem nas mãos (Oliveira 1994: 222).

Parte destes rituais são, hoje, maioritariamente substituídos por ofertas em dinheiro e velas, que são queimadas no próprio santuário, conforme as figuras 9 e 10:



Ilustração 9. *Queimador localizado na parte exterior do santuário*

Fonte: Aida Carvalho, 2010



Ilustração 10. Pormenor da queima das velas

Fonte: Aida Carvalho, 2010

O crente expressa a sua confiança no poder infinito da Virgem, cuidando dela como se de um ente querido se tratasse. Os círios e ex-votos são as dádivas mais comuns dos romeiros, como testemunho público de gratidão pela obtenção da graça divina. Os «ex-votos são mais do que um sinal de existência de uma relação de reciprocidade, são também formas de validação do poder do santo» (Cabral 1989: 188), deixados no altar-mor da capela do santuário, conforme figura 11:



Ilustração 11. Oferta de ex-voto

Fonte: Aida Carvalho/Nuno Silva, 2011.

Para um grande número de fiéis, vindos de diferentes estratos sociais da população, o hábito de oferecer ex-votos continua bem presente como forma de expressão de religiosidade

e fé. O transe contemplativo, a oração e a promessa são atos que testemunham as práticas devocionais para expiação dos pecados. Oromeiro deverá regressar a casa purificado do pecado original ou do pecado pessoal. Por isso, beber água das fontes do Santuário é, também, um ritual que liga os devotos a uma significação de símbolos, reportando ao oceano, matriz primordial e ao meio amniótico materno, pelo que «qualquer rito que utilize a água evoca o contacto com a mãe, em vista de um novo nascimento ou de regeneração» (Santos 1990:35). Em todo o espaço são abundantes as fontes porque, segundo o povo, *a água é milagrosa*, conforme ilustrações a) b) c):

a) Fonte



b) Fonte



c-) Fonte



Ilustração 12. Fontes localizadas no Santuário (a,b e c)

Fonte: Aida Carvalho/Nuno Silva, 2011

O espaço torna-se pequeno para tanta multidão, por isso, são colocados altifalantes «junto á porta do arco cruzeyro da parte da Epistola por ser muito o povo, e ficar daquela parte com melhor comodidade para de todos ser ouvido o sermão» (AINSR – Livro de Inventário 1761:13vs). A parénese do discurso concionatório é “encomendado” para a ocasião, precedendo a procissão; é uma espécie de rito oratório proferido em honra da Virgem, um género de discurso epidíctico ou demonstrativo cujo fim é realçar a virtudes de Nossa Senhora dos Remédios. O discurso «é pronunciado de cor e sem qualquer hesitação aparente, o que dá a medida do prestígio do orador» (Espírito Santo 1990:71), recorrendo às parábolas e/ou metáforas, exemplo de conduta para os fiéis que desde sempre foram educados numa cultura fortemente oral.

A metáfora é a figura de estilo por excelência, há um desvio ou deslocamento das palavras, através da troca de características entre dois elementos distintivos, o que exige um maior esforço intelectual para ser compreendida: «Quanto mais difícil, é entender o sentido do discurso metafórico, mais distante está do auditório, mas mais belo este se apresenta» (Barroso 2004: 99). O discurso hermético revela a vida da Virgem, prestando-se melhor à expressão do desconhecido, do sagrado, concebendo o mistério.

Ninguém fica indiferente a este hino de celebração da vida religiosa que empresta cores e dá uma nova vida e movimento às ruas da cidade de Lamego, e ao santuário. Os eventos de cariz religioso, procissões e missa da festa com sermão, cruzam-se com outros de carácter mais lúdico como os eventos etnográficos, desportivos e/ou recreativos como o fogo-de-artifício, espetáculos de variedades musicais, cortejos etnográficos, manifestações de artesanato, jogos populares e, ainda, elementos de natureza económico-social, como as feiras de gado e de produtos agrícolas e as mostras de artesanato, constituindo um cartaz turístico-cultural admirável, mercê da alegria do povo.

4.2 A Procissão

Tu sabes o que vai? Houve cá hoje
Uma tal procissão, que é muito bonita.
Leva tanto santinho!!! Tanta gente!!!
E gasta a preparar-se tanto tempo
Que lá, do ano passado, cuidam dela

Prontos os santos, prontos os andores,
Janelas já pedidas, fatos feitos,
Moças alvoroçadas, e peraltas
Tomava os Irmãos sécios grão desgosto
(...)

Chega o dia feliz, e suspirado.
Começam logo c'o a avorada, as moças
A edificar no monte sem miolo
Castelos vãos de flores, e de fitas,
A vestir galas, a pegar cambraias
(...)

Dão três horas. Começa-se o fadário
Espreitam-se as janelas, povoadas
De deusas, ninfas, damas e rascoas.
A rua entra a ferver de ponta a ponta
Com soldados, com frades, com laicos,
Com garotos, com cães, com ratoneiros
(...)

E a mãe muito devota intimida a fila:
«Não te arredes de mim. Não dês mais trela

Ao peralta, e se acaso o pé de pisa,
Assenta-lhe à mão-tente um tapa-olhos
(...)

E o Menino Jesus vem feito Arqueiro!
Mãezinha! Vem bonito. E um santo preto!!!
Como vem luzidio!!! E este santinho
Poude entrar todo negro assim no céu?

(...)

Mexe-se a gente toda... Apanha – Apanha
Que é um ladrão, que leva dous relógios.
Cé me falta o meu lenço. Ai a minha bolsa!
Eis aí o de que estas funções servem!
(dizia um velho muito poupado, e rico)
(...)

Este padre daqui da cabeleira
Loura, covinhado das bexigas
Que vai ao pé do irmão do habito rico,
É quem fez este andor. – é muito douto!
Ele é que deu a ideia disto tudo
E é que achou as palavras, que escrevera
O apóstolo santo André. Trabalhou muito
Para as achar, que faltam na Escritura.
Mas tanto esgravatou, que deu com elas...

Eis que um velho de aspeito venerando,
Que lhes fiacar ao pé, entre a mais gente,
Postos, nos dous, os olhos, meneando
Três vezes, a cabeça, descontente,
O nariz grosso, um pouco arrebizando
Que os dous, de perto, viram claramente;
C'um saber só de experiencias feito,
Sorriu-se, e o mais calou no experto peito.

(Filinto Elísio 1818: 406-411)

As procissões⁴⁶ são «cortejos que reflectem uma natural tendência do homem para realizar marchas ou desfiles de carácter ritual e comunitário, com carácter sagrado» (Couto 1936: 15), encetadas na rua e organizadas «segundo um código estrutural: o Dogma, a Moral e a Liturgia» (Dias 2003: 47); apresentam uma heterogeneidade e dimensões diversas, desde a política, civil ou corporativa. Os recursos auditivos e artísticos como a música/cânticos, construções escultóricas (andores) e pictóricas (bandeiras) e/ou trajes revelam aparato e pompa, criando um ambiente artificial e de encantamento, despertando a comunidade. A procissão comunica *status* e obedece a uma ordem em que cada adorno, pela linguagem visual, realça grandeza, riqueza e magnificência litúrgica. Para que possa ser apreendida necessita de uma audiência/público que interprete a mensagem.

Grosso modo, a procissão é uma autêntica obra de arte, um “texto” para ser lido, engalanada por vários andores. É um produto compósito que serve para dar visibilidade à Irmandade, no caso de Lamego. Segundo Martimort (1965) estes eventos resultam da aliança entre a emoção e a razão, separadas pela forma e unidas pelo espírito, categorizando-as de:

Procissões Ordinárias e Extraordinárias;
Procissões litúrgicas e não litúrgicas;
Procissões Festivas e Penitenciais;
Procissões Comemorativas, Funcionais, Lustrativas;
Procissões que se distinguem “segundo o fim a que se propõem” podendo ser festivas, penitenciais, gratulatórias, impetratórias, do Santíssimo Sacramento, das Relíquias, Imagens, etc (Carneiro 2006: 65).

São acontecimentos cuja definição e significado podem variar de acordo com a cultura ou natureza do evento. Por isso, existe uma dificuldade na definição do conceito de procissão, em grande parte devido às diferentes abordagens e perspetivas utilizadas pelos diversos agentes e atores envolvidos, podendo ser analisadas tanto pelo lado da oferta/Igreja e/ou da procura/fiéis. Tais factos levam à inexistência de uma única definição universalmente aceite, apesar do *Sacrorum Rituum Congregatio* designar as procissões sagradas como:

Súplicas solenes feitas pelo povo fiel sob a orientação do clero, indo em ordem dum lugar sagrado para outro lugar sagrado, destinadas a excitar a piedade dos fiéis, a recordar os benefícios de Deus e dar-Lhe graças, a implorar o socorro divino (Código de 1917, can. 1290).

Trata-se efetivamente de um poderoso instrumento da Igreja, constituído por quatro elementos, a saber:

⁴⁶ O termo procissão vem do latim *pro-cedere* - marcha para a frente.

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

- 1) É uma caminhada em ordem (eundo ordinatim), que supõe o deslocamento real de todos os que nela tomam parte, e o seu agrupamento harmonioso em filas e categorias: é a manifestação orgânica dum povo, não um tropel tumultuoso;
- 2) É a caminhada de toda uma Igreja: povo fiel e clero; é uma assembleia litúrgica em marcha, que o clero guia e preside. Se não há clérigos ou eles não presidem, não é uma procissão (SRC 3217, 20 de Agosto de 1870); quanto às caminhadas litúrgicas que não implicam o deslocamento do povo, por exemplo a entrada solene na missa, podem, não obstante, ser verdadeiras procissões sagradas, mas num sentido puramente analógico;
- 3) A procissão tem o seu ponto de partida e o seu termo em lugares sagrados que em princípio devem ser distintos: não que seja necessário ir duma a outra igreja, mas dum lugar em que se está reunido para uma oração litúrgica a outro lugar em que se desenrolará um outro acto litúrgico; é assim que a procissão do viático vai da igreja à morada do moribundo que recebe a comunhão, a procissão dos Ramos parte dum lugar em que se procedeu à bênção dos ramos, edifício do culto ou não, para a igreja, de preferência distinta, em que se celebrará a missa;
- 4) É uma «súplica solene», isto é, um tempo excepcionalmente forte na vida litúrgica; eis porque deve precedê-la uma catequese e estão previstos cânticos a acompanhar durante o percurso (*idem*: 61).

As imagens saem à rua, regressando de seguida ao seu lugar, após percorrerem algumas artérias da localidade, em forma de «circum-ambulação» (Espírito Santo 1990:56). A deambulação permite ao grupo «reforçar a autoridade sobre os espaços e exhibir a sua coesão perante os grupos vizinhos e o Estado, visto por vezes como uma força estrangeira» (*Idem*). É um autêntico desfile de imagens alegóricas representando as virtudes teológicas: fé, esperança e caridade e as virtudes cardeais: prudência, justiça, força e a temperança.

As procissões percorrem as ruas da povoação, tais como em honra do Santíssimo, do Corpo de Deus, em honra da Virgem e dos Santos. As procissões rogativas eram também comuns até ao século XIX, talvez como forma de captar novos fiéis. Os devotos percorriam um circuito da povoação transportando a imagem miraculosa e extasiando de preces para que a imagem da Virgem exorcizasse a vinda de catástrofes sobre a coletividade. A Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, por rivalidade e/ou concorrência com as instituições congéneres, emprestava a imagem da Virgem para tais exteriorizações, conforme o ofício, datado de 27 de fevereiro de 1866, da comissão de devotos solicitando à Mesa a imagem da Senhora dos Remédios:

Para com ella fazerem huma procissão de penitência pellas ruas d'esta cidade, pedindo à Imaculada Virgem Mãe de Deus, que implore a seu amado Filho, que se digne livrar os habitantes desta cidade do flagelo da peste, que tanto tem acometido algumas povoações vizinhas (AINSRL 1848-1869: fl 31vs).

A Mesa unanimemente decidiu emprestar a imagem da Virgem Nossa Senhora «para um fim tão plausível» (*Idem*) pois «não há epidemia, nem mal tam contagioso, & maligno,

que a Senhora não desterre: Nulla pestis tão efficax, quae non continuo ad Marie nomen cedat.» (Santa Maria, Frei Agostinho 1771, Tomo III, Livro II. Titulo XXII :225)

Mas, devido às condutas menos próprias ocorridas durante os percursos, o arcebispo de Braga emitiu uma *Nota Pastoral*, datada de quatro de Junho de 1872, proibindo as procissões, alegando que:

Se tem convertido em ocasião de muitas irreverencias, desacatos e peccados, já por que atravessando montes e sitios escabrozos e caminhos defficeis não é possível guardar-se nellas a decencia e respeito que deve observar-se em todos os actos do culto divino; já porque esfriando a fê e devoção que aconselhou o estabelecimento destas solenidades, e augmentada a immoralidade de que tudo abusa, têm-se tornado incentivo para ajuntamentos profanos, nos quaes nem a religião, nem a moral publica são respeitadas (Carneiro 2006:72).

O texto esclarece os modos de proceder da procissão - deveriam revestir decência. A Irmandade realizava outras procissões, destacando-se a do mês de maio (último domingo), calcorreando os caminhos do santuário até à igreja da sé. A Irmandade tratava com esmero de todos os preparativos, conforme ofício de quinze de abril, de 1914, admoestando que se «promovesse alguns divertimentos e passatempos para os domingos do próximo mês de maio para se desenvolver a ocorrência ao Santuário de Nossa Padroeira» (AINSRL 1903-1917, fl 69vs-70). Eram ainda realizadas outras procissões, como a do Corpo de Deus e a procissão em honra a Santo Estevão, 26 de Dezembro.

Não sendo objetivo caracterizar as diversas procissões que a Irmandade organizava, nem, tão pouco, perceber a sua evolução, permanências e/ou descontinuidades, apresenta-se uma análise da dimensão festiva da Procissão do Triunfo, observando o cumprimento das regras litúrgicas.

4.2.1 A Procissão do Triunfo

A Procissão do Triunfo é uma comemoração iminentemente religiosa realizada no dia oito do mês de setembro, pelas 16 horas, distinguindo-se dos outros eventos pela sua espectacularidade, ostentação e panejamentos esplendorosos. É um evento da comunidade. E, quanto mais um evento for visto pela sua comunidade anfitriã como surgido do seu seio, e não como uma imposição a ela, maior a sua aceitação. Por isso, tem sobrevivido incólume, sem abalos significativos na sua estrutura e no seu funcionamento. Tem particularidades únicas, utilizando carros de tração animal para transportar os andores. A parada segue as orientações pré-estabelecidas da Mesa Administrativa subsumidas à Congregação dos Ritos. Esta

Congregação determina aspetos mais técnicos, e a Mesa aspetos mais particulares sobre o alinhamento da procissão, conforme a deliberação do juiz, no dia oito de julho, de 1917:

O fim único d'esta sessão era para se escolher sobre a forma a realizar os festejos da Nossa Padroeira por que o tempo urgia. (...) A Mesa depois de várias reflexões e considerações sobre o assunto resolveu que: 1º se fizesse a festa na forma das anteriores (...) fosse composta de 5 carros sendo: o da Religião, o do Tio da Virgem, o da Assunção, e da Imaculada Conceição e finalmente o de Nossa Senhora dos Remédios (AINSRL 1917-1921: 3).

Segundo o costume, o andor da Assunção de Nossa Senhora e o andor de Nossa Senhora dos Remédios (ilustração 13 e 14) acompanhados com cerca de 30 anjinhos, eram obrigatórios, dando continuidade à tradição e reputação ao cortejo. O andor de Nossa Senhora dos Remédios é perfeitamente destacado no cortejo, numa atitude majestática, constituindo a apoteose final de todo o conjunto, alimentando assim a piedade cristã do devoto/romeiro que ali se dirige para as suas orações.

Manda a tradição que os andores sejam postos a concurso «anunciando-se nos jornaes da terra, e pedindo que as propostas dos concorrentes dêem entrada na secretaria da Irmandade até ao dia 15 do corrente mês declarando n'ellas a que diga respeito o bom gosto na ornamentação e respectivo orçamento» (AINSRL, 1903-1917: 73).

A passo vagaroso, o cortejo dá um giro extenso, demorando entre uma hora e meia a duas horas na sua passagem. Lento porque é ingreme em alguns troços e o calor aperta. Talvez, por isso, o padre Avelino Monteiro, juiz da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, no ano de 1952, solicitou à Congregação dos Ritos uma autorização especial para que os andores pudessem ser puxados através de carros de tração animal, argumentando que os andores eram demasiado pesados e o trajeto muito longo e sinuoso para serem transportados pelo homem, conforme texto:

Em virtude das faculdades que o Santo Padre lhe concedeu, atendendo às circunstâncias particulares expostas na petição e ao officio de recomendação, em que o Exmo. e Revmo. Ordinário da Diocese de Lamego tão encarecidamente se interessa no assunto, indulgentemente acede a estas preces, deixando tudo ao juízo prudente do mesmo Ex. mo e Revmo Ordinário, com as faculdades necessárias e oportunas, sem que se obste qualquer determinação em contrário (AINSRL 1952: 27/04).

Perante os argumentos expostos, a Congregação dos Ritos autorizou a utilização de carros de tração animal, permanecendo tal ritual até aos nossos dias, conforme as ilustrações 13, 14 e seguintes. Assim, vão campeando soberanas as belas imagens da Senhora sobre os

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

vistosos andores, entre acordes das bandas filarmónicas e cânticos solenes de uma multidão enorme de povo e o esfuziar de muitas girândolas de foguetes.



Ilustração 13. Andor de Nossa Senhora da Assunção

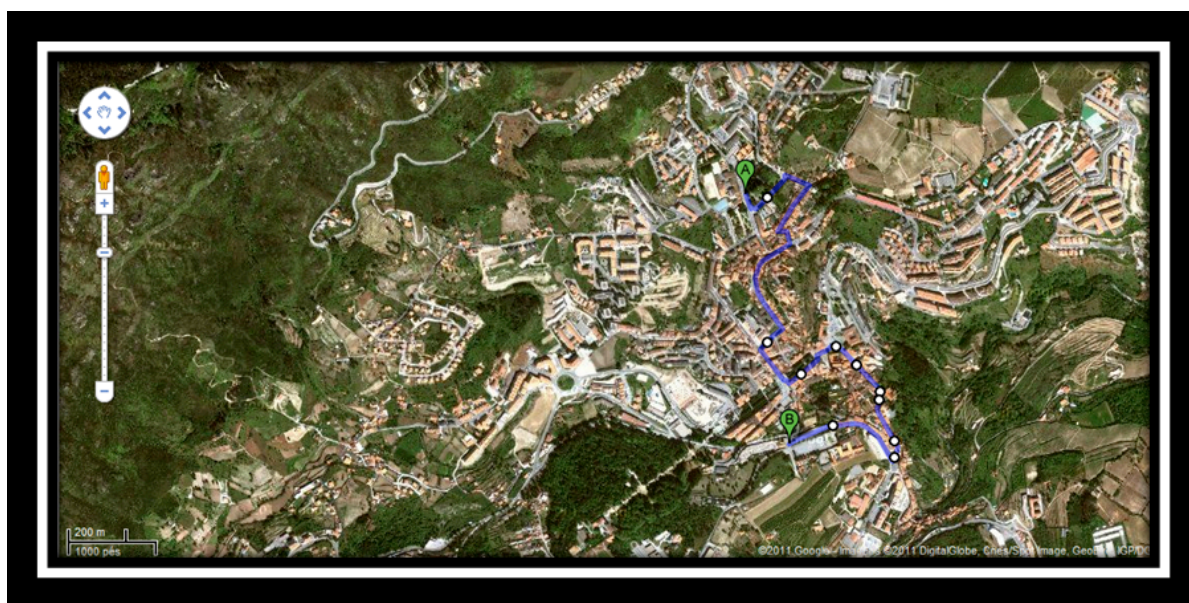
Fotos: Aida Carvalho, 2010.



Ilustração 14. Andor de Nossa Senhora dos Remédios

Fotos: Aida Carvalho, 2010.

O préstito tem início na rua das Chagas, avenida António José de Almeida, rua do Cerdeiral, rua da Seara, rua da Cruz, praça do Comércio, rua do Almacave, rua Cândido dos Reis, avenida 5 de Outubro, rotunda do Soldado Desconhecido, Avenida do Conde Guedes Teixeira, largo de Camões, rua Macário de Castro, rua Cardoso Avelino, rua do Desterro terminando na parada do quartel de Santa Cruz, conforme mapa 5.



Mapa 7. Percurso da Procissão do Triunfo

Fonte: Elaboração própria através do *Google Maps*, acessido no dia 20 de agosto de 2011.

O préstito respeita a ordem da precedência, do fim para o princípio, seguindo na última posição quem é mais importante ou quem teve o encargo de organizar a festa, sinal de honra. Contudo, difere dos demais em relação à abertura, não se cumprindo a imposição que prevê que no início um clérigo leve um turíbulo fumegante, sendo antes a Guarda Nacional Republicana a cavalo, bem como o Corpo Nacional de Escuteiros da cidade de Lamego, Agrupamento 140, que abrem o préstito. As autoridades aproveitam a ocasião para manifestarem a sua presença e garantir a ordem. Este ato, aparentemente menor, cumpre um papel muito importante, manifestando uma sociedade ordenada corporativamente; os membros da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios com as respectivas opas, transportam a cruz ladeada de turíbulos e o pálio com o clero transportando o Santíssimo Sacramento. As bandeiras evidenciam o caráter religioso do acontecimento, ostentando poder e o prestígio da Irmandade, provocando concomitantemente um grande impacto visual, junto do público. É o triunfo da religião sobre o profano. Incorporam-se na procissão uma imensa mó de povo de toda a cercania, tornando o momento verdadeiramente belo, combinando o estandartes, os

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

símbolos e o colorido dos trajes de cerca de 200 figurantes, conforme exemplos das figuras a) b) c) e) f) e g):

a) **Figurantes**



b) **Figurantes**



c) **Figurantes**



d) Figurantes



e) Figurantes



f) Figurantes



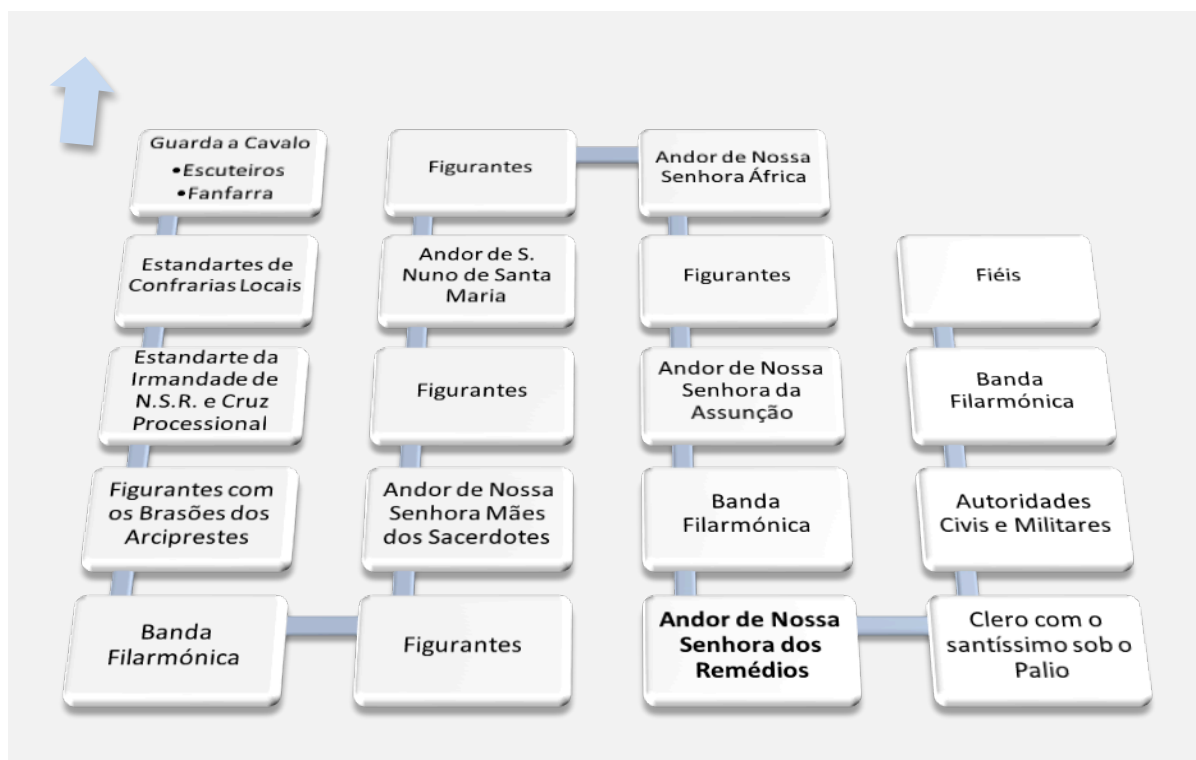
Ilustração 15. Figurantes (a, b, c, d, e e f)

Fotos: Aida Carvalho, 2010

Estas participações, com efeito, distinguem-se da normalidade religiosa, pela intensidade de participação com que cada figurante ocupa o seu lugar pré-definido na procissão; envolvidos em tecidos garridos conforme a cor litúrgica, seguem a cadência da música. O pormenor descritivo em cada quadro figurativo induz uma noção de globalidade da procissão, conduzindo a um intenso retrato psicológico das relações humanas e religiosas. Em cada rosto está patente o sorriso perscrutável de devoção, formando verdadeiros quadros vivos numa verdadeira campanha promocional de ascese e louvor dirigida, sobretudo, a uma classe social menos erudita. Pela sua intensidade, singularidade e valor representativo, os quadros figurativos são parte integrante de um mundo com vários sedimentos de leitura e como tal a sua compreensão torna-se complexa, frágil e pouco consistente se analisada apenas à luz de um ou outro critério, reduzindo a possibilidade de entender o objeto na sua totalidade. O público assiste à passagem das imagens, interagindo através de uma relação de sentido, comovendo-se. Muitas vestimentas são resultado de promessas celebradas entre os figurantes e a Virgem. Nestas ocasiões desenvolvem-se rituais de intercâmbio entre os homens e a Virgem em que os limites do profano e do sagrado se tornam muito ténues, aproximando-os mais intimamente daquilo que se poder definir como um nível médio da exemplaridade coletiva ligada a situações do teor religioso, vinculadas à organização de formas de solidariedade fraternal que permitiam concretizar modalidades de prece e súplica pública.

Secundariamente, estes quadros devocionais de participação viva não deixam, igualmente, de recordar a especialização da Nossa Senhora dos Remédios como uma devoção orientada para a maternidade, proteção e consolo. O valor didático das imagens e acessórios, em paralelo com a riqueza da palavra e da oração, impõe um corte transversal da estrutura da comunidade, colocando todos os participantes na mesma posição, independentemente dos aspetos socioeconómicos e profissionais; assim, proprietários, comerciantes, gentes do campo, profissionais liberais ou trabalhadores por conta de outrem percorrem o mesmo percurso, conciliando as suas contendas e/ou litigiando em defesa das suas causas. A procissão é um momento de comemoração, de quebra dos quotidianos, cruzando devoções, afetos e emoções. O sagrado e o profano são realidades que se harmonizam.

O préstito é credor dos maiores encómios do povo, usando os bens acumulados da comunidade, os gastos que lhe são próprios e até necessários, demonstrando poder e brio.



Esquema 6. Sinopse da Procissão do Triunfo

Fonte: elaboração própria

Conforme sinopse o préstito obedece a um conjunto de regras. A música confere à procissão sonoridade cujas notas musicais são entoadas sob a responsabilidade das bandas filarmónicas para marcar a cadência, preencher os vazios entre os andores e garantir o bom ritmo do andamento da procissão. São exibidos bandeiras, pendões e insígnias de todos os organismos que nela participam. A bandeira da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios é transportada pelos membros do Exército Nacional e a Cruz Processional é transportada pelos membros da Irmandade, conforme imagem:



Ilustração 16. Bandeira de Nossa Senhora dos Remédios

Fotos: Aida Carvalho, 2010.



Ilustração 17. Cruz Processional

Fotos: Aida Carvalho, 2010.

A imagem de Nossa Senhora vai triunfante em cima de um carro de bois. Este era/é um dos aspetos mais emblemáticos do cortejo. Até ao ano de 2010 o andor era em forma de barca. No ano de 2011 adotou um novo formato, muito semelhante ao escadório do Santuário.



Ilustração 18. Andor em forma de barca, 2010

Fotos: Aida Carvalho, 2010.

O formato em forma de barca era um *ex-libris* da procissão, até 2010. Apesar de não se conhecer o autor nem a data da sua origem admitiu-se que tem um significado social. Na verdade, só um estudo aprofundado da antropologia da imagem, psicologia e sociologia poderiam fornecer dados mais conclusivos sobre a sua simbologia. Mesmo assim entende-se que simbolizava o meio de transporte mais importante para a região, num tempo em que os

rios serviam de estradas líquidas e onde se transacionavam sobretudo os produtos agrícolas e outras mercadorias para abastecer a cidade, mormente o vinho, sendo por isso uma homenagem pia ao marinheiro. (Generalizou-se apelidar de marinheiros os homens que se dedicavam ao transporte fluvial mesmo que nunca tivessem ido além da barra do Douro). Os marítimos tinham um estatuto muito respeitado e admirado nas localidades, uma vez que corriam muitos riscos ao enfrentarem as correntes, baixios e os redemoinhos das águas frias do rio Douro, socorrendo-se então da Virgem dos Remédios, cuja graça imploravam quando o perigo espreitava. A fé animaria os homens ameaçados pela voracidade das águas.

O reitor do santuário, Padre Melchior Coelho, no dia oito de setembro, do ano de 2009, dirigia aos devotos a seguinte mensagem: «cada um de nós representa uma barca neste mar agitado da vida. Tem ondas mansas, dificuldades e horas de esperança. Nossa Senhora vai na barca para nos dizer que vai connosco e com os nossos filhos para os amparar». Nesta perspetiva, o andor em forma de barca/o era um estímulo na renovação da fé, um investimento pedagógico, não apenas do ponto de vista catequético, mas sobretudo transmitindo a mensagem de que a Virgem protege o devoto nas horas difíceis, servindo de escudo e abrigo nos momentos de infortúnio.

Na mesma linha explicativa surge a tese da necessidade de intercessão da Virgem aquando do movimento transatlântico. Segundo Baganha (1994), entre 1900 e 1988, emigraram de Portugal aproximadamente, 3,5 milhões de pessoas. O maior número de saídas registou-se depois de 1950, entre 1950 e 1988. O fluxo migratório foi particularmente intenso entre 1966 e 1973, altura em que se verificaram 48% do total das saídas. Durante este período distinguem-se claramente dois ciclos migratórios: o primeiro foi transatlântico - até aos anos 50; o segundo foi intraeuropeu - dos anos 60 a finais dos anos 70. No primeiro ciclo cerca de 80% dos indivíduos dirigiram-se para as Américas, sendo o barco o meio de transporte utilizado.

Face ao exposto, o andor de Nossa senhora dos Remédios foi um produto combinado, estandarte na proteção divina dos lamecenses, desejando-lhes sucesso na viagem. De seguida, a Irmandade esperava que os indivíduos reiterassem o apoio através do envio de remessas monetárias, conforme pedidos solicitados na parte I – capítulo II). A forma do andor pode ser entendida como uma amálgama de elementos tangíveis e intangíveis, dando assim resposta a determinadas expectativas e motivações, daí que qualquer destes argumentos seja sempre de natureza mais subjetiva e, por isso, discutíveis.

Pareceu, ainda factível associar a tipologia do andor à ideia do medo antropológico da travessia do mar, em direção às ex-colónias, sob um pano de uma incerteza ainda mais

assustadora. A Virgem assumiu um papel axial na partida e nas despedidas dos soldados. Parte dos homens mobilizados, e suas famílias, não sabiam o que os esperava; por isso, é de crer que fizessem apelos à Virgem protetora, criando um elo de solidariedades entre as famílias dos militares que comungavam do mesmo medo entranhado na psique humana, lutando na retaguarda. É inegável o impacto da Virgem na história do país, entre 1961 e 1974, tendo tido um peso na comunidade enquanto catalisadora ideológica uma vez que as Forças Armadas não estavam preparadas com meios de apoio moral e psicológico para os militares e seus familiares, nem existia legislação que regulasse os casos de morte ou ferimento em combate. Daí que, se, por um lado, a ida para a guerra era tida como um feito heroico - ir em defesa da pátria -, por outro, a incerteza não colmatava as saudades da família e, quando regressados, os ex-combatentes e familiares, sentiam o alívio do dever cumprido. Dessa tarefa se fazia arauto o Estado Novo.

A fé e a religião são desde tempos imemoriais um bom “pretexto” para refazer a glória da pátria e compilar todas as perceções e crenças. Os militares aguardam a chegada do andor à igreja de Santa Cruz, saudando-o com pompa e circunstância. É um dos momentos mais apoteóticos do séquito, carregado de simbolismo e de prestação de louvor, conforme imagem:



Ilustração 19. Chegada do andor à Igreja de Santa Cruz

Fotos: Aida Carvalho, 2010.

No recinto tem lugar uma missa campal participada por milhares de pessoas, preenchendo por completo o espaço e as artérias envolventes, sendo difícil encontrar uma nesga para assistir à celebração. Terminada a celebração eucarística, as forças militares retiram a imagem da Virgem do carro de bois e colocam-na no jipe, levando-a até ao

santuário. Os militares assinalam sonoramente o momento da despedida com o lançamento de granadas de fogo e a multidão acena com lenços brancos. É o auge da significação. Este aparato é certamente um dos principais atrativos da romaria, revelando que a Senhora dos Remédios está muito ligada à condição militar e às pisadas dos portugueses de antanho.

4.3 Imagem e promoção da festa

A romaria ostenta carisma, tradição e muita participação popular. É um evento de média dimensão que eleva o ego e a autoestima dos residentes. Segundo Teixeira (^b2010) a festa tem uma função unitiva, identificando de um modo perfeito os que nela participam. É um dos principais eventos regionais, barómetro das grandes proezas religiosas, produzindo um efeito económico na região; por isso, questionou-se os romeiros acerca do impacto da festa, do crivo da organização e da capacidade de realização:

| | | Frequência absoluta | % |
|--|---------------------------|---------------------|------------|
| Atração turística | Sim | 190 | 97,4 |
| | Não | 5 | 2,6 |
| | Total | 195 | 100 |
| A romaria traz benefícios para a localidade? | Sim | 191 | 100 |
| | Não | 0 | 0 |
| | Total | 191 | 100 |
| Quais os benefícios? | Turismo | 56 | 52,3 |
| | Comércio | 31 | 29,0 |
| | Atração Turística | 2 | 1,9 |
| | Emprego | 15 | 14,0 |
| | Tradição | 2 | 1,9 |
| | Desenvolvimento da | 1 | 0,9 |
| Total | 107 | 100 | |
| Organização | Igreja | 58 | 31,4 |
| | Câmara Municipal | 4 | 2,2 |
| | Sociedade Civil | 1 | 0,5 |
| | Igreja e Câmara Municipal | 115 | 62,2 |
| | Igreja e Sociedade Civil | 6 | 3,2 |
| | Irmandades/confrarias e | 1 | 0,5 |
| Total | 185 | 100 | |
| Os jovens participam na organização? | Sim | 157 | 83,5 |
| | Não | 31 | 16,5 |
| | Total | 188 | 100 |
| Os jovens darão continuidade à tradição? | Sim | 155 | 79,9 |
| | Não | 39 | 20,1 |
| | Total | 194 | 100 |

Tabela 45. Capacidade de atração da festa

Fonte: Inquérito próprio (2007-2009).

Das respostas obtidas verifica-se que 97,4% dos inquiridos ficam satisfeitos com a divulgação da romaria como atração turística, reconhecendo que esta notoriedade pode trazer benefícios para a localidade. Entre os benefícios esperados, 29% dos inquiridos identifica vantagens para o comércio; 52,3% aumento do fluxo de turistas, visitantes e participantes, e 14% diz que a romaria pode contribuir para a criação de emprego. Segundo Plummer (1999), a realização de eventos traz benefícios para as localidades a curto e/ou médio prazo, sobretudo desenvolvimento económico (direto, indireto ou induzido) e emprego (efetivo e temporário); a longo prazo, o autor destaca a criação de equipamentos de qualidade, o reconhecimento internacional do destino (através da exposição e cobertura dos meios de comunicação social) e os benefícios comunitários, entendidos a nível do voluntariado, formação profissional, aquisição de *know how* e atração de recursos para projetos de nível local, nomeadamente culturais e sociais. Na verdade, estes impactos são mais notórios com a realização dos grandes eventos, mas é inegável que os eventos locais/regionais proporcionam benefícios económicos para a região através do afluxo de capitais dos visitantes. Contudo, é necessária uma análise mais cuidada, utilizando diversos métodos de avaliação dos impactos económicos (análise custo-benefício, *input-output*, multiplicadores, etc), com o objetivo de se averiguar os (reais) proveitos e custos no rendimento das famílias e os seus efeitos no comércio, hotelaria ou restauração. Naturalmente, a utilização dos dados do inquérito não corresponde à seleção do método mais apropriado, uma vez que eram necessários outros dados e métodos, como por exemplo a escala, natureza, custos envolvidos e os objetivos dos promotores, entre outra informação de carácter mais específico.

Quanto à organização da festa, mais de 60% dos inquiridos indicou a Igreja e a Câmara como os principais promotores. A Igreja e o poder político têm utilizado a festa como um recurso regional, contribuindo significativamente para a alteração e melhoria da imagem da cidade de Lamego, bem como elevando o orgulho e a autoestima dos seus cidadãos. Daí ser fundamental dar continuidade à festividade, procedendo à integração da festa nas políticas promocionais predelineadas.

No inquérito procurou saber-se a opinião dos romeiros acerca da participação dos jovens na festa. Das respostas obtidas parece ser consensual que os jovens darão continuidade à realização da festa por razões de tradição e comércio (80%). Estes pressupostos são os atlantes mais relevantes para a continuação da sua realização. Os resultados são apresentados na tabela seguinte:

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| | | Jovens continuarão com a tradição? | | Total |
|--------------|-------------------------------|------------------------------------|----------|------------|
| | | Sim | Não | |
| Motivos | A câmara organizará no futuro | | 3 | 3 |
| | Comércio e emprego | 22 | | 22 |
| | Festa da cidade | 16 | | 16 |
| | Imagem da região | 8 | | 8 |
| | Tradição | 47 | 4 | 51 |
| | Turismo | 5 | | 5 |
| Total | | 98 | 7 | 105 |

Tabela 46. Participação dos jovens na organização da Romaria

Fonte: Inquérito próprio (2007-2009).

A festa é um evento compósito que integra um conjunto de atividades, produtos e serviços de avultados dispêndios e recursos, sendo, por isso, necessário o empenho de todos, mormente dos jovens, mas estarão eles disponíveis a dar continuidade ao evento?

O *Teste T-Student* afere que existe uma diferença estatisticamente significativa e que os inquiridos mais novos são os que acham que os jovens não participam na organização, sendo os inquiridos mais velhos, com uma média de idade de 47 anos, que afirmam que os jovens participarão na organização.

| Os jovens participam na organização? | Nº | Idade média | Desvio padrão | <i>Teste T-Student</i> |
|--------------------------------------|-----|-------------|---------------|--------------------------|
| Sim | 157 | 47,20 | 17,806 | $t = 3,567; p = 0,001^*$ |
| Não | 31 | 38,52 | 11,003 | |

Tabela 47. Idade média dos jovens

Fonte: Inquérito próprio (2007-2009); * significativo a 1%

Estes resultados são pertinentes, demonstrando uma clara mudança de atitude da população local. Os inquiridos mais velhos, talvez pelo respeito e consideração pela Irmandade, participam na organização da festa ou invés dos mais novos; possivelmente têm sido afastados paulatinamente graças à crescente profissionalização da organização.

Será o capital escolar elementar para sensibilizar os jovens da necessidade de participarem na organização deste evento?

Utilizou-se o teste de independência do *Teste Qui-Quadrado*, comprovando-se que as referidas variáveis são dependentes, sendo que os inquiridos com menos instrução são da opinião que os jovens participam na organização. Efetivamente os inquiridos com níveis de formação mais baixos, até ao 7-9º ano de escolaridade, entendem que os jovens se envolvem na organização da festa.

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| | | Habilitações Académicas | | | | | | Teste qui- quadrado |
|---|-----|-------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|--|
| | | SI | 1-4 | 5-6 | 7-9 | 10-12 | CM/S | |
| Os jovens participam na organização da romaria? | Sim | 18 (100%) | 47 (97,9%) | 22 (84,6%) | 14 (82,4%) | 20 (60,6%) | 33 (76,7%) | $\chi^2 = 24,825$; $g.l. = 5$; $p = 0,000^*$ |
| | Não | 0 | 1 (2,1%) | 4 (15,4%) | 3 (17,6%) | 13 (39,4%) | 10 (23,3%) | |

Tabela 48. Participação na organização da romaria versus habilitações académicas

Fonte: Inquérito próprio (2007-2009) * significativo a 1%

Apesar da sua importância estratégica o êxito da festa depende, em grande medida, da imagem que os romeiros/visitantes (efetivos e potenciais) têm dela; se os romeiros não identificarem e valorizarem os seus recursos endógenos, o sucesso será dificultado. Por isso, auscultaram-se os romeiros acerca dos mecanismos de promoção da festa. Foi-lhes pedido que atribuíssem um grau de importância, numa escala *tipo Lickert* - de “nada importante” a “muito importante” (1 a 4), tendo ainda a possibilidade de responderem os que não tinham opinião (0), imputando ao mais importante o número 1. As respostas evidenciam e apenas os que atribuíram importância entre 1 a 3.

Na análise dos resultados pode concluir-se que os meios de divulgação mais referenciados foram a televisão (maior frequência 1) e a publicidade de rua (maior frequência 2), tabela 49:

| | Frequências absolutas | | | N |
|--------------------|-----------------------|----|----|-----|
| | Importância | | | |
| | 1 | 2 | 3 | |
| Amigos | 6 | 2 | 0 | 8 |
| Família | 30 | 11 | 2 | 43 |
| Televisão | 151 | 7 | 7 | 165 |
| Publicidade de rua | 11 | 84 | 20 | 115 |
| Jornais e revistas | 0 | 7 | 17 | 24 |
| Rádio | 1 | 6 | 16 | 23 |

Tabela 49. Importância dada aos meios de divulgação da romaria

Fonte: Inquérito próprio (2007-2009).

Os inquiridos consideraram a televisão, a publicidade de rua e a família como os meios de divulgação mais importantes da festa; as campanhas de publicidade de rua, *muppies* e *outdoors*, são veículos referenciados para granjear notoriedade à festa. O público da festa não é homogéneo, por isso seria importante que a organização elaborasse um plano publicitário mais amplo e diferenciado.

Epítome – várias conclusões em aberto

Todo o ato de investigar suscita, por parte do investigador, perplexidades adicionais e, chegado o momento de desfecho, parte das conclusões apresentam-se como abertas, como produto incompleto, sugerindo já outras agendas de investigação futura.

A criação e desenvolvimento do culto de Nossa Senhora dos Remédios foi de facto um produto composto, renovando-se e readaptando-se aos diversos contextos sociopolíticos e económicos graças à lucidez dos Homens da Igreja e de um enquadramento político favorável, há pelo menos quatro séculos. Desenvolveu-se no santuário do mesmo nome, na cidade de Lamego, sendo também sítio de cultura, de arte e de história tendo tido como agentes mais diretos o bispo D. Manuel de Noronha e os seus sucessores que, agradados das regulamentações tridentinas, fizeram do culto e do santuário local de referência religiosa.

A Igreja, a partir de meados do século XVI, entrou num longo e fecundo período que deve sobremaneira a sua atuação às resoluções do Concílio de Trento, existindo uma maior abertura para a implementação dos cultos marianos; a união dos homens à volta deste ideário dirigia e estimulava o combate à heresia, existindo uma atmosfera propícia a estados transitórios de dulia para a hiperdulia, acabando por contribuir, de forma capital, para a substituição do culto a Santo Estêvão desenvolvimento da devoção a Nossa Senhora dos Remédios na diocese de Lamego. Inferiu-se, por omissão de dados, que foi invocado durante o período filipino, mas dos manuscritos que poderiam servir de prova desconhece-se a sua localização e os existentes, depositados no cartório da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios e nos arquivos distritais de Viseu e do Porto, não esclarecem a datação do início do fenómeno devocional. Parece claro que o bispo D. Manuel de Noronha era defensor intemerato e persistente do espírito mariano, tendo a sua vinda para a diocese de Lamego, no ano de 1551, se refletido nas formas de organização da devoção. A imagem da Virgem foi facilmente apreendida pelo povo simples que, acreditando no seu poder e eficácia, padecia junto Dela todo o tipo de mágoas sobretudo nos momentos de crise epidémica, nas calamidades naturais e nos maus anos agrícolas; parece-se com a imagem da Nossa Senhora do Leite, carregando o filho nos braços numa posição semelhante à da amamentação, mas as pesquisas utilizadas não permitiram a elaboração de um discurso acabado nem perceber a similitude da figuração da imagética, funcionando determinadas características – duplicidade

e ubiquidade -, como obstáculos à obtenção de um conhecimento exaustivo, alcançando um valor que não se pôde figurar e um sentido que não foi possível objetivar.

O culto foi administrado pela Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios que nasceu por decisão voluntária ou especial zelo de um devoto, ou devotos, que escolheram a Virgem dos Remédios como patrona. Apesar de não se conseguir apurar, com precisão, a quem coube a sua ereção não é completamente descabido situá-la na primeira metade do século XVII, num período em que tantas irmandades e misericórdias foram fundadas no reino. Sabe-se, através do arrolamento de bens, do ano de 1741, mandado fazer pelo cónego José Pinto Teixeira que já estava em funcionamento pelo menos desde o ano de 1628, tendo-lhe sido doado um souto e alguns canodos de azeite. Estas doações constituem apenas os vestígios de um conjunto porventura mais vasto, mas desaparecido. Daí se apontar este período como os primórdios da fundação, ganhando força a hipótese de que a devoção se iniciou no dealbar do século XVII, pois é sabido que do nascimento de uma devoção à narração de um acontecimento ou à entrega de uma doação decorre geralmente um hiato temporal. Enquanto informação mais fidedigna não for localizada, tem de se considerar esta data como mera hipótese, atribuindo-lhe, mesmo assim, o reconhecimento de uma forte verosimilhança.

A Irmandade tem anuência canónica e civil, assegurando um determinado número de benefícios espirituais aos seus Irmãos e/ou intervindo na comunidade, sempre que solicitado. Esta dupla “vocação” permitiu-lhe gozar de boa aceitação social, intervindo em vários domínios desde a prestação de serviços de carácter religioso, ou deste tributário, até à intervenção no campo da assistência e práticas da caridade; por isso, cumpriu legados pios, aprovou e alterou os estatutos, vigiou o seu cumprimento, autorizou a aquisição e alienação de bens imobiliários, contraiu empréstimos, autorizou despesas, admitiu Irmãos, empregados e assalariados, tomou conhecimento das faltas no serviço, aplicou penalidades, organizou e submeteu a aprovação das contas de gerência e os orçamentos, organizou o inventário de bens, distribuiu funções pelos seus membros e sua superintendência, aceitou doações e heranças, colaborou com as instituições de assistência local, de harmonia com o espírito tradicional da prática da caridade cristã e, em caso de necessidade, deliberou sobre novas formas de assistência. Embora tenha nascido *ex-nihilo* da função religiosa, ostentou outros fins, entre eles os políticos, sem quebrar a autonomia e independência, adequando-se às novas exigências e aos novos tempos. Por isso, no início do século XX, na sessão da Mesa Administrava, do dia 20 de janeiro de 1920, foi deliberado adicionar a palavra “turismo” ao parque dos Remédios (AINSRL 1917-1921: 41vs) no intuito de chamar a si a vertente

turística. Mais do que o termo em si, esta deliberação desvela a visão progressista da Instituição, tentando dar novos usos e funções ao local, atraindo cada vez mais gente ao santuário. Esta estratégia não foi inócua, antes guindou-a em termos de importância local e regional: tudo começa na Irmandade e parece não poder terminar sem a Irmandade.

Rege-se por um normativo interno, - denominado de estatutos-, embasados por princípios reguladores rígidos, consignando o *corpus* normativo a que estão sujeitos todos os seus membros/irmãos. Os estatutos adaptaram-se ao contexto histórico, tendo sido, desde a sua fundação sucessivamente alterados, pelo menos seis vezes, e aprovados pela Igreja e o Estado, com exceção do tempo da instauração da República.

Os indivíduos ao aderirem à Instituição alcançavam prestígio e concomitantemente garantiam amparo na hora da morte. Este apoio foi axial, pois o medo de um Purgatório torturante levou a que muitos Irmãos deixassem parte dos seus bens à Instituição, para que ela intercedesse por si na hora da morte. Esta forma de atuar permitiu-lhe angariar recursos para se autofinanciar; recorreu a outras formas de angariação de receitas tais como peditórios e coletivo, instruindo comissões de Irmãos para o efeito; de acordo com os objetivos da recolha, deslocavam-se às aldeias limítrofes para fazer o peditório «esmola das eiras» e/ou faziam a recolha de porta em porta. Por vezes, endereçou solicitações aos indivíduos mais influentes residentes fora do reino, mormente no Brasil, para que diligenciassem o peditório. Terminada a coleta o seu produto era de imediato entregue na secretaria da Irmandade e/ou enviada a remessa através de letra; o tesoureiro depois de rececionar todos os bens dava conta à Mesa Administrativa do resultado da(s) coleta(s). Esta tarefa assumia grande importância, não apenas pelas cifras obtidas, mas porque não representava encargos para a Instituição. A Irmandade recebeu ainda várias as doações, destacando-se os bens de raiz, terrenos baldios ou produtivos, doações em espécie e/ou em material sonante. Os motivos das doações eram/são ambíguos, carregando uma subjetividade cognitiva, não sendo possível fazer-se um juízo cabal e sério das razões que levaram os indivíduos a abeirarem-se da Virgem, dando esmolas; situadas socialmente em pontos diametralmente opostos, as contribuições eram uma mais-valia económica para a Instituição e uma mais-valia espiritual para o devoto que com elas pretendia vencer a crise frumentária e epidémica, alcançar reconforto espiritual, expiar os pecados e agradecer os favores divinos; por sua vez a Irmandade autossustentava-se e cumpria as várias obrigações estatutárias, entre elas a celebração de missas e das festas religiosas em honra de Nossa Senhora dos Remédios, no dia oito de setembro, Santa Ana e São Joaquim, no dia 26 de julho e a Santo Estevão, no dia 26 de dezembro. Estas festas religiosas, apesar de

aparentemente iguais, sustentam cada uma o cunho de uma cultura peculiar; a festa em honra da Virgem dos Remédios era preparada com minúcia, pompa, opulência e riqueza ostentatória, capitalizando o prestígio da Irmandade. A celebração exigia cuidados não apenas com o interior da igreja/santuário, mas também com o itinerário do desfile processional, obrigando os seus intervenientes ao cumprimento rigoroso das regras que a Instituição estabelecia para a ocasião. Desde antanho que o evento dá notoriedade à Instituição, reforçando-lhe o fundo económico, ou seja, quanto mais visibilidade tivesse maiores seriam as doações. No entanto, em períodos de desvalorização da moeda corrente, diminuição das esmolas ou legados, dificuldade em angariar os capitais deixados ou dados a juros ou em fases de aumento do trabalho pétreo com o santuário, o dinheiro não era suficiente e a Irmandade teve de contrair empréstimos para reforçar o seu fundo económico e alterar os estatutos, reforçando as verbas a pagar. Os empréstimos foram efetuados sobretudo com a Santa Casa da Misericórdia de Lamego e/ou com alguns Irmãos mais endinheirados.

A Irmandade foi uma instituição resiliente que se harmonizou em termos funcionais, induzindo formas de relações sociais com o exterior e um forte dinamismo interno devido à base social eclética, recrutada nos diversos grupos sociais, mas que raramente excedeu os 300 elementos. Ao aderirem, e após o pagamento da respetiva joia e quota anual, ficavam inscritos no Tombo de Irmãos e vinculados a um estatuto que lhes garantia um conjunto de privilégios bem como um conjunto de deveres. Os indivíduos de fora da cidade eram aceites na categoria de «Irmãos Remidos» e os da localidade na categoria de «Irmãos não Remidos», sendo estes em maior número. Os primeiros pagavam a joia, e as respetivas quotas, sem que a Instituição tivesse a obrigação de os acompanhar nos enterros. Esta forma de admissão obedecia a uma estratégia arguta, pois entrava dinheiro nos cofres da Irmandade, mas os Irmãos tinham os seus direitos mais reduzidos, libertando os lugares de provimento para os escolhidos entre a gente de Lamego com maior prestígio e honorabilidade na terra.

De acordo com a sua diversidade de atuação, agindo como um guia espiritual, e estruturando os conteúdos e as destrezas que melhor respondam às necessidades dos Irmãos, a Irmandade tomou em mãos a construção do santuário de Nossa Senhora dos Remédios, em estilo de propaganda. As obras iniciaram-se no ano de 1750, após a deliberação da Mesa Administrativa, alertando para a necessidade de edificação de um edifício mais condigno por «se achar a dita capella em suas ruínas» (*Dicionário Geográfico* Vol. XLX 1758:296-297), arrastando-se até ao ano de 1969. Esta construção foi a maior obra de vulto da Irmandade, suportada pelas contribuições dos devotos, por isso foi de aperfeiçoamento lento e demorado,

decorrendo uma parte da construção sob a orientação política da Monarquia, de seguida sob a orientação da Primeira República e, já na última fase, sob a influência doutrinária do Estado Novo. A decoração do edifício visava reforçar a devoção à Virgem que, num jogo de intertextualidades, entre retábulos e imagens dos Santos e das Virgens, comovia os sentidos.

Tendo em conta os considerados aqui expressos, a Irmandade soube gerir a sua imagem, transformando o local num lugar privilegiado de crescente diversidade sociocultural e religiosa, estimulando a centelha da devoção.

Os eventos que se realizam no dia oito de setembro são os atraem o maior número de pessoas não só por motivos religiosos, mas também culturais e/ou outros, celebrando-se em simultâneo a festa religiosa e a festa da cidade de Lamego; a presença de uma multidão terá servido de mote para que as autoridades decretassem este dia o dia da cidade, reforçando-se, assim, o lado profano da festa, instigando ao espetáculo e ao estandarte plástico. A sobreposição dos dois registos de solenidades são reveladores de uma tentativa de atualização e reinvenção da festa, valendo-lhe a categoria de *Romaria de Portugal* e uma das mais concorridas da região norte. Antanho, os Irmãos utilizaram os termos “grandiosidade” e “espetáculo” para caracterizarem a festa, atualmente o romeiro caracteriza-a com a mesma opulência. A sua participação é um momento de catarse, uma experiência carregada de interpelações positivas, reequilibrando o estado emocional. No estudo feito 79% dos inquiridos referiu ser devoto de Nossa Senhora dos Remédios. O perfil pouco difuso dos romeiros pode ser explicado pelo quadro simbólico da vivência rural, o estreito convívio com a Virgem e a transmissão oral dos valores espirituais, de geração em geração. Os romeiros são provenientes de duas grandes regiões: norte e centro (86,7%) e somente 13,3% têm procedência na região sul. Para a residência os resultados são praticamente iguais aos de naturalidade. Estes dados não são de estranhar já que se trata de regiões geograficamente próximas; o isolamento físico determinado pela natureza manteve grande parte das aldeias da região norte e centro quase impermeáveis, até boa parte do século XX, às grandes inovações da tecnologia, acentuando naturalmente a distância em relação aos centros polarizadores de novas ideias e culturas. Este isolamento facilitou a influência do catolicismo no quotidiano das comunidades, arreigadas a uma mentalidade tradicional, a uma economia de subsistência, a processos e técnicas arcaicas de exploração da terra, com poucos rendimentos, sem grandes vias de comunicação e transportes, isolados e muitas vezes esquecidos pelas autoridades centrais ou mesmo locais, induzindo o romeiro a elevar a Virgem dos Remédios a um estatuto feérico na busca de sentido e autarcia.

Os romeiros são sobretudo indivíduos casados (74,4%), do sexo feminino (54,1%) com uma média de idade de 45,72 anos; as faixas etárias mais predominantes foram as compreendidas entre os 35 a 44 anos, 65 a 74 anos e entre os 25 a 34 anos de idade; 27,5% dos inquiridos frequentaram o ensino básico, entre o 1.º e o 4.º ano de escolaridade, seguindo-se, logo depois, uma percentagem de 22,3% com o curso médio ou superior. Apesar da área envolvente ser fundamentalmente agrária, o setor mais representativo é o sector terciário, (50%), dada a multiplicação dos serviços públicos existente na região, seguindo-se, logo depois, o setor primário com 17,9% (agricultura ligada à subsistência) e as domésticas com 15,3%.

A festa é um local singular onde se estabelecem contactos e se anulam identidades; o romeiro refugia-se no coletivo através da referência a valores que, sendo de cada um, a todos transcendem, por isso a jornada é feita em família (80%) ou com os amigos (13,5%).

Nos percursos efetuados o automóvel foi o meio de transporte eleito por 72,4% e apenas 26,5% elegeu o autocarro (os das visitas organizadas). A grande maioria, 87,2% não fez desvios, e os restantes efetuaram desvios à cidade da Régua e aos territórios do Alto Douro Vinhateiro.

A deslocação implicou gastos para 93,9% dos inquiridos. Os valores despendidos em combustível e alimentação foram os que mais pesaram no orçamento diário, gastando em média 37,36 euros e 55,17 euros, respetivamente. Menos de ¼ dos inquiridos apresentou despesas de alojamento, situando-se os valores na ordem dos 143,44 euros. *Grosso modo*, a variação foi entre 5 e 760 euros, sendo a média de despesas de 107,48 euros. De notar que, o máximo foi obtido para indivíduos que apresentaram despesas de alojamento. Grande parte dos inquiridos referiu ter permanecido um dia ou estar de passagem. No entanto, 11% revela permanecer mais de 2 dias na romaria.

Relativamente às razões que levaram os inquiridos a participarem na romaria, 45% respondeu cumprimento de promessa. A Procissão do Triunfo é considerado o evento mais importante para os respondentes o que certifica que as festas têm o seu centro “epicentro” na procissão. A opulência e riqueza ostensiva do cerimonial, o luzidio das imagens dos Santos e das Virgens, marcam a cadência do tempo e concomitantemente facécia crítica do evento; apesar dos elevados gastos que lhe são próprios e até necessários, os romeiros sentem-se orgulhosos com a sua realização. Por isso, quando questionados se «gostariam de ver a festa divulgada como uma atração turística?» (97,4%) respondem afirmativamente, na expectativa de que o evento lhes traga benefícios económicos mormente aumento do volume das vendas e

criação de emprego, ainda que temporário. Quanto à sua organização, mais de metade dos romeiros (60%) têm conhecimento do modo de organização, indicando a Igreja/Irmandade e a Câmara Municipal como os principais agentes. O povo revê-se na festa, trata-a «por tu», por isso 80% dos respondentes são da opinião de que os jovens darão continuidade à tradição, pese embora a evolução nas últimas décadas.

Com esta perspetiva se termina, mas com a sensação de que por ela se deveria ter começado se, para tanto, documentação e agudeza houvera; aquilo que se intentou foi conjurar fragmentos do passado, formas de organização da devoção, ambíguas pela sua natureza multifacetada. Em síntese, o texto pretendeu lançar a discussão sobre algumas dimensões do culto/devoção como prováveis, prespetivado de certos ângulos, tal como se quis indicar ao citar Humberto Eco na introdução deste trabalho.

Fontes e referências bibliográficas

Fontes Manuscritas

Arquivo da Irmandade da Nossa Senhora dos Remédios de Lamego

I - Escrituras

Escritura n.º 1. In *dossier* n.º 1 - 1.º grupo - *escrituras de doação*, 1730 (6 folhas);
Escritura n.º 7. In *dossier* n.º 1 - 2.º grupo - *escrituras de transação*, 1732 (10 folhas).

II - História do Santuário e da Irmandade

Livro dos Termos da Meza da Irmandade da Nossa Senhora dos Remédios, 1807-1850;

Livro de Sesoens da Irmandade da Nossa Senhora dos Remédios, 1848-1869;

Costa, Manoel Joze Rodrigues da (1866): *Lembranças para o muito Reverendo Capellão da Irmandade da Rial Capella de Nossa Senhora dos Remédios;*

Actas das Sessões da Confraria da Nossa Senhora dos Remédios, 1870-1880;

Actas das Sessões da Meza da Irmandade, 1880-1895;

Livro das Actas das Sessões da Mesa da Real Irmandade da Nossa dos Remédios, 1895-1897;

Livro das Actas da Irmandade da Senhora dos Remédios, 1897-1903;

Livro das Actas das Sessões, 1903-1907;

Actas das Sessões, 1917-1921;

Actas das Deliberações da Mesa Administrativa, 1921-1929;

Actas das Deliberações da Mesa Administrativa, 1921-1929;

Livro das Actas da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, 1938-1945;

Actas das Sessões, 1960-1973.

III - Documentos Eclesiásticos

Cópia da *Pastoral de 31 de Agosto de 1776*, in 2.º dossier, 1.º grupo - *Breves Pontifícios* e outros documentos.

Breve Pontifício de 14 de Maio de 1777, in 2.º dossier, 1.º grupo - *Breves Pontifícios* e outros documentos eclesiásticos.

Petição de licença para bênção da capela, in 2º dossier, 1º grupo - *Breves Pontifícios* e outros documentos eclesiásticos, 1778.

Termo de bênção do corpo da capela, in 2º dossier, 1º grupo - *Breves Pontifícios* e outros documentos eclesiásticos.

Cópia do texto do *Breve Pontifício* de Pio VI, 1780.

Breve Pontifício de 6 de Agosto de 1802, in 2º dossier, 1º grupo - *Breves Pontifícios* e outros documentos eclesiásticos.

IV- Livros de Contas da Irmandade

Entrada das Esmollas, Rendimentos da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, despesas das obras e gastos da Irmandade, 1777-1834.

Receitas e despesas da Confraria de Nossa Senhora dos Remédios, 1870-1884.

Livro de contas correntes por capitães, foros e rendas, 1880-1920.

V - Organização da Irmandade

Estatutos, 1779, in Estatutos, 1º volume.

Estatutos, 1877, in Estatutos, 2º volume.

Estatutos, 1888, in Estatutos, 2º volume.

Estatutos, 1913, in Estatutos, 2º volume.

Estatutos, 1965, in Estatutos, 2º volume.

VI - Alvarás régios e outros documentos

Alvará régio de 17 de Maio de 1814, in 2º dossier, 2º grupo *Alvarás régios e outros.*

Alvará régio de 30 de Novembro de 1859, in 2º dossier, 2º grupo.

Carta régia de 15 de Maio de 1878, in 2º dossier, 2º grupo.

Alvará do Governo Civil de Viseu in 2º Dossier, 2º Grupo - *Alvarás régios e outros*, 1891.

Petição ao Rei, in 2º dossier, 2º grupo - *Alvarás régios e outros*, 1901.

Bibliografia geral

Abreu, Alberto Antunes, (1986): “Origem da Romaria da Senhora da Agonia.” In *Separata do Boletim II da II Exposição filatélica regional Viana 86*. Viana do Castelo: Secção Filatélica dos Bombeiros Voluntários.

_____ (1994): “A devoção vianense a Nossa Senhora da Agonia”. In *Theologica*, vol. XXIX, fasc. 2. 343-379.

Abreu, Laurinda (2004): “A difícil gestão do Purgatório. Os Breves de Redução de missas perpétuas do Arquivo da Nunciatura de Lisboa (séculos XVII-XIX)”. In *Penélope* 30-31. Lisboa: *Revista de História e Ciências Sociais*. 51-75.

_____ (1991): “Confrarias e Irmandades de Setúbal: Redes de sociabilidade e poder”. In *Actas do I Congresso Internacional do Barroco*. Vol. 1. Porto: Universidade do Porto. 3-15.

Ambrósio, Vitor (2001): “A Realidade Sociológica da Peregrinação a Pé”. In: *IV Congresso Internacional de Cidades-Santuário*. Fátima: 85-105.

Aucourt, René (1994): *Les Sanctuaires: Une Valeur en Hausse pour le Tourisme*. Paris: Notre-Dame de la Prière.

Alves, Daniel Ribeiro (2003): “A religiosidade e mobilidade da população portuguesa no início do século XIX, as faltas à desobriga pascal em 1801”. In *Penélope* 28. Lisboa: *Revista de História e Ciências Sociais*. 31-55.

Almeida, Cândido Mendes (1985): *Ordenações Filipinas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Livro IV, Título LXXXII.

Abreu, Alberto A. *Sobre as Festas da Agonia. Ensaio V*. Viana do Castelo: Gráfica Casa dos rapazes, 2006.

Almeida, João Ferreira de (1980): “«Quem faz o arraial é o povo» mudança social e mudança cultural.” In *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. Vol XVI (64). 679-698.

Amaral, Diogo Freitas do (2000): *D. Afonso Henriques – Biografia*. Lisboa: Bertrand Editora, 7ª edição.

Araújo, Ana Cristina (1997): *A morte em Lisboa: atitudes e representações (1700-1830)*. Lisboa: Editorial Notícias.

Araújo, Marta Lobo (2004^a): “As “ esmolos” e os pobres da misericórdia de Viana da Foz do Lima na primeira metade do século XI”. In *Arquipélago, História*. Açores: Universidade dos Açores, 2^a série. 237-260.

_____ (2004^b): “Vila Viçosa, os “pobres” e as “esmolos” do duque D. João II (1636-1646)”. In *Revista de Demografia Histórica, XXXII, segunda época*. Saragoça, XXII-II. 183-205.

Ariés, Philippe (1998): *Sobre a história da morte no Ocidente desde a Idade Média*. Lisboa: Editorial Teorema.

Baquero Moreno, H. (1986): “Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média”. In *História*. V.3.

Barroso, Paulo (2004): *Romarias de Guimarães., Património simbólico, religioso e popular*. Azurém: Universidade do Minho, Núcleo de Estudos de população e Sociedade.

Barros, Henrique da Gama (1950): *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Lisboa: 2^o edição, tomo II.

Bigotte, José Quelhas (1999): Misericórdias. Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura. Lisboa: Editorial Verbo. Edição Século XXI. Vol. XX.

Caetano, Marcelo (1965): “Recepção e Execução dos Decretos do Concílio de Trento em Portugal” In. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa* Lisboa: Vol, I-XIX.

Cabral, Manuel Vilaverde *et al* (2000): *Atitudes e Práticas Religiosas dos Portugueses*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Caillois, Roger (1950): *O homem e o sagrado*. Lisboa: Edições 70.

Calimé, Pierre (1997): *Rome, les pèlerinages, les jubilés*. Montréal: Téoros, vol 16.

Cardoso, Altino Moreira (2008): *Grande Cancioneiro do Alto Douro*. Sintra: Câmara Municipal.

Carneiro, Deolinda M. V. (2006): *As procissões na Póvoa de Varzim 1900 1950*. Tese de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Catroga, Fernando (2001): *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora.

_____ (1988): “A questão religiosa”. In *Análise Social* 100. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. 211-273.

Coelho, António Matias (1991): *Festas de Nossa Senhora da Boa Viagem em Constância. A Bênção dos Barcos e o Abraço dos Homens*. Constância: CM.

Costa, Manuel Gonçalves da (1982-1986): *História do Bispado e Cidade de Lamego*. Braga: Oficinas Gráficas de Barbosa e Xavier, vols: III e V.

Costa, Hamilton; Costa, Rui Afonso da, (1999): “Tendências evolutivas da piedade popular: validação do modelo de clericalização”. In *Cultura*. Lisboa: Revista de História e Teoria das Ideias, vol. XI. 401-432.

Costa, Rui Afonso da, (1998): “Tendências evolutivas da piedade popular: validação do modelo de secularização”. In *Cultura*. Lisboa: Revista de História e Teoria das Ideias, vol. X. 99-126.

_____ (1997): “Tendências evolutivas da piedade popular: estudo comparativo de dois casos”. In *Cultura*. Lisboa: Revista de História e Teoria das Ideias vol. IX. 362-377.

Correia, Fernando (1944): *Estudos sobre a História da Assistência, Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas*. Lisboa: Henrique Torres-Editor.

Callois, Roger (1979): *O homem e o Sagrado*. Lisboa: Edições 70.

Cunha, Licínio (1997): *Economia e Política do Turismo*. Lisboa: McGraw-Hill.

Cunha, A. (2006): “Brevíssima História da Peregrinação Jacobea em Portugal”. In *Comunicação apresentada no Congresso Internazionale tenutosi a Fondo*. Trentino: Valle di Non, 22-24 Julho.

Cruz, Manuel Braga da, et al (2000): *A Igreja e a Cultura Contemporânea em Portugal: 1950-2000*. Lisboa: Universidade Católica.

Durkleim, Émile (2002): *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. Oeiras: Celta.

Eco, Umberto (2002): *O nome da Rosa*. Lisboa: colecção mil folhas- público.

_____ (1989): *Obra Aberta*. Lisboa: Difel.

Elísio, Filinto (1818). *Obras Completas*, Paris: Firmin Didot, tomo V.

Eliade, Mircea (s. d.): *O sagrado e o profano. A essência das religiões*. Lisboa: Livros do Brasil.

_____ (1977): *Tratado de história das religiões*. Lisboa: Edições Cosmos.

Espírito Santo, Moisés (1990): *A religião Popular Portuguesa*. Lisboa: Editora Assirio & Alvim.

_____ (2000): *Comunidade rural ao Norte do Tejo*. Lisboa: Edição Universidade Nova de Lisboa.

Feuerbach, Ludwig (1994): *A Essência do Cristianismo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Teixeira, António Fernandes (2001): *Relações entre a Igreja e o Estado: no Estado Novo e no pós 25 de Abril de 1974*. Porto: [Ed. Autor].

_____ (1998): “Religiosidade difusa e identidade confessional”. In *Sociologia*. Porto: *Revista da Faculdade de Letras*, I Série, vol. 8. 7-135.

_____ (1995): “O retorno do sagrado”. In *Separata da Revista da Faculdade de Letras*. Porto: Universidade do Porto, I Série, vol. 5.

_____ (1972): *A religião na sociedade secularizada : factores sociais na transformação da personalidade religiosa*. Porto : Livraria Civilização (Habitat).

Teixeira Bastos (1884): *A Família* (Estudos de Sociologia). Porto Livraria Universal.

Ferreira-Alves, Natália Marinho (1989): *A arte da talha no Porto na época barroca (artistas e clientela, materiais e técnica)*. Porto: Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico, Volume 2.

Fortuna, Carlos e Ferreira, Claudino (1992): “Estradas e Santuários”. In *Revista Crítica de Ciências Sociais* 30. Coimbra: Oficina do CES. 1-33.

Fonseca, Carlos Dinis da (1996): *História a Actualidade das Misericórdias*. Lisboa: Editorial Inquérito.

Garret, Almeida (1963): “Romanceiro Cantiga Segundo”. In *Obras Completas*. Porto: Lello & Irmão. v. 2.

Geraldo, J.A. Coelho Dias (1996/1997): “Religiosidade Popular e Devoção das Gentes do Mar em Esposende”. In *Portugalia*, Nova Série, Vol XVII-XVIII.

_____ (1987): “A devoção do povo português a Nossa Senhora nos tempos modernos”. In *Revista da Faculdade de Letras*. Porto: Universidade do Porto, II Série, Vol. IV.

Geraldo, Dias, J. A. (1986): "O Alto Minho em tempo de festa". In *Humanística e Teologia*. VI, fasc. III. 251-282.

Giesta, Rosa (2005): “Nossa Senhora da Saúde – Um santuário Seiscentistas no Planalto do Barroso”. In *Actas do Congresso de homenagem a Frei Geraldês Coelho Dias – Porto: Instituto de História Moderna. Universidade do Porto*. 155-166.

Goff, Jaques Le (1993): *O nascimento do purgatório*. Lisboa: Editorial Estampa.

Goff, Jacques Le (1984): *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Estampa, 1994.

Lages, Mária, F. (2000): “A Religiosidade Popular na Segunda Metade do Século XX”. In *A Igreja e a Cultura Contemporânea em Portugal 1950-2000*. Universidade Católica Editora.

Lima, José da Silva (2011): *Entre Rezas e Romarias - Piedade Popular e Prática Pastoral*. Lisboa: Universidade Católica Editora. ed. 1, voll1.

_____ (2007): *A Peregrinação - Percursos e Palavra*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

_____ (2001): “Festa e a festa vianense”. In *Cadernos Vianenses* 29. Viana do Castelo: CM. 173-178.

_____ (1994): *Deus, não tenho nada contra. Socialidades e eclesialidades no destino do Alto-Minho*. Porto: Fundação Eng^o António de Almeida.

Lindon, Denis; Lendrevie, Jacques; *et al* (2000): *Mercator 2000 - Teoria e Prática do Marketing*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Madureira Pinto e Almeida, João Ferreira (1980): *A investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 2^a edição.

Maldonado, Luís, (1985): *Liturgia, sacramentos y religiosidad popular*. El Vaticano II, veinte.

Martimort A. G, Béraudy. R.,*et al.* (1965): *A Igreja em oração: Introdução à Liturgia*. Singeverga: Eds. Ora e Labora Tournai.

Mauss, Marcel (1988): *Ensaio sobre a Dádiva*. Lisboa: Edições 70.

Marks, Richard (2004): *Image and Devotion medieval*. England: The History Press Ltd.

Maroco João (2007): *Análise Estatística com utilização de SPSS*. Lisboa: 3.^a edição: Edições sílabo.

Marques, João Francisco (2005): “Teofanias Cristológicas: milagres e santuários no Alto e Baixo Minho”. In *Actas do Congresso de homenagem a Frei Geraldês Coelho Dias – Porto: Instituto de História Moderna. Universidade do Porto. 65-66*.

Marques, Oliveira (1987): *Sociedade Medieval Portuguesa*. Lisboa: livraria Sá da Costa Editora.

Marrana, José António (2001): *História do Culto de Nossa Senhora dos Remédios em Lamego*. Lamego: Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios.

Mea, Elvira Cunha de Azevedo (1997): *Inquisição de Coimbra no século XVI. A constituição, os homens e a sociedade*. Porto: Fundação Eng^o. António de Almeida.

Meslin, Michel (1973): *Pour une Science des religions*. Paris: Seuil.

Mendes, Ana Catarina (2009): *Peregrinos a Santiago de Compostela: Uma Etnografia do Caminho Português*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. Tese de Mestrado. Universidade de Lisboa.

Moreira, Fernando Torres e Machado, José Barbosa (2007): *Cartas de um Viajante Francês*. Editor: CEL.

Neto, Vitor (1998): *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*. Lisboa: IN-CM.

Oliveira, Ernesto Veiga de (1994): *Festividades Cíclicas em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Oliveira, Maria Gabriela (2007): “A Confraria de Santo Isidoro e seus Clamores Alto Minho – Sécs XVI-XX”. In *Via Spiritus*14. 109-124.

Parafita, Alexandre (2006): *A Mitologia dos Mouros, Lendas - Mitos - Serpentes – Tesouros*. Vila Nova de Gaia: Edições Gailivro.

Paiva, José Pedro (1960): “O D. Frei Luís da Silva e a gestão do bens de uma mitra”. In *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Colecção: Homenagens. 244-255.

Penteado, Pedro Manuel Pereira (1995): “Confrarias portuguesas da época moderna: problemas, resultados, e tendências de investigação”. In *Lusitana Sacra «Confrarias, Religiosidade e Sociabilidade: Sécs. XV a XVIII»*. Lisboa: 2ª Série. Tomo VII. 15-52.

_____ (1991): *Nossa Senhora de Nazaré, contribuição para a História de um Santuário Português (1600-1785)*. Tese de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

_____ (1992): “Os arquivos dos Santuários Marianos portugueses: Nossa Senhora de Nazaré (1608-1875)”. In *Separata Cadernos BAD (2)*. 171-187.

Pereira, Gaspar Martins (2004): *Os caminho-de-ferro do Douro história e património*. [s/e]. 1-9.

_____ (1995): *Famílias Portuenses na viragem do século (1880-1910)*. Porto: Edições Afrontamento.

Pereira, Miguel Baptista, (1990): *Modernidade e Secularização*. Coimbra: Almedina.

Pereira, Paulo (1995): *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores e Autores, Vol. III.

Pestana, Maria Helena, Gageiro João Nunes (1998): *Análise de dados para as Ciências Sociais: a complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Silabo

Pimental, Alberto (1900): *História do Culto de Nossa Senhora em Portugal*. Lisboa: Líbano e C^a.

Pinto, Lucinda de Jesus Barros (1997): *o Santuário de Nossa Senhora dos Remédios em Lamego, Contributo para o estudo do sua construção 1750 -1905/69*. Tese de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Plummer, Michael & Humphreys, Jeffrey (1999): *The economic impact of hosting the 1996 summer olympics*. Atlanta:University of Georgia.

Queirós, Carla Sofia Ferreira, (2001): *Os retábulos da cidade de Lamego e o seu contributo para a formação de uma escola regional. 1680-1780*. Tese de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 3 vols.

Reis, P. Jacinto dos (1967): *Invocações de Nossa Senhora em Portugal de Aquém e Além-mar e o seu padroado*. Lisboa: Tipografia da União Gráfica.

Rodrigues, Manuel Augusto (1980): “D. Fr. Baltazar Limpo Insigne Bispo e Teólogo Português do Séc. XVI – a sua participação no Concílio de Trento”. In *Separata da revista Theologica*. Braga, Vol. XV, fasc. II-II.

Sá, Isabel dos Guimarães (1996): *Confrarias e Misericórdias*. Lisboa: Círculo de leitores.

Saint-Julient, T (1995): *Diffusion Spatiale*. Paris: Economica.

Sanchis, Pierre (1983): *Arraial Festas de um Povo: as romarias Portuguesas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Santos, Maria da Graça Mougá Poças (2006): *Espiritualidade, Turismo e Território. Estudo Geográfico de Fátima*. Estoril: Princípia.

Schmitt, Jean-Claude (2007): *O corpo das imagens: Ensaio sobre a cultura visual na Idade Média*. Tradução de José Rivair Macedo. Bauru, São Paulo: EDUSC.

Silva, Fernando Correia da (1999): *Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte.

Silva, Alberto Júlio (2012): *Os Nossos Santos e Beatos e outros que Portugal adotou*. Lisboa: Editora a Esfera dos Livros.

Soares, Franquelim Neiva, (1988): *A romaria de S. Bartolomeu do mar e o seu Banho Santo*. Esposende: Centro Social de Juventude de Mar.

Sousa, Ivo Carneiro de (2002): *A Rainha D. Leonor (1458-1525), Poder, Misericórdia, Religiosidade e Espiritualidade, no Portugal do Renascimento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Stoddard, Robert H. (1994): “Major Pilgrimage Places oh the Word”. In *Pilgrimag in the Old and New Word*. Berlim: Dietrich Reimer Verlag. Vol 8.

Torres-Londonõ, Fernando (2001): “Memória, espaço e identidade das devoções populares na América Latina na chegada do século XXI.” In *III Simpósio Nacional de História das Religiões*. Recife. 247-263.

Teixeira, Alfredo (2010): “Substratos sociais do sagrado festivo”. In *Comunicação & Cultura, A Festa 10*. UCP: Faculdade de Ciências Humanas. 57-72.

_____ (2007): “Promessas (As «promessas» no contexto de uma antropologia do crer)”. In *Enciclopédia de Fátima*. Estoril: Principia. 428:436.

_____ (2000): “A identidade religiosa num contexto de disseminação do crer”. In *Da memória à experiência: perspectivas sobre a religiosidade contemporânea*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades. 17-49.

Teixeira, Joaquim de Sousa (2010^b): “Festa e identidade”. In *Comunicação & Cultura, A Festa 10*. UCP: Faculdade de Ciências Humanas. 17-33.

Trindade, Margarida Teodoro (2001): *Confrarias Medievais da região de Torres Novas. Os bens e os compromissos*. Torres Novas: edição Câmara Municipal de Torres Novas.

Turner, Victor (1988): *El process ritual. Estructura y antiestructura*. Madrid:Taurus,

Vilaça, Helena (2006): *Da Torre de Babel às Terras Prometidas — Pluralismo Religioso em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.

_____ (1999): “Alguns traços acerca da realidade numérica das minorias religiosas em Portugal”. In *Lusotopie*. Paris :Des christianismes diversifiés en lusophonies modernes. 277-289.

Obras de Âmbito Geral

Anuário Católico de Portugal 1957. Lisboa: Oficinas Gráficas da Rádio Renascença;
Anuário Católico de Portugal 1995-1998. Lisboa: Editora Rei dos Livros:
Secretariado Geral de Episcopado.

Anuário Católico de Portugal 2007. Coimbra: Gráfica de Coimbra 2: Secretariado Geral da Conferência Episcopal Portuguesa.

Almeida, Fortunato de (1968-1971): *História da Igreja em Portugal*. Porto: Portucalense editora, 4 volumes.

- Attwater, Donal (1992): *Dicionário de Santos*. Lisboa: Publicações Europa América.
- Azevedo, Carlos Moreira (dir) (2001): *Dicionário da História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Código de Direito Canônico (CODEX IURIS CANONICI).
- Costa, António Carvalho da (1868): *Corografia Portuguesa*. Braga: Tipografia de Domingos Gonçalves Correia Tomo I – V.
- Costa, Américo (1940): *Diccionario Chorografico de Portugal Continental e Insular*. Vila do Conde: Typogrraphia Privada do Diccionario Chorographico Azurara. Vol. II.
- Constituiçoens Synodaes do Bispado de Lamego 1563. Officede M. Deslandes.
- Constituiçoens Synodaes do Bispado de Lamego 1683. Officede M. Deslandes.
- Chevalier, Jean; Gheerbrant, Alain (1997): *Dicionário dos Símbolos*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Leal, Pinho (1880): *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Ed. Matos Moreira.
- Mattoso, José (1994) - *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, vol 2. *Ordenações Afonsinas*, Livro I, Título III, XIV e XV.
- Roseira, Maria João Queiroz (1981): *Horografia, Lamego um passado presente*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Santa Maria, Frei Agostinho (1771): *Santuário Mariano, e História das Imagens milagrosas de Nossa Senhora*. Lisboa: na Officina de António Pedrozo Galram, Tomo I – VIII.
- Serrão, Vítor (2003): “O Barroco”. In *História da Arte em Portugal*. Vol. 4. Lisboa: Editorial Presença.
- Jornal Comércio do Porto*, 15 de maio de 1928.
- Jornal Rebate*, 12 de Maio de 1928.
- Notícias de Leiria*, 19 de Maio, 1928.

Internet (Web grafia)

- Instituto Nacional de Estatística (2011): *resultados definitivos*. Disponível em http://www.ine.pt/scripts/flex_definitivos/Main.html (consultado em 2 de novembro de 2012).
- Recuperação e Valorização da Património - Fundação Calouste Gulbenkian (2006-7): *Projecto para a Salvaguarda da Imagem de Nossa Senhora do Leite- Unhão*. Disponível em: <http://www.rotadoromanico.com/SiteCollectionDocuments/Monumentos/Downloads/PT/Mon>

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

[ografia/Imagem%20de%20Nossa%20Senhora%20do%20Leite.pdf](#) (consultado em 2 de agosto de 2012).

Apêndice 1. O corpo de Irmãos

O corpo de Irmãs

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| no | Irmãos | Estado | Residente | Idade | Profissão |
|------|---|----------|------------|-------|-------------|
| - | Manoel Fernandes Costeira | | Lamego | | |
| - | José Correa da Silva | | Lamego | | |
| - | Evaristo Pinto de Magalhães | | Lamego | | |
| - | Francisco Correa Meneses | | Lamego | | |
| - | Francisco da Cruz | | Lamego | | |
| - | António Teixeira de Souza Alcoforado | | Lamego | | |
| - | Joaquim dos Sactos Gaspar | | Lamego | | |
| - | Domingos da Costa Guimarães | | Lamego | | |
| 1872 | Fausto Guedes Teixeira | | Lamego | | |
| 1872 | Joaquim Pinto | | Lamego | | |
| 1872 | António Pinto Cardoso | | Lamego | | |
| 1872 | Manoel José Fraga | | Lamego | | |
| 1872 | Domingos José Gonçalves | | Lamego | | |
| 1872 | Miguel Teixeira (remido) | | Lamego | | |
| 1872 | Luís dos santos (remido) | | Lamego | | |
| 1872 | Francisco Marques da Rocha | | Lamego | | |
| 1873 | António Pereira (remido) | | Lamego | | |
| 1873 | Acácio Cardoso Videira Lessa (remido) | | Lamego | | |
| 1873 | António dos Remédios e Brito | | Lamego | | |
| 1873 | José Joaquim Pereira Rebello (remido) | | Lamego | | |
| 1873 | Manoel Tristão de Sousa Leal | | Lamego | | |
| 1873 | João José Leite Lemos | | Regua | | |
| 1873 | Pdr Macário Pinto de Sousa Coutinho | | Penude | | |
| 1873 | João Baptista de mesquita | | Lamego | | |
| 1873 | Joaquim Carvalho Monteiro (remido) | | Varzea | | |
| 1874 | Jacintho José Cerqueira | | Padrenello | | comerciante |
| - | José Carlos Barros Bastos | solteiro | Amarante | | caixeiro |
| - | José Leite Ferreira Guimarães | solteiro | Porto | | negociante |
| 1879 | Adolfo Ribeiro da Fonseca Osório | | Lamego | | |
| 1879 | Agostinho Pereira | | Lamego | | |
| 1879 | Agostinho dos Santos | | Lamego | | |
| - | Alexandra José, Alfredo António Batista | | Lamego | | |
| - | Anacleto da Silva | | Lamego | | |
| - | António D'Almeida Santos | | Lamego | | |
| - | António da Silva Alves | | Lamego | | |
| - | António Augusto Pereira Pinto | | Lamego | | |
| - | António Bento | | Lamego | | |
| - | António Caetano | | Lamego | | |
| - | António Correia de Oliveira | | Lamego | | |
| - | António da Costa Cardoso | | Lamego | | |
| - | António Ferreira Cardoso | | Lamego | | |
| - | António Fonseca Santos | | Lamego | | |
| - | António Garcias | | Lamego | | |
| - | António Hermenegildo Batalha | | Lamego | | |
| - | António José Novo | | Lamego | | |
| - | António Lopes Roseira | | Lamego | | |

Apêndice 1. O corpo de Irmãos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| | | | | | |
|---|--------------------------------------|--------|--------|--|--|
| - | António Lino Machado | | Lamego | | |
| - | António Loureiro | | Lamego | | |
| - | António Mello | | Lamego | | |
| - | António Nunes Ferreira | | Lamego | | |
| - | António Luis | | Lamego | | |
| - | António Nunes Rica | | Lamego | | |
| - | António Pereira | | Lamego | | |
| - | António Pinheiro da Fonseca Osório | | Lamego | | |
| - | António d'Oliveira | | Lamego | | |
| - | António Pinto | | Lamego | | |
| - | António Rodrigues | | Lamego | | |
| - | António da Silva | | Lamego | | |
| - | António Teixeira Pinto de Freitas | casado | Lamego | | |
| - | António Vieira | casado | Lamego | | |
| - | Belchior d'Albuquerque Barata | casado | Lamego | | |
| - | Bento António Gomes | casado | Lamego | | |
| - | Bernardo Monteiro | casado | Lamego | | |
| - | Casimiro Ferreira | viúvo | Lamego | | |
| - | Crisóstomo Teixeira | | Lamego | | |
| - | Diogo Ruy Lopes de Carvalho | | Lamego | | |
| - | Domingos de Freitas | | Lamego | | |
| - | Eduardo Lopes | | Lamego | | |
| - | Francisco António Cardoso | | Lamego | | |
| - | Francisco Flazardo | | Lamego | | |
| - | Francisco Fortunato Vaz Pereira | | Lamego | | |
| - | Francisco José d'Abreu Junior | | Lamego | | |
| - | Francisco José Marinho | | Lamego | | |
| - | Francisco Luis de Castro | | Lamego | | |
| - | Francisco de Mello | | Lamego | | |
| - | Francisco Pedro das Veigas | | Lamego | | |
| - | Francisco Ribeiro | | Lamego | | |
| - | Francisco da Silva | | Lamego | | |
| - | Francisco Soares Varela | | Lamego | | |
| - | Guilherme Ferreira de Araújo | | Lamego | | |
| - | Guilherme Rijões | | Lamego | | |
| - | Jerónimo António Gomes | | Lamego | | |
| - | João António dos Remédios da Fonseca | | Lamego | | |
| - | João Duarte Castro | | Lamego | | |
| - | João Gomes | | Lamego | | |
| - | João Gonçalves | | Lamego | | |
| - | João Luis Perpectuo | | Lamego | | |
| - | João Izidoro | | Lamego | | |
| - | João Monteiro | | Lamego | | |
| - | João Ribeiro | | Lamego | | |
| - | João Santos Coelho | | Lamego | | |
| - | João da Silva vacas | | Lamego | | |
| - | João de Sousa Penas | | Lamego | | |

Apêndice 1. O corpo de Irmãos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| | | | | | |
|---|------------------------------------|--|--------|--|--|
| - | Joaquim António Maças | | Lamego | | |
| - | Joaquim Azevedo | | Lamego | | |
| - | Joaquim Ferreira de Mello | | Lamego | | |
| - | Joaquim da Fonseca Valério | | Lamego | | |
| - | Joaquim Gomes | | Lamego | | |
| - | Joaquim José da Costa Sardão | | Lamego | | |
| - | Joaquim Luis de Castro | | Lamego | | |
| - | Joaquim Pinto Trindade | | Lamego | | |
| - | Joaquim Ramos | | Lamego | | |
| - | Joaquim dos Santos Preguiça | | Lamego | | |
| - | Joaquim Saraiva | | Lamego | | |
| - | José Augusto Ferreira | | Lamego | | |
| - | José d'Almeida | | Lamego | | |
| - | José António Perpectuo | | Lamego | | |
| - | José Baptista | | Lamego | | |
| - | José Cardoso Bispo | | Lamego | | |
| - | José da Fonseca Valério | | Lamego | | |
| - | José Ferreira de Mello | | Lamego | | |
| - | José Izidoro Pinto | | Lamego | | |
| - | José Luiz Centieiro | | Lamego | | |
| - | José Maria Cerqueira Borges Cabral | | Lamego | | |
| - | José de Paiva | | Lamego | | |
| - | José Pinto | | Lamego | | |
| - | José Pinto Cardoso | | Lamego | | |
| - | José Pinto do Carmo Júnior | | Lamego | | |
| - | José Pinto do Carmo Sénior | | Lamego | | |
| - | José Pinto da Rocha | | Lamego | | |
| - | José Rebello | | Lamego | | |
| - | José Rebello da Silva Moraes | | Lamego | | |
| - | José Pires | | Lamego | | |
| - | José Ribeiro | | Lamego | | |
| - | José Rodrigues Lopes | | Lamego | | |
| - | José dos Santos | | Lamego | | |
| - | José dos Santos Monteiro | | Lamego | | |
| - | José Tafeiro | | Lamego | | |
| - | Lázaro António | | Lamego | | |
| - | Luiz António Biquinha | | Lamego | | |
| - | Luiz Fernandes Barreirinha | | Lamego | | |
| - | Luiz José da Costa Sardão | | Lamego | | |
| - | Luiz Nunes Ferreira | | Lamego | | |
| - | Luiz Pintp Monteiro Coelho | | Lamego | | |
| - | Macário Nunes Ferreira | | Lamego | | |
| - | Macário Rodrigues | | Lamego | | |
| - | Manuel d'Almeida Carmo | | Lamego | | |
| - | Manuel d'Almeida Santos | | Lamego | | |
| - | Manuel António Figueiredo | | Lamego | | |
| - | Manuel António Lopes Rozeira | | Lamego | | |

Apêndice 1. O corpo de Irmãos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| | | | | | |
|---|-----------------------------------|--|--------|--|--|
| - | Manuel António dos Santos | | Lamego | | |
| - | Manuel d'Azevedo | | Lamego | | |
| - | Manuel Correia | | Lamego | | |
| - | Manuel Correia d'Araújo | | Lamego | | |
| - | Manuel da Costa Rato | | Lamego | | |
| - | Manuel Faustino | | Lamego | | |
| - | Manuel Félix Pereira Rebello | | Lamego | | |
| - | Manuel Ferreira Adegas | | Lamego | | |
| - | Manuel Ferreira Cardoso | | Lamego | | |
| - | Manuel Guedes da Fonseca | | Lamego | | |
| - | Manuel Gonçalves Hortelão | | Lamego | | |
| - | Manuel de Jesus Leopoldo | | Lamego | | |
| - | Manuel Joaquim Júnior | | Lamego | | |
| - | Manuel José Pinto de Mesquita | | Lamego | | |
| - | Manuel Joaquim da Silva | | Lamego | | |
| - | Manuel Luiz Caldeira | | Lamego | | |
| - | Manuel Maria Cardoso | | Lamego | | |
| - | Manuel Perpectuo | | Lamego | | |
| - | Manuel Ribeiro | | Lamego | | |
| - | Manuel Ribeiro Júnior | | Lamego | | |
| - | Manuel Rodrigues da Silva | | Lamego | | |
| - | Manuel Rodrigues Valverde | | Lamego | | |
| - | Manuel dos Santos | | Lamego | | |
| - | Manuel dos Santos Felix | | Lamego | | |
| - | Manuel da Silva Lopes Barreira | | Lamego | | |
| - | Manuel da Silva Vaccas | | Lamego | | |
| - | Matheus da Silva | | Lamego | | |
| - | Maximiniano da Costa Cardoso | | Lamego | | |
| - | Miguel Cabral | | Lamego | | |
| - | Miguel Lucas Monteiro | | Lamego | | |
| - | Miguel da Silva Ozório | | Lamego | | |
| - | Quintino Cardoso | | Lamego | | |
| - | Salvador Caetano Rua | | Lamego | | |
| - | Sebastião José d'Abreu | | Lamego | | |
| - | Severino Ferreira Cardoso | | Lamego | | |
| - | Sebastião Maria Sequeira | | Lamego | | |
| - | Thomáz de Sousa Pinto | | Lamego | | |
| - | Manuel Teixeira Pinto | | Lamego | | |
| - | Manuel Pinto Bernardo | | Lamego | | |
| - | Manuel Ribeiro | | Lamego | | |
| - | António da Costa Telles de macedo | | Lamego | | |
| - | Manuel Lavrador | | Lamego | | |
| - | Manuel Pinto Bernardo | | Lamego | | |
| - | António Quintella | | Lamego | | |
| - | António Pinto Ribeiro | | Lamego | | |
| - | Bernardo Marques | | Lamego | | |
| - | Custódio Gomes da Costa | | Lamego | | |

Apêndice 1. O corpo de Irmãos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| | | | | | |
|------|---------------------------------------|--|----------|--|--------------|
| - | Frederico Augusto de Oliveira | | Lamego | | |
| - | Francisco Ferreira Rebello Varzea | | Lamego | | |
| - | Francisco da Silva | | Lamego | | |
| - | Manuel da Silva Seguello | | Lamego | | |
| - | José Bernardo | | Lamego | | |
| - | José Caetano Dias | | Lamego | | |
| - | João Pereira Rozeira | | Lamego | | |
| - | Domingos José da Costa Guimarães | | Lamego | | |
| - | Domingos Fernandes da Fonseca | | Lamego | | |
| - | António José Barbosa Meireles | | Porto | | |
| - | Custódio Correia da Rocha | | Almacave | | |
| - | Fortunato de Jesus | | Lamego | | |
| - | Joaquim de Azevedo | | Fafe | | |
| - | José Gonçalves | | Lamego | | |
| - | João Baptista Tristão | | Lamego | | |
| - | José Caetano Dias | | Lamego | | |
| - | José Teixeira d'Almeida | | Lamego | | |
| - | Manuel da Silva | | Lamego | | |
| - | Manuel d'Almeida Santos | | Lamego | | |
| - | Manuel da Fonseva Silva Gomes | | Porto | | |
| - | Manuel Gonçalves da Silva | | Porto | | |
| - | João da Fonseca | | Porto | | |
| - | José da Fonseca | | Porto | | |
| - | António José Vieira Pinto | | Lamego | | |
| - | João António de Bastos | | Lamego | | |
| 1886 | José D'Araújo Lopes Pereira | | Lamego | | |
| 1886 | António Corereia D'Araújo | | Lamego | | |
| 1886 | José Pinto D'Araújo | | Lamego | | |
| 1886 | António Cardoso Sardão | | Lamego | | |
| 1886 | João da Silva Matheus | | Lamego | | |
| 1886 | José de Lima Rebello | | Lamego | | |
| 1886 | Luiz Pinto da Fonseca | | Lamego | | |
| 1886 | Manuel Pereira Fernandes | | Lamego | | |
| 1886 | António Gomes da Silva | | Lamego | | |
| 1886 | Pinto do Carmo | | Lamego | | |
| 1886 | José Cardoso de Moura José Joaquim de | | Lamego | | |
| 1886 | António Pinto | | Lamego | | Serralheiro |
| 1887 | António Lopes Gouveia | | Lamego | | Presbítero |
| 1887 | Alberto de Menezes | | Lamego | | Negociante |
| 1887 | António Correia dos Santos | | Lamego | | Tenente |
| 1887 | António José Vieira Pinto | | Lamego | | Escritorário |
| 1887 | António Osório Pinto Sormento | | Lamego | | |
| 1887 | Bernardo da Silva Cardoso | | Lamego | | Negociante |
| 1887 | Braulio Lopes Gouveia Júnior | | Lamego | | |
| 1887 | Braulio Lopes Gouveia Sénior | | Lamego | | |
| 1887 | Cassiano Pereira Pinto Neves | | Lamego | | Advogado |
| 1887 | Custódio Correia da Rocha Júnior | | Lamego | | Empregado |

Apêndice 1. O corpo de Irmãos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| | | | | | |
|------|---------------------------------------|----------|--------------|--|-------------------|
| 1887 | Emígdio Augusto da Costa Cabral | | Lamego | | Capitão |
| 1887 | Francisco d'Almeida Ferreira de | | Lamego | | Negociante |
| 1887 | Francisco Luiz de Castro | | Lamego | | Professor |
| 1887 | Gaspar da Rocha Dinis | | Lamego | | Escrivão |
| 1887 | João Ferreira Castelo Branco | | Lisboa | | |
| 1887 | João de Moura | | Lamego | | Negociante |
| 1887 | João da Piedade Ferreira Menezes | | Lamego | | Presbítero |
| 1887 | Joaquim Pinto da Cosra | | Lamego | | Contador |
| 1887 | Joaquim Ramalho | | Lamego | | |
| 1887 | José d'Almeida Carmo | | Lamego | | Solicitador |
| 1887 | José Azevedo Castelo Branco | | Lamego | | Cirurgião |
| 1887 | Manuel Augusto Lemos | | Lamego | | Capelão |
| 1887 | Manuel Cardoso Girão | | Lamego | | Advogado |
| 1887 | Pinheiro d'Almeida | | Lamego | | |
| 1887 | João de Almeida | | Lamego | | |
| 1887 | Joaquim José da Costa | | Lamego | | |
| 1888 | António de Paiva | casado | Lamego | | |
| 1888 | José Augusto Alves Ferreira | | Lamego | | |
| 1888 | Manoel Luiz | | Lamego | | Canteiro |
| 1888 | Manoel Pereira Viario | | Lamego | | |
| 1888 | António Aniceto da Silva MARces | | Lamego | | |
| 1888 | Fillipe de Carvalho | casado | Figueira | | |
| 1888 | Francisco Rodrigues d'Almeida Rebello | solteiro | Castro Daire | | |
| 1888 | José Pereira Cangalhas | solteiro | | | |
| 1888 | Manoel Moreira Carmo | casado | | | |
| 1889 | Francisco Rodrigues | casado | | | Proprietário |
| 1889 | Manoel dos santos Teixeira | | Lamego | | Proprietário |
| 1889 | Alfredo Pinto Teixeira | casado | Celotico de | | Reverendissimo |
| 1890 | Jacinto Rodrigues de Carvalho | casado | Porto | | Negociante |
| 1890 | Joaquim Rodrigues de Carvalho | | Porto | | Negociante |
| 1891 | Inácio Cardoso | | Lamego | | Sapateiro |
| 1891 | José Vasconcelos Noronha Menezes | | Lamego | | |
| 1891 | José Inácio Peixoto | casado | Lamego | | Continuo do Lyceu |
| 1891 | Rafhael Pinto da Fonseca | solteiro | Lamego | | Adminnistrador da |
| 1891 | Sebastião Luiz Caldeira | solteiro | Lamego | | |
| 1891 | Francisco Rodrigues | casado | Lamego | | Empregado pela |
| 1891 | Manuel António Ramalho | casado | Lamego | | |
| 1892 | Luiz José Teixeira Napoles | solteiro | Lamego | | Professor |
| 1892 | Alfredo José Teixeira | casado | Lamego | | Negociante |
| 1892 | José Carlos de Sousa Marques | solteiro | S. Martinho | | |
| 1892 | António Augusto Ferreura | casado | Almacave | | |
| 1892 | Francisco Pereira | casado | Lamego | | |
| 1893 | José da Fonseca Matias | | Lamego | | |
| 1893 | Joaquim Fernando Mirandela | | Lamego | | |
| 1893 | José António Cardoso | | Lamego | | |
| 1894 | José Guedes Pinto Júnior | | Lamego | | |
| 1884 | Bernardino Monteiro | casado | Lamego | | |

Apêndice 1. O corpo de Irmãos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| | | | | | |
|------|------------------------------------|----------|----------|----|---------------------|
| 1895 | José Joaquim Ribeiro | casado | Lamego | | Solicitador |
| 1895 | José de Lima | casado | Lamego | | Cobrador |
| 1895 | Francisco d'Almeida | solteiro | Lamego | | Juiz |
| 1895 | Manuel Pinto Carneiro | casado | Lamego | | Professor |
| 1895 | Francisco Peixoto | solteiro | Lamego | | Professor |
| 1895 | José Maria Barbosa d'Andrade | casado | Lamego | | |
| 1895 | Francisco José Soares | casado | Braga | | comerciante |
| 1895 | Francisco Jo'se d Almeida | | Lamego | | |
| 1895 | Óscar Correia Cardoso | solteiro | Lamego | 12 | |
| 1895 | Jacinto António da Cruz | casado | Lamego | 28 | |
| 1895 | Vitório d'Almeida | casado | Lamego | 36 | |
| 1895 | António Augusto Ferreira | casado | Lamego | | |
| 1895 | José Joaquim Ribeiro | casado | Lamego | 30 | Solicitador |
| 1895 | João de Lima | casado | Lamego | 43 | Labrador |
| 1895 | Francisco d'Almeida Pessanha | solteiro | Lamego | 51 | Juiz |
| 1895 | Manuel Pinto Montenegro | solteiro | Lamego | 22 | Professor do |
| 1895 | Francisco Duarte Peixoto | solteiro | Lamego | 32 | Professor |
| 1895 | José Maria Barbosa d'Andrade | casado | Lamego | 40 | |
| 1895 | Francisco José Soares Braga | casado | Lamego | 60 | comerciante |
| 1895 | Francisco José d'Abreu | casado | Lamego | | Regenerador |
| 1895 | Columbano Sabino | casado | Lamego | 34 | |
| 1895 | João Duarte da Fonseca Lobo | casado | Lamego | 34 | |
| 1895 | José Xavier Sobreiro | casado | Lamego | 36 | Solicitador |
| 1895 | Alfredo Fernandes Costeira | casado | Lamego | 37 | Negociante |
| 1895 | José Ribeiro Braga | solteiro | Lamego | 28 | |
| 1895 | José Cardoso de Lisboa | casado | Lamego | 36 | |
| 1898 | Albino Rodrigues d'Almeida Matos | solteiro | Lamego | | Negociante |
| 1898 | Alberto Santana e Silva | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1898 | Albino Vieira d'Almeida | viúvo | Lamego | | Proprietário |
| 1898 | António Alves Ferreira | solteiro | Lamego | | Bacharel/Presbitero |
| 1898 | António Augusto da Rocha | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1898 | António Cardoso da Silva | casado | Lamego | | Solicitador |
| 1898 | António Carolino | Casado | Lamego | | Professor |
| 1898 | António Mathias d'Almeida | casado | Lamego | | Abade da Sé |
| 1898 | António Gomes de Carvalho | casado | Santarém | | Professor |
| 1898 | António Rodrigues Laranjeira | casado | Lamego | | Professor |
| 1898 | António Soares d'Almeida | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1898 | Apparicio Pereira Lima | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1898 | Florindo de Figueiredo | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1898 | Jannuário da Silva Carvalho | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1898 | Joaquim Baptista da Costa Loureiro | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1898 | João Maria Cambezes | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1898 | Manuel da Cruz | solteiro | Lamego | | Cantor da Sé |
| 1898 | Manuel da Fonseca Andrade | casado | Lamego | | Negociante |
| 1898 | Manuel Ferreira Machado | casado | Lamego | | Negociante |
| 1898 | Valentim Duarte Cerdeira | viúvo | Lamego | | Escrivão |
| 1898 | Thomás dos Santos | solteiro | Lamego | | Cantor da Sé |

Apêndice 1. O corpo de Irmãos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| | | | | | |
|------|----------------------------------|----------|-------------|----|---------------------|
| 1898 | Sancho Guedes de Magalhães | solteiro | Lamego | | Escrivão |
| 1898 | Rufino César Ósorio | casado | Lamego | | Negociante |
| 1898 | Pedro Machado de Miranda | casado | Lamego | | Ourives |
| 1898 | Miguel Pinto do Carmo | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1898 | Miguel Correia Pinto da Fonseca | solteiro | Lamego | | Bacharel |
| 1898 | Manuel da Silva Freitas | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1898 | António Ferreira Cardoso | solteiro | Sande | | Proprietário |
| 1898 | Antonio da Silva Monteiro | solteiro | Cambres | | Padre |
| 1898 | Francisco Pedro de Magalhães | solteiro | Penajóia | | Proprietário |
| 1898 | Inácio d'Almeida | solteiro | Lamego | | Abade Lazarim |
| 1898 | João Pina de Moares | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1898 | Joaquim Ferreira Gomes | casado | Lamego | | Professor em |
| 1898 | Joaquim Mendes Rebello | viúvo | Lamego | | Proprietário |
| 1898 | Joaquim Pereira de Moraes | solteiro | Lamego | | Abade |
| 1902 | João da Silva Ribeiro | casado | Lamego | 38 | |
| 1902 | Alberto de Barros | solteiro | Lamego | 28 | |
| 1902 | José Teixeira de Moraes Ribeiro | | Lamego | | |
| 1905 | Francisco Ferreira | casado | Lamego | | alfaiate |
| 1905 | António Guedes Pinto | solteiro | Lamego | | Funileiro |
| 1905 | João Pinto Ribeiro | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1905 | Manoel d'Oliveira Chaves e abreu | casado | Lamego | | Tenente |
| 1905 | Jacinto Pinto | casado | Lamego | | Solicitador |
| 1905 | Rufino César Ósorio | casado | Lamego | | Negociante |
| 1905 | Jerónimo Maria Cardoso | casado | Lamego | | |
| 1905 | João Maria Cardoso | solteiro | Lamego | | Farmacêutico |
| 1905 | Manuel Queirós | solteiro | Lamego | | Negociante |
| 1905 | António Casimiro da Costa | solteiro | Lamego | | Proprietário |
| 1906 | Francisco Pinto Ribeiro | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1907 | Manuel Augusto Duarte | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1908 | Domingos Fernades | casado | Almacave | | Funileiro |
| 1909 | João Piedade Nunes | casado | Lamego | 25 | Carniceiro |
| 1914 | Artur Mota | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1914 | João Chastre | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1914 | José dos Santos Figueiredo | viúvo | Lamego | | comerciante |
| 1915 | José Agostinho de Azevedo | casado | Santa Marta | | Proprietário |
| 1915 | João da Costa Raimundo | casado | Porto | | |
| 1915 | António Joaquim Monteiro | casado | Almacave | | Proprietário |
| 1915 | Joaquim Pinto Osório | | Lamego | | Proprietário |
| 1916 | Carlos Moutinho | casado | Porto | | Desenhador |
| 1916 | António Pinto da Cruz | casado | Lamego | | Coronel |
| 1916 | Miguel Moreira da Fonseca | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1916 | Flávio Moreira da Fonseca | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1916 | João Alipio Dias | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1916 | Francisco de Abilio Ilharco | casado | Lamego | | Escrivão de Direito |
| 1916 | João Henrique de Matos Vidal | solteiro | Lamego | | Escrivão de Direito |
| 1916 | Manoel Leitão Teixeira | casado | Lamego | | Escrivão de Direito |
| 1917 | António Acácio de Araújo | casado | Lamego | | Escrivão de Direito |

Apêndice 1. O corpo de Irmãos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| | | | | | |
|------|-------------------------------------|----------|----------|----|---------------|
| 1917 | Aurélio Pinto da Fonseca | casado | Porto | | Industrial |
| 1917 | Belarmino da Costa Pinto | solteiro | Lisboa | | Reverendo |
| 1917 | José Carvalho Gouveia | casado | Lamego | | Comerciante |
| 1917 | António Pereira da Silva | casado | Lamego | 40 | Proprietário |
| 1917 | Alexandre de Moraes Almeida | casado | Almacave | 50 | Proprietário |
| 1917 | Filipe Martinho | casado | Lamego | 40 | Proprietário |
| 1917 | Macário Joaquim Rebelo | solteiro | Lamego | 33 | Negociante |
| 1917 | Francisco Afonso Oliveira | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1917 | João de Castro | solteiro | Lamego | 25 | Proprietário |
| 1917 | Joaquim António Teixeira | casado | Arneirós | | Industrial |
| 1917 | João da Fontoura | casado | Viana do | | Pyrotécnico |
| 1917 | António Pinto da Silva | casado | Viana do | | Pyrotécnico |
| 1917 | Joaquim Guedes de Magalhães | casado | Lamego | 37 | Proprietário |
| 1917 | António Pereira da Silva | casado | Lamego | 46 | Proprietário |
| 1917 | Custódio Joaquim Bastos | casado | Lamego | | |
| 1918 | Manoel dos Santos Monteiro | casado | Lamego | | Negociante |
| 1918 | Angelio Leopoldo da Cruz e Sousa | casado | Lamego | | Coronel |
| 1918 | Abilio Lopes Freire de Gouveia | solteiro | Lamego | | secretário da |
| 1918 | Joaquim da Silva Abilio | casado | Porto | | Comendador |
| 1918 | Francisco Maria | casado | Lamego | | Carpinteiro |
| 1918 | Fausto Augusto de Mesquita | casado | Lamego | | Serralheiro |
| 1918 | Manoel Ferreira | casado | Lamego | | Sapateiro |
| 1918 | João Soares | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1918 | Acácio Mendes de Magalhães Ramalho | casado | Lamego | | Banqueiro |
| 1918 | José Moreira Bispo | solteiro | Lamego | 14 | |
| 1918 | José Fernandes Rebelo | solteiro | Almacave | 24 | caidador |
| 1918 | Manoel Borges Pinto | casado | Lamego | 21 | Carpinteiro |
| 1918 | Joaquim Pereira Fernandes | casado | Lamego | 45 | comerciante |
| 1919 | José da Trindade Lima | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1919 | Luciano da Fonseca | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1919 | José Ferreira Rebelo | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1919 | Alberto Pereira de Moraes | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1919 | António Meneses de Carvalho | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1919 | Fortunato Dos Santos Friães | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1919 | Joaquim do Carmo Ferreira | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1919 | Virgilio Coutinho Pereira de Moraes | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1919 | José dos Santos Friães | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1919 | Aurélio Luciano Coutinho | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1919 | Luis Rebelo da Silva Moraes | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1919 | Afonso Lopres Freire de Gouveia | solteiro | Lamego | | Padre |
| 1919 | António Ferreira | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1919 | Eugénio Pereira do Carmo | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1919 | José Ferreira Ribeiro | casado | Lamego | | Carpinteiro |
| 1919 | Alberto Duarte | casado | Lamego | | comerciante |
| 1919 | Francisco Freitas dos Santos | casado | Figueira | | Proprietário |
| 1919 | José Teixeira Seabra Dias | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1919 | Manoel dos Santos | casado | Lamego | | Proprietário |

Apêndice 1. O corpo de Irmãos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| | | | | | |
|------|-------------------------------------|----------|------------|--|---------------------|
| 1919 | José Leite Ribeiro | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1919 | João Rodrigues Coelho | casado | Lamego | | Professor |
| 1919 | Rafhael Rodrigues Coelho | solteiro | Lamego | | Telegrafista |
| 1919 | José da Silva Freitas | casado | Lamego | | Albardeiro |
| 1919 | Pedro Rufino de Azevedo | casado | Lamego | | Livreiro |
| 1919 | António da Silva Noronha (Bráz) | viúvo | Almacave | | Servente/ funileiro |
| 1920 | Manoel d'Almeida | casado | Lamego | | Merceneiro |
| 1920 | António Osório da Mota | viúvo | Lamego | | Proprietário |
| 1920 | João Maria Gomes | casado | Lamego | | Empregado |
| 1920 | José António Mesquita | casado | Lamego | | mestre de Pedreiro |
| 1920 | Manoel Augusto Duarte | casado | Ponte | | Pyrotécnico |
| 1921 | Francisco Augusto Rico | casado | Nogueiredo | | Proprietário |
| 1921 | José Alexandre | casado | Lamego | | alfaiate |
| 1921 | António de Carvalho | casado | Almacave | | Calceteiro |
| 1921 | Américo da Siva Freitas | solteiro | Lamego | | Primeiro sargento |
| 1921 | José Loureiro Ribeiro | casado | Resende | | Proprietário |
| 1921 | Victor da Cunha Seixas | casado | Cambres | | Proprietário |
| 1921 | Victor António da Cunha Seixas | solteiro | Cambres | | |
| 1921 | Joaquim de Freitas | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1921 | Bernardo Pinto d'Almeida | casado | Cambres | | Proprietário |
| 1921 | Alfredo Guimarães | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1921 | Joaquim Tavares | casado | Cambres | | Proprietário |
| 1921 | Manoel de Carvalho | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1921 | Joaquim Veloso Duarte | casado | Almacave | | Proprietário |
| 1921 | Luis de Lemos | casado | Avões | | Proprietário |
| 1921 | Alfredo Ribeiro Carvalho | casado | Cambres | | Proprietário |
| 1921 | Alberto Carlos de Meneses | solteiro | Almacave | | Empregado Público |
| 1921 | Luis d'Almeida e Silva | casado | Meiginhos | | Proprietário |
| 1921 | Firmino da Silva | casado | Magueja | | Proprietário |
| 1921 | João Correia Rilhado Júnior | solteiro | Lamego | | |
| 1921 | José Macêdo Cardoso Girão | casado | Almacave | | Proprietário |
| 1921 | Amadeu Nogueira de Macêdo Girão | solteiro | Almacave | | Estudante |
| 1921 | Joaquim dos Santos Futre | casado | Almacave | | Proprietário |
| 1921 | Umbelino de Jesus Ribeiro | solteiro | Almacave | | Proprietário |
| 1921 | Frsncisco de Sousa Rêlo | casado | Almacave | | Proprietário |
| 1921 | António Mendes Rebelo | viúvo | Lazim | | Proprietário |
| 1921 | Manoel Dias | casado | Lazim | | Proprietário |
| 1921 | Manoel Ferreira Rebelo Várzea | casado | Lazim | | Proprietário |
| 1921 | Francisco Marques de Oliveira | casado | Lazim | | Proprietário/ |
| 1921 | Joaquim d'Assunção Ferráz | casado | Almacave | | Proprietário/médico |
| 1921 | João Ribeiro | casado | Almacave | | Pedreiro |
| 1921 | Fausto Mendes Teixeira de Magalhães | casado | Lamego | | Médico |
| 1921 | Júlio António Cardosos | casado | Lamego | | Picheleiro |
| 1921 | Alberto Correia d'Araújo | casado | Lamego | | Proprietário |
| 1921 | Manuel Pereira da Cunha | casado | Midelo | | Pedreiro |
| 1921 | João Monteiro | casado | Lamego | | Pedreiro |
| 1921 | Alfredo Duarte Peixoto | casado | Lamego | | Carpinteiro |

Apêndice 1. O corpo de Irmãos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| | | | | | |
|------|------------------------|--------|--------|--|-------------|
| 1921 | José Guedes | casado | Lamego | | Barbeiro |
| 1921 | António Monteiro Vouga | casado | Lamego | | Carpinteiro |
| 1921 | | casado | Lamego | | |

| Ano | Irmãs | Estado | Idade | Residente | Profissão |
|------|--|----------|-------|-----------|-----------|
| - | Rita de Cassia Ricca | | | Lamego | |
| - | Rita Rosalinda de Freitas | | | Lamego | |
| - | Maria das Dores Pinto | | | Lamego | |
| - | D. Anna Augusta do Carmo Mendes | | | Lamego | |
| - | D. Leopoldina Guedes Teixeira | | | Lamego | |
| - | D. Maria Carolina dos Sanctos Leitão | | | Lamego | |
| - | D. Delfina Adelaide Freitas Aragão e Silva | | | Lamego | |
| - | D ? Rita Amália Duarte de Freitas | | | Lamego | |
| - | Joanna Victória Barrpca | | | Lamego | |
| - | D. Maria Amalia Mendes CARvalho | | | Lamego | |
| - | D. Maria de Jesus d'Oliveira | | | Lamego | |
| - | D. Joanna Amalia da Fonseca | | | Lamego | |
| - | D. Josepha Carolina de Macedo | | | Lamego | |
| - | D. Florinda Isilda ? de Lima | | | Lamego | |
| - | D. Maria do Espirito Santo | | | Varosa | |
| - | Maria de Jesus | | | Penafiel | |
| - | D. Anna do Carmo Andrade | | | | |
| - | Virgínia Cardoso Videira Lessa(remida) | | | | |
| - | D. Constança Leopoldina de Campos | | | | |
| - | D. Custódia Cândida Pereira d'Araújo | | | | |
| - | Anna de Jesus Ramos (remida) | | | | |
| - | D. Maria da Conceição Rebello (remida) | | | | |
| - | D. Maria dos Remédios Lemos de Sousa | | | | |
| - | D. Josepha Adelaide Leite Lemos | | | | |
| 1873 | D. Maria Isabel da Conceição Gomes | | | Lamego | |
| 1873 | D. Adelaide Sophia Leite Lemos | | | Lamego | |
| 1874 | Carlota do Carmo Mesquita | | | Lamego | |
| 1874 | D. Antónia Pinto Cardoso | | | | |
| 1874 | D. Maria Candida Pinto | viúva | | | |
| 1874 | D. Amélia Claudina Videira | casada | | | |
| 1874 | D. Filomena dos Prazeres Campos | solteira | | Lamego | |
| 1874 | Maria Margarida Ferreira | | | Régua | |
| 1874 | D. Etelvina Meneses da Cunha | casada | | Régua | |
| 1874 | Maria Candida | casada | | Régua | |
| 1874 | Quitéria Adelaide | solteira | | Lamego | |
| 1874 | Conceição dos Prazeres | solteira | | Lamego | |
| 1874 | Maria dos Remédios | | | | |

Apêndice 1. O corpo de Irmãos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| | | | | | |
|------|--|----------|--|-----------|------------------|
| 1874 | Carlota Adelaide Cardoso | | | Vila Seca | |
| 1874 | Luisa de Bastos | | | | |
| 1874 | Rita Augusta | | | Vila de | |
| 1874 | Anna Rita | | | | |
| 1874 | Maria José da Silva | | | | |
| 1874 | Mariana Lopes Rozeira | | | | tendeira |
| 1874 | Anna Rita Ranhados | viúva | | | criada de servir |
| 1874 | Maria Rita | | | Fafe | |
| 1879 | Maria do Rosário Cardoso | viúva | | | |
| 1879 | Maria Vitória | solteira | | | |
| 1879 | Maria Rosa | | | Porto | |
| 1879 | Maria Joaquina Teixeira Meirelles | | | Porto | |
| 1879 | Maria Emilia Teixeira Meireles | | | Lamego | |
| 1879 | Maria da Conceição da Silva | | | Lamego | |
| 1880 | Maria Emilia de Sequeira | | | Lamego | |
| 1880 | Maria Sobral Fiel | | | Almacave | |
| 1880 | Maria Carolina Corrêa | | | Porto | |
| 1880 | Maria Cândida Moreira | | | Arneirós | |
| 1881 | Ingrácia de Lemos | | | Lamego | |
| 1881 | Emilia | | | Lamego | |
| 1881 | Anna Rita Ranhados | | | Lamego | |
| 1882 | Rodofeira Maria | | | Lamego | |
| 1882 | Amélia dos Prazeres Simões de Gouveia da | | | Lamego | |
| 1882 | D. Emilia da Graça Pereira Pinto | | | Vila Real | |
| 1882 | D. Luisa de Azevedo Castelo Branco | | | Lamego | |
| 1886 | Maria da Cândida Barros | | | Lamego | |
| 1886 | Silvina de Jesus | | | Lamego | |
| 1886 | Maria Cândida | | | Lamego | |
| 1886 | Theresa de Jesus | | | Lamego | |
| 1886 | Maria Amélia do Carmo | | | Lamego | |
| | Maria Gomes | viúva | | Lamego | Cozinheira |
| 1887 | Maria Clemente | | | | |
| 1887 | Abilia Filomena Freire de Gouveia | | | | |
| 1887 | Augusta Ferreira Casrelo Branco | | | | |
| 1887 | Maria da Conceição Oliveira | | | | |
| 1887 | Maria Maximiniana Soares Vieira | | | | |
| 1887 | Maria do Rosário Oliveira | | | | |
| 1887 | Maria dos Santos Costa | | | | |
| 1887 | Maria Gracinda | | | Lamego | |
| 1888 | Maria Amélia D'Almeida | | | | |
| 1888 | Anna Rita | solteira | | Almacave | |
| 1888 | Adelaide Augusta de Araújo | | | | |
| 1888 | Anna de Jesus Meijinha | viúva | | | |
| 1888 | Maria Cândida | | | | |
| 1888 | Clementina Adelaide de Menezes | casada | | Lamego | |
| 1888 | Maria de S. José | casada | | Lamego | |
| 1888 | Anna Moreira do Carmo | solteira | | | |

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| | | | | | |
|------|---|----------|----|----------|------------------|
| 1889 | D. Joaquina Rosa Teixeira | casada | | Celorico | |
| 1891 | D. Maria Liberata | viúva | | Lamego | |
| 1891 | Maria Olimpia Nogueira | | | Covas do | Professora |
| 1891 | Margarida dos santos Costa | solteira | | Porto | Criada de servir |
| 1891 | Maria Cândida de Castro | solteira | | Lamego | Criada de servir |
| 1891 | D. Maria Joanna de Castro | casada | | Lamego | Criada de servir |
| 1892 | Maria do Sacramneto de Lucena | solteira | | Almacave | |
| 1892 | Francisca do Carmo | casada | | | |
| 1893 | Maria Cândida d'Almeida | | | | |
| 1895 | Maria da Conceição Teixeira | solteira | | | |
| 1895 | Francisa d'Almeida Pessanha | | | | |
| 1895 | Maria da Conceição Pinto Teixeira | solteira | 19 | | |
| 1902 | Maria da Conceição Galliza | casada | | | |
| 1902 | Branca Pinto Ribeiro | solteira | 21 | Aregos | |
| 1902 | Maria Correia de Carvalho | casada | | Lamego | |
| 1914 | Maria Augusta | viúva | | Almacave | |
| 1914 | Viscondessa de Guedes Teixeira | | | | |
| 1915 | Filomena Rodrigues d'Araújo | | | | |
| 1915 | Laurinda Adelaide Castilho | | | Lamego | Proprietária |
| 1915 | D. Rosa Cândida Guedes | casada | 44 | Lamego | Proprietária |
| 1915 | D. Preciosa Diniz Correia | solteira | 72 | Penajóia | Proprietária |
| 1915 | D. Lucília Pereira de Carvalho | viúva | | Lamego | Proprietária |
| 1916 | Maria Joaquina Pinto Lopes | viúva | | Alijó | Proprietária |
| 1916 | D. Maria Ferreira da Silva | casada | | Lamego | Proprietária |
| 1916 | D. Leopoldina da Glória Sousa Magalhães | casada | 40 | Lamego | Proprietária |
| 1916 | D. Antónia da Conceição Pinto Osório | | | Lisboa | |
| 1916 | D. Maria da Conceição Pinto Osório | | | Lisboa | |
| 1916 | D. Angelina Amélia Ferraz | | | Lamego | Proprietária |
| 1918 | D. Frsnicisca de Jesus Silva santos | | | Lamego | |
| 1918 | Antónia da Conceição | casada | | Lamego | |
| 1918 | Augusta Cândida | solteira | 18 | Lamego | |
| 1918 | Anna Soares | casada | | Lamego | |
| 1918 | Maria Mendes de Magalhães Ramalho | casada | | Lamego | |
| 1919 | Maria das Dores Pinto | solteira | | Lamego | Costureira |
| 1919 | Filomena de Jesus Pessoa | viúva | | Almacave | |
| 1919 | D. Arminda de Jesus Pessoa | solteira | | Almacave | |
| 1919 | D. Cácia da Graça Pesoa | solteira | | Almacave | |
| 1919 | Maria de Oliveira | | | Figueira | |
| 1919 | Ana Goncalinho | | | Juvandes | |
| 1919 | Ana Pinto da Fonte | | | Juvandes | |
| 1919 | Joaquina Pereira Goncalinho | casada | | Lamego | |
| 1919 | D. Rosa de Jesus do Carmo Carvalho | casada | | Lamego | |
| 1919 | Ana Moreira dos Santos | casada | | Lamego | |
| 1919 | Rita do Espirito Santo | casada | | Almacave | |
| 1920 | Cândiada do Carmo almeida | casada | | Lamego | Doméstica |
| 1921 | Amélia Soares Braga | solteira | | Almacave | Doméstica |
| 1921 | D, Ester do Carmo Pereira da Cunha Seixas | casada | | Cambres | Doméstica |

Apêndice 1. O corpo de Irmãs

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

| | | | | | |
|------|---------------------------------------|----------|--|----------|--------------|
| 1921 | Rosa da Siva Monteiro | casada | | Lamego | Doméstica |
| 1921 | Rosa Duarte d'Almeida | casada | | Cambres | Doméstica |
| 1921 | D. Maria Preciosa Duarte d'Almeida | casada | | Cambres | |
| 1921 | D. Maria Cândida de Abreu Mascaranhas | casada | | Lamego | Proprietária |
| 1921 | Maria Teixeira Tavares | casada | | Cambres | |
| 1921 | D. Lúcia de Oliveira Ribeiro | casada | | Cambres | |
| 1921 | D. Luisa Correia | casada | | Lamego | |
| 1921 | Vitória de Assunção Duarte | viúva | | Arneirós | |
| 1921 | Adelaide d'Almeida | casada | | Miginhos | |
| 1921 | D. Celina d'Almeida e Silva | casada | | Miginhos | |
| 1921 | Maria Luduvina | viúva | | Maqueja | Doméstica |
| 1921 | Rosa Amélia Ribeiro Pereira | solteira | | Almacave | |
| 1921 | Casimira Nogueira Girão | casada | | Almacave | |
| 1921 | Ana de Sousa Rebelo | casada | | Lazim | |
| 1921 | Maria dos Prazeres Mendes Teixeira de | casada | | Lamego | |
| 1921 | Maia Adriana Sádio | casada | | Foz Côa | |
| 1921 | Delfina Amélia Marçal | casada | | Foz Côa | |
| 1921 | Maria Francisca Pedroto | casada | | Lamego | |
| 1921 | Olivia de Jesus Peixoto | casada | | Lamego | |

Apêndice 2. Inquérito



INQUÉRITO AOS Romeiros/Devotos

Ex.mo(a) Senhor(a),

O presente inquérito insere-se no âmbito do doutoramento em Cultura Portuguesa, em curso no departamento de Letras, Artes e Comunicação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e tem como objectivo estudar as várias dimensões da festa religiosa de Nossa Senhora dos Remédios, mormente os romeiros/devotos.

A sua colaboração é importante para a concretização dos objectivos do estudo, cujos resultados, pensamos, poderão contribuir para um melhor conhecimento das várias componentes da festa religiosa.

Os dados recolhidos são **absolutamente confidenciais** e serão tratados tendo como único objectivo o trabalho acima mencionado.

Assegura-se o anonimato das respostas.

Caso tenha alguma dúvida, relativamente a este inquérito, contacte, por favor, acarvalho@ipb.pt

Assinale com X no que corresponde ao seu caso

1. CARACTERIZAÇÃO PESSOAL E FAMILIAR

1. **Sexo:** masculino feminino

2. **Idade:** _____ anos

3. Estado civil:

solteiro(a) casado(a) separado(a)
 divorciado(a) unido(a) de facto viúvo(a)

4. Habilitações académicas:

sem instrução 1.º ao 4.º ano 5.º ao 6.º ano
 7.º ao 9.º ano 10.º ao 12.º ano curso médio ou superior
 outro. Qual? _____

5 – Profissão: _____

6 - Concelho de naturalidade: _____

7 - Concelho de residência actual: _____

2. Caracterização da viagem até ao Santuário de Nossa Senhora dos Remédios

8 - Com quem veio à romaria?

companheiro

família

amigos

sozinho

Em visita organizada:

pela Paróquia

pela Agência de Viagens

por particulares

9 – Que meio de transporte utilizou para efectuar a viagem?

automóvel

autocarro

moto

comboio

avião

10 – Quantas horas e minutos durou a viagem, desde o local em que a iniciou até chegar ao Santuário?

__ __ horas e __ __ minutos (1). E quantos quilómetros percorreram? __ __ __ __
quilómetros (2)

11 – Durante essa viagem, efectuou algum desvio para poder visitar outros locais?

sim – quais _____

não

12 – Se respondeu SIM na questão 11, indique o número de desvios que efectuou:

desvios (1). Quantas horas a mais demoraram nesses desvios horas (2).

Aproximadamente, esses desvios obrigaram-no a percorrer quilómetros (3) a mais, para além dos que teria de percorrer se a sua viagem tivesse como principal objectivo chegar ao Santuário.

13 – Para poder vir à Festa teve, despesas nomeadamente de viagem. Foi o senhor(a) quem pagou a totalidade das despesas?

sim

não

14 – Por favor, use o quadro que se segue para contabilizar, em euros, de forma tão aproximado quanto possível, as despesas que teve de suportar desde o local onde iniciou a viagem até ao santuário. Considere efectivamente as despesas que pagou do seu bolso?

| Despesas de viagem | | Euros |
|--|--------------------|-------|
| Veículo Particular | Gasolina | |
| | Manutenção | |
| Transporte Público | Custo dos bilhetes | |
| | | |
| Despesas totais no alojamento | | |
| Despesas totais em alimentação e bebidas | | |
| Despesas totais em compras | | |
| Despesas totais em entradas para atracções | | |
| Total de despesas | | |

15 - Quantos dias permanecerão nesta localidade?

- só de passagem
 1 dia 2 dias 3 dias 4 dias mais. Quantos? _____

16 - Onde está ou pretende ficar alojado(a)?

- casa própria casa de familiares ou amigos
 residencial ou hotel turismo em espaço rural
 outro. Qual? _____

3. A Festa da Nossa Senhora dos Remédios

17 - É devoto(a) da Nossa Senhora dos Remédios?

- sim não

18- É mais crente na Senhora dos Remédios do que na Nossa Senhora de Fátima?

- sim não

19 – Que motivos o levam a participar na Festa? (pode responder a mais que um)

- | | |
|---|---|
| <input type="radio"/> cumprimento de promessa (1) | <input type="radio"/> a procissão |
| <input type="radio"/> a Fé ou culto | <input type="radio"/> lazer, entretenimento ou diversão |
| <input type="radio"/> visita a familiares ou amigos | <input type="radio"/> negócios |
| <input type="radio"/> conhecer novos lugares ou pessoas | <input type="radio"/> gastronomia |
| <input type="radio"/> conhecer o património arquitectónico e arqueológico da região | |
| <input type="radio"/> conhecer os hábitos ou costumes e tradições da região | |
| <input type="radio"/> outros. Quais? _____ | |

20 – Se respondeu SIM na questão 13 (1) diga qual o motivo do cumprimento da promessa?

- | | |
|---|--|
| <input type="radio"/> Doença própria ou de familiar | <input type="radio"/> Colheitas ou animais |
| <input type="radio"/> Resultados escolares | <input type="radio"/> Motivos desportivos |
| <input type="radio"/> Serviço militar | <input type="radio"/> Outros motivos |
| <input type="radio"/> Sucesso na profissão ou negócios | |
| <input type="radio"/> Desemprego próprio ou de familiar | |
| <input type="radio"/> Problemas amorosos | |

21- Ordene os rituais que mais aprecia (1=mais importante):

- As novenas preparatórias
 - Missa Festiva e a Pregação
 - A Majestosa Procissão do Triunfo
 - A Festa em Honra da Nossa Senhora da Esperança
 - A Procissão da Nossa Senhora do Terço
 - Procissão da Imagem da Nossa Senhora dos Remédio
 - A Grande noite da Romaria
 - Os cortejos e desfiles etnográficos
 - A Grande Feira Anual
 - O estandarte Plástico da Festa
 - Os concertos
- Justifique a escolha n.º 1: _____

22 - Há quanto tempo visita a Festa?

- | | |
|------------------------------|---|
| <input type="radio"/> 1º vez | <input type="radio"/> continuamente há _____ anos |
|------------------------------|---|

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

há _____ anos, mas intercalados

23 - É a primeira vez que visita esta região?

sim não

24 - Se respondeu NÃO à questão anterior quais os motivos que o levaram a repetir a visita?

- motivações religiosas ou devoção lazer, entretenimento ou diversão
- visita a familiares ou amigos negócios
- gastronomia
- o Alto Douro Vinhateiro - Património Mundial da Humanidade
- o património cultural e natural da região
- a qualidade dos produtos e serviços
- acolhimento das pessoas
- outros. Quais? _____

25 - Classifique de 1 (mínimo – nada importante) a 5 (máximo – extremamente importante) atribuído a cada factor, ao escolher este destino.

| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | NS/NR |
|--|---|---|---|---|---|-------|
| Motivações Religiosas/Devoção | | | | | | |
| Artesanato / Artes e Tradições | | | | | | |
| Alto Douro Vinhateiro - Património Mundial da Humanidade | | | | | | |
| Diversões / Entretenimento | | | | | | |
| Gastronomia | | | | | | |
| Especificidades culturais do destino | | | | | | |
| Património histórico e cultural | | | | | | |
| Natureza / Paisagem | | | | | | |
| Turismo em espaço rural | | | | | | |
| Capacidade de Alojamento | | | | | | |

26 - A respeito da religião considera-se?

- Ateu Agnóstico Indiferente Católico Protestante
- outra crença religiosa. Qual? _____

27 - A Nossa Senhora dos Remédios é importante para a sua família?

sim não

Quantos membros participam na Festa? _____

4. Promoção e Imagem da Romaria

28 – Ordene, por ordem de importância de 1 (mínimo – nada importante) a 5 (máximo – extremamente importante) os meios de divulgação da Romaria:

- amigos família televisão
 publicidade de rua jornais e revistas
 rádios. Quais? _____
 outros. Quais? _____

29 – Gostaria de ver a Festa da Nossa Senhora dos Remédios divulgada como atracção turística?

- sim não

30 – Acredita que a Romaria proporciona benefícios para a localidade?

- sim não (Se sim, quais?
_____)

31 – Quem organiza a Festa da Nossa Senhora dos Remédios?

- igreja irmandades/confrarias
 Câmara Municipal sociedade civil

32 – Acha que os jovens participam na organização da Romaria?

- sim não

33 – Acha que os jovens darão continuidade à tradição?

- sim não Justifique: _____

Verifique, por favor, se respondeu a todas as questões.

E, mais uma vez, grata pela colaboração.

Anexo 1. Os Estatutos da Real Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios da Cidade de Lamego.

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

Os Estatutos da Real Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios da Cidade de Lamego. Apresentado e discutidos na reunião da sessão de 21 de Dezembro de 1877

Capítulo 1º

Organização e Fins da Irmandade

Artigo 1º

A real Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, erecta no Templo da mesma invocação, da cidade de Lamego compõe-se de Irmãos de um outro género até hoje inscritos no respectivo tombo, e de todos os mais que no futuro forem admitimos.

Artigo 2º

É registado o número de Irmãos e para a sua admissão não se requerem outras distinções mais do que seu mérito e virtude

Artigo 3º

A admissão poderá ser pedida qualquer que seja a idade de quem a pretender, mas os menores e as mulheres casadas não podem ser admitidos sem prévia auctorização de seus superiores ou maridos

Artigo 4º

A pessoa que desejar ser admitido na Irmandade fará uma petição à meza, ou será proposta em sessão por algum dos membros d'esta e a Mesa resolverá logo sobre a admissão requerida.

& único: os menores e as mulheres casadas farão sempre petição escripta e n'ella devem incluir a autorização a que se refere o artº 3

Artigo 5º

Esta irmandade tem por fim promover o esplendor do culto Divino fazendo as festividades e obras fins de seu instituto; e fazer todos os legados a que se obrigou e vier a obrigar-se; cumprir suas obrigações para com os membros que a compõem; e a procurara por todos os meios legais aumentar o engrandecimento material do Templo dos Remédios e suas dependências

& único: tem igualmente por fim subsidiar o ensino primário da freguesia, quando careça d'esse auxilio, e aplicar a actos de beneficência uma parte da sua receita ordinária, nunca inferior a um decimo, verba que será incluída no respectivo orçamento com a applicação indicada pelo governador civil do districto.

Capítulo 2º

Da existência e fundos da Irmandade

Artigo 6º

Os elementos existenciais d'esta Irmandade e, que constituem a sua receita, são:

1º Receita Ordinária. O rendimento de capitais mutuados, de inscrições ou outros títulos, de foros, e annualidades dos Irmãos.

2º Receita Extraordinária. O produto das esmolas, das jóias e de quaisquer outras proveniências eventuaes.

Artigo 7º

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

Constituí o fundo da Irmandade o producto das jóias e annualidades dos Irmãos, os legados e donativos deixados em testamentos por qualquer benfeitor, quando isso não constituir a disposição testamentária e a ... anual de uma parcela dos juros dos fundos já existentes e que vier a existir

Capítulo 3º

Direitos e obrigações dos Irmãos

Artigo 8º

Todos os Irmãos do género masculinos, maiores de vinte e um anos ou emancipados, têm direito a votar e serem votados os cargos da Irmandade em conformidades com o disposto n'estes Estatutos

Artigo 9º

Somente podem ser eleitos para os cargos da Irmandade os Irmãos que provarem pagar cinco mil reis de contribuição ao Estado, e que souberem ler, escrever e contar

Artigo 10º

Podem votar mas não podem ser votados:

1º Os Irmãos que deverem qualquer quantia à Irmandade por escriptura publica ou por qualquer outro titulo de divida;

2º Os que contra ella moveram qualquer pleito, em quanto elle durare

Artigo 11º

Os Irmãos que forem admitidos na Irmandade deverão pagar logo na thesouraria:

1º os Remidos dois mils reis de jóias

2º os de anual dois, digo, mil quinhentos reis de jóia e vinte reis de annuaes

3º Afins e outros acrescem o custo da carta patente e d'estes Estatutos

& único: quem residir fora da cidade de Lamego só pode ser admitido na classe de Irmãos Remido

Artigo 12º

É obrigação dos Irmãos:

1º Exercer qualquer cargo da Irmandade para que for eleito, desempenhando com zelo e dedicação

2º Desempenhar qualquer serviço da Irmandade e a ella respeitante para que a meza o nomear.

3º Comparecer nas reuniões da assembleia-geral para a eleição da Mesa e apresentação das contas, e em qualquer outra determinada n'estes Estatutos, para que for convocado.

4º Conformar-se com os deveres e descripções que estes Estatutos lhe informarem.

Capítulo 4º

Obrigações da Irmandade

Artigo 13º

Constituem obrigações da Irmandade para com todos os seus membros:

Anexo 1. Os Estatutos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

1º mandar rezar cinco missas pela alma de cada Irmão que falecer, nos primeiros três meses posteriores à participação do falecimento e, logo que rezado deve ser participado à família do finado.

2º Mandar rezar um responso pela alma do Irmão que faleceu, no sábado imediatamente à notícia do falecimento, a qual será rezado no fim da missa d'esse dia.

3º Mandar dar os sinais do costume no sino da igreja, uma batida aquando da participação do falecimento e ainda outra na ocasião em que for rezado o responso. Nenhum d'esses signaes excederá cinco minutos de duração.

4º Mandar dizer pelo seu capellão em todos os sábados, domingos e mais dias santificados do anno uma missa no altar-mor da igreja, com applicação por todos os Irmãos e benfeitores da Irmandade, vivos e defuntos

Artigo 14º

Pelo mesmo Capellão mandar rezar durante o anno as restantes missas à obrigação e de legados, que constam nas respectivas tabelas ou outras que de futuro se adicionarem

Artigo 15º

Nos dias próprios mandar celebrar missas solenes à Padroeira Nossa Senhora dos Remédios, a santo Estevão, Santa Anna e S. Joaquim, sendo a primeira celebrada com pompa e luzimento

Artigo 16º

A Irmandade subsidiará a Junta da parochia da freguesia d'almacave pa esta ocorrer à despesa da renda de duas casas para as escolas de instrução primária da mesma freguesia.

Artigo 17º

Igualmente se institui a obrigação da Irmandade distinguir todas as pessoas que por seus donativos, legados ou serviços valiosos e extraordinário se tornem credores do seu reconhecimento, observando-se o seguinte:

1º Serão mencionados no relato annual os nomes de todos os benfeitores que offerecerem donativos de valor igual ou excedente a dez mil reis.

2º Inscrever se hão em uma tabela que há-de estar patente na sacristia da igreja dos remédios os nomes d'aquelles que offereceram ou legaram quantia igual ou excedente a cinquenta mil reis.

3º Mandar se há colocar na galeria dos retractos dos benfeitores da Irmandade o d'aquelle que ofereceu ou legou quantia igual ou superior a quinhentos mil reis.

4º A Mesa deliberará sobre qual deva ser a maneira porque a Irmandade há de manifestar seu reconhecimento ao indivíduo que lhe prestar serviços valiosos e extraordinários, que o tornem um dos beneméritos d'ella.

5º Será inscripto na classe de Remidos, não o sendo ainda, o nome do benfeitor que estiver comprehendido nos nº. 2,3 e 4 d'este artigo. Se estiver vivo ser lhe há entregue a respectiva carta patente emoldurada.

Artigo 18º

É obrigação da Irmandade conservar e melhorar e comprar até aonde comportem os seus recursos, o Templo dos Remédios com todas as suas dependências e ornamentos, mandando para tal fim fazer as obras necessárias, e deliberando o que for justo.

Capítulo 5º

Anexo 1. Os Estatutos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

Da Assembleia Geral

Artigo 19º

A Assembleia Geral é composta por todos os Irmãos compreendidos no art. 8º e n'ella reside o direito que a Irmandade terá de se governar

Artigo 20º

Para a assembleia Geral poder constituir-se legalmente é preciso que se reúna a maioria absoluta dos Irmãos que teêm o direito de votar, excepto nos casos do artº. 24º e & único os artº 36º

& 1º O direito ao voto em assembleia-geral verifica-se por uma lista extraordinária, do tombo dos Irmãos que estava impressa até ao dia trinta de um de Janeiro de cada anno, e será entregue na thesouraria a qualquer Irmão que a procure.

& 2º n'esta lista estando os annuaes dos Irmãos do género masculino inscriptos no respectivo tombo, até ao dia trinta e um de dezembro inclusive.

Artigo 21º

Se no dia designado não comparecerem número suficiente de Irmãos para poder constituir-se assembleia geral nos termos do artº 20º, serão estes convocados de novo para se reunirem oito dias depois à mesma hora, não contando os dias da primeira nem da segunda reunião.

& Único: N'esta segunda reunião a assembleia se constituirá e deliberará sem qualquer numero de Irmãos que estejam presentes meia hora depois de marcada para a convocação.

Artigo 22º

A assembleia geral terá duas reuniões ordinárias, sendo uma no primeiro domingo de Junho e outra no dia dois de Julho

& 1º e reunir se há extraordinariamente:

1º Quando for convocada por deliberação da Mesa para os casos previstos n'estes Estatutos.

2º Quando assim o requererem a terça parte dos Irmãos que se acharem nas condições do artº 8º e cujos nomes estiverem incluídos na última lista a que se refere o & 2º do artº 20º, designando no requerimento o motivo da reunião.

& 2º As reuniões extraordinárias e ordinárias terão lugar na igreja dos remédios às quatros horas da tarde dos dias marcados.

& 3º a convocação será feita por meio de anúncios afixados nos lugares públicos da cidade e insertos em dois jornaes do Porto

& 4º os anúncios indicarão o local e dia, a hora e objecto da reunião

Artigo 23º

Na reunião da assembleia-geral o primeiro domingo de Junho eleger se há a Mesa que tem de administrar a Irmandade no anno seguinte e que será composta de nove vogais, a saber, um Juiz, um secretário, um thesoureiro e seis mesários

§ Único – De nenhum assunto mais se tratará nesta reunião

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

Artigo 24º

Na reunião do dia dois de Julho serão apresentadas pela Mesa as contas do anno anterior que a assembleia examinará

§ 1º N'esta reunião se constituirá a assembleia-geral com o número de Irmãos que comparecerem

§ 2º - poderá então ser apresentada qualquer proposta, resolvendo-se o modo de a apreciar e quando deve ser discutida mas não será discutida nem votada nessa reunião

Artigo 25º

Preside a assembleia-geral o Juiz da Irmandade que estiver em exercício ou quem o estiver a substituir

Artigo 26º

A hora marcada para a reunião o presidente proporá os nomes dos individuos que hão-de compor a Mesa da assembleia gera. A qual se constituirá com elle presidente dois secretários e dois escrutinadores.

& Único: se a maioria aprovar a proposta fica a Mesa constituída; se a rejeitar fica o primeiro dos membros propostos pelo presidente e a maioria elegera por aclamação os três restantes, sob proposta de qualquer dos seus membros.

Artigo 27º

Á Mesa da assembleia compete resolver sobre qualquer incidente ou reclamação, que ocorreu durante a reunião

& Único: Resolve por maioria e, em caso de empate o presidente decidirá

Artigo 28º

É proibido prolongar além do sol-posto os trabalhos eleitorais; caso porem a votação se não concluir no primeiro dia a continuará no immediato

& 1º - Dando se este caso todos os papeis da eleição serão fechados em um cofre de três chaves, uma das quais ficará em poder do presidente, outra na do escrutinador mais velho e outra na do secretário mais novo

& 2º - Qualquer dos Irmãos presentes pode levar o cofre e pôr-lhe qualquer marca

Artigo 29º

A assembleia-geral elegerá e resolverá por maioria absoluta de votos dos Irmãos presentes, excepto no caso do artº. 66º

& Único: exceptuando-se eleição das Mesas administrativas, as demais votações fazer se hão por escrutínio, por aclamação por qualquer sinal ...ou nominalmente, conforme for decidido pela assembleia, sob proposta de qualquer Irmãos

Artigo 30º

Á assembleia-geral compete

1º - Proceder à eleição da Mesa pela forma designada n'estes Estatutos;

2º - Deliberara acerca da aceitação de qualquer herança ou legado que nunca poderá repudiar mas aceitando com beneficio de inventário, sem necessidade de licença, não ficando contudo obrigada a encargos superiores às forças da mesma herança ou legado;

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

3º - Resolver acerca do pedido da respectiva licença do governo para a aquisição, por título oneroso, dos bens imobiliários, que forem indispensáveis para os melhoramentos e aformosamento do Santuário e anexos;

4º - Resolver acerca das propostas da Mesa para a imposição da pena de exclusão da Irmandade do Irmão que n'ella incorrer podendo ouvir lhe sua defesa; assim como conhecer de quaisquer outras reclamações interpostas pelos Irmãos;

5º - Deliberar sobre quaisquer outro assunto para que for convocada pelo Juiz da Irmandade por deliberação da Mesa

Artigo 31º

Incumbe a um dos secretários da Mesa da assembleia-geral escrever no respectivo livro a acta da sessão, sendo assinada por toda a Mesa

Capítulo 6º

Da eleição da Mesa

Artigo 32º

A eleição é feita por escrutínio directo em listas de papel branco, não transparente, sem riscado sinal algum externo

& Único: as listas que aparecerem fora d'estas condições não serão contadas

Artigo 33º

Cada lista constará os nomes de nove Irmãos sendo o primeiro para Juiz, o segundo para secretário, o terceiro para tesoureiro e os restantes para mesários.

& Único: são válidas as listas que contiverem mais ou menos nomes, mas no primeiro caso não serão contados os últimos que estiverem a mais

Artigo 34º

Concluída a votação serão contados as listas, seu número conferido com o dos cargos apurados os nomes dos eleitos.

& Único: verificado a regularidade das eleições serão proclamados os eleitos pelo presidente e afixada logo a lista dos seus nomes na porta principal da igreja depois de assinada pela Mesa eleitoral

Artigo 35º

É permitido a reeleição da Mesa sem número limitado de vezes; mas não é obrigatório para nenhum Irmão servir mais do que um anno seguidamente.

Artigo 36º

E em virtude do disposto nos art. 9º,10º e 35º ficar sem efeito as eleições de algum membro da Mesa será chamada para o preenchimento da vaga o individuo que ocupar igual cargo, tiver o número imediato de votos.

& Único: não havendo nenhum nas condições de ser chamado proceder se há a nova eleição do membro da Mesa ou membros que faltarem, no dia trinta de Junho, constituindo se a assembleia com o numero de Irmãos que comparecerem.

Anexo 1. Os Estatutos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

Capítulo 7º

Da Mesa

Artigo 37º

A Mesa eleita representará a Irmandade na forma d'estes estatutos, para com o público e os poderes constituídos. Tencionará durante um ano e os seus serviços serão gratuitos

Artigo 38º

Reunidos na igreja no dia seis de Julho, a Mesa cessante e a novamente eleita, aquela dará posse a esta e lhe entregará todas as alfaías, pratas e mais objectos inventariados, assim como os livros e demais haveres da Irmandade.

& Único: da posse e entrega se lavrará o respectivo acto em livro das actas das Mesas o qual será assinado por todos.

Artigo 39º

Na sua próxima sessão por acordo mútuo ou pela parte, a Mesa designará quais os dois mezes do anno que a cada um dos mesários pertence cumprir as obrigações propostas no artº. 50º

& Único [ilegível]

Artigo 40º

A Mesa reúne ordinária e extraordinariamente, sendo as sessões ordinárias no dia seis de Julho e no dia oito de cada mês... e as extraordinárias quando o Juiz determinar.

& 1º - tanto para umas como para outras procederá à execução feita nos respectivo livro.

& 2º- Preside as sessões o Juiz, na falta do Juiz o secretário e na falta de ambos o mesário mais velho ou novo (elegível) nomeará um mesário presente

Artigo 41º

A Mesa só poderá funcionar quando reunida a maioria, e as suas deliberações são válidas tendo a aprovação da maioria dos mesários presentes na sessão.

& 1º - Em caso de empate na votação o Juiz ou quem preside a Mesa tem voto de qualidade, declarando se na acta essa circunstancia.

& 2º - Se algum mesário não aprovar a deliberação tomada e quiser porem declarar na acta o seu voto pode fazê-lo

Artigo 42º

È da excelência ou competência da Mesa:

1º- A admissão de Irmãos

2º- O risco/exclusão

3º- A nomeação e demissão dos empregados da Irmandade

4º - A deliberação de qualquer obra ou negociação de qualquer objecto preciso, quando um ou outro sejam importantes, e tendo sempre em vista o que esta disposto no nº. 9º do artigo 43º

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

- 5º - a deliberação que houver desse termo em virtude do que foi proposto no artº. 17º, 6º - deleberar sobre o orçamento da assembleia geral da irmandade, quando se derem as datas previstas n'estes Estatutos;
- 7º - e qualquer outro negócio que o Juiz entender deve ser resolvido por esta.

Artigo 43º

São Obrigações da Mesa:

- 1º- Observar e afixar no local estes Estatutos formulando os regulamentos necessários para a boa execução d'elles;
- 2º- Organizar o seu orçamento geral e o suplementar por annos económicos nos termos determinados nas leis;
- 3º- Prestar as suas contas annuaes nos termos das mesmas leis;
- 4º - Publicar e entregar a lista dos Irmãos conforme ficou proposto no nº. 1º e 2º do art. 20º;
- 5º- Apresentar em assembleia-geral no dia dois de Julho o relatório e contas da gerência do anno findo patenteando se cada acto, para poderem ser examinados dos documentos de receita e despesa, os livros das escriturações e as alfaias que representam o fundo da Irmandade;
- 6º- Este relatório na entrega, e as contas por ser extracto farão parte das actas da assembleia-geral;
- 7º - Registrar no registo das hipotecas, dentro do prazo legal, as suas escrituras de mútuo, sob a responsabilidade solidária da Mesa, que serviu na época em que se realizar a operação;
- 8º - Comparecer nas festividades da Irmandade;
- 9º - Cingir se ao plano geral que estiver devidamente approved, nas obras que mandar executar no Santuário

Capítulo 8º

Do Juiz e mais membros da Mesa

Artigo 44º

Compete ao Juiz

- 1º- Convocar a Mesa e a assembleia-geral designando o dia, hora, local e objecto da reunião; presidir às sessões, dirigir os trabalhos d'estas em conformidade com as prescrições dos Estatutos e manter a ordem nas discussões e votações;
- 2º - Presidir às comissões mencionadas no artigo 39º e a qualquer outra que faça parte;
- 3º - Fazer cumprir as deliberações da Mesa;
- 4º - Numerar, rubricar e assinar os livros de abertura e encerramento dos livros da Irmandade, ou dar para isso comissão a algum dos mesários da Mesa;
- 5º - Abrir e assegurar a correspondência da Irmandade;
- 6º - Propor os orçamentos gerais suplementares, e no fim da cada anno dar a assembleia-geral o relatório e contas correntes à gerência d'esse anno;
- 7º - Assinar os mandados que autorizarem o pagamento de qualquer despesa;
- 8º - Admitir multas ou suspender os empregados da Irmandade, por falta de cumprimento de suas obrigações, em último caso participar à Mesa na primeira sessão;
- 9º - Ter em seu poder uma das três chaves das caixas em que são lançadas as esmolas, para no fim de cada mês assistir à abertura das mesmas.

Artigo 45º

Anexo 1. Os Estatutos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

É da competência do secretário e sua obrigação:

- 1º - No impedimento do Juiz exercer as funções do seu cargo, mas não acumulara com as de secretário;
- 2º - Nomear secretário de entre os mesários da Mesa enquanto estiver servindo de Juiz;
- 3º - Ler em Mesa a acta da sessão anterior, e os documentos que ella houver de tomar conhecimento;
- 4º - Redigir as actas nas sessões e a correspondência da Irmandade;
- 5º - Conferir com o tesoureiro as contas trimestraes e annuaes que este tem de apresentar à Mesa;
- 6º - Pagar os mandados cujos pagamentos houver de ser autorizado pelo Juiz;
- 7º - Pôr a nota de visto nos talões dos recibos da receita que o tesoureiro lhe enviar;
- 8º - Escrever no livro da receita e despesa da Irmandade as contas d'esta;
- 9º - Lançar no livro de contas o resumo das contas annuaes que tem de ser apresentadas à autoridade;
- 10º - Fazer no respectivo Tombo a inscrição dos Irmãos admitidos e tomar nota dos falecidos;
- 11º - Mandar satisfazer o preceituado nos nº. 1º e 3º do art. 13º, fazendo ao avisos de que falta aquele primeiro os numero;
- 12º - Escrever o convite para as sessões da Mesa e da assembleia-geral;
- 13º - Extrair do tomo a lista dos Irmãos que há de ser publicada anualmente;
- 14º - Escriturar os livros do inventário geral e dos capitães;
- 15º - E, finalmente, ter a seu cargo a direcção e execução de qualquer trabalho da secretaria não especificado aqui.

Artigo 46º

Incumbe ao tesoureiro:

- 1º - Receber todas as verbas de receita e pagar as de despesas devidamente autorizadas, fazendo o respectivo lançamentos e no livro-diário baixar;
- 2º A arrecadação e conservação de todos os valores, pratas, alfaias e mais objectos pertencentes à Irmandade, excepto os indicados no & único do artº. 48º;
- 3º - A descarga do pagamento dos annuaes;
- 4º - Apresentar à Mesa nas sessões ordinárias de Março, Junho, Setembro e Dezembro os diários caixa devidamente escriturado para ella tomar conhecimento do estado financeiro da Irmandade;
- 5º - De acordo com o Juiz fazer cumprir as deliberações da Mesa na parte respeitante a qualquer obra que esta determine no Santuário e anexos ou a aquisição de qualquer objecto;
- 6º - Ter em seu poder a segunda das três chaves com que se abrirem mensalmente as caixas das esmolas, assistindo a esse acto conjuntamente com o Juiz e o mesário da Mesa.

Artigo 47º

Quando ocorrer necessidade de adquirir de pronto qualquer objecto de pequena importância, ou mandar fazer alguma obra insignificante no Santuário e anexos, o tesoureiro resolverá de per si conforme entender.

Artigo 48º

O tesoureiro é responsável para com a Mesa de todos os valores de que tomar conta e constarem do inventário geral, assim como por tudo quanto lhe for sendo entregue durante a sua gerência.

& Único: exceptuando se a responsabilidade dos paramentos, roupas brancas e mais objectos de culto, que estiverem em poder do capelão.

Anexo 1. Os Estatutos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

Artigo 49º

As obrigações gerais de cada mesário:

- 1º - Concorrer às sessões que foi avisado, cooperando com as suas informações e conhecimentos para a melhor resolução dos assuntos que houver a resolver;
- 2º - Comparecer nos dias sete e oito de Setembro na igreja dos remédios para compor o pessoal das Mesas onde se aceita as esmolas;
- 3º - Auxiliar e tudo que estiver ao seu alcance a comissão da festividade da padroeira;
- 4º - Cumprir os mais deveres que lhe forem incumbidos por estes Estatutos

Artigo 50º

Nos meses que lhe forem distribuídos também cada mesário tem a seu cargo:

- 1º - Comparecer todos os sábados na igreja dos remédios por ocasião em o capelão rezar a missa e responso d'este dia, vestindo opas e tomando mais respeitado esse acto com a sua presença;
- 2º - abrir no ultimo dia de cada mês as caixas das esmolas da igreja, e ter uma chave das quaes estará em seu poder, e entregue logo na tesouraria, a importância das esmolas allí encontradas conjuntamente com as que lhe forem entregues pelo capelão, as que tem recebido do peditório dos sábados , as das manhas, e quaisquer outras de diversas procedências

Artigo 51º

O mesário que servir em Junho, Setembro e Dezembro terá a seu cargo estar à Mesa, em que se aceitarem as esmolas no dia de S. João, no de santo Estevão e na Romagem durante o tempo em que for preciso.

Capítulo 9º

Dos empregados da Irmandade

Artigo 52º

Os empregados da Irmandade são:

Um capelão.

Um organista.

Um servente.

Um jardineiro

os seus ordenados serão arbitrados pela Mesa

& Único: se além d'estes for reconhecida a necessidade de remuneração de algum outro empregado, quer temporariamente quer definitivamente, a Mesa fica autorizada a fazer essa nomeação

Artigo 53º

As obrigações dos empregados da Irmandade serão determinadas em regulamento que a Mesa fará para tal fim.

Capítulo 10º

Das Comissões

Artigo 54º

Anexo 1. Os Estatutos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

A comissão das obras indicada no n.º 1 do artigo 39º incumbe dar parecer sobre qualquer proposta de obra importante, que tenha de ser resolvida pela Mesa.

1º - Este parecer escripto ou verbal contará sempre na acta da sessão em que for votada a proposta, e pode ser dado no acto da apresentação da proposta ou na sessão imediata;

2º - Também deverá ser consultada quando durante a feitura de qualquer obra ocorrer necessidade de ouvir a sua opinião; e n'este caso a consulta será feita pelo Juiz.

Artigo 55º

A comissão nomeada em virtude dos mesmos n.º 1º do artigo 49º terá a seu cargo a direcção e trabalhos das festividades da padroeira, pela forma que a Mesa houver determinado.

Capítulo 11º

Das Esmolas

Artigo 56º

A importância das esmolas recebidas nas vésperas e dia da festividade da padroeira, será anunciada ao público em cada um d'esses dias por meio de um aviso afixado na porta principal da igreja, assinado pelos mesários presentes às Mesas onde ellas se receberem e pelo tesoureiro. No fim da romagem fazer se há o mesmo aviso com a indicação da importância total das esmolas ofertadas.

Artigo 57º

Nas tardes dos dias referidos no artº antecedente, um dos mesários acompanhado dos empregados indispensáveis procederá a cobrança dos alugueres de terrenos da feira, segundo a tabela e regulamentos competentes.

Artigo 58º

Sob proposta do tesoureiro serão nomeados pela Mesa os devotos que se encarreguem de pedir na freguesia de Penude e limítrofes as esmolas dos cereaes, chamada das eiras.

Artigo 59º

Tanto os cereais das esmolas das eiras, como quaisquer outras esmolas recebidas em espécie, excepto as de cera e azeite, serão pelo tesoureiro reduzidas a dinheiro e lançado em conta da Irmandade o produto da conversão.

Capítulo 12º

Disposições Gerais

Artigo 60º

O Irmãos ou Irmãs que sem motivo justificado contrariar os presentes Estatutos será advertido em particular ou pelo Juiz, se manter a advertência impulsionando se lhe há depois pela Mesa; e no caso de reincidência será riscado de Irmão, perdendo o direito à jóia de entrada e annuaes e aos sufrágios que lhe pertenciam.

Artigo 61º

A mesma pena será imposta ao Irmão que dever quinze annuaes consecutivos tendo se recusado ao seu pagamento mais de uma vez.

Anexo 1. Os Estatutos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

Artigo 62º

A pena de exclusão da Irmandade pode ser aplicada sem ser ouvida pela Mesa contra ambos, salvo recusando se estes a comparecer perante ella.

Artigo 63º

A deliberação que a Mesa tomar acerca da evolução de qualquer Irmão será submetida à aprovação da assembleia-geral.

& Único: a aplicação d'esta pena só poderá verificar se sendo aprovada pela maioria dos Irmãos em assembleia-geral

Artigo 64º

A desamortização dos bens immobiliários que a Irmandade possuir, ou vier a adquirir por título gratuito, e que não sejam necessários para o desempenho dos seus deveres será feita nos termos da lei de desamortização e respectivo regulamento

Artigo 65º

Logo que os presentes Estatutos tenham a sanção legal serão impressos e distribuídos pelos Irmãos que os requisitarem, pagando cem reis por cada exemplar.

Artigo 66º

Para alterar estes Estatutos é preciso:

- 1º - Uma proposta escripta, assinada pela Mesa ou por um terço dos Irmãos, declarando se n'ella os artigos a alterar e os motivos que determinam a alteração;
- 2º - Que cada proposta seja submetida a apreciação de uma comissão de três vogais eleitos pela assembleia-geral da Irmandade que dará o seu parecer sobre ella;
- 3º - Que na assembleia-geral que tem de apreciar o parecer da comissão compareçam pelo menos dois terços dos requerentes para justificar a sua proposta;
- 4º - Que as alterações propostas sejam aprovadas por dois terços da assembleia-geral e tenham depois a sanção legal.

Disposições Transitórias

Artigo 67º

Logo que estejam, aprovados os presentes Estatutos será convocada uma assembleia-geral para proceder à eleição da Mesa, que tem de administrar a Irmandade no resto do anno económico de mil e oitocentos setenta e sete, observando o disposto o nos capítulos 5º e 6º nos pontos que lhe são applicáveis.

& Único - as listas dos Irmãos a que se refere o & 1º do art. 20º serão manuscritas.

Lamego, em sessão da comissão de 7 de Dezembro de 1877
(Assinado) (Livro de Sesses, AINSRL 1780: fls 125-141).

Anexo 2. Reforma dos Estatutos da Real Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios de Lamego.

Anexo - II

Os Estatutos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

Apresentados e discutidos na Assembleia-Geral de 03 de Junho de 1888.

Capítulo 1º

Denominação, meios e fins

Artigo 1º

Tem nome de «Real Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios» a associação de todas as pessoas de ambos os géneros, que actualmente estão admitidas e de futuro legalmente o vierem a ser.

Desde época remota está legalmente erecta esta real Irmandade no Santuário dos Remédios, no monte de santo Estêvão, Freguesia da Sé de Lamego.

Artigo 2º

Dispões esta Real Irmandade dos seguintes meios:

- 1º - Juros dos seus capitães mutuados;
- 2º - Jóias de Irmãos admitidos;
- 3º - Annuães dos Irmãos admitidos e não Remidos;
- 4º - Esmolas recebidas no real Santuário e pelas portas;
- 5º - Doações e heranças que serão sempre recebidas a benefício de inventário.

Artigo 3º

Tem por fim esta Real Irmandade:

- 1º - Prestar o culto devido à Imaculada Virgem dos Remédios;
- 2º - Conservar e engrandecer o Real Santuário e suas dependências;
- 3º - Sufragar as almas de todos os Irmãos;
- 4º - Cumprir os legados Pios instituídos pelos benfeitores;
- 5º - Prestar socorros temporaes aos Irmãos indigentes quando para isso haja recursos.

Capítulo 2º

Admissão de Irmãos

Artigo 4º

Admissível é nesta Irmandade toda a pessoa que, professando a religião Cathólica apostólica romana tiver bom comportamento moral e civil.

&Único – os menores de 21 annos, não emancipados, devem apresentar expresso consentimento por escripto de seus pais ou representantes, e as mulheres casadas o consentimento por escripto de seus maridos.

Artigo 5º

Anexo – II

Os Estatutos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

Toda a pessoa que pretender ser Irmãos, apresentará seu requerimento ao Juiz da Real Irmandade, declarando o nome, profissão, estado, idade e residência.

& 1º - Este requerimento pode ser substituído por proposta de algum dos membros da Mesa;

& 2º - A votação para julgamento de admissão de Irmãos requerente ou proposta só pode ser feita por escrutínio secreto para cada um d'elles separadamente;

& 3º- Julgada admissão, lavrar-se-á o respectivo termo que será assinado pelo Juiz, Secretário e admitido, ou a rogo d'este, não sabendo ler nem escrever.

Artigo 6º

Todo o Irmãos admitido, e não Remido, pagara anualmente em casa do thesoureiro, ou no Real Santuário em 08 de Setembro, de cada anno, a quantia de 50\$

& Único – é permitida a remissão dos annuaes pela quantia de 1\$000reis

Artigo 7º

A jóia de admissão regula-se pela tabela seguinte:

| | |
|-------------------------|---------|
| Até á idade de 30 annos | 2\$500 |
| Até á idade de 40 annos | 3\$000 |
| Até á idade de 50 annos | 3\$5000 |
| Até á idade de 60 annos | 4\$000 |

& 1º - As mulheres, que não prestarem serviço, pagarão mais a quarta parte da correlativa quantia;

& 2º - Quando por natural depreciação da moeda corrente subir a esmola das missas, a Mesa e o Definitório farão aumentar proporcionalmente a verba da jóia.

Capítulo 3º

Deveres e Direitos dos Irmãos

Artigo 8º

Os Irmãos de ambos os géneros são obrigados:

1º - A possuir um exemplar do Estatuto, depois de impresso, dando como esmola, 200 reis;

2º - A promover a devoção para com a Santíssima Virgem dos remédios, visitando o Real Santuário nos dias mais solenes consagrados à S. Mães de Deus, e orando pelo bem temporal e espiritual de todos os fiéis;

3º - A rezar um responso, ou um Padre-nosso e uma Ave-maria pela Alma de cada Irmãos que falecer, apenas d'isso tenha conhecimento.

Artigo 9º

Os Irmãos do género masculino são obrigados:

1º - A exercer qualquer cargo para que foram leitos em assembleia-geral, ou comissão para que forem nomeados pela Mesa;

Anexo – II

Os Estatutos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

2º -A comparecer no real Santuário no 1º Domingo de Junho às 10 horas da manhã para a eleição de nova Mesa, bem como todas as vezes que pelo Juiz for convocada a Junta geral;

3º - Acompanhar a cruz da Real Irmandade na procissão do Corpo de Deus ou em qualquer outra deliberação da Mesa;

4º -Acompanhar o corpo do Irmão falecido que seja sepultado no cemitério d'esta cidade;

5º - Assistir ao aniversário fúnebre determinado no artigo 72º.

Artigo 10º

Todo e qualquer Irmão tem direito:

1º -a dez missas especiaes por sua alma (artº 76);

2º - A participação das missas de aniversários mencionadas no artigo 73º;

3º - Às indulgências indicadas no fim d'este Estatuto;

4º - A ser recorrido em sua urgência, logo que isso haja recursos;

5º - A ser acompanhado seu corpo à sepultura.

Artigo 11º

Todo o Irmãos do género masculino, não compreendido no artigo 33º, tem direito a votar e a ser votado nos termos do artigo 26º e seguintes.

Capítulo 4º

Administração da Real Irmandade

Artigo 12º

A administração da Irmandade é exercida pela Junta Geral, Definitório e Mesa administrativa, e todos os cargos são exercidos gratuitamente.

Artigo 13º

A Junta Geral é composta de todos os Irmãos do género masculino maiores de 21 annos ou emancipados.

Artigo 14º

O definitório é composto de 9 membros, sendo: o Juiz, Secretário e Thesoureiro da Mesa em exercício, e das Mesas imediatamente anteriores os dois juizes, dois ex-secretários e dois ex-Thesoureiro

Artigo 15º

A Mesa administrativa é composta de 9 membros: Juiz, Secretário, Thesoureiro, e seis vogais eleitos como está determinado no capítulo 7º.

Capítulo 5º

Junta Geral

Artigo 16º

Anexo – II

Os Estatutos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

Convoca e preside à Junta Geral o Juiz da Real Irmandade, servindo de 1º secretário o da Mesa em exercício e de 2º o que n'essa ocasião for proposta pelo Juiz.

& Único: na Junta Geral para a eleição da Mesa nomear-se-ão mais dois escrutinadores para formação de Mesa.

Artigo 17º

A Junta Geral reunir-se-á no Real Santuário às 10 horas do 1º Domingo de Junho de cada anno, e extraordinariamente em qualquer outro dia para que seja convocada pelo Juiz por deliberação da Mesa.

& Único: quando a maioria dos Irmãos do género masculino residentes nas freguesias da cidade requerer ao Juiz, com fundamento expresse, a reunião da Junta Geral, este será obrigada a convocala dentro de 8 dias.

Artigo 18º

A convocação extraordinária da Junta Geral deve ser feita com antecipação de 5 dias, pelo menos, por anúncio afixado no Real santuário, no Templo de Almacave e no da Sé, ou publicado em qualquer jornal da localidade.

& Único: Se no dia anunciado não comparecer a maioria dos Irmãos, residentes n'este concelho, fica adiada a reunião da Junta Geral para igual dia da semana imediata, deliberando-se e resolvendo-se então legalmente com o número de Irmãos presentes.

Artigo 19º

A votação em Junta Geral extraordinária pode ser feita por escrutínio secreto, por aclamação ou nominalmente.

& Único: a votação para a eleição de Mesa e pra exclusão ou admissão de Irmãos será sempre feita por escrutínio secreto.

Artigo 20º

As actas das sessões da Junta Geral serão lavradas em livro especial e assinadas pelos membros da respectiva Mesa.

Capítulo 6º

Definitório

Artigo 21º

Convoca e preside ao Definitório o juiz da Real Irmandade, servindo de secretário o mesmo da Mesa administrativa que em livro especial lavrará ou fará lavrar as respectivas actas, assinadas por todos os membros presentes.

Artigo 22º

O Definitório reúne-se ordinariamente no doa 06 de Julho de cada anno às 05 horas da tarde na Real santuário (art.º 24º,nº. 1), extraordinariamente, quando for convidado pelo Juiz de acordo com a Mesa.

Artigo 23º

Se na primeira sessão para que for convocado o definitório não comparecer maioria, fica esta sessão adiada para o terceiro dia a contar d'aquelle em que faltou o número legal.

Anexo – II

Os Estatutos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

& Único: N'esta nova sessão funciona legalmente o Definitório com o numero de membros presentes.

Artigo 24º

São atribuições do Definitório:

- 1º - Julgar a aprovação das contas da Mesa do anno económico findo;
- 2º - Discutir e aprovar os orçamentos apresentados pela Mesa Administrativa;
- 3º- Decidir qualquer pendência que tenha havido entre a Mesa e algum Irmãos, quando este recorra, com fundamento documentado, ao Definitório (salvo qualquer recurso para os tribunais administrativos);
- 4º- Julgar definitivamente a expulsão de algum Irmão ou demissão de algum empregado, feitas pela Mesa;
- 5º- Intervir na aprovação de obras não começadas no Real Santuário e suas dependências, quando aquellas importem em mais de 500\$000 reis;
- 6º - Autorizar qualquer empréstimo que a Irmandade precise contrair para contribuição de obras, ficando este dependente da aprovação do Governo;
- 7º- Sancionar os regulamentos que a Mesa administrativa fazer para observância dsas disposições d'este Estatuto;
- 8º - Interpretar qualquer obscuridade ou duvida que na prática se possa encontrar em algum dos artigos d'este Estatuto;
- 9º- Regular os impostos das jóias de admissão, no caso previsto no &2º do artigo 7º.

São nulos todos os actos mencionados no artigo antecedente se forem decididos, sem intervenção do definitório

Capítulo 7º

Eleição da Mesa Administrativa

Artigo 25º

Preside a assembleia-geral o Juiz da Irmandade que estiver em exercício ou quem o estiver a substituir

Artigo 26º

Os nove membros que constituem a Mesa administrativa (artigo 15) são eleitos por escrutínio secreto e à pluralidade de votos, pela Junta Geral, como está determinado no artigo 19 & único;

Artigo 27º

Se no primeiro domingo de Junho não comparecer no Real Santuário a maioria dos Irmãos votantes, fazer-se-á a eleição da Mesa administrativa no domingo immediato no mesmo local e à mesma hora com o número de Irmãos que então comparecerem, com tanto que não seja inferior a 18

& Único: consideram-se votantes para formar a maioria legal somente os Irmãos do géneroi masculino, maiores de 21 anos, ou emancipados que residirem n'este concelho.

Artigo 28º

A lista dos Irmãos votantes serão impressos todos os annos até ao dia 15 de Maio de cada anno.

& 1º - Nesta liosta comprehendem-se todos os Irmãos votantes admitidos até ao dia 30 de Abril de daa anno;

Anexo - II

Os Estatutos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

& 2º - a mesma lista estará patente na secretaria do real Santuário para qualquer Irmãos que queira consulta-la bom como o tombo dos Irmãos.

Artigo 29º

A Mesa elitoral será formada pelo juiz e secretário da Mesa Administrativa e por outro secretário e dois escrutinadores n'esse acto eleitos por aclamação da maioria dos Irmãos rpresentes, sob proposta do Juiz.

& Único: n'esta lista devem ser incluídos o tesoureiro e secretário da Mesa Administrativa em exercício, mas não no mesmo cargo

Artigo 31º

São válidas todas as listas que contiverem menos ou mais de nove nomes, não se contando, n'este ultimo caso, mais dos primeiros nove.

Artigo 32º

Não são contadas as listas que tiverem algum sinal externo, e que não estiverem escritas em papel branco.

Artigo 33º

Não pode fazer parte da Mesa administrativa o Irmão que:

- 1º - Não souber ler, escrever ou contar;
- 2º - Não tiver residência permanente n'esta cidade e subúrbios;
- 3º - Não for maior de 21 annos ou emancipado;
- 4º - Fôr devedor a esta Real Irmandade;
- 5º- Tiver pleito judicial com a mesma;
- 6º-Tiver pertencido a Mesa dissolvida pela autoridade administrativa, na eleição imediata à dissolução.

Artigo 34º

Não pode ser reeleito o Irmão que tiver sido mesário quatro ambos consecutivos, sem que decorra pelo menos um anno.

Artigo 35º

Não pode ser eleito Juiz o Irmão que não pague mais de 15\$000 reis de contribuição predial, e secretário ou tesoureiro aquelle que não pagar mais de 10\$000 reis de contribuição ou 20\$000reis de qualquer contribuição para o Estado.

& Único: A dita contribuição é dispensada ao Irmão que tiver qualquer curso literário

Artigo 36º

Terminada a eleição, lavrar-se-á immediatamente no competente livro a respectiva acta, sendo o resultado da eleição annuciado por edital afixado à porta da Templo.

& Único: N'esta acta inscrever-se-hão todos os Irmãos votantes pela ordem do numero de votos

Anexo - II

Os Estatutos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

Artigo 37º

Não pode ser obrigado a aceitar o cargo de mesário o Irmãos que pertencer à Mesa administrativa em exercício, não sendo secretário ou Thesoureiro (único do art. 30º)

Artigo 38º

Se algum Irmãos eleito justificar sua recusa, será substituído pelo imediato em votação.

Capítulo 8

Mesa administrativa

Artigo 39º

A Mesa novamente eleita toma posse no dia um de Julho de cada anno à hora marcada pelo Juiz da Mesa transact6a até, e funciona até ao dia 30 de Junho imediato.

Artigo 40º

Logo depois da posse a Mesa nomeará duas comissões: uma para a direcção e fiscalização das obras do Real Santuário; outra para providenciar sobre a festa principal em 7 e 8 de Setembro.

& 1º Preside o Juiz a ambas a s comissões;

& 2º- No esmo acto distribuirá o serviço mensal pelos seis vogais, e designará o dia de cada mês em que a Mesa tem de reunir-se em sessão ordinária.

Artigo 41º

Convoca e preside à Mesa o Juiz e, na falta d'este, o secretário.

& 1º - Na primeira sessão presidida pelo secretário nomear-se-há um dos vogais, secretário interino.

& 2º - O juiz tem além do voto de quantidade também o de qualidade, no caso de empate da votação.

Artigo 42º

A Mesa terá sessões ordinárias no dia 1 de julho e uma em cada mês n'aquelle dia designado (artº 39º e 40º &2º) e te-las-á extraordinariamente, quando o juiz o julgar conveniente à boa administração da Real Irmandade.

Artigo 43º

A Mesa só pode funcionar com a maioria dos seus membros e suas deliberações devem contar de actas assinadas por todos os assistentes

Artigo 44º

É proibido falar durante as sessões de qualquer assumpto estranho à Irmandade

Artigo 45º

Compete à Mesa administrativa:

1º - Administrar devotamente os fundos e rendimentos da Real Irmandade, diligenciando e aumentando a receita;

2º - Cumprir e fazer cumprir as disposições d'este Estatuto e louváveis costumes d'esta Irmandade;

Anexo – II

Os Estatutos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

- 3º - Organizar e discutir os orçamentos regulamentos e outras assumtos que tenha de submeter à aprovação do definitório;
- 4º - Remeter ao Definitório de 6 de Julho as contas da gerência finda, que até o dia 31 do mesmo devem ser enviadas à competente autoridade;
- 5º - Fazer com que seja solenemente festejada a Imaculada Virgem dos Remédios nos dias 7 e 8 de Setembro, assistindo a esta e outras festas (artigo 64º)
- 6º - Mandar pontualmente cumprir os legados pios a quê está obrigada esta Real irmandade;
- 7º - Aceitar doações e heranças a beneficio de inventário;
- 8º - admitir Irmãos e pontualmente exclui-los (artigo 54º);
- 9º - Nomear empregados, suspende-los ou demiti-los nos termos dos artigos 32º e 65º;
- 10º - Promover o progressivo engrandecimento das obras do real Santuário;
- 11º - Socorrer os Irmãos indigentes, quando para isso haja recursos.

Capítulo 9º

Atribuição de cada um dos mesários

Artigo 46º

Compete ao juis:

- 1º - Convocar e presidir à reuniões da Junta Geral, e Mesa;
- 2º - Representar oficialmente a Real irmandade em todos os seus actos;
- 3º - Abrir a assinar todas as correspondências, despachos e ordens de pagamento;
- 4º - Numerara e rubricar todos os livros ou dar para isso comissão;
- 5º - Fazer executar todas as decisões da Junta Geral, Definitório e Mesa;
- 6º - Fiscalizar a exacta observância do Estatuto, regulamento e louváveis costumes;
- 7º - Repreender, multar ou suspender temporária e prudentemente qualquer empregado;
- 8º - Nomear internamente qulaquer empregado, no caso de impedimento ou vagatura;
- 9º - Resolver qualquer caso urgente, ficando sob sua responsabilidade as medias provosórias que adoptar;
- 10º - Ter em seu poder a terceira chave de cada uma das caixas de esmolas, e assistir à tiragem d'estas no último dia de cadea mês.

Artigo 47º

Compete ao secretário:

- 1º - Exercer as funções de Juis, no impedimento d'este;
- 2º - Ler e escrever, ou subscrever as actas das diversas sessões;
- 3º - Ter sob a sua guarda e responsabilidade toda o arquivo da Irmandade;
- 4º - Escrever toda a correspondência official e mandados de pagamento;
- 5º - Organizar o orçamento de receitas despeza e a lista annula de Irmãos votantes;
- 6º - Lavrar em livro especial os termos de admissão de Irmãos;
- 7º - Inscrever no respectivo tombo os nomes dos Irmãos admitidos, e no mesmo notar os óbitos e satisfação das 10 missas por cada um;

Anexo – II

Os Estatutos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

8º - Lançar no livro de inventário os objectos adquiridos, fazendo nota dis inutilizados;

9º - Remeter ao capelão os nomes dos Irmãos falecidos para este dizer ou mandar dizer as respectivas missas;

10º - Entregar ao tesoureiro no principio de Julho o livro das esmolas e um caderno de todas os devotos para fazer a competente cobrança;

11º - Conferir com o tesoureiro e o Juiz a conta da regência do fim de cada trimestre.

& Único: o secretário será auxiliado por um escriturários de sua escolha, remunerado pela Real Irmandade.

Artigo 48º

Compete ao tesoureiro:

1º - Ter sob sua guarda e responsabilidade todos os objectos e alfaias da Irmandade, recebidas à vista do inventário de seu antecessor, bem como adquiridos durante o anno;

2º - Arquivara cobrança de todas as dividas usando de recibos de talões;

3º - Pagar todas as verbas de despesa à vista dos mandados assinados pelo juiz e tesoureiro;

4º - Prestar contas trimestrais no fim de Setembro, Dezembro, Março, e Junho deixando na secretaria os talões e mandados e despeza;

5º - Ter em seu poder uma das três chaves de cada caixa das esmolas que no fim de cada mez há-de ir tirar com o Juiz e Mesario em exercício;

6º -comparecer para recepção das esmolas do fim dos dias 7, 8 e 9 de Setembro, bem como no dia de Santo Estevão e na manhã dia de S. João Baptista;

7º - Levar a cruz nos acompanhamentos dos Irmãos e nas procissões do costume.

Artigo 49º

Compete aos mesários, cada um no seu mês:

1º - Assistir de opa às missas e respensos dos sabbados, bem como às das novenas;

2º - Estar à Mesa onde se recebem as esmolas no prato nos dias de maior concorrência de devotos ao Real santuário;

3º -Fiscalizar o servente na tiragem das esmolas pelas portas aos sabbados e pelas eiras;

4º - vigiar e dirigir o serviço de jardinagem;

5º - Ter em seu poder uma das três chaves e ir com o Juiz e tesoureiro no ultimo dia de cada mês tirar as esmolas das caixas;

6º - Inscrever no respectivo livro separadamente as esmolas das caixas do Templo, as de Nossa Senhora de Lourdes e as dos Sabbados, bem como as offertas, entregando tudo ao tesoureiro no dia immediato ao fim de cada mês;

7º - Participar à Mesa as occorencias sobre que se tenha de providenciar.

& Único: todos os Mesarios são obrigados a auxiliar a respectiva comissão da festa principal, desde o dia 1 a 8 de Setembro, especialmente nos dois últimos dias.

Capítulo 10º

Empregados da Real Irmandade

Anexo - II

Os Estatutos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

Artigo 50º

São empregados remunerados, um capelão, um sacristão, um servente, um organista e um jardineiro, todos nomeados pela Mesa.

Capelão

Artigo 51º

Tem o capelão as obrigações seguintes:

- 1º - Presidir habitualmente na casa da residência da Real Irmandade, não podendo ausentar-se sem licença do Juiz ou da Mesa;
 - 2º - Dizer ou fazer dizer todas as missas estatuídas nos artigos 73º a 76, passando cortidão geral no fim do anno económico;
 - 3º - Ter sob sua guarda e responsabilidade «os paramentos, alfaias e outros objectos de uso diário;
 - 4º - Administrar os sacramentos da penitencia e da Eucaristia a todos os Irmãos que para isso o procurem em qualquer dia do anno;
 - 5º - Concomitantemente renovar as partículas do sacrário (artigo 67º);
 - 6º - Requisitar do tesoureiro o dinheiro preciso para o vinho e hóstias a todas as missas que se disserem no Templo;
 - 7º - Acompanhar a cruz nos funerais dos Irmãos e nas procissões a que for a Irmandade;
 - 8º - Rezar um responso no fim das missas dos sabbados e domingos pelo Irmãos fallecidos durante um mês a contar do dia do seu fallecimento, além do responso geral dos sabbados;
 - 9º - Zelar a limpeza, decência e asseio dos utensilios de culto do Templo e da casa de residência;
 - 10º - Fiscalizar o exacto cumprimento das obrigações de todos os outros empregados, prevenindo o Juiz de qualquer falta que tenha observado;
 - 11º - Ter sempre limpa e à disposição da Mesa ou dos visitantes a sala principal da casa de residência;
- & Único: o capellão não poderá despedir-se da Real Irmandade sem, que disso prevenir o Juiz com 50 dias de antecipação.

Sacristão

Artigo 52º

O sacristão, nomeado pela Mesa, sob proposta do capelão, usará permanente dentro do Templo de batina de pano roxo escuro e de quota de manga larga, por concessão do Ex.mo Bispo, D. António da Trindade de Vasconcellos Pereira de Mello, em 02 de Abril de 1864

Artigo 53º

As obrigações dos empregados da irmandade serão determinadas em regulamento que a Mesa fará para tal fim.

Capítulo 11º

Das Comissões

Artigo 54º

Anexo – II

Os Estatutos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

São obrigações do sacristão:

- 1º - Abrir e fechar as portas do Templo;
- 2º - Guardar ou fazer guardar o interior do Templo enquanto estiverem abertas as portas;
- 3º - Dar nos sinos os sinais competentes para as missas, festas, óbitos ou incêndios;
- 4º - Ajudar os fazer ajudar as missas;
- 5º - Ter sempre varrido o Templo e esfumados os altares, Mesas e bancos;
- 6º - Executar as ordens do capellão em tudo que diga respeito ao culto religioso, limpeza e asseio do Templo.

Servente

Artigo 54º

São obrigações do Servente:

- 1º - Assistir de opas às missas dos sabbados e novenas, pedindo esmolas que seguidamente se lançará na caixa;
- 2º - Pedir esmolas pelas portas nos sabbados e das eiras em ocasião própria, entregando tudo ao Mesario em exercício;
- 3º - Fazer na cidade a cobrança dos annuaes e de outras dividas da Irmandade;
- 4º - Adorar os altares em todos os dias de festa;
- 5º - ir em todas as quartas-feiras e sabbados receber ordens do Juiz, secretário e thesoureiro.

Organista

Artigo 55º

O organista é obrigado a tocar o órgão:

- 1º - Em todas as missas e ladainhas dos sabbados;
- 2º - Em todas as missas solenes que a meza andar cantar;
- 3º - No dia 24 de Junho desde as 3 às 8 da manha;
- 4º - No dia 07 de Setembro desde as 7 horas da manha ao meio-dia e desde as 3 às 7 da tarde;
- 5º - No dia 8 de Setembro desde as 5 da manhã até ao meio dia e desde as 3 às 6 da tarde;
- 6º - No domingo immediato a 8 de Setembro desde as 3 às 6 da tarde;
- 7º - No dia 3 de Maio à missa de voto do Cabido.

Jardineiro

Artigo 56º

É dever do jardineiro:

- 1º - Ter sob sua responsabilidade e guarda o utensílios próprios da jardinagem;
- 2º - Zelar o anjamento, conservação e limpeza de todas as plantas e arbustos;
- 3º - Ter sempre limpos e varridos os passeios, escadas e largos do real Santuário;
- 4º - Guardar e vigiar diariamente o terreno pertencente à Irmandade.

Capítulo 12º

Disposições penaes

Artigo 57º

Anexo - II

Os Estatutos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

Incorre na pena de exclusão d'esta Real irmanadae toda o Irmão que:

1º - Sem motivo justificado perante a Mesa se recusar a acceitar o cargo para que tiver sido eleito ou nomeado;

2º - Causar intencionalmente dano grave à Irmandade;

3º - Promover escandalosas dissensões ou tumultos entre os Irmãos;

4º - Sustentar em juízo pelito injusto contra a Irmandade;

5º. Deixar decorrer 10 annos sem pagar suas annuidades, de Irmãos não Remido;

6º - Dar provas de incorrigível depois de tripla repreensão.

& Único: nenhuma das penas dos números 2º, 3º e 4º pode ser applicada sem que seja ouvido o delinquente, excepto se elle pertinazmente recusar defender-se.

Artigo 58º

São delinquentes a quem for applicada a pena de exclusão, der provas de regeneração, pode ser readmitido três annos depois, pagando nova jóia.

Artigo 59º

Será repreendida pelo Juiz em sessão o Irmão que:

1º - Transgredir qualquer destas disposições d'estes Estatutos;

2º - Recusar de cumprir os deveres impostos por novos regulamentos;

3º - For negligente no cumprimento de suas obrigações especificas.

Artigo 60º

Será prontamente repreendido o empregado negligente não cumprindo de seus deveres, ou faltar ao respeito devido de seus superiores.

Artigo 61º

Será suspenso pelo Juiz ou pela Mesa o empregando que reincidir nas mesmas faltas por que foi repreendido ou cometer uma falta mais grave.

Artigo 62º

Será demitido o empregado que reincidir nas mesmas faltas por que foi suspenso, que cometer nova falta gravíssima, que se ausentar sem licença, e que for procedendo judicialmente à Real Irmandade.

Artigo 63º

Indispensável é a decisão do Definitório para a definitiva applicação da pena de demissão menciona no artigo antecedente; e da Junta Geral para definitiva exclusão expressa no artigo 57º.

Capítulo 13º

Culto religioso

Artigo 64º

Anexo - II

Os Estatutos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

A festa principal e a mais solene d'esta Real Irmandade é a da Santíssima Virgem dos Remédios no dia de sua natividade em 08 de Setembro.

& 1º- São festas secundárias a de Santa Anna, no domingo imediato a 25 de Julho, a de São Joaquim no domingo imediato a 15 de Agosto, a de Santo Estevão em 25 de Dezembro e a S. José em 19 de Março;

& 2º- As festas de Julho, Agosto e Setembro são precedidas de novenas;

& 3º- A Novena de 30 de Agosto a 07 de Setembro e a festividade imediata serão festas com mais solenidades e esplendor

Artigo 65º

A respectiva comissão (artº 10) oportunamente diligenciará para a noite do dia 7 de Setembro aparatoso arraial, que faça conservar aumentar a ocorrência dos devotos.

1º Ter-se-ão n'este dia o melhor estado de limpeza do adro, jardins, escadório e respectivos lagos, embelezado e iluminado o Real Santuários de decentemente ornado o Templo;

2º - Fica proibido o abuso dispendioso ornamentação denominada – trapejaria, que encubra as belezas obeliscos do interior do Templo;

Artigo 66º

Desde o dia 1 a 8 de Setembro será governado o serviço de fiscalização de modo que no Real Santuário esteja em todos os dias um membro da respectiva comissão (artigo 40º).

& único: nos dias 7 e 8 estarão permanentes desde manha até à noite dois dos mesários à Mesa das esmolos.

Artigo 67º

Uma das lâmpadas estará permanente acesa para iluminar o Santíssimo Sacramento ancorado no Sacrário por concessão de Ex.mo Bispo D. António da Trindade Vasconcelos Pereira de Mello em 17 de Novembro de 1871

Artigo 68º

Depois da missa dos sábados contar-se-ão a ladainha de N. Senhora com acompanhamento de Orgão.

Artigo 69º

Esta Real Irmandade acompanhará com sua cruz o Santíssimo Sacramento na sua procissão solene de quinta-feira imediata ao domingo da Santíssima Trindade.

Capítulo 14º

Sufrágios e encargos pios

Artigo 70º

Para cada Irmão que falecer dir-se-ão dez missas dentro de dois meses a contar do dia da notícia de seu falecimento.

& 1º - Em todos os sábados e domingos do primeiro mês desde o falecimento rezará o Capelão no fim das missas um responso por alma do Irmão falecido;

Anexo – II

Os Estatutos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

& 2º- Ditas as dez missas, o secretário lançará no tombo dos Irmãos admitidos a respectiva nota, e oficialmente se participará à família do falecido, que foi cumprido este dever

Artigo 71º

O corpo do Irmãos falecido n'esta cidade será acompanhado à sepultura pela Irmandade, conforme o regulamento que oportunamente se organizará.

Artigo 72º

No dia 25 de Abril de cada anno ou no imediato desimpedido, celebrar-se-á um officio fúnebre pelo Cónego José Pereira Teixeira, fundador da Capela d'esta Real Irmandade, e por todos os falecidos Irmãos e benfeitores d'esta Irmandade.

Artigo 73º

Serão applicadas por todos os Irmãos e benfeitores vivos e defuntos as missas seguintes:

1º - As de todos os domingos e dias santos, incluindo os abolidos por indulto aposthólico de 14 de Junho de 1844;

2º - As de todos os sábados, excepto o de aleluia;

3º - As das três novenas mencionadas no artigo 64,&2º;

4º - As três dos fiéis defuntos em 2 de Novembro e o termo de Natal em 25 de Dezembro;

5º - As das seguintes festas de Nossa Senhora.

a-) Visitação – em 02 de Julho

b-) Carmo - em 15 de Março

c-) Neves - em 5 de Agosto

d-) Mercês – em 24 de Setembro

e-) Apresentação - em 21 de Novembro

f-) Loreto - em 10 de Dezembro

g-) Expectação – em 18 de Dezembro

h-) Desponsório - em 23 de Janeiro

i-) Dores na sexta-feira da semana da Paixão

j-) Prazeres – na segunda-feira depois da semana das Ressurreição

Artigo 74º

Quando no mesmo dia coincidirem duas ou mais missas determinadas no artigo antecedente, dir-se-ão no dia ou dias immediatos desimpedidos.

Artigo 75º

As missas dos Domingos e dias santos serão celebradas às 7 horas da manha nos mezes de Maio, Junho, Julho e Agosto; e às 9 nos restantes meses.

& Único: as dos sabbados começam ao raio do sol, terminando com a ladainha e respondendo por todos os Irmãos falecidos.

Anexo – II

Os Estatutos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

Artigo 76º

São encargos pios annuaes com que actualmente está onerada esta Real Irmandade as seguintes missas:

| | |
|----------------------------------|----|
| D. Manuel da Vasconcelos Pereira | 3 |
| Cónego Moreira | 3 |
| Cónego José Pereira Teixeira | 3 |
| Beneficiado André Teixeira | 20 |
| Luís da Anunciação | 1 |
| Maria Correia | 1 |
| Manuel da Silva Papoula | 1 |
| Manuel Cardoso Coutinho D'Abreu | 1 |
| Afonso de Sousa | 1 |
| Francisco da Silva Fragateiro | 1 |
| Manuel Fernandes Costeira | 1 |

Capítulo 15º

Disposições geraes

Artigo 77º

No dia 7 de Setembro de cada anno a Mesa afixará na porta do Templo as contas do anno económico anterior; e no fim dos dias 7, 8 e 9 do mesmo modo publicitará o imposto das esmolas recebidas em cada um desses dias.

Artigo 78º

Todo o devoto que der à Real Irmandade esmola superior a 18\$000 reis, não sendo ainda Irmãos, será admitido como Remidos sem pagamento de jóia.

Artigo 79º

O devoto que der esmola superior a 50\$000 reis, não será admitido Irmão Remido, se ainda o não tiver sido, mas também seu nome será inscrito na lista dos benfeitores da Real Irmandade em tabela suspensos na sacristia.

Artigo 80º

O devoto que der esmola superior a 300\$000 será admitido Irmão Remido (se ainda o não tiver sido), seu nome será inscrito no catalogo dos benfeitores e seu retracto colocado na galeria do Real Santuário.

Artigo 81º

Para validade das admissões de Irmãos nos termos dos artigos 78º, 79º e 80º é indispensável que os devotos por si, ou por seus bastantes procuradores assinem os respectivos termos.

Artigo 82º

Qualquer dos devotos mencionados nos artigos 78º, 79º e 80º será officialmnete comunicado um voto de reconhecimento aprovado em sessão de Mesa.

Artigo 83º

Capitalizar-se-á annualmnete, pelo menos o imposto das jóias dos Irmãos admitidos, por escriptura não inferior a 100\$000 reis com suas hipotecas e convenientemente registada na conservatória d'esta comarca.

Anexo - II

Os Estatutos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

& 1º - em quanto o imposto de jóias não chegar à dita quantia, pode mutuar-se por letra a prazo de 1 a 6 meses e abonada por pessoa de plena confiança;

& 2º - a Mesa em exercício quando se realiza o dito mutuo, será solidariamente responsável pela falta de segurança e do registo em tempo.

Artigo 84º

No respectivo orçamento será anualmente inserida uma verba não inferior à décima parte da receita ordinária para obras de beneficência indicadas pelo Governador Civil e auxilio do ensino primário, quando careça d'elle.

Artigo 85º

Sem licença do governador não pode esta Irmandade adquirir, por título oneroso, bens imobiliários de que precise para aformoseamento do Real Santuário.

Artigo 86º

A desamortização dos bens imobiliários que a Irmandade actualmente possui ou de futuro vier a adquirir por titulo gratuito, será feita como é preceituado na respectiva lei e regulamento.

Artigo 87º

Estes Estatutos só poderão ser alterados por acordo da maioria de Irmãos, em junta geral e com a aprovação do governador civil.

Capítulo 16º

Disposições transitórias

Artigo 89º

Os Irmãos anteriormente admitidos, que tinham direito só a cinco missas especiais por sua alma, pagarão mais 1\$500 reis se quiserem gozar do aumento das outras cinco determinadas no artigo 70º.

Artigo 90º

Concluída a torre em construção e munida ambas dos respectivos sinos, a Mesa mandará explorar novas aguas, e fará estudar e organizar um plano de aformoseamento do terreno do Real Santuário, começando pelo baixo da Meia-Laranja, junto à estrada que dá de Lamego a Castro Daire, submetendo este plano à aprovação do definitório.

Artigo 91º

Logo que o presente Estatuto obtiver a aprovação civil e canónica, será impresso juntamente com os Breves de indulgências, e outras graças concedidas a esta Real Irmandade.

& 1º - um exemplar de Estatutos impressos será distribuído por cada um dos Irmãos actuaes que o requisitarem, e obrigatório para os que de futuro forem admitidos;

& 2º - por cada exemplar dar-se-á como esmola a quantia de 200 reis.

Anexo - II

Os Estatutos

Histórias de um culto: Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego

Artigo 92º

Depois de aprovado o novo Estatuto serão avisados, por meio de dois jornaes da localidade e por um do Porto, os Irmãos que n'essa data estiverem devendo mais de dez prestações annuaes para efectuarem esse pagamento no praso de 30 dias.

& Único: deixará de pertencer a esta Irmandade todo o Irmão que no dito prazo não pagar os de ou mais annuaes em debito.

Lamego, 18 de Maio de 1888

A comissão:

António Pinheiro Osório da Fonseca

Manuel António Lopes Roseira

Manuel José Pinto de Mesquita

Alfredo António Baptista de Barros

José Maria Gonçalves.

Anexo – II

Os Estatutos